

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

SCARLETT GIOVANA BORGES

**EXISTÊNCIAS INSURGENTES:
Reverberações das Experiências de Subjetivação Política no Cotidiano de
Mulheres Engajadas**

**São Leopoldo
2023**

SCARLETT GIOVANA BORGES

EXISTÊNCIAS INSURGENTES:

**Reverberações das Experiências de Subjetivação Política no Cotidiano de
Mulheres Engajadas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva

São Leopoldo

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

B732e Borges, Scarlett Giovana.
Existências insurgentes: reverberações das experiências de subjetivação política no cotidiano de mulheres engajadas / Scarlett Giovana Borges. – 2023.
250 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.
“Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva.”

1. Engajamento político de mulheres. 2. Marcha mundial das mulheres. 3. Movimentos sociais. 4. Pedagogia política. 5. Subjetivação política I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

SCARLETT GIOVANA BORGES

EXISTÊNCIAS INSURGENTES:

**Reverberações das Experiências de Subjetivação Política no Cotidiano de
Mulheres Engajadas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo – Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG

Profa. Dra. Kimi Aparecida Tomizaki – Universidade de São Paulo – USP

Profa. Dra. Marília Verissimo Veronese – Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão – Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva – orientador - Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Às mulheres engajadas de ontem, de hoje e de
amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNISINOS, em especial ao corpo docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela excelência na oferta de ensino e atendimento humanizado às demandas discentes.

Agradeço ao prof. dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva pela orientação sensível, por acreditar e ver potência nas minhas ideias, e por todo o conhecimento compartilhado, desde o mestrado às trilhas do doutorado.

Agradeço às e aos colegas do Grupo de Pesquisa em Educação Diversidade e Cidadania (GPDIC) pelo carinho e discussões salutares.

Agradeço à banca examinadora pelas leituras generosas e reflexões que auxiliaram no desenvolvimento da presente tese.

Agradeço às mulheres da Marcha Mundial das Mulheres que participaram da pesquisa, em especial à Rita, Maria, Alexandra, Jurema e Helena, pela confiança e por compartilharem suas histórias e sabedorias.

Agradeço ao meu companheiro Leocir por sua presença cheia de amor e cuidado e por sua total compreensão e apoio no meu percurso de doutoramento.

Agradeço à minha mãe, Adriana; à minha irmã, Stephany; e aos meus irmãos, Lucas e Richer, pela coragem, carinho e lealdade, ensinamentos que carrego comigo.

Agradeço à Morgana e ao Marcos pela amizade que se transformou em suporte afetivo neste percurso e por me ajudarem a seguir refletindo com todos os desafios que isso implica.

Agradeço à minha irmã de vida, Denise, e à sua família, Jeferson e Cecília, pela acolhida fraterna e pelas trocas analíticas importantíssimas para a construção da tese.

Agradeço às minhas professoras, Fabiana, Ana Claudia e Amanda, por compartilharem o amor ao conhecimento diverso, por me ajudarem a manter o equilíbrio e a viver o tempo presente.

Agradeço às colegas da Fundação de Assistência Social pela flexibilidade, por cobrirem minhas faltas e pelo trabalho desenvolvido em conjunto numa área tão desafiadora que é a política de assistência social.

Yo soy Mujer de la Tierra, danzando con luz de Luna
Me coronan las estrellas y las diosas viven en mí

Yo soy la fiesta de la Vida, danzando en el Universo
Mi alegría es medicina y las diosas viven en mí

Yo soy una niña salvaje, inocente libre y silvestre
Tengo todas las edades mis abuelas viven en mí

Yo soy hermana de las nubes y solo sé compartir
Sé que todo es de todos y que todo está vivo en mí

Mi corazón es una estrella, yo soy hija de la Tierra
Viajo a bordo de un espíritu, camino a la eternidad
(ABUELA MALINALLI, c2015).

RESUMO

Na presente tese, estudamos as experiências de subjetivação política e suas reverberações no cotidiano de engajamento de mulheres que partilham da experiência militante na Marcha Mundial de Mulheres (MMM), em Caxias do Sul. Para isso, conduzimos o nosso trabalho a partir das seguintes questões: as experiências de dissenso em relação à localização social de ser mulher geram experiências de subjetivação política? Se sim, de que forma essas experiências reverberem no engajamento político cotidiano? Nesse processo, como se dá a mudança de si e do entorno? Nesse ínterim, produzimos os dados de pesquisa por meio de entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 2013) com cinco mulheres militantes na MMM e compartilhamento do tempo (FABIAN, 2006) na observação interativa das atividades promovidas pelo grupo, no período de um ano. Orientamos a pesquisa com base nos conceitos de experiência e cotidiano, discutidos, principalmente, por Thompson (1981, 2002, 2020) e Heller (2014), e nos conceitos de política, subjetivação e partilha do sensível, fundamentados em Rancière (1996a, 1996b, 2005, 2014). Além disso, refletimos sobre os princípios educativos dos movimentos sociais e sua potência formativa para as pessoas militantes (GOMES, 2017; ARROYO, 2003). Organizamos a tese de modo a dedicar um espaço narrativo para cada uma das entrevistadas, tendo em vista que cada existência representa um modo de insurgir, de se colocar frente à ordem política e social, ainda que na partilha de concepções comuns de mundo. Nesse ínterim, analisamos, por meio das entrevistas e da observação interativa, as experiências de (des)identificação, os tempos e espaços de subjetivação política e os aspectos do engajamento político de mulheres. Com isso, desenvolvemos na pesquisa nossa própria definição para o conceito de engajamento político. Consideramos que as participantes da pesquisa, na singularidade de suas trajetórias militantes, representam formas de existências insurgentes, ou seja, apresentam modos de viver que tem por princípio a resistência a diferentes opressões ligadas às suas localizações sociais e ao contexto sociopolítico que se inserem. Desse modo, defendemos a tese de que as experiências de dissenso em relação à localização social de ser mulher, na potência formativa da subjetivação política, geram mudança de si e do entorno que reverberam em engajamento político cotidiano. Concluimos que a diversidade nas trajetórias políticas estudadas demonstra que o engajamento em determinada causa não produz e não é produzido por pessoas homogêneas e não

se traduz em fórmulas de emancipação. Ao reverberarem em suas relações familiares, laborais, de lazer, entre outros, a mudança de si, essas mulheres tensionam os sistemas de valores predominantes em seus meios, possibilitando a ocorrência de mudanças microssociais, sem necessariamente evidenciarem rupturas marcantes. Desse modo, elas atuam na transformação do cotidiano pela potência formativa da subjetivação política, na possibilidade de sonhar um sonho comum, uma utopia que as mobilizam a andarem juntas em uma direção, mas na vivência da singularidade de suas vidas.

Palavras-chave: engajamento político de mulheres; subjetivação política; pedagogia política; movimentos sociais; Marcha Mundial das Mulheres.

ABSTRACT

In this thesis, we study the experiences of political subjectivation and their reverberations in the everyday life engagement of women who share the militant experience in the World March of Women (WMW), in Caxias do Sul. We carried out our work based on the following questions: do the experiences of dissent concerning the social location of becoming a woman generate experiences of political subjectivation? If so, how do these experiences reverberate in everyday political engagement? In this process, how does the change of oneself and the surroundings happen? In the meantime, we produced research data through comprehensive interviews (KAUFMANN, 2013) with five militant women in the WMW and sharing time (FABIAN, 2006) in the interactive observation of the activities promoted by the group, for one year. We guided the research based on the concepts of experience and everyday life, discussed mainly by Thompson (1981, 2002, 2020) and Heller (2014), and the concepts of politics, subjectivation, and distribution of the sensitive based on Rancière (1996a, 1996b, 2005, 2014). Beyond that, we reflected on the educational principles of social movements and their formative prospective for militant people (GOMES, 2017; ARROYO, 2003). We organized this thesis to dedicate a narrative space to each of the interviewees, considering that each existence represents a way to arise, to stand up to the political and social order, even if sharing a world common conception. In the meantime, we analyzed the aspects of (dis)identification, time and space of political subjectivation, and the political engagement narrated and observed about the experience of the research participants. Thus, we developed our definition of the political engagement concept in the research. We considered that the research participants represent insurgent forms of existence in the singularity of their militant trajectories. In other words, they present ways of living that have the resistance to different oppressions linked to their social locations and their sociopolitical context as a principle. Thereby, we defended the thesis that the experiences of dissent on social location of becoming a woman, in the formative prospective of political subjectivation, create the change of oneself and the surroundings that reverberate in everyday political engagement. We conclude that the diversity in the studied political trajectories demonstrates that engagement in a given cause does not produce and is not produced by homogeneous people and does not translate into emancipation formulas. By reverberating the change of themselves in their family, work, and leisure relationships,

these women strain the prevailing value systems in their environments, enabling the occurrence of microsocial changes, without necessarily presenting remarkable ruptures. In this way, they act in the transformation of everyday life through the formative prospective of political subjectivation, in the possibility of dreaming a common dream, a utopia that mobilizes them to walk together in one direction, but in the experience of the uniqueness of their lives.

Keywords: political engagement of woman; political subjectivation; political pedagogy; social movements; World March of Women.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Laços sociais entre a pesquisadora e as mulheres entrevistadas 51
- Figura 2 – Programação de atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher... 67
- Figura 3 – Diagrama das relações de dominação a partir de Jacques Rancière..... 86

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Intervenção política na cidade	45
Fotografia 2 – Varal da MMM.....	46
Fotografia 3 – Produtos comercializados pela MMM	47
Fotografia 4 – Exposição de fotos: Caxias e suas Raízes Negras.....	60
Fotografia 5 – Varal de fotografias: Caxias e suas Raízes Negras	60
Fotografia 6 – Performance teatral: Caxias e suas Raízes Negras	61
Fotografia 7 – Ato final da performance teatral.....	61
Fotografia 8 – Ocupação pela MMM do monumento ao duque.....	64
Fotografia 9 – Velas pelas vítimas de feminicídio	65
Fotografia 10 – Adesivos da MMM	66
Fotografia 11 – Colagem de lambes para a divulgação da formação promovida pela MMM	69
Fotografia 12 – Roda de formação	70
Fotografia 13 – Lenço da MMM.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de Teses e Dissertações	31
Quadro 2 – Perfil das Mulheres Entrevistadas.....	50
Quadro 3 - Relação de atividades da MMM acompanhadas.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Metodologia de Busca de Teses e Dissertações.....	30
--	----

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Doença coronavírus
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJ	Pastoral da Juventude
PEIES	Programa Especial de Ingresso ao Ensino Superior
PPG-Edu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPT	Ponto Popular de Trabalho
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UCES	União Caxiense de Estudantes
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CAMPO DE PESQUISA	23
1.1 DA AÇÃO COLETIVA À MULHER ENGAJADA	28
1.2 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES.....	40
1.3 ENTREVISTA COMPREENSIVA: INFORMANTES E PROCEDIMENTOS	47
1.4 COMPARTILHAMENTO DO TEMPO	55
2 COSMOVISÃO DA PESQUISA	75
2.1 ENGAJAMENTO: COTIDIANO E EXPERIÊNCIA	76
2.2 POLÍTICA E SUBJETIVAÇÃO	85
2.3 PRINCÍPIO EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	94
3 O EXERCÍCIO DE CONTAR O MUNDO AO CONTAR-SE	100
3.1 RITA, EXISTO LOGO RESISTO	101
3.2 MARIA E A RUPTURA COM OS COSTUMES	116
3.3 ALEXANDRA E A REVOLUÇÃO CLÁSSICA.....	135
3.4 PRAZER, JUREMA!.....	151
3.5 HELENA NÃO CONSEGUE PARAR DE MILITAR	169
4 A VOZ ENGAJADA: MUDANÇA DE SI E DO ENTORNO	192
4.1 (DES)IDENTIFICAÇÃO.....	194
4.2 TEMPOS E ESPAÇOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA	203
4.3 ENGAJAMENTO POLÍTICO DE MULHERES	216
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS	232
APÊNDICE A – CARTAS PEDAGÓGICAS	239
ANEXO A – MANIFESTO DA MMM DE CAXIAS DO SUL: DIA DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES	249

INTRODUÇÃO

O processo de pesquisa possibilita a incidência de respostas e conclusões que antes se configuravam como uma lacuna no pensamento científico, mas, também, resulta em novos problemas, que demonstram que a construção do conhecimento é perene. Como um pedaço constitutivo dessa constelação, apresentamos a presente pesquisa sobre as experiências de subjetivação política e suas reverberações no cotidiano de engajamento de mulheres que partilham da experiência militante na Marcha Mundial de Mulheres, em Caxias do Sul. Estudamos esse campo temático por meio da análise da construção narrativa de cinco mulheres militantes da Marcha Mundial de Mulheres entrevistadas e na realização de observação interativa das atividades do grupo na cidade de Caxias do Sul.

A perspectiva da insurgência que dá origem ao título da presente tese – *Existências insurgentes: reverberações das experiências de subjetivação política no cotidiano de mulheres engajadas* – tem por inspiração a obra de Rossana Reguillo¹ (2017), *Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio*. Consideramos que as participantes da pesquisa, na singularidade de suas trajetórias militantes, representam formas de existências insurgentes, ou seja, apresentam modos de viver que tem por princípio a resistência a diferentes opressões ligadas às suas localizações sociais e ao contexto sociopolítico que se inserem.

A tese tem como principal objetivo investigar as reverberações das experiências de subjetivação política no cotidiano de mulheres engajadas que militam na Marcha Mundial de Mulheres, em Caxias do Sul. Nesse sentido, a Marcha Mundial de Mulheres define o recorte do nosso objeto de pesquisa, mas este não é um estudo sobre a organização política e sim sobre as expressões de mulheres que nela participam. As experiências relacionadas nas entrevistas apresentam um movimento dialético entre o vivido e o pensado, o que nos possibilita refletir sobre a maneira que as experiências repercutem na formação e autoformação dessas mulheres, conformando um engajamento político vivido em diferentes instâncias da vida cotidiana. Sendo assim, temos por objetivos específicos: a) Identificar as experiências de mulheres relacionadas à subjetivação política e ao engajamento político; b)

¹ Nessa passagem, assim como ao longo da escrita da tese, na primeira citação realizada de cada autor ou autora referenciamos o seu nome completo para facilitar a identificação de gênero e demarcar as contribuições de mulheres na pesquisa acadêmica.

Relacionar as proximidades e as singularidades das vivências cotidianas e experiências de subjetivação política das mulheres entrevistadas; c) Refletir sobre os processos de identificação e desidentificação em relação aos papéis atribuídos a ser mulher socialmente construídos expressos na militância na MMM; d) Analisar a relação entre as experiências de subjetivação política e engajamento político de mulheres para a mudança de si e suas repercussões no cotidiano.

Com base nos objetivos geral e específicos, norteamos a pesquisa pelas seguintes perguntas: as experiências de dissenso em relação à localização social de ser mulher geram experiências de subjetivação política? Se sim, de que forma essas experiências reverberem no engajamento político cotidiano? Nesse processo, como se dá a mudança de si e do entorno?

A presente pesquisa de doutorado se vincula às percepções de sociedade, experiência, aprendizagem e participação política, abordadas em nossa dissertação de mestrado, que teve como tema de estudo as ocupações secundaristas das escolas públicas em Caxias do Sul, em 2016². Reconhecemos que a dissertação não prestou a devida atenção à singularidade da participação feminina e as implicações da relação de gênero no engajamento político. Além da questão de gênero, intriga-nos a flutuação das experiências de engajamento político nas trajetórias de vida. Na pesquisa acerca das ocupações secundaristas, identificamos sujeitos intensamente engajados nesse movimento, mas que não faziam parte de nenhuma organização política formal ou informal anteriormente e que passaram a compor algum grupo político ao fim da ocupação. Todavia, outras pessoas passaram pelas ocupações e depois não se envolveram em nenhum processo político. Alguns e algumas estudantes que faziam parte de grupos de juventude política abandonaram a militância após as ocupações, outros se sentiram mais motivados a seguir na luta. Desse modo, o engajamento em determinado momento da vida não pressupõe a incorporação dessa prática para a vida toda. Desse modo, entendemos que o conceito de militante deve ser utilizado à luz da subjetivação política para não ser transformado em meta-categoria, ou seja, uma categoria que existe antes da e do indivíduo e da prática social.

A presente pesquisa se justifica por contribuir na identificação e reflexão sobre as possibilidades de mudança de si e do entorno, promovidas pelas experiências de

² A pesquisa teve como produção final a dissertação *A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir*, defendida em 2018 (Scarlett Giovana Borges, 2018).

engajamento político e subjetivação relacionadas aos enfrentamentos sociais contemporâneos. Entendemos que a extensão de tais mudanças, muitas vezes, não são visíveis na macroestrutura, mas operam profundas transformações no cotidiano das e dos sujeitos politicamente engajados. Sob o ponto de vista dos processos históricos, a identificação de mudanças no entorno militante sinaliza sensivelmente transformações sociais ainda não acessíveis nas análises conjunturais mais abrangentes. Além disso, saber como as mulheres se engajam em causas latentes em seu cotidiano possibilita a criação de chaves-políticas que fomentem experiências democráticas, no século XXI.

No capítulo 1, apresentamos o campo de pesquisa e justificamos as escolhas de recorte temático. Para tanto, fizemos um breve levantamento das tendências na produção acadêmica que tematizam o engajamento político de mulheres, tanto no estudo no campo dos movimentos sociais quanto da constituição subjetiva individual. Em seguida, apresentamos parte da história da constituição da MMM e como suas pautas se construíram em nível global. Por fim, descrevemos o período de observação interativa das atividades do núcleo da MMM em Caxias do Sul, realizado entre julho de 2021 e julho de 2022. Nesse ínterim, discorremos sobre o compartilhamento do tempo e as possibilidades interpretativas na partilha dos sentidos de engajamento político no coletivo.

No capítulo 2, refletimos sobre a visão de mundo que orienta nossa pesquisa e suas implicações nas categorias que dão suporte teórico para análise dos dados produzidos. Com esse objetivo em mente, subdividimos o capítulo em três partes. Na primeira, localizamos o engajamento político na relação entre experiência e cotidiano, discutindo esses conceitos a partir do pensamento de Edward Palmer Thompson (1981, 2002, 2020) e Agnes Heller (2014). Na segunda parte, refletimos sobre o conceito de política, compreendido pelos escritos de Jacques Rancière (1996b), e de que forma ele se relaciona com o processo de subjetivação e partilha do sensível (RANCIÈRE, 1996a, 2005). Por último, discorremos sobre os princípios educativos concernentes às experiências em movimentos sociais com base na análise de Nilma Lino Gomes (2017) e Miguel Gonzalez Arroyo (2003).

Como o principal material da pesquisa advém das entrevistas realizadas com cinco mulheres militantes na MMM, reservamos o capítulo 3 para a apresentação das narrativas por elas construídas. Por tratarmos sobre as trajetórias de engajamento, as entrevistas possuem um caráter de narrativa autobiográfica, endossado pelos afetos

mobilizados na rememoração das experiências e pela reflexão da conjuntura apresentada. Nesse ínterim, compreendemos que, ao contarem suas histórias, essas mulheres criam formas discursivas sobre si mesmas e sobre o mundo, na perspectiva de seus princípios, conhecimentos, teorizações e sentimentos.

No capítulo 4, realizamos a análise dos dados da pesquisa. Assim como argumenta Flávia Biroli (2014), identificamos que as experiências políticas de mulheres tornam público debates outrora reservados à vida privada, que detinham ao espaço da casa e da família problemáticas que reproduzem opressões que estruturam as relações sociais. Desse modo, tanto os aspectos da militância em grupos organizados quanto às práticas da vida domiciliar são tematizadas em nossa análise que busca compreender as repercussões do engajamento no cotidiano. Por isso, discutimos a maneira que as participantes da pesquisa se identificam e desidentificam com os papéis socialmente construídos de ser mulher; a produção de subjetividades no âmbito familiar e formativo; e as aproximações e singularidades na construção do engajamento político.

A presente pesquisa defende a tese de que **as experiências de dissenso em relação à localização social de ser mulher, na potência formativa da subjetivação política, geram mudança de si e do entorno que reverberam em engajamento político cotidiano**. Nesse sentido, olhar o mundo sob o ponto de vista das existências insurgentes, ajuda-nos a entender que o engajamento é uma postura inconformista que produz modos de vida que desafiam as estruturas sociais. As experiências políticas produzidas no âmbito da MMM, assim como em outros grupos políticos, não são livres de contradição, disputas e tensões. Entendemos que as mulheres entrevistadas vivem integralmente o engajamento político e, desse modo, conseguem refletir sobre os contrassensos nele existentes. Essas mulheres se responsabilizam pela mudança e pela construção do mundo sustentado em seus sonhos comuns.

Pesquisar nesse campo vivo e pulsante é um desafio que nos afeta em nosso âmago, pois, para além da subjetividade de pesquisadora, alcança-nos enquanto pessoa integral. Por isso, ao longo da pesquisa, produzimos cartas pedagógicas para colocar em escrita alguns acontecimentos, sentimentos e reflexões de caráter pessoal que permearam o caminho de doutoramento. Trazemos para o texto essas cartas na parte de apêndice. Sabemos que todo o texto é composto de nós, mas as cartas

trazem para nossa escrita acadêmica um pouco mais de nossas colorações e posicionamentos em relação ao contexto de produção da tese.

Quando tratamos de engajamento político de mulheres, normalmente, a carga da opressão, violência, discriminação sobressai à experiência. É importante termos em mente a conjuntura atual, desde o avanço político institucional de extrema-direita, vivido no Brasil e em várias outras partes do mundo, visível nos retrocessos em relação aos direitos ao próprio corpo, até o acirramento das desigualdades sociais, causado tanto pelo contexto econômico quanto sanitário pandêmico, sofridas de forma particular pelas mulheres. Todavia, a presente pesquisa não privilegia ver as mulheres na perspectiva da dor e do sofrimento, ao contrário, nosso foco é identificar a potência do existir insurgente. Não descolamos as sujeitas de sua realidade, mas nossas lentes estão ajustadas para a compreensão de como, mesmo que tudo na realidade aponte um destino contrário, elas conseguem resistir e inventar novos modos de pensar, estar e viver no mundo.

1 CAMPO DE PESQUISA

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça / É preciso ter sonho sempre /
Quem traz na pele essa marca / Possui a estranha mania de ter fé na vida
(Milton Nascimento, c1978).

A presente pesquisa tem por temática as experiências de subjetivação política e o cotidiano de engajamento político de mulheres. No campo de estudo do engajamento político, o recorte temático dos movimentos sociais possibilita o acesso a narrativas de resistência e proposição social. Embora não estudemos o movimento social em si, delimitamos como ponto em comum entre as mulheres convidadas a participar da pesquisa, a experiência de militância na Marcha Mundial de Mulheres, em Caxias do Sul. Entendemos que o envolvimento dessas mulheres em um movimento feminista implica na (des)identificação com questões de gênero que as compõem enquanto sujeitas de ação hoje. Nesse sentido, Morgani Guzzo e Cristina Scheibe Wolff afirmam: “a dor, a indignação, o medo, o acolhimento, o pertencimento, o assombro e a esperança são afetos que, em espaços feministas, têm alto potencial político” (2020, p. 10).

A subjetividade política construída nas experiências de subjetivação, em alguma medida, relaciona-se com a aprendizagem alcançada na práxis formativa, sendo uma expressão potente da pedagogia dos movimentos sociais (ARROYO, 2003). Na construção de subjetividade política, indivíduo e coletivo se separam na singularidade das vivências, mas se reencontram na afirmação da subjetivação política que os compõem enquanto grupo dissidente do comum social (RANCIÈRE, 1986b). Embora privilegiemos, em nossa pesquisa, as narrativas pessoais das experiências de engajamento, entendemos que a experiência individual não ocorre de maneira isolada, é localizada em tempos, espaços e atividades coletivas que se desenrolam em contextos sócio-históricos, tal como afirma Heller:

O indivíduo (a individualidade) contém tanto a particularidade quanto o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente ao homem. Mas o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos. É comum a toda individualidade a escolha relativamente livre (autônoma) dos elementos genéricos e particulares; mas, nessa formulação, deve-se sublinhar igualmente os termos “relativamente”. Temos ainda de acrescentar que o grau de individualidade pode variar. O homem singular não é puro e simplesmente indivíduo, no sentido aludido; nas condições da manipulação social e da alienação, ele se vai fragmentando cada vez mais “em seus

papéis". O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade (HELLER, 2014, p. 37, grifos nossos).

O engajamento, por ser um aspecto da subjetividade, projeta o modo de ser no mundo e está sujeito a mudanças. Ainda que vivido no cotidiano e expresso na conduta individual, o engajamento é uma forma de *partilha do sensível*, termo discutido por Rancière, pois fundamenta-se na “existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (2005, p. 15, grifo do autor). A atuação de mulheres politicamente engajadas em movimentos sociais enquanto uma das instâncias do cotidiano demonstra que a integralidade da práxis não separa na vida, corpo, sentimento e pensamento. A pedagogia presente nos movimentos sociais se apresenta também na intensificação do constante indagar-se, à medida que é posto em pauta a pessoa em sua condição social. Todavia, esse processo não se produz somente na dimensão material, também é permeado por alienação e utopia, na vivência do presente fundamentado na projeção de um futuro possível.

Para as mulheres, circunstanciados outros fatores condicionantes de sua vivência (classe, raça, orientação sexual, território, entre outros), tanto as atribuições biológicas quanto identitárias historicamente exploradas e/ou atribuídas nas relações de gênero, ancoram os limites da vivência política feminina. Ao tensionar esses limites, as mulheres reivindicam igualdade de condições e de oportunidades, mas resguardam a importância de sua atuação singular pautada pelas marcas sociais de sua experiência. Desse modo, partilham do sensível de seu engajamento político e na subjetivação que as identificam pelo dano (RANCIÈRE, 1986b) da localização social de ser mulher.

A leitura das relações desiguais de gênero sob o ponto de vista feminista não se dá sem tensão entre os diferentes entendimentos de mundo que abarcam as teorias. Por isso, tratamos a experiência feminista no presente trabalho de maneira ampla, na vivência política das relações de gênero, sem um enquadramento de conduta, mas na compreensão de que a construção do feminino também é transposta por outros condicionantes sociais. A exemplo disso, Biroli (2014) escreve sobre a ambiguidade que o fator família assume nas reflexões feministas, e as diferentes interpretações e críticas que esse elemento comportou ao longo do desenvolvimento dos pensamentos feministas.

A posição de classe incide também sobre o entendimento que se tem da vida doméstica e familiar. A família pode assumir a feição de um refúgio para integrantes de grupos que sofrem discriminação e opressão sistemáticas na sociedade mais ampla. Pode, também, funcionar como um dos poucos mecanismos de suporte para pessoas em posição desprivilegiada e socialmente vulnerável. [...] Do mesmo modo, as privações associadas à opressão de gênero podem ter sentidos muito distintos para as mulheres de acordo com sua posição de classe. As dores psicológicas relacionadas à domesticidade e aos papéis convencionais de gênero, expressa a partir da experiência das mulheres de classe média, não são equivalentes às privações materiais que incidem diretamente na organização da esfera doméstica, mas também na relação entre esfera doméstica, trabalho e esfera pública das mulheres pobres. As formas de organização da esfera doméstica e seu sentido, assim como o acesso à privacidade, variam não apenas de acordo com o gênero, mas com a posição de classe e o suporte material disponível (BIROLI, 2014, p. 38-39).

Além de compor o espaço de atuação das mulheres participantes da pesquisa, as questões de gênero perpassam nossa pesquisa enquanto campo temático e enquanto condição de produção da tese. Nesse sentido, o tensionamento da forma que nos referimos às mulheres e ao mundo também constitui um importante posicionamento político que implica no uso acadêmico das representações linguísticas no desenvolvimento de nosso pensamento e escrita. Crer que exista neutralidade em utilizar categorias totalizante masculinas (das advindas da racionalidade moderna: homem, ser, humanidade; às reflexivas acadêmicas contemporâneas: indivíduo, sujeito, ator social) seria uma forma de não afirmar a singularidade da participação política das mulheres. Segundo Thompson (1981, p. 34): “à medida que o mundo se modifica, devemos aprender a modificar nossa linguagem e nossos termos”.

Em relação à produção acadêmica, ao criar uma narrativa única, a falta de atenção à maneira de estar, sentir e interpretar o mundo, relega ao esquecimento as mulheres, entre outros segmentos sociais, como integrante dos processos históricos. Nesse ínterim, ao retomar a história da caça às bruxas, projeto político que atravessou os séculos perseguindo as mulheres que tivessem algum poder comunitário e que pudessem ser vistas como ameaça a estabilidade dos grupos dominantes, Silvia Federici (2017) alerta-nos acerca das exclusões epistêmicas e sua implicância no reconhecimento da diversidade de modos de existir e produzir o mundo:

O fato de que a maior parte das vítimas na Europa tenham sido mulheres camponesas talvez possa explicar o motivo da indiferença dos historiadores com relação a tal genocídio; uma indiferença que beira a cumplicidade, já que a eliminação das bruxas das páginas da história contribuiu para banalizar sua eliminação física na fogueira, sugerindo que foi um fenômeno com um

significado menor, quando não uma questão de folclore (FEDERICI, 2017, p. 290).

Não estamos longe dessa corrupção dos fatos quando adotamos categorias totalizantes masculinas para explicarmos determinados fenômenos que se modificam na perspectiva das mulheres. Em vista disso, nossos objetivos de pesquisa se fundamentam ética e politicamente na visibilização das particularidades de ser mulher engajada na experiência prática do cotidiano.

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser compostos de simples figurantes, força sua entrada em cena. Se nos preocupamos apenas com tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres são raramente vistas como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômico. Se nos interessamos pelo ser, então a exclusão das mulheres reduziria a história à futilidade. Não podemos entender o sistema agrário dos pequenos produtores sem investigar práticas hereditárias, os dotes e, quando for o caso, o ciclo do desenvolvimento familiar. Por sua vez, essas práticas se apoiam nas obrigações e reciprocidades do parentesco, cuja manutenção e observância serão frequentemente encontradas nos encargos particulares das mulheres. A “economia” só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. A vida “pública” emerge de dentro das densas determinações da vida “domésticas” (THOMPSON, 2002, p. 234-235).

Sem a devida sinalização das marcas social e historicamente produzidas na categorização de grupos humanos e suas relações de poder, aos poucos apagamos a pluralidade das e dos sujeitos e os processos de exploração por eles vivenciados. Enquanto olharmos para a realidade somente sob o ponto de vista do homem branco heterossexual (indivíduo universal na mentalidade colonial), sem tensionarmos as condições sociais das e dos demais pessoas/grupos existentes, estamos fadados a olharmos para uma distorção social.

Devo acrescentar que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão (FEDERICI, 2017, p. 27).

Ao afirmarmos as implicações éticas e políticas do fazer acadêmico, colocamos na conta a influência indubitável do contexto de produção das pesquisas. Desse modo, temos ciência de que a conjuntura em que desenvolvemos nossa pesquisa, por ser contemporânea ao desenrolar das experiências de engajamento tematizadas, está

sujeito a similares tensionamentos estruturais que afetam o cotidiano das mulheres participantes. O cenário político institucional brasileiro dos quatro anos de nosso doutoramento foi marcado pelo pensamento negacionista das ciências e de deslegitimação dos processos democráticos também narrados como fatores negativamente relevantes para a organização militante das entrevistadas.

Nesse contexto, soma-se a instabilidade democrática e a legitimação por parte de representantes do governo federal da violência armamentista contra militantes de esquerda, acirrada pela narrativa de autogolpe e apologia à ditadura militar perpetrada durante o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), na adoção de um regime de falseamento da realidade na reprodução e disparo em massa de notícias falsas. Esse projeto caótico, mas intencional, de disseminação do ódio à grande parte dos segmentos sociais brasileiros, dentre eles as universidades e as produções acadêmicas, bem como a militância política contrária ao governo bolsonarista, fez com que a veracidade penasse entre o real e as cortinas de fumaça construídas para eliminar da perspectiva populacional o aprofundamento da política econômica neoliberal implantada. Atrela-se a isso a maquinaria posta a serviço de deixar morrer aqueles que não atendem aos interesses de mercado, seja em decorrência da política adotada a favor do alastramento da pandemia de COVID-19 ou na pauperização sistematizada das condições de vida de parte da população em detrimento de ganhos bilionários de outros setores, elemento íntimo da história brasileira. Ainda que ao olharmos para o contexto nacional e global sobressalte as desigualdades sociais, injustiças, opressões e violências, concordamos com Gomes (2017) que vê nos movimentos sociais um guia que insiste em iluminar novos caminhos possíveis mesmo nos momentos mais sombrios:

Vivemos, no momento em que escrevo este livro, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas no Brasil e na nossa democracia. Tempos de reorganização do capitalismo nacional e internacional e das lutas sociais. Nesse contexto, há quem pense que a força dos movimentos sociais está enfraquecida. Mas, pelo contrário. Eles continuam atuando como protagonistas políticos da emancipação social e como verdadeiros faróis que brilham em tempos tenebrosos, mostrando o caminho para aqueles que lutam pela emancipação social e pela democracia. Por isso, é importante que a memória e a história dos movimentos sociais não sejam perdidas (GOMES, 2017, p. 16).

Nesse sentido, pensando em nosso campo temático, por mais que o contexto de reprodução da vida social esteja politicamente caótico, ensinamos com nossa tese

visualizar a potencialidade transformadora produzida pelas mulheres entrevistadas no nível micro social, na promoção da mudança de si e de seu entorno, nas experiências de subjetivação política e engajamento político que implicam no cotidiano. Na partilha do sensível (RANCIÈRE, 2014) a dimensão afetiva é mobilizada nas experiências militantes em movimento social, principalmente de cunho feminista. Nesse sentido, as narrativas não somente descrevem fatos, mas evocam vivências que acontecem na e com a sujeita integral. Entendemos que, para as mulheres, a “miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam não bastam para contar a sua história” (Michelle Perrot, 1988, p. 212); por isso, a relevância de nossa pesquisa ao propor o aprofundamento do conhecimento sobre a mulher politicamente engajada. Ao refletirmos sobre as experiências de subjetivação política e engajamento político de mulheres, falamos sobre a capacidade de construir e transformar proposições em encorajamento utópico.

1.1 DA AÇÃO COLETIVA À MULHER ENGAJADA

Da ação coletiva à mulher engajada se refere ao movimento que identificamos nas pesquisas acadêmicas a partir da leitura das produções de teses e dissertações, que discorrem sobre os movimentos sociais e a participação feminina. Em nosso estudo, evidenciamos que os binarismos conceituais da ciência moderna ainda estão presentes na escrita acadêmica e, em nosso campo temático, aparece principalmente na separação entre sujeito e coletivo na explicação dos fenômenos sociais. Em nossa tese, propomos um movimento contrário a esse, ancoramo-nos no pensamento que visa conciliar a subjetividade social e individual (Fernando Luis González Rey, 2012), para compreendermos de que maneira os processos coletivos perpassam as narrativas de si das sujeitas entrevistadas.

Essa tensão permanente entre o indivíduo e os processos institucionalizados de sua vida social é a que apresentamos em nosso trabalho como a relação entre a subjetividade social e individual, onde uma nunca é externa a outra, emergindo de múltiplas maneiras, uma constituinte da outra, processo que acontece de forma singular tanto nos espaços sociais afetados por essas dinâmicas como nas pessoas que compartilham suas práticas no interior desses espaços (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 182).

Ao estudarmos as pesquisas acadêmicas em nossa área, relacionadas no quadro 1, identificamos uma mudança de foco, sendo privilegiado os fenômenos

grupais e as explicações macrosociais nas produções mais antigas, enquanto as pesquisas mais recentes dão ênfase à inserção política individual. Segundo Claudia Fonseca: “da mesma forma que o individualismo metodológico resvala por momentos para uma sacralização do indivíduo, da mesma forma a abordagem sociológica arri sca desembocar na reificação de processos coletivos” (1999, p. 76).

Na leitura das teses e dissertações na área, identificamos, principalmente, nos trabalhos que datam após 2018, uma maior compreensão dos estudos acadêmicos em relação a não separação da ação e da subjetivação ao tratarem de experiências políticas. Esse processo está imbricado na singularidade dos engajamentos em uma rede cada vez mais aberta de formas de participação. Todavia, cabe ressaltar que “as lógicas microssociais de perduração do engajamento não podem ser desatreladas de grandes transformações” (Frédéric Sawicki; Johanna Siméant, 2011, p.228) para o entendimento das condições de militância política.

Com a delimitação temática do estudo, as experiências e os cotidianos de mulheres politicamente engajadas, seguimos a nossa caminhada na identificação de teses e dissertações que nos ajudam a compreender nosso campo de estudo. A revisão de trabalhos produzidos em nossa área foi realizada em 2020; por isso, abarca as publicações realizadas até esse ano. Para esta pesquisa, definimos alguns descritores que combinados remetem aos trabalhos na área, realizando quatro buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹. Conforme é possível ver na tabela 1; primeiramente, buscamos as produções acadêmicas pelos descritores: movimentos sociais; mulheres; pedagogia; publicados entre 2001 e 2020. Dos 98 resultados da primeira busca, selecionamos sete trabalhos. Na segunda busca, utilizamos os descritores: educação; engajamento; movimentos sociais; mulheres, sem delimitação de ano de publicação, selecionando 4 entre os 13 resultados. Empreendemos a terceira busca com os descritores: ativismo; engajamento; mulheres; pedagogia, tendo por ano 2001 a 2020. Dos 14 resultados, selecionamos um trabalho. Por fim, buscamos pelo descritor geral: experiência, e pelos descritores restritos a assunto: movimentos sociais; mulheres, publicados entre 2001 e 2020. Nessa busca, dos 70 resultados obtidos, selecionamos oito trabalhos.

¹ Biblioteca digital que integra e dissemina teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, desenvolvido e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Acesso em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Tabela 1 – Metodologia de Busca de Teses e Dissertações

<i>Descritores</i>	1ª Busca	2ª Busca	3ª Busca	4ª Busca
Ativismo			X	
Educação		X		
Engajamento		X	X	
Experiência				X
Movimentos Sociais	X	X		X*
Mulheres	X	X	X	X*
Pedagogia	X		X	
<i>Período</i>	2001-2020	-	2001-2020	2001-2020
<i>Resultado total</i>	98	13	14	70
<i>Teses selecionadas</i>	5	1	-	1
<i>Dissertações selecionadas</i>	2	3	1	7
<i>Total de Teses e Dissertações Selecionadas</i>				20

*Busca por descritor restrito a assunto.

Fonte: Elaborado pela autora.

Se na busca inicial alcançamos o número de 20 teses e dissertações, na leitura percebemos ser bastante abrangente as abordagens realizadas, e a não correspondência de todos os trabalhos com nosso objeto de estudo. Em uma das buscas não delimitamos o período de produção para tentarmos um maior alcance de resultados, mas nas outras três restringimos a partir de 2001. Nisso, identificamos que a grande maioria dos trabalhos selecionados se concentram no segundo decênio após o ano 2000. Das 20 teses e dissertações, apenas cinco foram produzidas antes de 2010. Em relação aos números, ganham destaque as teses e dissertações defendidas em 2018 e 2019, perfazendo respectivamente quatro e cinco trabalhos, 45% em relação ao total.

Realizando a leitura dos resumos, identificamos que nem todas as pesquisas selecionadas tinham como foco o estudo com mulheres, embora esse tenha sido nosso recorte inicial de busca. Outros não tinham por intuito tratar da questão do engajamento, mas sim refletir sobre aspectos dos movimentos sociais tematizados. Desse modo, empreendemos uma depuração das teses e dissertação inicialmente selecionadas, resultando na relação final de 11 trabalhos para estudo na íntegra (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação de Teses e Dissertações

Nº	Título	Autor(a)	Ano
TESES			
1	Movimentos de ocupação: a relação entre o vivido e o viver	Damboriarena, Luiza Araujo	2019
2	O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras	Santos Souza, Cássia Fabiane dos	2019
3	A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo	Carvalho-Silva, Hamilton Harley de	2018
4	Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE	Souza, Maria Erica Santana de	2017
DISSERTAÇÕES			
5	Negras e sapatoões: uma análise sobre elaborações de identidades nos movimentos lésbico e racial no Distrito Federal	Alves, Raíla de Melo	2019
6	Obínrin Odara: o ativismo político afro-religioso das mulheres de Umbanda e Candomblé do Ceará	Santos, Beatriz Ricarte	2018
7	Ocupo, logo existo: ocupações secundaristas e o tecer de outra educação possível	Barbosa, Fernanda Ströher	2018
8	Universidade pública e sujeito político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais	Gruginskie, Claudete Lampert	2015
9	Vivências femininas no movimento de saúde da cidade de São Paulo	Carignato, Lucirene Aparecida	2007
10	Mulheres em Movimento: Construção de Relações de Gênero na Militância Política das Mulheres	Sena, Francisca Maria Rodrigues	2004
11	Mulheres em movimento: identidade coletiva e subjetividade nas práticas culturais de lazer na cidade de Diadema	Cavaleiro, Maria Cristina	2004

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme discutem Danilo Romeu Streck e Telmo Adams (2012), evidenciamos a tendência da abordagem dos movimentos sociais com significações distintas de acordo com a sua episteme. Assim, alguns trabalhos, ao se referirem a movimentos sociais, relacionam o engajamento em projetos sociais, instituições filantrópicas, conselhos de Estado, fóruns, organizações políticas, sindicatos, movimentos sociais institucionalizados, grupos identitários, coletivos, grupos de redes sociais virtuais, ação coletiva, entre outros. Embora tenhamos identificado essa alargada gama de significados e de modos de compor os movimentos sociais, todos são expressos por pautas progressivas, ainda que variem abissalmente em sua relação com o Estado. Dos trabalhos analisados, apenas a dissertação de Maria Erica Santana de Souza (2017) aborda – ainda que de maneira contextual, não sendo o foco da pesquisa – movimentos sociais com pautas conservadoras ou identificadas

com condutas políticas de extrema-direita. No cenário brasileiro atual, Souza (2017, p. 164) observa que:

não apenas os movimentos sociais de direcionamento político dito de esquerda – que, desde a abertura política, sempre foram os grandes protagonistas dos protestos no país – aproveitaram novas possibilidades de organização e de participação na arena pública desde os ciclos de protestos de 2013, mas também grupos e indivíduos autodenominados conservadores e de direita têm aproveitado igualmente as oportunidades e repertórios de ação disponíveis atualmente, com destaque para as redes sociais como ferramenta de comunicação e espaço de debates.

Em relação às metodologias empregadas nas pesquisas estudadas, todas as teses e dissertações são de cunho qualitativo, sendo que algumas pesquisas são complementadas por dados quantitativos. Além disso, predominam as técnicas de entrevistas e visita de campo, compondo variadas metodologias, como: entrevista em profundidade (Hamilton Harley de Carvalho-Silva, 2018), escuta sensível (Cássia Fabiane dos Santos Souza, 2019), pesquisa participante (Luiza Araujo Damboriarena, 2019), pesquisa afrodescendente (Beatriz Ricarte Santos, 2018), História Oral (Lucirene Aparecida Carignato, 2007), entre outros. São destacadas as redes construídas com as e os entrevistados, que, no processo de pesquisa, indicam outros possíveis indivíduos a participar ou modos de alcançar contatos e documentos que as pesquisadoras e os pesquisadores necessitam. Desse modo, identificamos nas pesquisas o que Carvalho-Silva (2018, p. 32) denomina de “técnica da ‘bola de neve’ (BIERNARCKI; WALDORF, 1981) na qual uma entrevistada indicava a próxima, mantendo-se e ampliando-se as relações de confiança com o pesquisador”.

A tese de Carvalho-Silva (2018), *A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo*, contribui de forma singular com a nossa pesquisa, por abordar de maneira central duas problemáticas presentes em nossa tese, o engajamento político de mulheres e a prática educativa presente na atuação militante. Carvalho-Silva (2018) enfatiza nas entrevistas as relações estabelecidas pelas mulheres do MTST com processos educativos vivenciados anteriormente à militância e a dimensão educativa que envolve estar no movimento. Conclui que “o engajamento e a militância política são experiências capazes de alterar os modos de se conceber o mundo por meio da transmissão e assimilação de diferentes valores e comportamentos”. (CARVALHO-SILVA, 2018, p. 19).

Santos Souza (2019, p. 213) afirma que “não há militância – na perspectiva que foi discutida neste trabalho – sem um processo educativo”. Em sua tese, a pesquisadora objetiva identificar como a dimensão climática se associa ao engajamento nas lutas étnico-raciais das mulheres entrevistadas, o que não logrou grande êxito, pois “os atributos de lutas de mulheres negras afetam políticas públicas mais inclusivas e coincidentes com a pauta da Justiça Ambiental, mas não percebem as mudanças climáticas como parte intrínseca de suas lutas” (SANTOS SOUZA, 2019, p. 125). Todavia, ao iluminar essa questão, Santos Souza (2019) demonstra que o contato com o campo de pesquisa é o que constrói a tese e que os pressupostos da pesquisadora devem estar dispostos a se modificar no contato humano. Desse modo, a pesquisadora assume uma postura de aprendiz, especialmente, quando tratado sobre a pedagogia em movimento (ARROYO, 2003).

Nesse sentido, notamos um direcionamento ético nas pesquisas analisadas em relação ao cuidado em não objetificar as e os sujeitos que colaboram com os estudos. Na aproximação com as mulheres das pesquisas, descritas nas teses e dissertações, identificamos duas tendências de caráter investigativo, sendo estas: entrevistas que pretendem analisar os movimentos sociais por meio dos relatos das entrevistadas (Maria Cristina Cavaleiro, 2004; Francisca Maria Rodrigues Sena, 2004; SOUZA, 2017; Fernanda Ströher Barbosa, 2018; SANTOS, 2018;) e pesquisas que compreendem a experiência singular de engajamento das e dos indivíduos (CARIGNATO, 2007; ALVES, 2019; CARVALHO-SILVA, 2018). Na revisão das teses e dissertações, identificamos que as entrevistas com lideranças dos movimentos sociais, no passar do tempo, vão dando espaço a entrevistas com integrantes que estão na base das organizações, que podem ou não estar em papel de coordenação, e que não mantêm uma caminhada linear de militância.

Acreditamos que essa tendência coincide com a mudança paradigmática científica, entre trabalhos que pretendem ser universalistas, destacando a partir de amostras realidades coletivas, a pesquisas microssociais, que buscam compreender as circunstâncias individuais e contextuais de engajamento. Todavia, essa abordagem ainda é minoritária, pois, dos 20 trabalhos inicialmente selecionados, apenas seis tiveram como objetivo compreender no relato das participantes sua experiência e cotidiano, fazendo o trânsito da narrativa para a categorização e não o contrário. Sendo estes: a tese de Carvalho-Silva (2018) e as dissertações de Alves (2019), Santos (2018), Barbosa (2018), Claudete Lampert Gruginskie (2015) e Carignato

(2007). Isso não quer dizer que os demais trabalhos pretendam estabelecer narrativas universalizantes, apenas não privilegiam o cotidiano das e dos sujeitos entrevistados, como na tese e nas dissertações destacadas. Os trabalhos estudados na revisão de literatura indicam que a realidade social entendida por meio da individuação ainda é preterida em relação às visões totalizantes das experiências de engajamento. Compreendendo essa mudança paradigmática nos estudos sociológicos franceses sobre engajamento militante, Sawicki e Siméant (2012, p. 240) afirmam:

Não se está distante hoje em dia de abordagens que, temendo ser tachadas de racionar *ex post* ou de ignorar a singularidade de seu objeto, dão provas de miopia, ou que, na melhor das hipóteses, esboçam apressadamente um afresco macrossocial que é supostamente o pano de fundo de seu objeto de estudo. Ora, é paradoxal “cair” permanentemente, quando se estudam as mobilizações, em receptáculos de recrutamento da militância (redes cristãs, nebulosa leiga, fragmentos do conglomerado comunista...), ou de grandes organizações militantes institucionalizadas, mesmo em crise (sindicatos), cuja presença é evocada como sendo evidências, “caixas-pretas”, ao passo que a sociologia dessas caixas-pretas suscita menos interesse científico do que aquelas das mobilizações às vezes microscópicas, mas cuja possibilidade seria pouco provável sem as primeiras. Sem dúvida, não devemos mais nos contentar com generalidades sobre as transformações suscetíveis de afetar a militância (“globalização”, “terciarização”, “aspirações participativas” ...), mas integrá-las à análise, para conseguir avaliar o peso dessas transformações em função de situações sociais específicas.

Juntamente com o estudo mais apurado das e dos indivíduos nos movimentos sociais, acompanha estes trabalhos a crítica à rigidez da escrita acadêmica. Desse modo, ao mesmo tempo que algumas teses e dissertações privilegiam a singularidade² das e dos sujeitos que cooperam com as pesquisas, desenvolvem traços próprios de escrita, seja por meio da maior liberdade em circular por gêneros literários (SANTOS SOUZA, 2019) ou pela contextualização do lugar de fala da pesquisadora (ALVES, 2019; SANTOS, 2018).

Entendemos que as pesquisas que buscam empreender explicações amplas dos fenômenos sociais são tão importantes quanto as pesquisas que focam na singularidade das experiências humanas. Ambos os estudos se complementam para a compreensão de processos históricos complexos, visto que a realidade compreende

² Aqui, o conceito de singularidade é utilizado de uma forma diferente do que vinha sendo tratado até então no texto. Quando nos referimos, por exemplo, à singularidade da militância de mulheres, nos referimos a uma ideia de ser identificada a um grupo. Já, nesse momento, a singularidade é colocada como a experiência individual que se diferencia a cada sujeito, mesmo que pertençam ao mesmo grupo. Nesse caso, aproxima-se do que André Duarte (2012, p. 17) define como: “falar de singularização ou singularidade é falar de um curso de acontecimentos ao longo dos quais alguém torna-se um ‘quem’ determinável e discernível em relação aos demais, destacando-se em relação aos outros sem contudo apartar-se deles”.

múltiplas facetas sociais, porosas e dicotômicas. Acreditamos que a pluralidade de narrativas acadêmicas nos aproxima de um conhecimento fidedigno dos fatos sociais.

A relação, o processo do atual, não se dá só como expressão da relação, mas dos sentidos subjetivos que se produzem nessa relação e que são inseparáveis das configurações subjetivas que se organizam em cada participante da ação no próprio curso daquela. A história da pessoa está presente no atual não como passado, mas na configuração subjetiva da experiência atual, onde o passado é sempre presente, e um presente sempre diferente nas configurações subjetivas múltiplas e simultâneas que caracterizam a vida humana em seus diferentes contextos e áreas (GONZÁLEZ REY, 2012, p.180).

Todavia, a constatação da predominância de explicações coletivas e, muitas vezes, totalizantes, na temática do engajamento em movimentos sociais, apontam uma lacuna na produção acadêmica em relação à compreensão das vivências singulares do cotidiano. Sem o devido cuidado analítico, na separação entre sujeito e coletivo, corremos o risco de contar uma história unilateral, com a instituição de verdades que excluem grupos e formas de vida não hegemônicas. Nesse sentido, e pensando na sua base metodológica de pesquisa, Souza (2017, p. 32) escreve:

Dentro dessa epistemologia feminista, é preciso pensar também sobre a construção e o uso das categorias e teorias. Segundo Sandra Harding (1993), algumas correntes feministas, mesmo que empenhadas em mostrar a falsa neutralidade de gênero, raça e classe nas teorias positivistas, continuaram, em sua base, seguindo a mesma lógica destas ao tentar criar teorias estáveis e totalizantes sobre gênero e sobre a mulher, o que gera uma contradição. Neste caso, como uma forma de escapar do modelo positivista, a autora sugere que reconheçamos a instabilidade dos conceitos, já que vivemos em um mundo instável e em transformação, e argumenta ainda que não se deve criticar uma epistemologia para construir outra com regras hierárquicas e conceitos totalizantes. Ao invés disso, a epistemologia feminista deve seguir lado a lado com outras ciências e epistemologias.

A atenção aos binarismos analíticos se põe, por um lado, ao cuidado de não apagarmos os indivíduos na escrita sobre os processos coletivos. Mas, por outro lado, diz-nos que as narrativas individuais não ocorrem em um vácuo existencial. Desse modo, entendemos que, ao mesmo tempo em que não devemos assumir uma postura universalista das experiências, também não podemos isolar as pessoas de seu contexto. Ainda que, em nossa metodologia, a escrita de si seja uma forma de produção de dados para análise, vemos processos-mundo ocorrendo nas trajetórias contadas.

“Cada caso é um caso” é uma expressão que, em muitas situações, vem a calhar. Mas meu temor com seus excessos deve estar-se tornando mais claro. “Cada caso é um caso” justifica a rejeição de soluções pré-fabricadas. E então? O que vem depois? Com quais instrumentos vamos tentar apreender e compreender a realidade diante de nós? Com a intuição pessoal de cada um? É o que temo, pois essa intuição — que tende a chegar na forma de vagos princípios universalizantes — é muitas vezes o que mais garante o massacre simbólico do “outro”. Resgata-se sua particularidade psicológica (enquanto indivíduo *sui generis*), mas às custas de sua realidade enquanto membro de um grupo social com valores possivelmente bem diferentes dos do pesquisador (FONSECA, 1999, p. 62-63).

Sobre as lacunas de pesquisas em relação à singularidade do engajamento de mulheres nos movimentos sociais, Cavaleiro (2004, p. 77) aponta que “os estudos sobre a condição da mulher [...] no Brasil demonstram que, nesse assunto, tratou-se menos de um silêncio por parte das mulheres e mais da historiografia (MATOS, 2000, p. 21), da sociologia e dos estudos sobre o urbano”. Nesse aspecto, em pesquisas mais recentes, Souza (2017), Alves (2018) e Santos (2018) destacam que é ainda maior a escassez de discussão a respeito da vida e militância de mulheres negras. Segundo Souza (2017, p. 30), “o olhar daqueles que se debruçam sobre as políticas sociais brasileiras, seja para formulá-las, seja para estudá-las, ainda é míope em relação às desigualdades raciais e injustiças ambientais”, complementa que “é conhecida a precariedade de dados sobre a vida da mulher negra, em qualquer pauta social que ela atue” (Ibid.). Consoante a isso, escreve Djamilia Ribeiro (2020):

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2020, p. 31).

Ainda sobre o privilégio de alguns sujeitos frente a outras existências, Alves (2018, p. 10) destaca que um dos resultados de sua pesquisa foi identificar “a escassez de produções científicas nacionais e internacionais que trabalhem com identidades e o entrecruzamento das categorias gênero, raça e lesbianidade, principalmente no que se refere às mulheres negras”. De acordo com Santos (2018, p. 19), sua pesquisa se inscreve na necessidade de com urgência “ressignificar os referenciais de afrodescendência ainda estigmatizados e negligentemente elaborados pela história oficial”.

Nesse sentido, a mudança de posicionamento das pesquisadoras em relação ao campo de pesquisa tem sido essencial para correção dessa distorção de leitura das realidades sociais. Fazer pesquisa com as entrevistadas não sobre as entrevistas, é um esforço nessa direção, empreendido por Alves (2019), Santos (2018) e Carvalho-Silva (2018) em suas respectivas pesquisas. Também, destacamos o posicionamento de Carignato (2007, p. 14) que explica que sua pesquisa “não se trata [...] de fazer uma história do Movimento de Saúde, mas sim de buscar através dos relatos e narrativas das mulheres integrantes do movimento como elas vivenciaram essa experiência”.

Atentamos que apenas pesquisar movimentos sociais não faz da pesquisa acadêmica um instrumento inclusivo. A falta de reconhecimento da individualização pode, por vezes, apagar as singularidades existentes dentro desses conjuntos e sobrepor uma identidade sobre outra criando um sujeito comum ao grupo. Nesse sentido, Ribeiro (2020) destaca, por exemplo, as discussões pertinentes ao movimento feminista e sua relação com as mulheres negras:

Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (RIBEIRO, 2020, p. 41).

Os tensionamentos que existem internamente nos movimentos sociais devem ser considerados na pesquisa acadêmica, para não recorrermos a silenciamentos epistêmicos a respeito da complexidade da realidade social. Nesse sentido, Alves (2019) destaca a dificuldade de inserção de mulheres negras e lésbicas em movimentos sociais focalizados em determinadas existências, por não discutirem as diferenças entre as mulheres e os enfrentamentos dos espectros de opressão segundo suas diferentes localizações sociais. Para Alves (2019, p. 116),

A dificuldade pulsante de movimentos sociais em pensarem e abarcarem negras lésbicas restou incontestável. No movimento lésbico, classismos, racismos foram as principais queixas das interlocutoras com quem dialoguei. No movimento negro, mais especificamente de mulheres negras, a questão de lesbianidade, por enquanto, ainda não é sequer uma pauta. A justificativa para que não seja uma pauta reside no argumento mais genérico de que o foco nesses movimentos é o racismo. Não. Racismo e trabalho. Racismo, trabalho e lazer. Racismo, trabalho, lazer e bem-viver. E lesbianidade? Não. A pauta é o racismo.

Antes de chegarem às mulheres que protagonizam suas pesquisas, Alves (2018), Santos Souza (2019) e Santos (2018) nos apresentam um reencontro com

suas próprias identidades, apontando os caminhos que as constituíram enquanto pesquisadoras e mulheres pertencentes aos campos de estudos. Ao tratar das diferentes opressões e identidades vivenciadas pelas e pelos sujeitos das pesquisas, algumas teses e dissertação têm recorrido às teorias da interseccionalidade, seja como base da pesquisa ou enquanto leitura transversal da temática. Desse modo, entendemos a importância dessa abordagem tanto na análise de dados, quanto em relação à disposição das pesquisadoras em suas pesquisas. Complementa-se a isso, a definição de lugar de fala feita por Djamilia Ribeiro, lembrando que o posicionamento de quem pesquisa não é neutro e parte de sua própria localização social:

Como explica Collins, quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Sai, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades (RIBEIRO, 2020, p. 60).

Na análise das teses e dissertações, identificamos que a associação entre a discussão do engajamento feminino e a suposta dicotomia entre esfera pública e privada aparece com recorrência nos estudos. “Quando partimos de uma análise burguesa da esfera pública perdemos de vista os mecanismos informais de exclusão de públicos tais como mulheres, negros, classe trabalhadora” (SOUZA, 2017, p. 42). A respeito disso, Sena (2004) retoma as mutações das concepções da esfera pública e privada a partir da perspectiva de gênero, desde a pólis grega à contemporaneidade. Nesse sentido, Souza (2017) adensa a discussão na perspectiva de inserção das relações de gênero, na inclusão ao debate público de demandas tratadas como assuntos do mundo privado. Consoante a isso, Biroli (2014, p. 34) escreve:

A crítica às desigualdades de gênero está geneticamente ligada à crítica às fronteiras convencionais entre o público e o privado nas abordagens teóricas, na prática política, nas normas e nas instituições. A garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada – podemos pensar, nesse sentido, que a restrição ao exercício de poder de alguns na esfera doméstica é necessária para garantir a liberdade e a autonomia de outras. A tipificação da violência doméstica e do estupro no casamento como crimes são exemplos claros de que a “interferência” na vida privada é incontornável para garantir a cidadania e mesmo a integridade física das mulheres e das crianças. O mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetrados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público.

Na dissertação de Carignato (2007), as entrevistas e as análises realizadas têm como ponto de referência a questão de gênero. Carignato (2007) problematiza as identidades universalistas do humano, ao mesmo tempo que identifica as formações sociais do ser mulher. Já Sena (2004) utiliza a categoria de gênero para tensionar a normatividade por ela apontada no constructo da militância política. Todavia, ainda notamos nestes trabalhos a busca em ressaltar aspectos comuns para gerar categorias explicativas precedentes aos sujeitos ou às experiências de subjetivação estudadas.

Ao analisarem as experiências individuais, identificamos que algumas pesquisas direcionam suas críticas à categorização de conceitos antes da experiência de campo e do contato com as e os sujeitos. Destacamos o recorrente repensar realizado, sobretudo nas pesquisas mais recentes, sobre a categoria de gênero. Estudos como o de Souza (2017) não refutam a importância da discussão sobre gênero, mas problematizam o caráter totalizante que a teoria pode assumir, caso não sejam tensionadas as lógicas que a baseiam. Nesse sentido, Alves (2018) denuncia a forma que as lésbicas e as mulheres negras são tratadas como não-mulher, no constructo de um sujeito universal, por isso, reflete sobre a necessidade da intersecção das categorias de opressão, não sendo suficiente tratar da questão de gênero.

Desse modo, insistimos na lacuna existente em relação ao que há de incomum nas experiências, os pontos em que as narrativas se distanciam e revelam a singularidade dos engajamentos, os dissensos em relação às formas de resistência promovidas por mulheres em movimentos sociais. Entendemos que essa abordagem é importante por potencialmente refletir sobre as subjetividades produzidas no processo de engajamento político. Assim, podemos dizer que não pretendemos com a tese criar uma narrativa das narrativas produzidas pelas mulheres entrevistadas, mas compreender como as vivências das variantes contextuais são subjetivadas pelas participantes e produzem experiências singulares de fenômenos comuns. Ao mesmo tempo, interessa-nos também as recorrências que conectam as experiências de determinado grupo e sinalizam elementos da vida social.

No próximo subcapítulo, por meio da revisão de literatura, fazemos uma leitura do campo de estudo sob o ponto de vista das produções acadêmicas na área. Desse modo, entendemos que sistematizar, ler e refletir sobre as escolhas teóricas e metodológicas realizadas em pesquisas auxiliam na delimitação dos nossos objetos

de estudo e a justificar a relevância do enfoque dado na definição da temática estudada.

1.2 A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres surgiu como uma manifestação política feminista antes de se compor enquanto movimento social³. Em Quebec, no Canadá, em 1995, uma grande mobilização com cerca de 850 mulheres, marcharam até Montreal, com o lema “Pão e Rosas”, reivindicando pautas relacionadas à renda e aos direitos das mulheres imigrantes. A repercussão da experiência em outros países, compartilhada pelas mulheres de Quebec, mobilizou outros grupos feministas para atuarem de forma internacionalista, em um movimento feminista e crítico ao capitalismo.

A campanha global de mulheres teve seu primeiro encontro em 1998. No Brasil, a articulação inicial foi feita pela Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). O tema do encontro foi pensar a forma que a pobreza e a violência afetam em especial as mulheres, sendo elaboradas 17 pautas, reivindicadas em uma campanha desenvolvida ao longo do ano 2000. A campanha contou com a participação de grupos de mulheres de 150 países e territórios. As mobilizações ocorreram por meio de manifestações públicas e atividades de educação popular.

No Brasil, além das atividades realizadas em diversas cidades, no ano 2000 também foi construída a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)⁴. A nível mundial, os eventos culminaram em uma marcha simultânea, em 40 países, no dia 17 de outubro.

O êxito das mobilizações da Marcha Mundial das Mulheres levou a um segundo encontro internacional de mulheres, com o intuito de dar continuidade ao movimento. A partir disso, foram sendo construídos grupos locais que se alicerçaram em outros movimentos sociais já organizados. Destaca-se a importância do Fórum Social

³ A apresentação da história da MMM é fundamentada nos dados disponibilizados no site nacional do movimento: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>.

⁴ A Marcha das Margaridas reúne milhares de mulheres de todo o Brasil em uma marcha pelas ruas de Brasília. Desde 2000, a Marcha das Margaridas tem ocorrido a cada quatro anos. O nome da Marcha é uma homenagem à Margarida Alves, sindicalista engajada na luta pelos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo. A mobilização ocorreu no dia 12 de agosto, marcando a data em que Margarida foi assassinada por usineiros, em 1983, pela sua militância política.

Mundial, ocorrido em 2001, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para o processo de construção da MMM enquanto movimento autônomo.

A Marcha Mundial das Mulheres se insere nos movimentos anticapitalistas, mas tem por viés compreender a forma que as pautas econômicas afetam em especial a vida das mulheres. No entendimento do movimento, a luta por liberdade e igualdade de gênero está no cerne da construção de um mundo sem exploração patriarcal e capitalista. Nesse sentido, a MMM também esteve inserida, junto com outros movimentos sociais, nas campanhas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁵. Ao entrar no debate sobre a agenda econômica neoliberal, a MMM colocou as mulheres como agentes políticos a serem considerados em suas particularidades.

Uma das formas de manifestação da Marcha Mundial das Mulheres é por meio de sua batucada feminista, que consiste na canção de frases de protesto ao som de tambores feitos com latões e tonéis reciclados. Um de seus cantos ecoados com o batuque é “A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria”, que sintetiza a visão feminista e anticapitalista do movimento. Desse modo, a MMM define como sendo seus campos de ação: autonomia econômica das mulheres; bem comum e serviços públicos; paz e desmilitarização; fim da violência contra as mulheres. (MARCHA..., [2022?])

O fortalecimento e o alastramento da MMM no Brasil levou as militantes brasileiras a assumirem a coordenação do Secretariado Internacional da Marcha, em 2006. Com isso, o secretariado foi transferido de Quebec para o Brasil, ficando no país até 2013, quando passou a ser sediado em Moçambique e, posteriormente, no território do País Basco, região entre a Espanha e a França. Atualmente, a MMM está organizada em escala nacional, estadual, atuando em 20 estados brasileiros, e municipal, com comitês e núcleos nas cidades. Nos encontros nacionais e estaduais, são indicadas representantes para fazerem parte das coordenações executiva. Já nas cidades, a forma de organização é autônoma, sendo decidida pelos grupos locais. Nesse ínterim, em 2015, a ação internacional da MMM teve por intuito fortalecer a descentralização das ações e a valorização das experiências regionais. (MARCHA..., [2022?])

⁵ A ALCA foi um projeto apresentado pelo governo dos Estados Unidos, na década de 1990, em que pretendia a criação de uma área de livre comércio, com a eliminação gradativa de tarifas alfandegárias. Assim, aumentariam as circulações de mercadorias de um país ao outro, mas mantendo as mesmas restrições de circulação de pessoas já existentes. O acordo não foi firmado pelos prejuízos avaliados pelos países com uma economia mais frágil.

O núcleo da Marcha Mundial das Mulheres, em Caxias do Sul, está organizado por meio de uma coordenação municipal, na qual participam as mulheres que se disponibilizam a trabalhar ativamente na organização das atividades do grupo. A MMM no município não possui nenhuma formalidade na integração de participantes, existindo diferentes níveis de engajamento, desde mulheres que somente acompanham, esporadicamente, participam das reuniões, encontros, eventos e atos organizados pela Marcha, a militantes que coordenam o movimento. Manifestada a vontade de conhecer a MMM, as mulheres são inseridas no grupo de WhatsApp geral e podem se integrar às atividades de acordo com seu interesse. As mulheres entrevistadas em nossa pesquisa explicam-nos melhor como funciona a organização do núcleo:

A Marcha, ela nunca teve assim uma coisa de, sei lá, tu entrar na Marcha e tu saber que de tanto em tanto tempo tu vai ter reunião, eram coisas e são, eu acho, até hoje, bem, tipo “ah, tem tal necessidade, vamos marcar”. E aí, quando tinham reuniões, eu sempre estava presente, ajudei a construir alguns eventos. Uma das coisas que elas gostam muito de fazer são atividades para chamar mais mulheres de fora, fazer roda de conversa. E aí, eu sempre participava desses momentos e das reuniões organizativas. Mas é isso, não tinha uma periodicidade de reuniões, de encontros, eu acompanhava ali no grupo (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Todas as mulheres entrevistadas, atualmente, integram a MMM, em Caxias do Sul, e fazem ou já fizeram parte da coordenação municipal, o que indica o seu nível de envolvimento com a militância da MMM e não a constituição de lideranças hierárquicas no grupo. A dinâmica de organização dispersa do movimento, que não dispõe de estatuto ou cronograma de atuação, aproxima-se do que Francisco Andre Silva Martins e Juarez Tarcísio Dayrell (2013) definem como *organização desorganizada*, no seu estudo sobre grêmio estudantil, pois o movimento é gerido de forma participativa, de modo a atender as diferentes necessidades das integrantes, em relação ao tempo e recursos disponíveis para participação. A exemplo disso, é de prática do grupo fazer levantamentos em relação aos melhores horários para as atividades, rotação dos pontos de encontro, são esquematizadas caronas e compartilhados lanches.

Se tinha alguma coisa elas sempre postam nas redes, sempre postam no grupo ou se tem alguma coisa que vai acontecer convidam. Claro, elas

estavam mais ativas, eu digo elas, a coordenação municipal. A gente fez o nosso encontro. A gente tem essa questão de fazer encontros e tentar tirar algumas pessoas que durante algum período vão coordenar os trabalhos. Então as gurias, elas fizeram coisas. E aí, eu acompanhava de longe (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

As reuniões e encontros da MMM, em Caxias do Sul, são marcadas de acordo com as pautas políticas latentes no momento, sejam essas tanto de necessidade interna do movimento quanto de articulação com as mobilizações propostas por outros grupos. Atualmente, em Caxias do Sul, a comunicação da MMM se dá principalmente pela multiplataforma WhatsApp, tendo dois grupos, um somente com as mulheres que fazem parte da coordenação e outro com as participantes em geral. O grupo de WhatsApp geral é bastante dinâmico, algumas integrantes entram e outras saem com frequência, não baixando de 100 participantes, no período que observamos. Além da conversa sobre as atividades da MMM, o grupo também é aberto para discussões de demanda espontânea, como informações de acesso a políticas públicas, compartilhamento de reportagens a respeito de pautas feministas, divulgação de trabalhos, pedidos de ajuda, entre outros assuntos. Já o grupo da coordenação da MMM centraliza a organização das atividades e a deliberação das pautas de discussão. Além disso, as integrantes da MMM que estão no grupo da coordenação representam o grupo na participação de plenárias de alguns fóruns que integram diferentes movimentos sociais, como o Fórum Aborto Legal RS e o Fórum da Mulher Caxiense, e na articulação com outros grupos políticos.

A Marcha ela não tem uma direção. Tem a Marcha Nacional, enfim, aonde vem assim um pouco das diretrizes, mas ela não tem... a Marcha ela acontece, sabe? É um movimento mesmo, está sempre se movimentando. E as gurias precisavam de pessoas que entrassem para conseguir fazer, na verdade, uma articulação do movimento. Não existe, não é burocratizado, não existe, ah, sei lá, a presidente, a coordenadora, mas existem pessoas que fazem essa articulação, o movimento acontecer. Por exemplo, aquelas que vão representar em reuniões, aquelas que vão conversar com os outros grupos, aquelas que vão chamar reunião. Igual, as gurias estavam precisando de novas mulheres que entrassem e conseguissem assumir isso, porque também tem esse movimento de mulheres virem, desempenharem por um período essa função, depois essas mulheres saem dessa função, continuam na Marcha, mas não ocupam mais esse lugar de articulação mesmo (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

A organização da MMM não restringe que suas militantes atuem somente nesse movimento, ao contrário disso, muitas das marchantes⁶ participam de outras organizações políticas, como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e coletivos. Por meio da observação interativa, percebemos algumas tensões resultantes das diferentes visões políticas de esquerda que integram o grupo. Conforme nos foi relatado, o núcleo MMM em Caxias do Sul foi fundado pelo grupo de mulheres que compunham o diretório municipal do PT ou que tinham algum vínculo com o partido. Esse fator gerou uma identificação entre as pautas de um grupo político com o outro. Com a rotação das integrantes, os conflitos de interesse se tornaram mais evidentes. Todavia, no momento, essa parece ser uma situação apaziguada, ainda que existam predominâncias de determinadas correntes políticas partidárias no grupo. Segundo uma de nossas entrevistadas:

Aqui [em Caxias do Sul] tem algumas relações, que agora se quebrou um pouco, mas tinha uma época que era, as mulheres mais a frente eram tudo de uma corrente política específica e daí se identificava com essa corrente, hoje já felizmente se quebrou um pouco isso. [...] Aqui tem várias forças políticas que compõem (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Embora exista uma executiva estadual e nacional da MMM, esta funciona como uma forma de ligação entre as pautas regionais e globais, para a articulação e tensionamento em diferentes esferas da luta feminista e antissistema. As ações da MMM são performáticas (a fotografia 1 exemplifica isso, pela intervenção feita em um monumento da cidade), para além da construção de discursos a serem brandados em carros de som, são feitas manifestações coletivas com toque de tambor, na chamada batucada feminista, colagem de lambes⁷, varal de sutiãs alternado com frases em cartazes (fotografia 2), entrega de panfletos e adesivos, vigílias com velas, apresentações artísticas de dança e canto, entre outras intervenções. Além disso, a MMM atua por meio de encontros de formação, rodas de conversa e atividades culturais.

⁶ As militantes da MMM se autointitulam de *marchantes*, designação que carrega um significado amoroso de irmandade entre as participantes do movimento.

⁷ Cartazes, normalmente, de cunho político fixados em espaços públicos.

Fotografia 1 – Intervenção política na cidade



Fonte: Marcha (2020)⁸.

⁸ Fotografia publicada de forma pública na página de Facebook da Marcha Mundial das Mulheres – Caxias do Sul, em 07 de agosto de 2020, com a seguinte descrição: “O governo Bolsonaro em suas medidas antidemocráticas está revelando o seu caráter genocida, já são quase 100 mil brasileiros vítimas da COVID-19, é preciso parar esse governo. Estamos atravessando um dos momentos mais desafiadores da história de nosso país. A sociedade brasileira está vivendo simultaneamente uma crise sanitária, econômica e política, para as quais ainda não temos perspectiva de superação, por isso somos FORA BOLSONARO”.

Fotografia 2 – Varal da MMM



Fonte: Registrado pela autora (25 jul. 2021).

Como a MMM não possui fundos próprios para financiamento de suas ações, as marchantes criam estratégias locais para manter as necessidades econômicas do movimento. Nesse sentido, são feitas camisetas, bottons, lenços com estampas com o símbolo da Marcha e frases feministas para serem comercializados (fotografia 3); além disso, são realizados rifas e eventos para arrecadação de fundos. Quando possível, as militantes em cargo eletivo disponibilizam a impressão de materiais informativos, utilizando as verbas legislativas destinadas para essa finalidade. Além disso, muitas das militantes disponibilizam seus recursos para fazer as atividades do movimento, como custeio e uso de seu próprio veículo para o transporte dos materiais.

Fotografia 3 – Produtos comercializados pela MMM



Fonte: Fotografia cedida pela MMM – Caxias do Sul (25 jun. 2022).

No próximo subcapítulo, apresentamos os pressupostos que nos guiaram na execução das entrevistas e apresentamos as participantes entrevistadas. Após isso, no subcapítulo 1.5 *Compartilhamento do Tempo*, descrevemos o período em que fizemos a observação interativa das atividades da MMM, no intuito de criar coetaneidade (Johannes Fabian, 2006) com as mulheres politicamente engajadas.

1.3 ENTREVISTA COMPREENSIVA: INFORMANTES E PROCEDIMENTOS

Ao delimitarmos as experiências de subjetivação política e engajamento político no cotidiano de mulheres enquanto objeto de pesquisa, traçamos como princípio

metodológico a aplicação de procedimentos que nos possibilitam estudar as percepções individuais e relacionais de maneira dialógica, sem incorrer na separação constitutiva entre sujeito e coletivo. Para tanto, adotamos a entrevista enquanto principal instrumento para a produção dos dados e a observação interativa para circunstanciar o campo de pesquisa e compartilhar os sentidos da prática militante com as entrevistadas.

A entrevista enquanto técnica de pesquisa qualitativa compõe-se como metodologia, quando estabelece relação com determinada fundamentação teórica que, por meio de seus pressupostos, envolvem concepções de sujeito, pesquisa e realidade social. Nesse sentido, organizamos o nosso trabalho de campo a partir dos princípios da entrevista compreensiva. Esta metodologia, embora tenha sido sistematizada por Jean-Claude Kaufmann (2013), no livro *A Entrevista Compreensiva*, a partir de suas experiências pessoais, reúne procedimentos experimentados também por outros pesquisadores e em outras técnicas de pesquisa qualitativa. Todavia, são as nuances epistêmicas, sistematizadas por Kaufmann (2013), que fazem com que a entrevista compreensiva passe de um conjunto de técnicas a uma metodologia.

Estou em dívida com outras correntes metodológicas, assim como correntes teóricas: a entrevista compreensiva não se posiciona em qualquer esfera da paisagem intelectual. O qualitativo “compreensiva” já fornece uma indicação. É preciso compreendê-lo aqui no sentido weberiano mais estrito, isto é, quando a intropatia é apenas um instrumento visando uma explicação, e não um objetivo em si ou uma compreensão intuitiva que bastaria a si mesma (KAUFMANN, 2013, p. 28).

A *compreensão* que singulariza o método coloca a entrevistadora ou o entrevistador em diálogo próximo e não hierarquizado com a pessoa entrevistada ou, nas palavras de Kaufmann (2013), *informante*. Desse modo, a observância da e do indivíduo é fundamental no procedimento de pesquisa. A entrevistada ou o entrevistado não participam na qualidade de representantes de uma coletividade, mas sim na singularidade que seu posicionamento na realidade social nos permite aferir sobre a temática estudada. O constructo de uma relação colaborativa com as entrevistadas, em um primeiro momento, foi amparado pela proximidade precedente que tínhamos com algumas das militantes que facilitaram a nossa circulação enquanto pesquisadora no campo empírico de atuação política.

O núcleo da MMM de Caxias do Sul se caracteriza enquanto espaço privilegiado para expressão da subjetividade engajada, mas, de modo prático, também

compõe o nosso critério de seleção das mulheres entrevistadas, ou seja, ser uma marchante. Ainda que estejamos inscritas nos mesmos códigos sociais pela simetria da trajetória da pesquisadora com a das participantes – ser mulher com experiência de subjetivação feminista em uma sociedade ocidental de economia periférica com um nível de escolarização superior e uma faixa de renda média – era estranha a nossa experiência na circulação nos espaços de atuação política da MMM. Nesse sentido, a observação do campo de pesquisa empregada diz respeito ao compartilhamento do tempo: ritos, sentimentos, afetos, discussões, lugares em que são experienciadas a subjetivação política de mulher engajada.

As cinco mulheres entrevistadas apresentam pontos em comum em sua localização social, como a definição de gênero, todas são cisgênero do sexo feminino, suas faixas de renda se concentram na classe média (IPEA), todas são mulheres adultas na faixa de idade próxima dos 30 e 40 anos. Em relação à cor, raça ou etnia, das cinco entrevistadas duas declararam serem pretas, duas brancas e uma indígena urbana. Apenas duas das mulheres participantes da pesquisa são mães, ambas possuem cônjuges. A entrevistada com menor idade ainda reside com seus pais e depende financeiramente deles. Uma das entrevistadas mora sozinha e outra com o companheiro. Sobre a questão de sexualidade, duas das entrevistadas responderam com ambiguidade à questão, as outras três se declararam heterossexuais. Essa relação do perfil das entrevistadas foi sistematizada no quadro 2 que apresenta os pseudônimos de cada participante com suas respectivas respostas aos marcadores sociais questionados.

Quadro 2 – Perfil das Mulheres Entrevistadas

Data da Entrevista	Pseudônimo	Idade	Cor Raça Etnia	Gênero	Sexualidade	Núcleo Familiar ⁹	Renda domiciliar ¹⁰
04/08/2021	Rita	28	Preta	Feminino Cisgênero	Heterossexual	Mãe, pai e dois irmãos	4
09/08/2021	Maria	32	Branca	Feminino Cisgênero	_____	Cônjuge	4
25/08/2021	Alexandra	42	Negra	Feminino Cisgênero	Heterossexual	Cônjuge e filha	4
21/09/2021	Jurema	42	Indígena urbana	Feminino Cisgênero	_____	Cônjuge e duas filhas	4
10/11/2021	Helena	37	Branca	Feminino Cisgênero	Heterossexual	Mora sozinha	3

Fonte: Elaborado pela autora.

A produção da narrativa pela pessoa entrevistada parte da interrogação feita pela interlocutora ou pelo interlocutor, isso faz com que a ou o sujeito pense e desenvolva um discurso de resposta, no qual pesará a relação estabelecida entre entrevistada/entrevistadora, que não depende apenas do clima criado na entrevista, mas das concepções que se tem de mundo e, em particular, da academia. Em nosso caso, acresce-se as diferentes relações de afeto entre a entrevistadora e as entrevistadas e uma participante com a outra. O período entre uma entrevista e outra também pode permear um burburinho e criar expectativas em relação à experiência. Desse modo, é impossível dizer que a entrevista assume um caráter impessoal ou de posição igualitária. Segundo Kaufmann (2013, p. 40):

A entrevista compreensiva se inscreve em uma dinâmica exatamente oposta: o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o

⁹ Consideramos como núcleo familiar as pessoas que residem no mesmo domicílio tendo vínculo consanguíneo ou não.

¹⁰ Utilizamos, enquanto definição de renda, a classificação de Faixa Salarial Domiciliar elaborada pelo Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, que apresenta a seguinte estratificação:

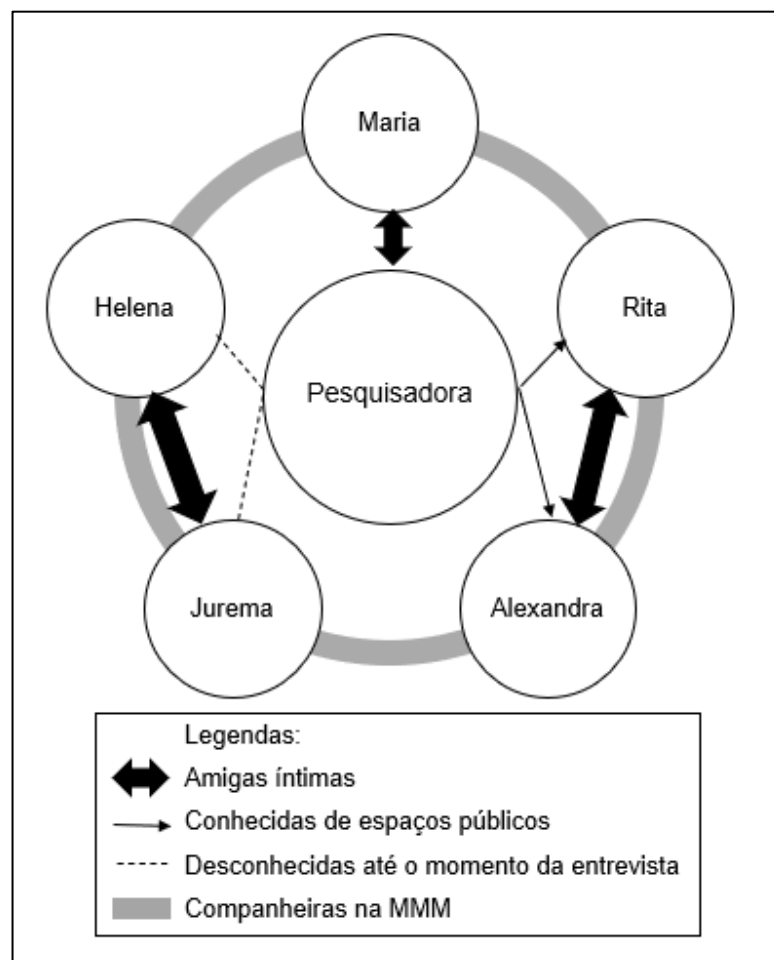
Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jun./2021)
1 – Renda muito baixa	Menor que R\$1.808,79
2 – Renda baixa	Entre R\$1.808,79 e R\$2.702,88
3 – Renda média-baixa	Entre R\$2.702,88 e R\$ 4.506,47
4 – Renda média	Entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26
5 – Renda média-alta	Entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49
6 – Renda Alta	Maior que R\$ 17.764,49

Fonte: IPEA (2021).

envolvimento do entrevistado. Durante a análise de conteúdo, a interpretação do material não é evitada, mas, ao contrário, constitui o elemento decisivo.

Por outro lado, por mais que as entrevistas partam de diferentes relações estabelecidas entre a entrevistadora e as entrevistadas, os pesos e intencionalidades das respostas não estão necessariamente ligadas a esse afeto. Pois, por mais que nos apresentemos enquanto outra mulher com experiência de subjetivação feminista, que circula por espaços de encontro com algumas das mulheres entrevistadas, não deixamos de ser quem provocou o encontro com um intuito científico. Para Vitor Sérgio Ferreira, “este entendimento implica renunciar às reivindicações de neutralidade dos dados obtidos através da entrevista, e reconhecer que o respectivo processo de validação passa pela contextualização das situações sociais em que são produzidos” (2014, p. 984). Desse modo, desenhamos, na figura 2, os laços sociais precedentes à pesquisa entre a pesquisadora e as entrevistadas, que foram balizadas no processo de sistematização e análise das narrativas.

Figura 1 – Laços sociais entre a pesquisadora e as mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao acompanharmos as entrevistadas nos encontros do núcleo da Marcha, nosso objeto de análise ganhou fôlego e cores que se assentam nos laços afetivos e sociais experienciados no coletivo. Durante as entrevistas, tivemos ciência que as relações da pesquisadora com cada uma das entrevistadas, existentes ou não antes das entrevistas, também faziam parte do cenário que admitiu maior ou menor liberdade nas escolhas das palavras, na condução das respostas, no conhecimento anterior de fatos e sentimentos que compõem a história de cada uma delas. Esse posicionamento se coaduna com os princípios da entrevista compreensiva, para (co)produção ou produção em diálogo dos dados, é necessário transpor a formalidade do questionário, pois requer a interação sensível entre as pessoas, retornando o foco às perguntas sem cortes que demonstrem desinteresse no que a entrevistada tem a dizer.

Nesse sentido, conduzimos as entrevistas por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado. O caráter dialógico da entrevista semiestruturada não se concentra na fala livre de interrupções, como na entrevista aberta, mas também não pretende encerrar-se no roteiro de entrevista, como na entrevista estruturada. Desse modo, a entrevista semiestruturada, na abordagem compreensiva, aproxima-se do fazer etnográfico no que tange à sua lógica menos diretiva e mais criativa. É importante ressaltar que a entrevista compreensiva engloba todas as etapas da pesquisa, iniciando pela escolha da temática e o aprofundamento do conhecimento do campo, que precedem a técnica de entrevista.

Na metodologia da entrevista compreensiva, o processo de desvelamento do objeto de estudo se constrói pouco a pouco por meio de uma elaboração teórica que aumenta, dia após dia, a partir de hipóteses forjadas no campo da pesquisa. Deveria, assim, realizar uma articulação criativa e o mais estreita quanto possível entre os dados e as questões-hipótese. Encontrava nessa metodologia um caminho aberto à reinvenção no processo de desenvolvimento do trabalho a partir de uma relação, em tríade constante, entre o eu (pesquisador), os sujeitos/autores/atores com suas falas sobre o conceito “educação cidadania”, no Brasil, e as teorias necessárias (Rosália de Fátima e Silva, 2006, p. 38).

O roteiro criado para a condução das entrevistas tem por foco as experiências contadas de forma biográfica, em uma narrativa de si considerando o processo individual de engajamento. Todavia, consideramos que o caminho semidiretivo, no qual a entrevistadora e o entrevistador tenham um direcionamento estabelecido, mas que possam usar a interação como ferramenta geradora de perguntas, foi

indispensável. Kaufmann (2013) afirma que a pergunta fundamental, ou a *boa pergunta*, muitas vezes, é a que não consta no roteiro, mas surge na própria interação com a pessoa entrevistada. Em relação ao roteiro:

Cada pergunta é realmente particular, com seus pontos fortes e fracos, produzindo tipos de sinceridade e tentativas de dissimulação específicas, respostas em tamanha profundidade que se torna possível até mesmo situar tonalidades regulares, expressões fetiches que retornam (KAUFMANN, 2013, p. 78).

O espaço de realização das entrevistas foi escolhido pelas entrevistadas. Em função das restrições causadas pelo alastramento da pandemia de COVID-19, deixamos a critério das participantes ser feita a entrevista por meio virtual ou não. Desse modo, Rita e Jurema foram entrevistadas em uma plataforma online, Maria e Helena foram entrevistadas em suas casas, presencialmente, e entrevistamos Alexandra em seu local de trabalho. Cada um desses espaços compõe um sentido de territorialidade diferente, que geram um princípio de proximidade e distância, fator ponderado na sistematização e análise dos dados. Além disso, solicitamos que elas escolhessem pseudônimos para serem identificadas na pesquisa. Duas delas preferiram não definir um nome enquanto pseudônimo, então as designamos Rita e Helena, mas as outras três – Maria, Jurema e Alexandra –, fizeram escolhas implicadas em sua trajetória e que simbolizaram um fio condutor em muitas partes de suas narrativas. Esse é um dado considerado em nossa análise, pois indica as relações de representação estabelecida pelas mulheres e seu engajamento.

Iniciamos as entrevistas com mulheres de nosso ciclo de relações, expandindo nossa rede por meio da solicitação às entrevistadas de indicações de outras marchantes que poderiam contribuir com a pesquisa. Ainda que estivéssemos participando das atividades da MMM, as indicações feitas pelas entrevistadas foram importantes para identificarmos as militantes que têm seu engajamento reconhecido pelos seus pares. Na revisão de literatura, a expansão das entrevistas por meio da indicação dos participantes é representada metaforicamente como uma bola de neve (CARVALHO-SILVA, 2018 *apud* BIERNARCKI; WALDORF, 1981) ou uma teia (SANTOS SOUZA, 2019), ou seja, um movimento concomitante e crescente junto com o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, a entrevista compreensiva também se mostrou potente no alargamento de nossos contatos, tendo em vista o ambiente de confidencialidade, dialógica e reciprocidade criados nas entrevistas.

A escuta sensível é um dos princípios da entrevista compreensiva, que compreende os agentes da pesquisa enquanto seres partícipes da construção narrativa. “O entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado” (KAUFMANN, 2013, p. 40). Por menos interrupções que sejam feitas na fala das ou dos informantes, a presença da entrevistadora ou do entrevistador, bem como seus gestos ou falta deles, suas expressões ou falta delas, estão ali e fazem parte do processo de dizer ou deixar de dizer da pessoa entrevistada. A escuta sensível, além de fazer parte do procedimento da entrevista, na conversa em si, está presente também no processo de análise. Ao escutarmos novamente e transcrevermos as entrevistas, acrescentamos nossas observações às falas, criando reflexões utilizadas na composição analítica do objeto de pesquisa. A transcrição, acrescida de notas, forma o escopo de referência para análise, que pode trazer à luz elementos antes passados despercebidos no momento da entrevista. Concordamos com Silva que

É necessário estar aberto para captar, aproveitar um provérbio, discernir uma alusão, para reconstituir todo o sistema simbólico e ver as coisas do ponto de vista do outro, pois, na entrevista compreensiva, os valores e valorações explicitados por meio das falas dos sujeitos seriam mediadores da compreensão e explicação dos sentidos, por eles dados, à sua ação social (WEBER, 2001) (SILVA, 2006, p. 38).

O compromisso com a pessoa entrevistada indica um princípio ético da entrevista compreensiva, que rompe com a pretensa neutralidade da pessoa que entrevista. Entendemos por compromisso a presencialidade constante e interessada no que a informante tem a dizer. Adentrar no mundo da pessoa entrevistada exige um pedido de licença, mas isso não coloca a entrevistadora em um canto, como extensão do gravador despido de vida. “Portanto, é possível, até mesmo aconselhável, não se limitar a fazer perguntas, mas também rir ou até gargalhar, elogiar, lançar brevemente sua opinião, explicar um aspecto das hipóteses” (KAUFMANN, 2013, p. 87).

A ruptura com a formalidade da pesquisa estandardizada não qualifica a entrevista compreensiva como uma situação de informalidade, um bate-papo. A hora marcada, o interesse da pesquisadora pela informante, o direcionamento temático do diálogo, lembram a todo tempo o papel fora da experiência comum vivenciada pelas participantes durante a entrevista (FERREIRA, 2014). A construção de um cenário, todavia, não invalida a potencialidade de alcançar respostas sobre as experiências reais das entrevistadas, pois tanto abrir o jogo quanto demonstrar hesitação em suas

falas nos dão pistas dos valores e dos mal-estares que perpassam a vivência e elaboração discursiva de determinados temas.

Entendemos o processo de entrevista em sua complexidade, que ultrapassa a finalidade de coletar dados somente no que está expresso na fala, mas perpassa a escolha das palavras, a forma de se expressar, os risos e as tensões que as perguntas promovem. Não queremos dizer com isso que a pesquisadora esteve entregue a interpretações sem limites acerca do que narraram as informantes, pois a metodologia tem intencionalidade e direcionamento, todavia não nos prendemos em categorizar elementos anteriormente às entrevistas.

Nas linguagens, existe um conjunto de significações que ultrapassam os conceitos. Nesse sentido, o 'impercebido emanente' (*imperçu imanente*), explica Castoriadis (1996), impossibilita que as significações sejam rigidamente atadas a um suporte, embora este nos seja necessário (SILVA, 2006, p. 37).

Segundo Ferreira, a entrevista compreensiva é uma forma de “obtenção de um discurso mais narrativo que informativo, resultado da intersubjetividade que se desenrola entre entrevistado e entrevistador” (2014, p. 979). Por essa característica é possível aferirmos a maneira que os processos sociais são vivenciados no cotidiano das entrevistadas e transformados em experiências de engajamento. A relação intersubjetiva proporcionada pela entrevista atua também sobre os fatos narrados, que, em outra ocasião, poderiam ser lembrados com outras ênfases, assim não buscamos a verdade absoluta dos fatos, mas os efeitos de verdade produzidos pela entrevista, que são as confissões, as autoanálises, as falas mais profundas de si mesmas e do mundo, que “escapam dos contextos particulares em que sua identidade está sujeita” (KAUFMANN, 2003, p. 111). Além disso, analisamos as narrativas no que elas têm de particular, ainda que as vivências sejam situadas em uma composição histórica e contextualizadas enquanto experiências coletivas.

1.4 COMPARTILHAMENTO DO TEMPO

Durante o período de um ano, de julho de 2021 a julho de 2022, compartilhamos o tempo, a temporalidade e a territorialidade com as mulheres que produziram conosco a pesquisa, na participação em atividades propostas pelo núcleo da MMM de Caxias do Sul. Ao observar e interagir, focalizamos a criação de coetaneidade com as

mulheres da pesquisa, ou seja, criamos presença e partilha do tempo vivido (FABIAN, 2006). Nosso trânsito na investigação empírica possibilitou outros meios de diálogo com as mulheres entrevistadas para além da entrevista, fator que nos deu suporte para melhor entender suas narrativas, por meio do compartilhamento de ver, escutar e sentir algumas experiências de militância em que suas subjetividades engajadas foram mobilizadas.

Nossa aproximação inicial com o núcleo da MMM foi intermediada pela militante Rita. Embora não tivéssemos um contato próximo com ela, fomos colegas na graduação em História, fator que facilitou o diálogo em relação à pesquisa. Até aquele momento, era de nosso conhecimento a existência do núcleo da MMM, em Caxias do Sul, todavia nunca havíamos participado antes da pesquisa dos eventos promovidos pelo grupo. Como Rita também é pesquisadora, houve um entendimento facilitado de nossa proposta, que foi levada por ela ao grupo da coordenação da MMM municipal. Posteriormente, com a nossa inserção no grupo geral de WhatsApp da MMM, pudemos expor para as demais participantes o propósito inicial que levou à aproximação da pesquisadora com o grupo, recebendo seus assentimentos para o estudo.

Embora tenhamos sido integradas ao grupo enquanto pesquisadora, logo percebemos que ali éramos outra marchante, pelo fato de compartilharmos muitos entendimento sobre o mundo e por nos sentirmos acolhidas no núcleo enquanto mulher engajada. Com a entrada e saída de integrantes do grupo geral do WhatsApp, entendemos que a circulação constante de pessoas na plataforma impossibilitou uma clareza sobre a particularidade de nossa participação enquanto pesquisadora; desse modo, não utilizamos as conversas produzidas nesse meio enquanto dado documental para nosso trabalho.

A observação interativa nos possibilitou estabelecermos diálogos para além das entrevistas com as participantes da pesquisa, melhor compreendendo, assim, os tensionamentos, afetos, reflexões e ações que envolvem o engajamento dessas mulheres. Nesse sentido, nosso interesse esteve direcionado a refletir sobre as relações estabelecidas pelas entrevistadas com o seu entorno militante, para analisarmos a relação entre subjetivação, aprendizagem, formação, autoformação e engajamento político nas experiências por elas e por nós vivenciadas. Além disso, a observação interativa possibilitou circunstanciar o campo de pesquisa, dando coloração ao cotidiano de engajamento narrado. As discussões compartilhadas

durante o período de participação nas atividades da MMM também nos ajudaram a produzir teoria, visto que refletem aspectos da práxis do engajamento pertinentes ao nosso estudo.

No quadro 2, relacionamos, em ordem cronológica, as atividades que acompanhamos durante o período de observação. Conforme é possível identificar no quadro 2, as atividades propostas pela MMM são diversificadas, de modo que participamos de: protesto, roda de conversa, evento cultural, reunião de planejamento, formação, manifestação institucional e vigília. Todavia, não estivemos presentes em todas as atividades propostas pelo núcleo da MMM de Caxias do Sul. Alguns encontros não eram abertos a todas as participantes, por exemplo, quando envolvia a colagem de lambes, que pode ser considerado uma atividade infracional, então, isso era desenvolvido somente pelo grupo que coordena a MMM, pela segurança das participantes. Em outros momentos, vimo-nos impossibilitadas de participar por conflito de agenda ou por algum outro empecilho, como o encontro regional da MMM, que requeria a ida à cidade de Porto Alegre.

Quadro 3 - Relação de atividades da MMM acompanhadas

Nº	Data	Atividade	Descrição
1	24/07/2021	Ato Fora Bolsonaro	Protesto articulado em nível nacional, chamado pelas centrais sindicais, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais.
2	25/07/2021	Roda de conversa: Caxias e suas raízes negras	Roda de conversa, exposição de fotografias de mulheres negras reconhecidas pela comunidade caxiense e performance teatral. Evento promovido em parceria com o MTD e a Vereadora Estela Balardin.
3	23/10/2021	Evento Primavera Feminista: desafios e resistências	Apresentação teatral, roda de conversa tematizando a violência contra mulher, ensaio da batucada e piquenique coletivo.
4	17/11/2021	Reunião virtual	Reunião de planejamento das ações em relação ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher
5	25/11/2021	Manifestação na tribuna livre da câmara de vereadores	Leitura de um manifesto da MMM de Caxias do Sul, na tribuna livre na câmara de

			vereadores, em relação ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher
6	25/11/2021	Vigília na Praça Dante	Ato simbólico com velas acesas lembrando as mulheres vítimas de violência de gênero, com exposição do varal de sutiãs e frases de protesto da Marcha, entrega de panfletos e adesivos.
7	04/12/20221	Ato Bolsonaro Nunca Mais	Protesto articulado em nível nacional por grupos de mulheres participantes de entidades políticas.
8	15/02/2022	Reunião virtual	Reunião de planejamento das ações referentes ao Dia Internacional da Mulher.
9	06/03/2022	Encontro mulheridades	Evento realizado na Associação Cultural Paralela, com apresentações teatrais, show musical e roda de conversa.
10	08/03/2022	Ato Unificado	Manifestação em praça pública reunindo as organizações políticas feministas que compõem o Fórum da Mulher Caxiense.
11	25/06/2022	Formação regional MMM	Encontro de formação política com o tema: "Vamos juntas fortalecer o feminismo?"

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme é possível visualizar no quadro 2, em alguns momentos foram propostas várias atividades em um curto espaço de tempo, principalmente, se envolvia alguma data significativa para a luta feminista. Em outros períodos, passaram-se alguns meses sem que nenhum encontro fosse desenvolvido. Em partes, isso reflete a própria dinâmica do grupo, já discutida no presente capítulo, que não possui um cronograma de ação, atuando de modo mais disperso e de forma a atender as necessidades de suas participantes. Por outro lado, o impacto da pandemia de COVID-19 também afetou as atividades, pelas restrições de circulação, que envolveu liberações e recuos de encontros presenciais de acordo com as diretrizes governamentais. Apesar disso, as discussões no grupo geral de WhatsApp se mantiveram ativas durante todo esse período.

A primeira atividade que observamos e participamos enquanto pesquisadora foi o Ato Fora Bolsonaro, ocorrido em 24 de julho de 2021. O protesto foi definido

como um dia de luta a nível nacional, sendo convocado pelas centrais sindicais, partidos políticos de esquerda e movimentos sociais. Na cidade, foram feitas reuniões entre as entidades políticas para organização do ato, nas quais foi decidido o uso da Praça das Feiras como ponto de encontro dos manifestantes, para, em seguida, ser feita uma marcha nas principais ruas centrais. A discordância entre as entidades que lideraram o protesto levou ao uso de dois carros de som, localizados um em cada ponto da praça. Havia sido reservado um espaço para apresentação teatral organizada pela MMM em conjunto com o MTD, mas a performance não ocorreu pela disputa que se estabeleceu entre as falas de lideranças nos carros de som, durante o tempo que foi estipulado para a manifestação ficar parada. Durante a caminhada que se seguiu, algumas participantes da MMM acompanharam a multidão fazendo colagens de lambes.

No dia seguinte, em 25 de julho de 2022, foi realizada uma roda de conversa ao ar livre, no Parque Getúlio Vargas, popularmente batizado de Parque dos Macaquinhos. Esse evento foi promovido pela MMM, pelo MTD e pela assessoria da vereadora Estela Balardin. A discussão teve por mote a visibilidade da vida de mulheres negras, com a exposição fotográfica: Caxias e suas raízes negras (fotografias 2 e 3). A vereadora Estela, e as marchantes Rita e Alexandra, entrevistadas em nossa pesquisa, mediaram a discussão. Além disso, foi realizada uma performance teatral em que uma mulher negra vestida de branco, segurando balões vermelhos, caminha entre os espectadores, contando os abusos que seu corpo tinha passado, enquanto representação histórica do corpo da mulher negra (fotografias 4 e 5).

Fotografia 4 – Exposição de fotos: Caxias e suas Raízes Negras



Fonte: Registrado pela autora (25 jul. 2021).

Fotografia 5 – Varal de fotografias: Caxias e suas Raízes Negras



Fonte: Registrado pela autora (25 jul. 2021).

Fotografia 6 – Performance teatral: Caxias e suas Raízes Negras



Fonte: Registrado pela autora (25 jul. 2021).

Fotografia 7 – Ato final da performance teatral



Fonte: Registrado pela autora (25 jul. 2021).

O evento intitulado *Primavera Feminista: desafios e resistências* foi a primeira proposta de atividade em local fechado feita pela MMM, desde o início da pandemia, sendo realizado em 23 de outubro de 2021. O evento iniciou com o monólogo *Cartas às Damas*, uma peça teatral, realizada por Mariana Saldanha, que apresenta diferentes situações de violência vivenciadas por mulheres em seu cotidiano na leitura de cartas por elas escritas. A transição das cartas foi feita com a seguinte frase: “Amanhã é o seu primeiro dia nesse jogo. Mas será que você sabe jogar? É simples: basta seguir as regras, do jeito que elas sempre foram e tudo ficará bem. Qualquer dúvida estaremos aqui para te ajudar. Assinado, as Damas”. A apresentação gerou comoção entre as mulheres presentes e foi o mote da roda de conversa que seguiu. Helena, uma de nossas entrevistadas, foi quem conduziu o debate, distribuindo em um primeiro momento pedaços de papel e canetas para que as participantes escrevessem uma pequena apresentação de si que depois foi compartilhada.

A roda de conversa teve espaço de fala para duas militantes do grupo ligadas ao poder judiciário e ao legislativo, que apresentaram dados ligados à efetividade da Lei Maria da Penha, às diversas formas de manifestação da violência e à organização municipal da rede de proteção à mulher. A *Primavera Feminista* contou com a participação de 18 mulheres. Como o evento era aberto ao público, algumas eram militantes da Marcha, mas outras não. Durante o debate, foram feitos encaminhamentos de possíveis ações a serem produzidas pela MMM em Caxias do Sul. No final, foi realizada uma confraternização com comidas e bebidas, cada participante tinha sido convidada a trazer um lanche para compartilhar com as demais. Jurema, em entrevista, destaca a importância dos piqueniques feitos pela MMM para o acolhimento afetivo das demandas das mulheres que estão no movimento e para a aproximação de novas mulheres identificadas com as pautas propostas.

As duas reuniões virtuais que nós acompanhamos, uma em 17 de novembro de 2021 e a outra em 15 de fevereiro de 2022, tiveram como pauta o planejamento de atividades a serem promovidas pela MMM, em relação ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher e sobre o Dia Internacional da Mulher, respectivamente. Em ambas as reuniões, houve um baixo número de participantes, menos de dez mulheres, e a discussão começou de fato meia hora depois do combinado, na espera de que mais militantes pudessem se somar ao grupo. As discussões tiveram um viés prático de como organizar as atividades, pois muitas das

propostas já tinham sido elaboradas pelo grupo que coordena o núcleo municipal da MMM.

O formato das reuniões fora de fala livre, não sendo estipulada uma ordem para o seu funcionamento. Em ambos os casos, somente no final do encontro as participantes se deram conta de que deveriam ter escolhido alguém para fazer a relatoria da reunião para comunicar no grupo geral do movimento. Por fim, nas duas reuniões, algumas das mulheres acabaram se voluntariando a retomar os pontos e fazer a ata. Embora os encontros tenham um formato autogerido, notamos que as militantes mais experientes acabam tomando a frente da organização. Nesse sentido, destacamos o papel de Helena nas reuniões ou encontros, que, por vezes, apresentou um maior direcionamento das ações ou, mesmo, propôs uma metodologia para a condução das atividades em grupo.

Em relação ao Dia Latino-americano e Caribenho de Combate à Violência Contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, as atividades iniciaram com um espaço de fala da MMM na Câmara de Vereadores Municipal. A princípio, uma das marchantes com cargo eletivo legislativo ficara responsável por conseguir a manifestação de uma das Marchantes na Tribuna Livre¹¹, todavia, quando chegamos ao local, descobrimos que no acordo de líderes já havia sido feita outra combinação, não sendo possível ocupar esse espaço. Como o discurso havia sido gravado, outra vereadora, apoiadora da MMM, conseguiu articular entre seus colegas que fosse passado o vídeo no final da sessão legislativa. A fala foi feita na leitura de um texto construído coletivamente (Anexo A), ou como as marchantes se referem: “produzido por muitas mãos”.

No final da tarde do dia 25, o núcleo da MMM organizou uma vigília em homenagem às vítimas de violência de gênero. O ponto de encontro foi marcado na Praça Dante Alighieri, praça central, local onde normalmente acontecem as manifestações políticas na cidade. O dia foi chuvoso, mas como estava sendo montada a estrutura da Feira do Livro, que ocorreria nos próximos dias, foi possível manter o ato. Para chamar a atenção das pessoas que circulavam pelo local, foi

¹¹ A Tribuna Livre na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul é regimentada dentro das sessões ordinárias do legislativo, que permite vinte minutos de sessão, quinzenalmente, para tratar de assuntos de interesse comunitário, propostos por: clubes de prestação de serviço; entidades beneficentes, culturais, desportivas, sociais, religiosas e classistas; fundações; associações; e órgãos públicos constituídos no Município, podendo cada instituição utilizar uma única vez a Tribuna Livre por ano legislativo.

montado um varal com frases feministas em cartazes e alocadas bandeiras pela praça. A fotografia 7 mostra a principal bandeira da MMM, pendurada em um dos monumentos da praça em homenagem ao Duque de Caxias, ato simbólico, visto que o monumento já havia sido alvo de críticas em relação à figura histórica que representa, tendo sido furtado uma parte dele, o busto do duque¹², em agosto do mesmo ano. Além disso, foram entregues aos transeuntes panfletos com o texto do manifesto (Anexo A) publicizado na sessão ordinária da câmara de vereadores pela manhã.

Fotografia 8 – Ocupação pela MMM do monumento ao duque



Fonte: Fotografia cedida pela MMM Caxias do Sul (25 nov. 2021).

Com o pôr do sol, foram acessas velas em homenagem às vítimas de feminicídio, distribuídas pelo chão e formando o símbolo do feminino, rodeado por cartazes com clamor feminista (fotografia 8). Reunidas em meio à praça, foram

¹² A notícia do roubo do busto foi comunicada pela prefeitura em seu canal digital: (<https://caxias.rs.gov.br/noticias/2021/08/busto-de-duque-de-caxias-e-furtado-da-praca-dante>) e pelos jornais locais (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2021/08/busto-do-duque-de-caxias-instalado-ha-62-anos-na-praca-dante-alighieri-e-levado-por-ladros-ckst90ji9007s0193nq1ztze0.html>). Reportagens acessadas em: 13 set. 2022.

brandadas frases entoadas em forma de canto, em uma mística¹³ típica do movimento. Os atos do dia 25 de novembro reuniram poucas mulheres presencialmente, ocorreram em uma quinta-feira em horário ordinário de trabalho. Todavia, a repercussão foi bastante calorosa entre as participantes da MMM no grupo de WhatsApp, que saudaram as fotografias compartilhadas.

Fotografia 9 – Velas pelas vítimas de feminicídio



Fonte: Fotografia cedida pela MMM – Caxias do Sul (25 nov. 2021).

No mês seguinte, compondo a programação dos 21 dias de ativismo¹⁴, o núcleo da MMM, em conjunto com outros grupos feministas da cidade organizaram o ato Bolsonaro Nunca Mais. A manifestação foi proposta pelos movimentos sociais a nível

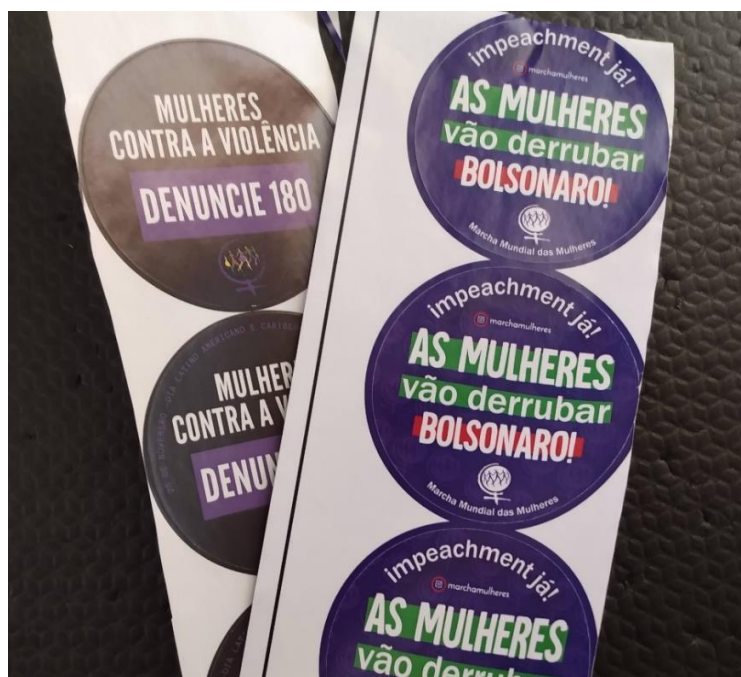
¹³ A mística é um momento proposto nos encontros de alguns movimentos sociais que corresponde a um rito de celebração e integração, entre as e os participantes, com performances que podem envolver teatro, música, poesia entre outras expressões simbólicas.

¹⁴ Os 21 dias de ativismo foi criado a partir da campanha da ONU, proposta em 1991, de 16 dias de ativismo para discutir questões relacionadas à violência contra as mulheres. A campanha teria início todo dia 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e término no dia 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. Todavia, no Brasil foram ampliados os dias para destacar a condição social das mulheres negras. Desse modo, as atividades começam no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

nacional, tendo por inspiração a campanha de mulheres pelo #EleNão¹⁵. O ato foi realizado na Praça Dante Alighieri, no final da tarde do dia 04 de dezembro de 2021. No mesmo dia, estava ocorrendo a feira do livro, na mesma praça da cidade, com uma grande circulação de pessoas no local. O ato não contou com a adesão de um público para além das pessoas dos grupos que organizaram o evento.

Nesse ato, o tensionamento existente entre os diversos grupos feministas da cidade ficou evidente na distribuição das participantes em pequenos grupos separados, designados por faixas e camisetas das entidades às quais fazem parte. Para o ato, foi disponibilizado um carro de som que foi utilizado para as representantes dos grupos em protesto discursarem. As mulheres da MMM hesitaram por um momento em falar ao microfone, até que Jurema tomou a frente e fez um breve discurso. Além disso, as militantes da MMM adentraram a Feira do Livro para entregar adesivos (fotografia 9) para as pessoas que estavam no local.

Fotografia 10 – Adesivos da MMM



Fonte: Registrado pela autora (13 jul. 2022).

¹⁵ A campanha #EleNão foi mobilizada por grupos de mulher nas redes sociais virtuais, que culminou em protesto no dia 29 de setembro de 2018, em diversas cidades de todos os estados brasileiros e distrito federal, levando milhares de pessoas às ruas com o propósito de fazer oposição e denunciar a candidatura, já em segundo turno de eleições, do presidente Jair Bolsonaro. O principal argumento das manifestações baseou-se no repúdio ao discurso de ódio e intolerância representado pelo candidato de extrema direita.

Durante a observação participante, auxiliamos as marchantes na entrega dos adesivos. Chamou a nossa atenção o fato de jovens estarem mais dispostos a aceitarem a oferta dos adesivos do que as pessoas mais velhas. Inclusive, fomos abordadas por um grupo de três jovens que pediram se podíamos disponibilizar mais adesivos para elas distribuírem para suas amigas e amigos.

Após três meses, a Marcha voltou para a rua com o *Encontro Mulheridades*, promovido em parceria com a Associação Cultural Paralela. O evento contou com apresentações teatrais, show musical e roda de conversa. O núcleo da MMM, de Caxias do Sul, esteve representado na roda de conversa pela marchante Rita, uma de nossas entrevistadas, que falou sobre ser mulher negra. Além disso, a Marcha pôde comercializar no espaço seus produtos, como camisetas, bottons e lenços, para a arrecadação de fundos para o movimento. Na figura 2, apresentamos a programação das atividades realizadas pela MMM referentes ao Dia Internacional da Mulher:

Figura 2 – Programação de atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher

PROGRAMAÇÃO MARÇO	
5/03 Sábado 19h30	PRAÇA DANTE AÇÃO UNIFICADA
6/03 Domingo 15H	Paralela /MULHERIDADES
8/03 Terça 18h	Praça Dante Ato Unificado
9/3 Quarta 18h30	Câmara/ Audiência Pública Debatendo Violência contra mulher
12/03 Sábado 15h	Parque dos Macaquinhos Marielle Presente

Fonte: Marcha (2022).

No dia 08 de março de 2022, foi realizado, em praça central da cidade, Praça Dante Alighieri, um Ato do Dia Internacional da Mulher Unificado, organizado pelos grupos políticos de mulheres de esquerda. O núcleo municipal da MMM esteve presente com a sua batucada. Para o ato, um sindicato da cidade auxiliou emprestando seu carro de som. A manifestação foi marcada para o final da tarde e juntou um grupo expressivo de mulheres. Foram tocadas músicas relacionadas à luta de mulheres e o microfone foi aberto a quem quisesse ali se expressar. Entretanto, no decorrer do ato, o líder sindical, responsável pelo carro de som, disse não poder ficar mais tempo na praça, pois poderia incorrer em multa por parte da fiscalização de trânsito. Como o ato ainda não havia acabado, o grupo insistiu que ele aguardasse, o que gerou uma discussão acalorada. Jurema, representando a Marcha, cantou uma canção feita pelo movimento, enquanto outra marchante a acompanhou no violão. Sem ter terminado sua apresentação, o líder sindical cortou o microfone e sem mais aceitar argumentos, foi embora. O momento que se seguiu foi de muita indignação pela falta de consciência política em relação à opressão de gênero demonstrada pelo militante sindical de esquerda. Todavia, essa atitude não causou a finalização da manifestação. O grupo de mulheres seguiu cantando, mas amplificando suas vozes pelo brando coletivo e toque do tambor da batucada feminista.

Uma das frentes mais importantes de atuação da MMM é a produção de formação política feminista. Durante a pandemia, foram feitas algumas palestras e rodas de conversa virtuais; entretanto, conforme relatado por todas as entrevistadas, parte da formação é o próprio contato afetivo entre as participantes, desenvolvido durante o percurso dos eventos propostos, o que ficou prejudicado pelo afastamento virtual. Em junho de 2021, foi organizado um encontro presencial com o intuito formativo. A ação foi divulgada nas redes virtuais do movimento, em panfletagem feitas em locais públicos, e pela colagem de lambes pela cidade (fotografia 11). O encontro tinha por temática a seguinte frase: “Vamos juntas fortalecer o feminismo?”. O convite foi estendido para mulheres da região da Serra Gaúcha, visto que em outras cidades também existem núcleos da Marcha, mas estes, por serem em cidades menores, foram ainda mais prejudicados em relação à desmobilização de sua militância em função do distanciamento físico necessário para contenção da pandemia de COVID-19.

Fotografia 11 – Colagem de lambes para a divulgação da formação promovida pela MMM



Fonte: Fotografia cedida pela MMM – Caxias do Sul (22 jun. 2022).

Como o núcleo da MMM não tem uma sede física, o encontro ocorreu em um espaço cedido, o salão de um sindicato da cidade, reunindo 20 mulheres. A formação foi mediada por Rita, Helena e outra militante da MMM do núcleo da cidade de Farroupilha/RS. A sala foi organizada com a distribuição das cadeiras em roda; no centro, foram colocadas faixas da Marcha, documentos informativos, adesivos, canetas e duas cestas de vime com lenços decorativos e recheadas por impressos com pequenos trechos de literatura feminista (fotografia 12). Em um canto da sala foi colocada uma banquinha com os produtos da MMM à venda (fotografia 3). Em outro

lado da sala foi disposta uma mesa de lanches compartilhados, os quais foram trazidos pelas participantes, sendo solicitados na inscrição para o evento.

Fotografia 12 – Roda de formação



Fonte: Fotografia cedida pela MMM – Caxias do Sul (25 jun. 2022).

No início do encontro, cada mulher recebeu duas folhas de blocos de nota, sendo convidadas a escrever em uma o que desejava eliminar e na outra o que esperava para si e em relação ao cenário político atual. Seguiu-se a isso a apresentação pessoal das participantes, que deveriam falar como conheceram a Marcha e, se sentissem apropriado, compartilhar o que escreveram. As notas foram distribuídas em duas folhas, agrupadas de acordo com o conteúdo. Na apresentação, Maria, uma de nossas entrevistadas, disse dos anos que conhece a Marcha e reconheceu que não tem estado tão presente nos últimos tempos, dizendo que não sabia mais se ainda integrava o grupo ou não. Prontamente, as outras participantes discordaram das colocações dela, reconhecendo e enumerando o quanto Maria já contribuiu para o movimento. Essa cena reforçou a ideia de militância construída na Marcha que não pressupõe uma inteira dedicação da sujeita militante, integrando-se

à dinâmica complexa da vida das mulheres. As considerações de Helena, em entrevista, exemplificam isso:

Às vezes, eu consegui estar com o pé mais na Marcha, às vezes, ou eu tinha que tirar o pé da Marcha e botar no movimento estudantil, nessas coisas mais gerais. Então nunca foi uma ruptura com a Marcha, até porque o feminismo, e isso é uma coisa que eu também estudei no mestrado e cheguei a essa conclusão, assim, que o feminismo ele te ajuda a te manter nos espaços políticos. Ele ajuda a te manter no espaço misto, porque ele faz com que tu consiga compreender melhor aquela contradição que tu tá vivendo. Então, ele te ajuda a compreender melhor aquela opressão, aquela contradição que, às vezes, é dentro da tua própria organização. E ela também te dá sustentação no sentido dos espaços de auto-organização. A gente sempre teve os espaços de auto-organização como o espaço onde as mulheres se encontram para falar sobre as questões, só vai ter mulheres, onde elas vão ali falar o que elas estão vivendo, o que elas avaliam politicamente, as ações delas, então esses espaços eles são espaços de acolhimento também (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ao final das apresentações, as participantes foram convidadas a retirarem dos cestos um trecho de uma obra feminista. Foi reservado um tempo para cada uma pensar sobre o que pegou. Como as apresentações demoraram mais tempo do que o que havia sido planejado pelas organizadoras, pois foi um momento de reencontro para muitas das militantes, fator que envolveu a troca de afetos e considerações sobre a conjuntura, enquanto cada uma refletia sobre o seu texto, foi feito um intervalo para compartilhamento dos lanches.

No intervalo houve bastante alvoroço do reencontro presencial. As mulheres formaram pequenos grupos de conversa que se alternavam conforme o interesse da fala ou a vontade de partilhar o momento com outras. Também, nesse período mais descontraído, as marchantes que mediarão o encontro falaram sobre as despesas que o movimento tem e as dificuldades de arrecadar fundos durante a pandemia, desse modo, foi organizada uma rifa, sendo vendidos os números naquele momento e, logo em seguida, feito o sorteio. O prêmio que consistia para o primeiro lugar era uma camiseta e para o segundo lugar um lenço, ambos customizados com motivos da MMM. Nós fomos contempladas com o segundo lugar do sorteio (fotografia 13).

Fotografia 13 – Lenço da MMM



Fonte: Registrado pela autora (13 jul. 2022).

No retorno do intervalo, cada participante foi convidada a falar sobre o seu trecho de texto, com a autoindicação da ordem de fala. De forma espontânea, disponibilizamo-nos a iniciar o debate com a leitura e reflexão do texto que havíamos pegado. O excerto faz parte da obra *Ensinado a Transgredir: a educação como política da liberdade*, de bell hooks¹⁶, literatura que também nos serviu de inspiração inicial para a presente tese ao discutir a manifestação do engajamento no cotidiano.

A teoria como prática libertadora

¹⁶ A autora grafou seu nome em minúscula – “bell hooks” – por essa razão, decidimos não aderir à norma da ABNT ao citá-la, respeitando sua autodesignação.

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura.

Cheguei à teoria jovem, quando ainda era criança. Em *The Significance of Theory*, Terry Eagleton diz: “As crianças são os melhores teóricos, pois não receberam a educação que nos leva a aceitar nossas práticas sociais rotineiras como ‘naturais’ e, por isso, insistem em fazer as perguntas mais constrangedoramente gerais e universais, encarando-as com um maravilhamento que nós, adultos, há muito esquecemos. Uma vez que ainda não entendem nossas práticas sociais como inevitáveis, não veem por que não poderíamos fazer as coisas de outra maneira.”

Sempre que, na infância, eu tentava levar as pessoas ao meu redor a fazer as coisas de outra maneira, a olhar o mundo de outra forma, usando a teoria como intervenção, como meio de desafiar o *status quo*, eu era castigada (hooks, 2020, p. 83).

Tal excerto remeteu-nos à nossa própria trajetória em relação à pesquisa, na preservação dos questionamentos mais banais e sérios que é necessário para gostar de ser pesquisadora, e os sentidos de acolhimento e explicação da vida que a leitura de outras autoras e autores proporcionam. Todavia, refletimos que o texto também diz sobre a proposta de formação da Marcha, da construção de um conhecimento comum que fortalece o engajamento e a militância, na medida que alcança de forma empática as feridas compartilhadas em uma história patriarcal de opressão, ainda que se manifeste de diferentes formas em cada trajetória.

As discussões que se seguiram tiveram aspectos concordantes e dissonantes. Alexandra observou que o grupo reunido era, predominantemente, de mulheres brancas e classe média, sem demérito, mas no sentido de colocar em questionamento quais ações são possíveis enquanto MMM para aproximar mulheres de outros perfis socioeconômicos e raciais para um debate que diz respeito a todas. A militante de Farroupilha que mediava a discussão, em dado momento, interveio com o tensionamento de ser pensado nas questões feministas mais no sentido da localização social e menos no nível da experiência individual. Em outra altura da conversa, Rita alertou para a recorrência das discussões penderem a focalizar mais a opressão em detrimento dos movimentos de resistência que poderiam potencializar a mobilização feminista.

Na interação do grupo, notamos que o núcleo da MMM integra diferentes posicionamentos políticos, entendimentos de classe, raça e gênero, tendo por consenso identificador do grupo a importância da luta feminista e anticapitalista, ainda que a própria ideia de feminismo e anticapitalismo sejam diversas. Todavia, mesmo

apresentando dissensos, as tensões não ultrapassaram o senso mútuo de respeito e acolhimento. No final da discussão, cada participante foi convidada a pegar uma nota de esperança escrita por outra mulher e as notas do que se queria eliminar foram queimadas em um recipiente de incensário. O encontro foi encerrado com uma ciranda e canto conjunto de frases da batucada feminista, como: “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com as mulheres, não atça o formigueiro”, “se o papa fosse mulher, o aborto seria legal” e “mulheres contra Bolsonaro, mulheres contra o capital, mulheres contra o machismo e o capitalismo neoliberal”.

2 COSMOVISÃO DA PESQUISA

Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o 'real', sentimos a nossa própria realidade palpável (THOMPSON, 1981, p. 27).

A cosmovisão ou o método da pesquisa é formado por um conjunto de reflexões, conceitos e caminhos que arcabouçam nosso trabalho, em um movimento de descoberta e construção de explicações possíveis sobre os fatores estudados. Pesquisamos na perspectiva das mulheres, nas narrativas de si e de suas experiências particulares, singulares, mas também no que advém do sentir, explicar, refletir a partir de um *locus* comum.

A leitura teórica que fazemos é infiel aos autores. Embora pareça escandaloso, logo explico; isso significa que não nos apegamos à transcrição ortodoxa do pensamento escrito. Dialogamos com os teóricos, concordamos com eles, aplicamos seu raciocínio, mas, ao fim, não deixamos de deglutir e devolver, à nossa própria maneira, os elementos apreendidos. Nossa metodologia não se finda em um conjunto de técnicas de produção de dados, assim como o nosso estudo teórico não se produz em um vácuo contextual. Aproximamo-nos de nosso campo temático sabendo que a escrita da vida não é a vida em si.

Ao nos atirmos para a "lógica informal da vida cotidiana", estamos também adentrando uma zona mal definida, mapeando maneiras de ver e pensar o mundo que não são nem homogêneas, nem estanques. Em outras palavras, nossos modelos sempre vão ser uma simplificação grosseira da realidade (FONSECA, 1999, p. 76).

Os conceitos utilizados na pesquisa não provêm todos de uma mesma linha teórica, em alguns aspectos, inclusive, os autores mobilizados não se identificam ou, então, pertencem a diferentes contextos de produção. Nesse caso, nossa intenção não é a de conciliar um pensamento ao outro, de modo a discutir profundamente suas fundamentações, entendemos que algumas discordâncias teóricas são irreduzíveis. Todavia, refletimos que as distintas noções empregadas na tese, com o devido cuidado de não gerar equivocadas interpretações dissociadas de sua abordagem de origem, são compatíveis sob o viés de explicarem diferentes aspectos dos fenômenos estudados.

A abordagem teórica apresentada no presente capítulo circunstancia, em nossa pesquisa, o entendimento de como as e os sujeitos circulam no meio social e produzem política. Em nossa análise, os conceitos aqui apresentados servem de base para situarmos as experiências no mundo. Assim, refletimos a maneira que os processos sócio-históricos interpelam as experiências imediatas das pessoas, resguardando as particularidades tanto materiais quanto produzidas no âmbito da subjetividade. Para isso, refletimos sobre a maneira que a experiência se relaciona com o cotidiano, no entendimento que o engajamento é uma expressão de vida que se dá de maneira ordinária. Em seguida, definimos o conceito de política adotado em nossa pesquisa, discutindo sua relação com a subjetivação e a formação de subjetividade política. Por fim, neste mesmo capítulo, apresentamos os processos educativos que ocorrem na prática dos movimentos sociais e que se configuram como um princípio indissociável desse fazer coletivo.

2.1 ENGAJAMENTO: COTIDIANO E EXPERIÊNCIA

A mudança social que a gente almeja também tem que ser feminista ou não vai ser (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ao elegermos as experiências de subjetivação política e engajamento político de mulheres, apreendidas por meio de suas narrativas, enquanto nosso tema de pesquisa, relacionamos congruência e divergência à prática militante. O engajamento é a vivência dos sistemas de valores de forma individual e radical, ainda que seja fundamentado em princípios coletivos, acontece na instância da vida material das pessoas. O engajamento é fluxo, movimento, pois se forma, deforma e reforma no tensionar da realidade. Por estar ligado à condução da vida, o engajamento se dá tanto no âmbito do cotidiano quanto da experiência. Segundo Sawicki e Siméant (2011, p. 201), o *engajamento militante* é “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”.

As experiências acontecem nos/nas e com as/os sujeitos, mas não acontecem desterritorializadas, pois são influenciadas pelo espaço e pelo tempo em que são produzidas. Nesse sentido, as experiências ocorrem com distintas nuances, dentro de determinados limites (transponíveis) contextuais, que abrangem as particularidades da vivência individual e coletiva. Na compreensão do mundo, visualizamos que a experiência e o cotidiano são categorias que se complementam, embora a experiência

também se dê no nível não cotidiano, na práxis. “Os choques entre particularidade e genericidade não costumam tornar-se conscientes na vida cotidiana; ambas submetem-se sucessivamente uma à outra do aludido modo, ou seja, ‘mudamente” (HELLER, 2014, p. 38). A práxis e o cotidiano são instâncias diferentes da vida; todavia, a linha entre uma e outra é tênue, sendo que sua diferenciação se dá no transcurso da experiência.

As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado (HELLER, 2014, p. 49-50).

O sistema de valores e a experiência coincidem na formação das condições sociais, pois nem o valor nem a experiência são atributos do indivíduo, mas são por eles e elas vivenciados e modificados em suas relações sociais, ainda que nem sempre conscientemente. Analisando lado a lado o pensamento de Heller (2014) e Thompson (1981), refletimos que no cotidiano as experiências acontecem de maneira espontânea; no entanto, as experiências se tornam não cotidianas quando absorvidas pelos sujeitos em sua singularidade consciente, possibilitando gerar uma experiência modificada de dada vivência.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2014, p. 31).

O cotidiano não é mais do que a própria vida, mas não se isola no indivíduo, como se a sociedade fosse reduzível a sua menor parcela, é apreendido nas práticas comuns, ainda que identificada com maneiras singulares de ser vivida. Em seus estudos sobre o cotidiano, Michel de Certeau escreve: “a análise mostra que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (1998, p. 38). Desse modo, podemos dizer que as experiências particulares vistas nas narrativas das mulheres engajadas são produzidas sob códigos, valores, operações comuns.

A discussão densa realizada por Thompson (1981), em *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, circunstancia o materialismo histórico-dialético no compromisso de construção historiográfica da experiência imediata dos sujeitos comuns, reposicionando os sistemas de valores enquanto materialidade pungente da realidade social. Ao opor-se às teses de Althusser, que classifica o materialismo histórico-dialético como empirismo, Thompson (1981) discute as bases teóricas do método e adensa a ideia de processo histórico, a partir do desenvolvimento conceitual do termo experiência.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Para Thompson (1981), diferentemente do filósofo idealista que questiona a palavra para acessar posteriormente o mundo material, o historiador observa o mundo por meio das inter-relações entre acontecimentos e as respostas mentais e emocionais que compreendem as experiências. Assim, a materialidade não é a concretude inanimada, mas a produção de realidades conjugadas na corporeidade do mundo e nos sistemas de pensamento sociais. Por exemplo, quando falamos de classe social, identificamos um fenômeno material, composto por uma materialidade que não pode ser apalpada, mas que tem sua concretude expressa no cotidiano do conjunto social quando os interesses de um grupo colocam-se em confronto com outro grupo, devido à sua disparidade produtiva.

Para Heller (2014), as pessoas em seu conjunto civilizacional são a substância, essência não natural, da sociedade; e, a sociedade, por sua vez, é a substância da história. A história não persegue fins que determinam o seu rumo. O conjunto dos valores dão a aparência de que um caminho invariável liga o passado, o presente e o futuro, todavia essa ideia é errônea, à medida que a própria composição dos valores é produto de escolhas entre as possibilidades que circundam as alternativas dos grupos humanos (HELLER, 2014). Desse modo, podemos dizer que o objeto de

estudo da historiadora ou do historiador não permanece parado à análise (THOMPSON, 1981). Por estar no mundo, é tensionado pelas práticas cotidianas, pela formação da consciência social e ao que a isso se relaciona.

Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para exame à parte, ela não permanece submissa [...] (THOMPSON, 1981, p. 15).

Objeto/fato/conceito são produtos de processos históricos, por isso, não podem ser compreendidos sozinhos. Essa conexão intrínseca ao mundo e à cosmovisão faz com que o processo de questionamento do objeto/fato/conceito não fale apenas dele, mas do contexto que os envolve. O conhecimento da experiência, para Thompson (1981), não é acessível apenas ao intelectual, mas a todas e a todos que entram em choque com o estado de congruência com a realidade. “Homens e mulheres (não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p. 16). Essa concepção diverge da ideia estruturalista althusseriana que enquadra a realidade na ideologia e, desse modo, visualiza as e os sujeitos como seres inevitavelmente alienados em relação à estrutura.

Não há, nem pode haver nunca, uma moral “natural”, nem “fins naturais”. Certamente o materialismo histórico e cultural jamais as encontrou. Os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influir nessa escolha. Pensar de outra maneira seria supor que nossas “necessidades” estão ali, nalgum ponto fora de nós mesmos e de nossa cultura, e que se a ideologia fosse embora, a razão as identificaria imediatamente (THOMPSON, 1981, p. 199).

Consoante a isso, rejeitamos a ideia de que as pessoas sejam títeres da ideologia dominante. As mudanças na realidade ocorrem porque a experiência pode ser modificada pelo ser social e pelas forças da natureza. A materialidade se apresenta ao sujeito assim como o sujeito reproduz e modifica a materialidade. “Certamente não iremos supor que o ‘ser’ está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda a ideia foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali”. (THOMPSON, 1981, p. 16). Ao compreendermos que a materialidade não se define apenas no objeto físico, são perpassadas pelos pensamentos as definições de mundo, de forma que atribuímos delineações histórica-geográficas a ela. Concordamos com a concepção epistemológica que reflete que as coisas existem objetivamente, mas a materialidade também se caracteriza pela

interpretação e consciência, ou seja, em sua existência paralela como ideia. “Quando nos referimos, por exemplo, àquela casa ou àquele edifício, àquele loteamento, àquele bairro, são todos dados concretos – concretos por sua existência -, mas, na verdade, todos são abstrações, se não buscamos compreender o seu valor atual” (Milton Santos, 1985, p. 18).

A experiência recoloca sujeito e circunstância no mesmo corpo, na medida que os objetos sociais são fruto da ação humana, bem como as pessoas agem a partir de determinados fatores construtivos de sua realidade. Embora Thompson (1981) coloque a experiência como um termo ausente na obra de Karl Marx, não deixa de notar que a sua definição aparece na máxima de que: as pessoas fazem a sua história, mas dentro de condições pré-existentes. As pessoas vivem a experiência ancoradas no conjunto de valores morais e econômicos existentes em seu grupo civilizacional, vinculando-se aos valores que dão significado às suas escolhas. “Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre ideias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas” (HELLER, 2014, p. 27). Ainda, como refere Heller:

O valor, portanto, é uma categoria ontológica-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais (2014, p.15-16).

A experiência, de acordo com Thompson (1981), está vinculada às vivenciadas no âmbito da cultura, das relações econômicas, das tradições, dos costumes, das relações de produção, simultaneamente. Se delimitamos, no âmbito acadêmico, aspectos para análise da experiência, não é por acreditarmos que um fator determine hierarquicamente mais a realidade do que outro, mas por compreendermos que o mundo não é apreensível no todo. A fragmentação se faz necessária para podermos esmiuçar os valores atribuídos em determinado tempo e espaço. Ainda assim, um fragmento da realidade só significa em contraste com outro fragmento, fazem sentido em sua relação mútua, pois, socialmente, nenhum desses elementos existem de maneira isolada, sendo sua fragmentação uma ação possível apenas na esfera analítica. Assim acontece também com o cotidiano, que se divide em partes orgânicas que organizam a vida, mas que na prática são indissolúveis.

Se mencionamos um “fato” comum – “O Rei Zed morreu em 1100 A.D.” – já estamos mencionando um conceito de realeza: as relações de dominação e subordinação, as funções e papel do cargo, o carisma e dotes mágicos que acompanham esse papel, etc., e nos deparamos com isto não apenas como um objeto de investigação, um conceito que desempenhou certas funções na mediação de relações numa dada sociedade, com (talvez) várias notações conflitantes desse conceito endossadas por diferentes grupos sociais (os sacerdotes, as criadas) dentro daquela sociedade – não só isso, que o historiador tem de reconstruir com dificuldades, mas também esta evidência é recebida por ele dentro de um quadro teórico (a disciplina da história, que também tem uma história e um presente controvertido) que aperfeiçoou o conceito de realeza, pelo estudo de muitos exemplos de realeza em diferentes sociedades, resultando em conceitos dela muito diferentes da imediação, em poder, em senso comum ou em mito, daqueles que testemunharam na prática a morte do Rei Zed (THOMPSON, 1981, p. 27-28).

Como é posto no excerto de entrevista que abre o presente subcapítulo, “A mudança social que a gente almeja também tem que ser feminista ou não vai ser”. (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021), a militância das mulheres politicamente engajadas, no caso da nossa pesquisa, as mulheres vinculadas à MMM, é expressa em práticas de luta que questionam as estruturas de opressão no âmbito macrossocial, mas também no nível microssocial em que estão inseridas, na reprodução desses mecanismos nos grupos e ações políticas que fazem parte. De acordo com Certeau (1998, p. 46), na análise das operações cotidianas, entre o que é que produzido e as maneiras de consumo, e ao que escapa aos dispositivos de dominação, a estratégia corresponde “ao cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”, diferentemente da tática que é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível”.

A exemplo disso, nos movimentos sociais feministas vemos a renovação de estratégias de luta à mesma medida que o capitalismo se apropria de suas pautas para se reinventar, bem como são lançadas táticas que aproveitam a ocasião para transformar as acusações de sectarismo advindas dos meios políticos não feministas para escrachar o machismo nessas organizações políticas. Nesse ínterim, estudar as experiências a partir do cotidiano da “gente comum” (THOMPSON, 2002) realoca as lentes de pesquisa dos sistemas de dominação para os mecanismos de resistência. Consoante a isso, Certeau (1998, p. 39-40, grifo do autor) nos fala sobre outro movimento de resistência:

Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o “sucesso” dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e memo consentindo na dominação, muitas vezes esses

indígenas *faziam* das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente: seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de “consumo”. Em grau menor, um equívoco semelhante se insinua em nossas sociedades com o uso que os meios “populares” fazem das culturas difundidas e impostas pelas “elites” produtoras de linguagem.

Modificar a experiência de ser mulher se configura como ato de experimentar e codificar, na consciência e na cultura, dadas situações e relações cotidianas. Desse modo, o cotidiano é a instância da vida em que essas mulheres aparecem por inteiro, pois nele a capacidade intelectual, as habilidades e a personalidade das pessoas são colocadas em ação de maneira fruída. Desse modo, a aprendizagem no cotidiano não está relacionada apenas às instâncias educativas institucionais, mas faz parte da produção e reprodução da sociedade na ação. “O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão” (HELLER, 2014, p. 33). A aprendizagem, nesse caso, não é uma aprendizagem autoconsciente, uma vez que, no momento que ocorre, sua apreensão se dá na experimentação das escolhas na condução da vida. Reafirmamos nossa reflexão exposta em nossa dissertação de mestrado:

A experiência, conforme Thompson (1981), é toda vivência decorrente do acúmulo de conhecimento civilizacional e surge de maneira espontânea no ser social, ao aprender inconscientemente e conscientemente os hábitos e costumes que compõem o modo de vida cotidiano do conjunto social o qual integra. A modificação da experiência ou a produção de novas experiências tanto acontecem pelo processo de formação da consciência social, em um desenvolvimento mental crítico, quanto é fruto de tensões naturais, que agem de maneira involuntária a vontade das e dos sujeitos, forçando a alteração de suas práticas cotidianas (BORGES, 2018, p. 115).

A possibilidade de questionamento das experiências é o que, segundo Thompson (2002), gera a consciência social, ao mesmo tempo que “o diálogo do ‘ser social’ e a consciência social, que dá origem à experiência” (THOMPSON, 1981, p. 42). A experiência pode ser acessada na *congruência* com a realidade, mas sua modificação acontece a partir da *contradição*, que surge pelo entendimento antagonista das expectativas, valores e relações produtivas, e pela *mudança*

involuntária, decorrentes das forças da natureza, como a incidência de epidemias, mudanças demográficas, tecnológicas e naturais. (THOMPSON, 2002).

Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido – as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhe são impostas pelas categorias conceituais dominantes (THOMPSON, 1981, p. 17).

Contudo, também, as pessoas podem romper com essas categorias à medida que alcançam e produzem novas experiências. Invariavelmente, as pessoas são conscientes, porque aqui a consciência não se trata de uma ruptura total com a alienação, atribuída ao intelectual vanguardista (que sob nosso entendimento é um mito e não um sujeito existe, pois, por exemplo, podemos romper com a ideologia burguesa e continuarmos atrelados à mentalidade colonial, reproduzindo opressões), mas ao exercício mental de conhecimento do mundo. Conforme exemplifica Thompson:

Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

A ação só é possível porque as e os seres pensam sobre suas experiências. “Testemunhamos o ‘ser social’ determinando a ‘consciência social’, à medida que a experiência se impõe ao pensamento e o pressiona” (THOMPSON, 1981, p. 34). Mas, à medida que a ação passa por esse processo de pensamento, deixa de fazer parte do cotidiano. Além disso, existe modos de fazer antidisciplinares que reapropriam os mecanismos de dominação, tensionando sua lógica pelo uso desordenado de seus produtos (CERTEAU, 1998).

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los: enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1998, p. 41).

Segundo Heller (2014, p. 56), “não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia [sic], precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação”. Sinteticamente, podemos dizer que a espontaneidade corresponde às respostas dadas pelo sujeito a partir de suas motivações particulares. O pragmatismo revela-se na elevação de equivalência entre “correto” e “verdadeiro”, tendo em vista que o pensamento na cotidianidade não chega ao plano da teoria, ou seja, não requer uma reflexividade profunda, mas pauta-se em uma certa fé ou confiança. O economicismo se realiza nos cálculos de probabilidade e possibilidade entre as atividades e suas consequências. “O característico do pensamento cotidiano é a ultrageneralização, seja em suas formas ‘tradicionais’, seja como consequência da experiência individual” (HELLER, 2014, p. 53). A analogia e os juízos provisórios são formas de ultrageneralização que compõem o conhecimento prévio de experiências precedentes, que baseiam as ações futuras das e dos indivíduos. A mimese consiste na repetição por meio da imitação dos costumes e atitudes, aceitáveis e esperadas em determinados contextos. A entonação corresponde à produção de uma atmosfera causada pela presença de dado indivíduo (HELLER, 2014).

As narrativas que acessamos por meio das entrevistas não dissociam ser e ato, bem como o espaço comum da vida não se desprende da vivência das experiências. Ao retratarmos um fato histórico transformador, referimo-nos a um processo que se criou inicialmente enquanto possibilidade na vivência ordinária do cotidiano. Os hábitos que reproduzem a vida em sociedade são transformados por meio da reflexão, mas não, necessariamente, na lógica da racionalidade. Outros meios de pensar e de sentir os ritos cotidianos resultam em ações que modificam as pessoas e seu entorno.

Na mudança do hábito, mudamos o cotidiano, geramos experiências modificadas, que englobam uma relação aprendente, na medida que transformamos a nós mesmos e o meio pelo conhecimento construído no tensionamento das nossas concepções. Nesse ínterim, muitas vezes, vivemos as transformações sem notá-las, na medida que a experiência de quem vive dado tempo e contexto é produzida no cotidiano como produto de determinado processo histórico. Tanto a condição de existência quanto o seu sentido são relacionais. Embora possamos identificar marcos de rupturas espaço-temporal que nos guiam a entender os contextos de estudo de determinados fenômenos sociais, estão sempre em curso processos modificadores da realidade, que tensionam as estruturas sociais. Quando nos atemos ao tempo de

vida das pessoas, esses processos ficam mais compreensíveis à luz da produção das subjetivações políticas que impulsionam os movimentos de mudança social.

2.2 POLÍTICA E SUBJETIVAÇÃO

Nesse ponto cabe traçarmos o entendimento de política e subjetivação que subsidiam nossa análise das narrativas das mulheres entrevistadas. A leitura da obra *O Desentendimento*, de Rancière (1996b), reverbera a questão: “O que há de específico para ser pensado sob o nome de política?” (RANCIÈRE, 1996b, p. 14). No linguajar contemporâneo, a política pode ser tanto um substantivo, quando nomeia a si, como em: política pública, política de estado, política de serviço; quanto um adjetivo, termo que qualifica determinada substância, como em: participação política, prática política, educação política. Além da mudança enquanto classe gramatical, que demonstra a amplitude de usos da palavra, também é diverso o seu sentido de acordo com a fundamentação histórica, social e filosófica. Ao utilizarmos o termo política e subjetivação como conceitos chave de nosso trabalho, sua definição se faz necessária, mas o aprofundamento do debate não é simples.

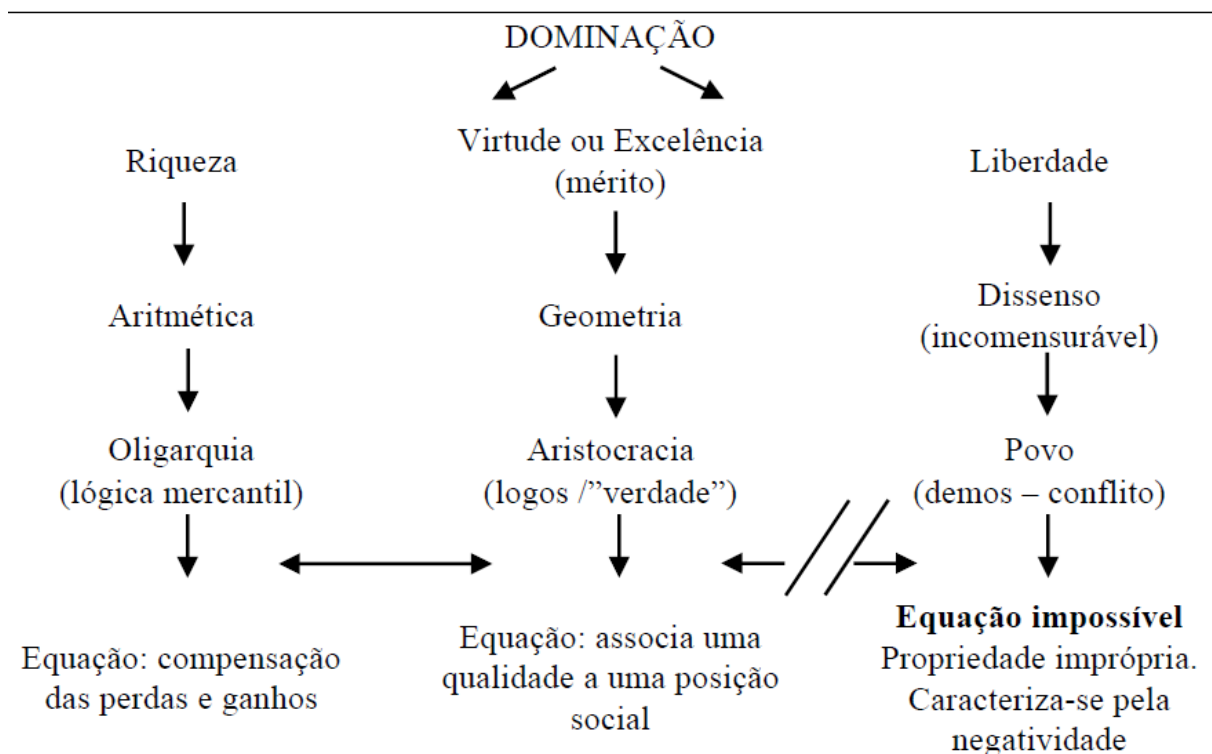
Tomamos a discussão de Rancière para fundamentar nossa reflexão a respeito do que é política, por concordarmos com o filósofo, que é equivocado o jargão que diz que “tudo é político”. A política não é um elemento natural, segundo a reflexão de Rancière: “nenhuma coisa é em si política, pois a política só existe por um princípio que não lhe é próprio, a igualdade. O estatuto desse ‘princípio’ deve ser precisado” (RANCIÈRE, 1996b, p.45). Nesse ponto de partida, Rancière (1996b) reintroduz ao debate as concepções de política forjadas em Atenas, no século IV a.C., dando ênfase ao pensamento de Platão e Aristóteles. Para tanto, é preciso entender o objeto político que irá fundamentar o pensamento filosófico a respeito do que seja a política, ou seja, as relações comunitárias de poder na Grécia Antiga, no período clássico.

Segundo Rancière (1996), Aristóteles enumera três títulos de pertencimento que compõem a comunidade: os *oligoí*, os que detém a riqueza; os *aristoi*, os donos da virtude ou da excelência, ou seja, a parcela dos melhores; e o *demoi*, a quem pertence a liberdade. Essas três partes, em sua soma, devem ser iguais ao todo, e esse estatuto de igualdade é o que fundamenta a democracia ateniense. Na delegação de uma propriedade identitária, não natural, as partes em conjunto comporiam uma comunidade de iguais. “Há política simplesmente porque nenhuma

ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (RANCIÈRE, 1996b, p. 30).

Atribuir ao povo (*demos*) a pertença da liberdade foi possível na Atenas do século IV a.C. pelo fim da escravidão por dívidas, as quais foram implementadas pelas reformas do estadista Solón, em 594 a.C. Todavia, a liberdade atribuída ao povo é uma distinção apenas aparente, na medida que é uma qualidade usufruída também pelas outras partes. “O *demos* atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos” (RANCIÈRE, 1996b, p. 24). Assim, se o que diferencia o povo é o mesmo que pertence às outras parcelas, o *demos* também pode ser considerado aquele sem parcela de distinção, criando um litígio na suposta igualdade pelo dano, prejuízo em relação às outras partes, causado pelo seu atributo, sua vantagem inexistente. Utilizamos o diagrama feito por Frederico Viana Machado (2013, p. 272) para ilustrar a equação de dominação expressa por Rancière:

Figura 3 – Diagrama das relações de dominação a partir de Jacques Rancière



Fonte: Machado (2013, p. 272)

Na figura 3 visualizamos que a relação de dissenso se estabelece pelo princípio da liberdade ser incomensurável, não advém do mérito ou riqueza e, embora seja colocada enquanto parcela do *demos*, é na verdade um estatuto de todos. Como a

parte *demos* coincide com todo, a equação que classifica a relação de dominação, nesse caso, é impossível.

A massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do dano que não cessam de lhe causar aqueles cuja qualidade ou propriedade têm por efeito natural relançá-la na inexistência daqueles que não tomam “parte em nada”. É em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade. Quem não tem parcela – os pobres da Antiguidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno – não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo. Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus “direitos”. O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como “comunidade” do justo e do injusto (RANCIÈRE, 1996b, p. 24).

Visto que *demos* são os que têm liberdade, então toda a comunidade é *demos*. Esse duplo entendimento de *demos*, como os sem parcela e o conjunto todo, cria uma classe daqueles que não têm vantagem ou desvantagem a reivindicar, por sua indistinção. A atribuição de partes iguais à comunidade, nesse sentido, é desregulada, posto que a soma das partes, aqueles que têm liberdade, aqueles que têm riqueza e aqueles que têm a razão, não coincide com o todo. Todavia, a deturpação na conta das partes da comunidade não termina por aí. *Oligoi* são aqueles que detêm a riqueza, desse modo, é uma medida de fácil identificação conforme as atribuições de valores econômicos de cada época. Mas, e *aristoi*? Como definir quem são os melhores pela virtude?

Quem são exatamente essas pessoas de bem ou de excelência que trazem a virtude para o bolo comum, assim como o povo traz uma liberdade que não é a sua? Se não são o sonho do filósofo, a conta de seu sonho de proporção transformada em parte do todo, poderiam muito bem não passar de outro nome para os oligoi, ou seja, simplesmente, os ricos. O mesmo Aristóteles que se esforça, na *Ética a Nicômaco* ou no livro III da *Política*, por dar consistência às três partes e aos três títulos, no-lo confessa sem mistério no livro IV, ou então na *Constituição de Atenas*: a polis tem, na verdade, apenas duas partes: os ricos e os pobres (RANCIÈRE, 1996b, p. 26).

Nesse sentido, podemos dizer que não existe coincidência entre as partes e o todo da comunidade, a não ser pela definição de que a comunidade é a soma dos pobres e dos ricos. Esse desequilíbrio entre os que algum valor têm e aqueles que nada têm, coloca o princípio da igualdade em suspensão, por não equacionar as partes e o todo. Nesse sentido, “há política – e não simplesmente dominação – porque

há uma conta malfeita nas partes do todo” (RANCIÈRE, 1996b, p. 25). Os sem parcela, ao reconhecerem a sua condição de igualdade, pelo atributo da liberdade, em relação às outras partes, podem reivindicar sua posição à luz do dano que lhe é causado, por isso o ato político coincide com o litígio da comunidade e não com o estado de congruência entre suas partes.

A desigualdade só é, em última instância, possível pela igualdade. Existe política quando pela lógica supostamente natural da dominação perpassa o efeito dessa igualdade. Isso quer dizer que não existe sempre política. Ela acontece, aliás, muito pouco e raramente. O que comumente se atribui à história política ou à ciência do político na verdade depende, com frequência muito maior, de outras maquinarias, que por sua vez provêm do exercício da majestade, do vicariato da divindade, do comando dos exércitos ou da gestão dos interesses. Só existe política quando essas maquinarias são interrompidas pelo efeito de uma pressuposição que lhes é totalmente estranha e sem a qual no entanto, em última instância, nenhuma delas poderia funcionar: a pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, a paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem (RANCIÈRE, 1996b, p. 31).

Nesse íterim, a democracia, governo do povo, não se configura propriamente enquanto sistema político ou constituição de sociedade, pois fundamenta-se na equação impossível de que quem é governado tem o mesmo princípio de poder de quem governa, não se distingue por título, mas sim, pela ausência de título. Desse modo, na sociedade de direitos ocorrem processos democráticos em que são garantidas liberdades individuais. Todavia, a representação que advém desses processos, como as eleições livres, coloca em xeque o estatuto dos sem títulos, na reprodução do poder dominante na eleição de pessoas que atendem aos critérios de dominação.

Não vivemos em democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. Conhecemos bem as vantagens desse tipo de Estado, assim como seus limites. [...] Essas liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação. Os “direitos do homem e do cidadão” são os direitos daqueles que os tornam reais (RANCIÈRE, 2014, p. 94-95).

A expressão da política está no litígio das partes, não pela simples oposição entre ricos e pobres. É necessário que uma parcela entre as partes se identifique enquanto partidário de uma mesma causa para a efetivação da atividade política, pelo

dissenso em relação a outras partes. Desse modo, a ordem institucional, a organização do poder, de determinada sociedade não é em si política, somente assume este estatuto quando uma das partes reconhece o dano que lhe é causado pela disjunção da igualdade.

A instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes. A luta de classes não é o motor secreto da política ou a verdade escondida por trás de suas aparências. Ela é a própria política, a política tal como a encontram, sempre já estabelecida, os que querem fundar a comunidade com base em sua arkhé. Não se deve entender com isso que a política exista porque grupos sociais entram em luta por seus interesses divergentes. A torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas. O proletariado não é uma classe mas a dissolução de todas as classes, e nisso consiste sua universalidade, dirá Marx. Devemos dar a esse enunciado o seu pleno caráter genérico. A política é a instituição do litígio entre classes que não são verdadeiramente classes. Classes "verdadeiras", isso quer dizer — quereria dizer — partes reais da sociedade, categorias que correspondem a suas funções (RANCIÈRE, 1996b, p. 32-33).

Nesse sentido, a ideia da política como prática do consenso é contestada por Rancière (1996a). Ao estarem em igualdade de fala, as e os sujeitos usam de sua reflexão para escancarar o dano que os unem enquanto partes, e essa união pelo dano os opõem aos seus desiguais, sendo esse um ato político, um ato de dissenso. Desse modo, a subjetivação, a identificação do sujeito com determinada parte/classe pelo dano, e sua expressão a esse respeito formam a política. Todavia, cabe salientar que a identificação com o dano é a desidentificação com o papel associado ao sujeito pela comunidade. Segundo Luís Antonio Groppo e Rodrigo Manoel Dias da Silva (2020, p. 412 *apud* RANCIÈRE, 2014), “a subjetivação política é sobretudo um processo de desidentificação, que rompe ou abala as funções sociais esperadas de quem, na normalidade da ‘ordem policial’, associava sua função social a um status desigual no corpo social”. Nesse sentido, Rancière nos diz que “a política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação”. (RANCIÈRE, 1996b, p. 47), pois apenas pessoas falantes e não as partes abstratas são capazes de anunciar o dano.

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. Pode ser a atividade dos plebeus de Ballanche que fazem uso de uma palavra que “não têm”. Pode ser a desses operários do século XIX que colocam em razão coletivas relações de trabalho que só dependem de uma infinidade de relações individuais privadas. Ou ainda a desses manifestantes de rua ou barricadas que literalizam como “espaço público” as vias de comunicação urbanas. Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões

sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (RANCIÈRE, 1996b, p. 42 – 43).

Desse modo, podemos dizer que a política é a expressão de subjetivação do dano. A igualdade coloca sujeitos falantes frente a frente, estabelecendo o litígio pela constatação da desigualdade. Todavia, as partes não se entendem nesse processo, pois a vantagem e a desvantagem cabem na mesma linguagem, no caso ateniense clássico, a liberdade. “Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento”. (RANCIÈRE, 1996b, p. 40). O desentendimento entre os seres de mesma inteligência ocorre na desigualdade entre o estatuto das partes, enquanto uma parte entende a liberdade como uma vantagem dos sem parte, esses a consideram uma vantagem inexistente, por ser possuída pelas outras partes.

Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras. [...] O desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam. [...] Ali onde a filosofia encontra ao mesmo tempo a política e a poesia, o desentendimento se refere ao que é ser um ser que serve da palavra para discutir. As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que constituem como objeto (RANCIÈRE, 1996b, p. 12-13)

Para Rancière (1996b), a política é a ação que resulta da tomada de consciência do dano, a atividade que divide os mundos dos seres falantes pelo desentendimento do que é expresso. Essa assimilação particular do dano é o que pode ser chamada por subjetivação política. É um processo que ocorre entre sujeitos que partilham de determinada competência ou incompetência para o comum. Nesse caso, partilhar está ligado tanto à participação desses sujeitos quanto à separação destes na repartição de partes e lugares no fazer público (RANCIÈRE, 2005).

Um processo de subjetivação política compreende a possibilidade de questionar não apenas a conta de cada parte em um sistema partilhado, mas o próprio processo de contar as partes, separando-as hierarquicamente: “há o litígio em torno do objeto do litígio, o litígio em torno da existência do litígio e das partes que nele se enfrentam” (Rancière, 1996b:66). É a possibilidade de desnaturalizar o enunciado “as coisas como elas são”, que regula a

disposição dos corpos e as possibilidades interpretativas em uma comunidade política determinada, engendrando novas configurações do comum. Subjetivação política é a elaboração coletiva que se dá pelo reconhecimento de estar “entre” identidades e não a partir da valorização, do fortalecimento ou da cristalização de uma identidade dada. É uma propriedade imprópria que se caracteriza pela sua negatividade (por aquilo que ela não pode ser) e se constitui em uma equação impossível capaz de interpelar, de um lado, a equação aritmética, que equilibra perdas e ganhos, e, de outro, a equação geométrica, que justifica méritos associando uma qualidade a uma posição social (Rancière, 2010; 2006) (MACHADO, 2013, p. 269).

A subjetivação política não existe enquanto característica de determinado grupo, mas enquanto processo consciente de ação. Segundo Reguillo (2017), o processo de subjetivação política perpassa “fazer-se ator, apropriar-se do mundo, construir uma voz no mesmo curso da ação participativa¹” (REGUILLO, 2017, p. 101, tradução nossa). Enquanto ato, a subjetivação política decorre da partilha do sensível na identificação com determinado recorte e pela desidentificação com as outras partes do “sistema de evidências sensíveis” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). A partilha do sensível, a maneira de ser e de ocupar o mundo sensível, fala-nos sobre como os sujeitos tomam parte ou são excluídos em determinados processos sociais. Desse modo, a formação de partes no comum é temporal, pois se fundamenta na localização histórica das atividades humanas.

A partilha do sensível nos remete à constituição das identidades que dela fazem parte. O trabalho da política consistirá em questionar a conta das partes desse sistema em um processo que Rancière denomina “subjetivação política”. Subjetivação política é um processo de desidentificação ou de desclassificação que interpela a ordem policial em um determinado campo sensível (MACHADO, 2013, p. 269).

Nesse processo de identificação/desidentificação, é formado o dissenso entre as visões de mundo em nome da qual as pessoas se apresentam. Assim, os/as grupos/classes sociais são formados/as pelo dissenso em relação ao que os/as separam. Essas parcelas das partes existem como forma de ação comum, não são entidades *a priori* do “eu” e do “nós”. O reconhecimento do dano está no cerne da subjetivação, nesse processo, não é atributo da lição de um mestre emancipador a um discípulo a tomada de consciência de sua localização social, mas é produto da prática da igualdade que identifica sujeito a um grupo falante.

¹ “hacerse actor, apropiarse del mundo, construir una voz en el mismo curso de la acción participativa”.

É assim que o relacionar duas coisas sem relação torna-se a medida do incomensurável entre duas ordens: a da distribuição desigualitária dos corpos sociais numa divisão do sensível e a da capacidade igual dos seres falantes em geral. Trata-se, mesmo, de incomensuráveis. Mas esses incomensuráveis estão bem medidos um no outro. E essa medida refigura as relações das parcelas e das partes, os objetos passíveis de provocar litígio, os sujeitos capazes de articulá-lo. Ela produz, ao mesmo tempo, inscrições novas da igualdade em liberdade e uma esfera de visibilidade nova para outras demonstrações. *A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos* (RANCIÈRE, 1996b, p. 53 – 54, grifos nossos).

A partilha do sensível está na possibilidade ou não de a pessoa fazer parte de um grupo por sua atividade social, o que fundamenta a subjetividade política pelas maneiras de sentir a experiência política. A subjetividade política se relaciona com a significação da experiência à luz do dano. Enquanto a subjetivação é ação, a subjetividade circunda a pessoa e a define. A subjetivação política é gerada no encontro de sujeitos iguais, por serem falantes, por se expressarem, mas desiguais por produzirem diferentes entendimentos sobre o mesmo mundo. A exemplo disso, inscreve-se o conceito de consciência de classe, como a conjugação de sujeitos que dividem o entendimento de seu dano, frente a outros sujeitos que dividem a vantagem de sua condição. Nesse sentido, a discussão filosófica de Rancière se aproxima da produção historiográfica de Thompson, ao recolocar a classe enquanto ação socialmente produzida na partilha do sensível:

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um de amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. *A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujo interesse diferem (e geralmente se opõem) dos seus* (THOMPSON, 2020, p.10, grifos nossos).

Para Rancière (1996b, p. 50 – 51, grifos nossos):

O proletariado não tem, antes do dano que seu nome expõe, nenhuma existência como parte real da sociedade. Assim, o dano que ele expõe não poderia ser regulado sob a forma de um acordo entre partes. Ele não pode ser regulado porque *os sujeitos que o dano político põe em jogo não são entidades às quais ocorreria acidentalmente esse ou aquele dano, mas sujeitos, cuja própria existência é o modo de manifestação desse dano.*

Ao tratar do desentendimento e da subjetivação política, Rancière (1996b) confronta a compreensão moderna de política e polícia. Essa reflexão também retoma a origem clássica (período da Grécia Antiga) dos termos. Para o autor, o que hoje se chama política, melhor seria representado pela palavra polícia, por ser uma força social que põe ordem, instâncias do Estado e da sociedade que atuam na gestão e organização em nome do consenso.

Minha hipótese supõe portanto uma reformulação do conceito de política em relação às noções habitualmente aceitas. Estas designam com a palavra política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar a esse conjunto de processos um outro nome. Proponho chamá-lo polícia, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções de vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade (RANCIÈRE, 1996a, p. 372).

Rancière reflete que a política, ao contrário, é composta pelo “conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia” (RANCIÈRE, 1996a, p. 372); assim, tem caráter heterogêneo, de dissenso entre entendimentos de mundo, dos interesses ligados à configuração dos grupos sociais, que se agrupam por meio do dano. Como vimos até aqui, “há política se a comunidade da capacidade argumentativa e da capacidade metafórica é, a qualquer hora e pela ação de qualquer um, passível de ocorrer” (RANCIÈRE, 1996b, p. 70), mas essa igualdade de inteligência é o meio de subjetivar a desigualdade, a vantagem ou desvantagem, fruto do dano causado aos que não têm parte.

A política só existe mediante a efetuação da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa na liberdade vazia de uma parte da comunidade que desregula toda e qualquer contagem das partes. A igualdade, que é a condição não-política da política, não se apresenta ali enquanto tal. Só aparece sob a figura do dano. A política assim está sempre torcida pela refração da igualdade em liberdade. Ela nunca é pura, fundada numa essência própria da comunidade e da lei. Só existe quando a comunidade e a lei mudam de estatuto pela adjunção da igualdade à lei (a isonomia ateniense, que não é apenas o fato de que a lei é "igual para todos" mas de que o sentido legal consista em representar a igualdade) e pelo aparecimento de uma parte idêntica ao todo (RANCIÈRE, 1996b, p. 71).

A subjetivação política, desse modo, não está no que a ordem moderna chama de política, na organização formal da sociedade em entidades e instâncias de poder,

mas no conflito que expressa o litígio entre as partes da comunidade. Nesse sentido, nossa pesquisa se inscreve na reflexão acerca da subjetivação política produzida pelas mulheres engajadas no litígio com a identificação social a elas atribuídas por sua condição biológica de ser mulher. Ao mesmo tempo que elas configuram formas de experiência política a partir da subjetividade construída na partilha do sensível, na vivência de espaços, tempos e atividades comuns.

2.3 PRINCÍPIO EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para falarmos da potencialidade educativa dos movimentos sociais, primeiramente, cabe definir o que entendemos por movimentos sociais na presente pesquisa. Esse conceito reúne um amplo espectro de significados no que diz respeito à sua configuração, ação e função. Em nosso estudo, definimos movimento social enquanto organização grupal, podendo ser institucionalizado ou não, identificada por pauta ou propósito político imbricado em um sentido contra hegemônico. Desse modo, entendemos que, por exemplo, tanto o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais por Terra (MST) com seu caráter de grupo historicamente instituído com regras organizacionais funcionais e hierarquizadas é um movimento social, assim como as ocupações estudantis geridas em grupos autônomos e fugazes também foram um movimento social.

A sociabilidade produzida no movimento social institui um funcionamento próprio que não se confunde com outras vivências grupais da política institucional. Na sua configuração prática, os movimentos sociais proporcionam a vivência de cotidiano alterado em relação aos outros espaços da vida pública, fundamentado no questionamento das normativas sociais, da realidade histórica e da configuração do Estado. Nesse sentido, potencialmente, a prática dos movimentos sociais é pedagógica por se dar na dialética entre a leitura crítica da realidade e a construção de um projeto social prospectado.

Os saberes que circulam no espaço dos movimentos sociais são formados na divergência, pela postura inconformista em relação às configurações sociais. Por esse motivo, os movimentos sociais privilegiam o debate de temas que ainda se configuram como tabu em outros meios educativos. A atenção aos sistemas de opressão, às desigualdades sociais, às formas de exploração, entre outros fatores, aliam-se no princípio educativo dos movimentos sociais à consciência de direito à vida digna com

suas diferentes demandas e expressões. Essa relação molda a construção de conhecimentos inconformistas, que são aprendidos na dinâmica relacional entre pessoas que também se sentem impelidas a questionar o mundo.

Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensar e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos. Nos propõem como tarefa captar as dramáticas questões que são vividas e postas nessas situações limite e revelá-las, explicitá-las. E ainda captar como os sujeitos se formam, entrando eles mesmos como totalidades nos movimentos (ARROYO, 2003, p. 36).

Na ação dos movimentos sociais, a partilha de saberes é feita de forma intencional, como nas formações internas promovidas pelos grupos, mas, também, de modo não-intencional, nas experiências de reflexão-ação de luta e resistência. Engajar-se em um movimento social pressupõe uma ruptura com o estado de congruência em relação a determinadas situações de vida. Fazer parte do movimento social em que nossas entrevistadas militam, a MMM, por exemplo, diz sobre um processo de desidentificação com os papéis hierarquicamente definidos pela condição de gênero atrelado à crítica ao sistema capitalista. Desse modo, as mulheres se envolvem na totalidade de suas existências, transmutando o seu cotidiano por meio da reflexão consciente da experiência compartilhada.

Os movimentos sociais em um sistema democrático têm por característica a comunicação enquanto ferramenta de ação. Suas reivindicações, por mais que, por vezes, digam respeito a determinado grupo social, são performadas para se tornar agendas públicas, que advêm de um aprofundado conhecimento das problemáticas sociais. Ao lerem e agirem sobre a realidade social, os movimentos sociais produzem conhecimento próprio, compartilhado na vivência de seu cotidiano. Nesse sentido, Gomes (2017), por meio de sua pesquisa sobre o Movimento Negro, reflete sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, dando ênfase à forma que os saberes desses grupos repercutem na organização social, mesmo no atrito com outras formas de construção do conhecimento.

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas

temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16-17).

Ao impulsionarem discussões sobre questões sociais que sustentam os sistemas de desigualdade social, os movimentos sociais têm potencialidade para construção de projetos educativos emancipatórios que escapam aos núcleos institucionais de produção do conhecimento. “Esses projetos são aqueles capazes de produzir subjetividades rebeldes e inconformistas e que conseguem questionar a produção de subjetividades conformistas que imperam nos currículos das universidades e da educação básica”. (GOMES, 2017, p. 62). Todavia, a distância educativa dos espaços historicamente privilegiados na produção e circulação de conhecimento dos movimentos sociais, por vezes, invalidam a práxis de outros meios enquanto potência pedagógica. Nesse sentido, os movimentos sociais, muitas vezes, são vistos como objeto de estudo pelas universidades, mas não agentes que produzem conhecimento.

Por outro lado, alguns movimentos sociais rompem com essas hierarquias e atuam para além das instituições estatais na promoção de lugares educacionais que atendem às demandas educativas de grupos historicamente excluídos dos meios de socialização formal do conhecimento. É o caso, por exemplo, da relação criada entre os movimentos sociais do campo e a educação de pessoas que vivem em áreas rurais. Segundo Maria Antônia de Souza (2007), o MST tem uma contribuição significativa para a construção da educação do campo, seja pela sua inserção na reivindicação da construção e consolidação da agenda política quanto pela promoção pedagógica em suas diversas frentes de formação. Nesse sentido, o sistema educativo formal construído pelo MST perfila enquanto alternativa crítica ao paradigma de educação centrada no rendimento escolar, expresso nos princípios da eficácia e da competitividade. Outro exemplo de intervenção pedagógica dos movimentos sociais na oferta educativa é destacado por Larissa Nobre Magacho e Rosa Maria Feiteiro Cavalari (2019), que refletem sobre a participação dos movimentos sociais para o desenvolvimento da educação ambiental no Brasil.

De alguma forma os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica. Um pensamento que tinha como tradição pensar essa história como apêndice da história oficial, das articulações do poder, das concessões das elites, das demandas do mercado... Seria de esperar que a reconstrução da história da democratização da escola básica popular na América Latina não

esquecesse de que ela é inseparável da história social dos setores populares. De seus avanços na consciência dos direitos (ARROYO, 2003, p. 30).

A formação e autoformação dos e nos movimentos sociais fundamentam-se também nos seus processos de mobilização, por promoverem espaços democráticos em seu cotidiano organizativo. Desse modo, o papel educativo dos movimentos sociais está presente no dia a dia, em aprender outras formas de socialização e no fazer político das lutas. Adensa-se a isso os laços sociais construídos pelo engajamento em causas comuns, que, por meio do apoio mútuo, refletem na compreensão e superação das situações vivenciadas. A radicalidade dos movimentos sociais de se colocar em sua diversidade social, étnica, racial e identitária, tensionam as políticas públicas para romper com as concepções segregadoras do conhecimento. Segundo Arroyo:

Há uma pedagogia dos movimentos sociais, dos mais antigos aos mais atuais. Uma pedagogia com rituais, símbolos, representações, palavras de ordem, formas de organização e representação... tão parecidas, tão didáticas. Tão formadoras e educativas que poderíamos falar em uma pedagogia dos movimentos sociais. Mais idêntica do que diversa. Com traços mantidos e repetidos ao longo dos séculos. Traços repostos em cada movimento como se fossem a marca de todo movimento (ARROYO, 2003, p. 47-48).

A participação ativa nos movimentos sociais é considerada por Vanderléia Laodete Pulga (2013) um processo que envolve as e os sujeitos como um todo, promovendo não apenas novos conhecimentos, mas também novas maneiras de se relacionar com o seu entorno. Na MMM, esse aspecto é parte essencial da função do movimento que perpassa inicialmente o reconhecimento das mulheres enquanto agente indispensável para a discussão de novas formas de organizar o mundo. Perceber que as limitações que, muitas vezes, dão-se no âmbito privado fazem parte de uma problemática compartilhada e que sustenta um sistema patriarcal, tendo por base um processo pedagógico emancipatório e horizontal.

Segundo Alfonso Torres-Carrillo (2017), fazer parte de um movimento social estimula a participação sociopolítica no geral, na perspectiva de controle da vida social, fator que produz aprendizagem cidadã e possibilita a transformação do entorno. “Dessa maneira, a educação na e da ação coletiva é uma prática que desnaturaliza as ideias de uma realidade fixa e determinada, e favorece a criticidade

e a capacidade de ação emancipatória dos sujeitos”² (Disney Barragan-Cordero; Alfonso Torres-Carrillo, 2018, p. 18, tradução nossa). As ações performáticas dos movimentos sociais fomentam a participação ativa e criativa de seus membros.

Consoante ao debate sobre os princípios educativos dos movimentos sociais, em nossa dissertação de mestrado, identificamos a construção de condições de espaços de fala diversificados nas escolas, com as ocupações estudantis ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2016. O estudo das relações de aprendizagem política produzidas nas experiências de estudantes em um contexto de resistência, demonstrou que a criação de espaços seguros de fala e reflexão, a valorização e o respeito pelas diferentes formas de existir e atuar no mundo, fomentam a participação política e o sentimento de pertencimento ao debate público (BORGES, 2018).

Nesse sentido, concluímos que a crítica à experiência de escolarização balizada pela vivência extraordinária de experiências de aprendizagem comuns aos movimentos sociais desenvolveu uma pedagogia de aprendizagem política própria das ocupações, que fundamenta a **experiência de escolarização modificada**. Ainda que, no presente trabalho, não seja nosso objetivo propor uma definição da experiência de escolarização modificada, - pelo risco de perdermos sua essência dialética, por meio da assimilação lógica de uma experiência formada na práxis - podemos refletir acerca de algumas características que nos permitem compreender tal vivência. Assim, identificamos esta pedagogia de aprendizagem política nas expressões das e dos estudantes de valorização da aprendizagem crítica, ou seja, uma maneira de estudar a realidade pelo questionamento (BORGES, 2018, p. 121).

Essa ligação entre as práticas de movimento social e a partilha de conhecimento construído na vivência da luta política tem uma potência educativa que se coaduna com o que Gomes (2017) identifica por conhecimento emancipatório. Nesse sentido, compreendemos na análise das ocupações estudantis que a aprendizagem política, enquanto pedagogia, encontra êxito em espaços que propiciam a participação ativa e o desenvolvimento de laços de solidariedade fortes (BORGES, 2018). Para além dos espaços educativos propositivos, os movimentos sociais são permeados por contextos não-formais e informais de aprendizagem que dispensam um mestre educador e criam experiências que aliam crítica e proposição social. De acordo com Arroyo (2003, p. 32):

² “De esta manera, la educación en y desde la acción colectiva es una práctica que desnaturaliza las ideas de una realidad fija y determinada, y favorece la criticidad y capacidad de acciones emancipatorias de los sujetos;”

É importante destacar como o aprendizado dos direitos vem das lutas por essa base material. Por sua humanização. Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembra quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana.

Nesse ínterim, a MMM, ao provocar outras relações sociais entre mulheres e delas com o mundo, cria condições de aprendizagem que perpassam o entendimento de si e do entorno. A partilha de espaços seguros de escuta, a acolhida de questões que transcorrem na vida particular das mulheres, sem perder a direção de que são problemáticas em comum, fazem com que suas ações tenham por princípio a prática pedagógica. Além disso, a organização de espaços formativos intencionais como uma das bases do movimento, mas focada na participação ativa e criativa das mulheres estimula a apropriação dos debates democráticos.

Ao colocar no centro de suas ações temáticas que tensionam a ordem social, os movimentos sociais agem de forma a levantar questionamentos sobre pautas, por vezes, pouco exploradas na coletividade. Assim, as subjetividades que se desenvolvem engajadas em causas políticas ligadas aos movimentos sociais são interpeladas pela inconformidade com o modo que o mundo se configura. Os movimentos sociais promovem práticas pedagógicas, mesmo, por vezes, sem pretender, pela sua forma de atuar enquanto divergência social no campo público. Desse modo, a revisão histórica, a análise social e o constructo filosófico, estão associados ao princípio de existência dos movimentos sociais e os fazem educativos, sem eliminar suas contradições, na configuração dinâmica de processos sociais inconformistas e indagadores.

3 O EXERCÍCIO DE CONTAR O MUNDO AO CONTAR-SE

O feminismo tem tido um importante papel na demonstração de que não há e nunca houve “homens” genéricos – existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros. Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura (Sandra Harding, 1993, p. 9).

O exercício de contar o mundo ao contar-se está no cerne das narrativas elaboradas pelas participantes da pesquisa por meio das entrevistas. Ao rememorem sua trajetória de engajamento político, elas criam formas discursivas sobre si mesmas e sobre o mundo, na perspectiva de seus princípios, conhecimentos, teorizações e sentimentos. Cada entrevista traz em si a singularidade de viver os processos sociais em corpos distintos e, como diz Harding (1993, p. 9), “que vivem intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura”.

Embora nosso objetivo não se centre nos feminismos produzidos pelas entrevistadas, pelo fato de nosso recorte de pesquisa ser mulheres militantes na MMM, esse aspecto ganha peso nas narrativas, na medida que aparece de forma indissociável à experiência cotidiana delas de engajamento político. Todavia, outros fatores que marcam a localização social dessas mulheres são fortemente mobilizados de forma a questionar os sistemas de exploração historicamente construídos. Na potência da militância, elas constroem narrativas que demonstram que em sua atuação política alguns fatores são indissociáveis, como a luta anticapitalista, antirracista, feminista, antifascista, decolonial, entre outras forças que ganham destaque em seus relatos. “A insurreição surge onde há corpos afetados, capazes de nomear seus afetos, reconhecendo-se em uma multidão que interrompe a maquinaria dos poderes proprietários¹” (REGUILLO, 2017, p. 59, tradução nossa).

Desse modo, apresentamos no presente capítulo as narrativas construídas na relação intersubjetiva das entrevistas. Damos prioridade na sistematização dos relatos às falas das entrevistadas, mais do que à sintetização da narrativa em nossas palavras. Por abordarmos as trajetórias de engajamento, as entrevistas possuem um caráter autobiográfico, endossado pelos afetos mobilizados e pela reflexão da conjuntura de produção das experiências. Cada subcapítulo é reservado a uma das

¹ La insurrección emerge ahí donde hay cuerpos afectados, capaces de nombrar su afección, reconociéndose en una multitud que interrumpe la maquinaria de los poderes propietarios.

participantes da pesquisa. Nesses subcapítulos, o fio narrativo é similar, apresentamos as experiências de forma cronológica, da infância ao momento atual, contudo, o conteúdo é diverso, cada uma vive a sua própria jornada permeada pelas alegrias e dissabores dos modos de ser mulher que se conjugam em existências insurgentes.

3.1 RITA, EXISTO LOGO RESISTO

Rita é uma mulher preta. A reflexividade a respeito de sua condição de cor marca por inteiro a narrativa de sua trajetória. Ao retomar suas palavras, a existência como forma de resistência define um lugar de fala autopercebido. Aos 28 anos, Rita já concluiu graduação e mestrado em História e fala sobre uma participação acadêmica ativa e engajada nas questões históricas de raça e cor. Nesse sentido, os estudos de Rita sobre o período do Brasil escravocrata e pós-abolicionista a fazem entender e refletir sobre os estranhamentos sentidos ao longo da vida que hoje consegue nomear enquanto racismo.

Eu acho que a reflexão. Eu acho que o nome. Quando a gente nomeia, faz parte do processo posterior, mas desde que a gente está no mundo a gente sente, então o primeiro processo é o sentir. As pessoas sentem, depois a gente consegue nomear. [...] É claro que eu não conseguia elaborar a partir de categorias sociais, porque esse é o processo que acontece depois, mas as pessoas sentem. Tanto que as pessoas, tanto homens quanto mulheres, constroem a sua identidade a partir da cor, pela perspectiva do racismo, e só depois pela perspectiva da negritude. Os que conseguem, né. Então, a constituição de identidade, ela se dá a partir do racismo. O problema não é a cor, o problema é que a gente construiu um significado de cor que é o racismo (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Embora contemos a história de uma mulher que reconhece as marcas de sua condição social e as supera, os marcadores de cor e classe são obstáculos nítidos na trajetória de Rita. Em relação a esses aspectos que formam o arcabouço relacional da estrutura social brasileira, Rita percebe estarem inscritos geracionalmente em sua família. Por esse motivo, ela indica seu pai e sua mãe como as primeiras pessoas a lhe servirem de inspiração política, por tratarem de temas sensíveis ao seu cotidiano sob parâmetros do conhecimento vivido.

Entrevistada: *A primeira feminista que eu conheci foi minha mãe. Ainda que a gente não chame, ainda que ela não chame isso de feminismo ou que, contraditoriamente, ela também tenha posições bem conservadoras. Mas a minha mãe é uma mulher feminista! É uma mulher que, por exemplo, minha mãe me educou para que eu não dependesse de homem nenhum e qual que era a saída para isso, era eu estudar, sabe. Por isso que eu disse que a minha função social durante muito tempo foi estudar. Porque, era como se a minha mãe dissesse que por meio da educação as coisas seriam mais fáceis e ser mais fácil era também não passar por essa dominação ou ter autonomia. A educação era um dos caminhos para que a gente não precisasse de homem. E aí, é claro, que isso perpassa por condições de classe também, porque o trabalho das mulheres é menos remunerado do que os dos homens. Ou, às vezes, as mulheres não podem trabalhar, porque elas precisam cuidar dos filhos e aí tem toda uma questão de política pública, a gente não tem creche para colocar as crianças, enfim, uma série de coisas. Então, a minha mãe me traz essa experiência de ser mulher na forma que ela me educou. E a educação era uma dessas saídas.*

Entrevistadora: *tiveram outras pessoas que foram importantes para a tua formação política?*

Entrevistada: *Eu acho que o meu pai também. Meu pai tinha muito (pausa pensativa), muito a questão de ser trabalhador e de como é que o trabalhador, e a minha mãe também, e de como é que os trabalhadores vivem as coisas. Por exemplo, o meu pai nos domingos de noite, eu lembro que eu era criança e ele dizia assim: “segunda-feira é dia de negão”. E eu, naquela época, não entendia. Por que que segunda-feira era dia de negão? Ali, ele estava dizendo que era dia de trabalhar e que os “negões” são trabalhadores. Então aqui ele estava fazendo uma articulação entre raça e classe, ele estava dizendo quem era a classe trabalhadora e quem que é o trabalhador. Então, são essas coisas do cotidiano que, depois que a gente se desenvolve intelectualmente, a gente consegue conectar. E por mais que a gente não consiga conectar, eu acho, né, por mais que eu não tivesse passado por um processo de escolarização e intelectualização, essas coisas ainda estariam em mim, o que iria acontecer é que eu não iria conseguir elaborar assim, mas ainda assim eu teria um posicionamento político. Então, eu acho que desde esse percurso da infância mesmo e de ouvir essas coisas. Por exemplo, quando o Lula se elegeu, em 2002. Nossa, na minha casa foi uma festa! Parecia que de fato ia acontecer a revolução, porque o Lula era um trabalhador, ele era um metalúrgico, ele era uma pessoa igual ao meu pai que também era metalúrgico. Então, é uma coisa presente sempre na minha vida. E meu pai fazia greve, era do sindicato. Meu pai e minha mãe sempre defenderam os sindicatos e os direitos das pessoas. Então, sempre teve isso no meu percurso de educação (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).*

Em sua narrativa, identificamos a valoração positiva atribuída, tanto por Rita quanto por seus familiares, à educação formal. A tentativa de acesso ao máximo de educação foi um dos princípios norteadores da criação de Rita, no sentido que estudar poderia lhe possibilitar melhor status social, de modo a superar os condicionantes de

sua existência preta periférica. Além disso, Rita em vários momentos nos fala de seu desejo pelo conhecimento e a aprendizagem como um ato de emancipação.

Eu sempre gostei muito de estudar. Escola era a minha função social de criança (risos). Sempre gostei muito! (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Segundo o relato de Rita, o seu processo de escolarização foi marcado pela ruptura entre o ambiente escolar do ensino fundamental e do ensino médio. A busca por uma escola com melhores indicadores de aprendizagem fez com que seu pai e sua mãe lhe matriculassem em uma escola distante de seu bairro, na passagem de um nível de ensino para o outro. Desse modo, em sua narrativa, o gosto de estudar se separa da vontade de estar na escola, que nem sempre lhe foi um ambiente acolhedor. Ao ser questionada sobre como era o ambiente escolar para ela, Rita nos responde:

Eu acho que fez menos sentido quando eu fui para o ensino médio. Durante o ensino fundamental as coisas parecem que faziam mais sentido. Até porque, eram crianças aqui do meu bairro, vizinhos, pessoas mais próximas. Mas quando eu vou para o ensino médio, isso perde um pouco. Perde um pouco sentido da educação. Porque, quando eu vou para o ensino médio, eu vou para uma escola que... Uma escola pública, mas, no período que eu estudo, era bem visível a minha diferenciação social. Eu era a pessoa mais pobre da sala de aula e uma das únicas negras da escola. Eu sentia muito mais a questão da classe, porque era uma escola que pegava mais alunos que tinham feito ensino fundamental em escola particular e depois ensino médio faziam lá, ou pessoas que vinham do centro ou de bairros de classe média. Então, para mim, eu tive uma dificuldade muito grande nesse sentido, tanto que eu nem estabeleci uma relação de amizade, durante esses três anos que eu estudei lá. Não consegui estabelecer esse tipo de relação. Mas meus pais me mandaram para lá, porque eles não queriam que eu estudasse na escola que pega toda a Zona Norte (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Apesar das dificuldades de convivência enfrentadas, Rita narra que, durante o ensino médio, o fato de ter sido direcionada para uma escola que majoritariamente atende estudantes de classe média, favoreceu que ela entendesse o direito de acesso ao ensino superior, diferentemente da maioria de seus colegas do ensino fundamental que seguiram em uma escola de zona periférica.

A experiência do ensino médio tinha sido horrível, porque, como eu te falei, era um mundo do qual eu não fazia parte e as pessoas também não faziam questão que eu fizesse parte. Então, para mim, o ensino médio foi horrível! Só que ao mesmo tempo foram, aí a contradição, porque deixa de fazer sentido a escola, para mim, porque eu não tinha perspectiva de entrar na universidade, porque eu não podia pagar, só que toda a educação de lá só se falava em fazer vestibular. Então, foi estudar [nessa escola] que foi onde eu aprendi que existia graduação (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

A ambiguidade dessa experiência de se sentir deslocada no ambiente escolar: “eu era a pessoa mais pobre da sala de aula e uma das únicas negras da escola”, mas ao mesmo tempo a possibilidade de vislumbrar outros mundos possíveis: “foi onde eu aprendi que existia graduação” (Rita, entrevista concedida em agosto de 2021), desenhando o contexto de sentir e compreender as contradições sociais que vão para além de Rita, que perpassam sua localização social. Após se graduar em História, ao ser convidada a participar de uma aula na escola de zona periférica, onde a maioria de seus colegas de ensino fundamental frequentaram o ensino médio, Rita conseguiu melhor compreender as diferentes produções de escola pública que vão delimitar as possibilidades de futuro das e dos estudantes.

Eu fui participar de uma aula, e a professora pediu para eu falar dessa experiência de entrada na universidade e depois na pós-graduação com bolsa. E aí, foi onde eu percebi que por mais que esse lugar que eu vivenciei foi um lugar muito ruim durante o ensino médio, também foi bom, porque era uma escola que me mostrava que o ensino superior existia. Porque a professora que me convidou disse que [o ensino superior] não era algo abordado, por exemplo, nessa escola. É como se os alunos dali não fossem capazes de estar nesse espaço (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, Rita não reconhece espaços democráticos nas escolas que tenham contribuído para a sua formação política. Embora o ambiente de grêmios estudantis já existisse antes, Rita vai entender a função associativa estudantil enquanto fazer político somente no acesso ao ensino superior.

Por exemplo, a escola tem os grêmios estudantis e tal. No ensino fundamental, eu lembro que na escola que eu estudava aqui no meu bairro tinha. Depois, no ensino médio, tinha também. Mas aí, é o sentido que a gente dá para isso. Quando eu estava no ensino médio, o grêmios estudantis não tinha um sentido político. Tá, tinha um sentido político, porque tudo é

político, mas não esse sentido político engajado. Que é diferente, por exemplo, de quando eu tive contato com os alunos do ensino médio que fizeram as ocupações, por exemplo, em 2016, que aí é a grande revolução, eu acho. Eu estava na escola até 2009, e o grêmio estudantil era para organizar desfile da Gatinha e do Gatão. Era para isso, para fazer festa. Então, durante todo o ensino médio eu nem sabia que grêmio estudantil servia para isso. Porque quem participavam eram as pessoas mais bonitas da escola, que participavam do grêmio estudantil (risos). Então, ir para o curso... Se eu não tivesse passado pelo curso de história, talvez, eu não tivesse conhecido o movimento estudantil e não tivesse entendido que, desde o ensino médio, aquilo que organizava as festas de Gatão e Gatinha já era movimento estudantil (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Rita iniciou sua experiência em movimentos sociais durante a graduação no curso de Licenciatura em História. Seu engajamento político se deu no movimento estudantil, por meio do Diretório Acadêmico do curso. Rita nos fala que sua potência discursiva, aperfeiçoada pela intelectualidade afluída, sempre lhe foram características, mas estas habilidades só foram reconhecidas pelo grupo de “iguais”, no caso, outros estudantes, quando a sua condição de cor e classe não entraram no jogo das relações pessoais para lhe diferenciar negativamente. Rita fala sobre sua experiência de graduação e engajamento político:

E eu acho que essas foram as primeiras características que o movimento estudantil organizado percebeu em mim. Antes mesmo de eu perceber. Mas aí, é aquilo que eu falei, é a forma como as pessoas te olham. Se as pessoas te olham como um sujeito de ação, você é convidada a pertencer aos espaços, mas se as pessoas nunca te olham como um sujeito, como uma pessoa, as pessoas não te olham. Que é o que acontecia quando eu estava no ensino médio, as pessoas não me viam naquele espaço como um sujeito. Isso não quer dizer que a Rita não era inteligente, não era visível, não falava bem naquele lugar. Então, quando eu entro para o curso de história, é algo que acontece quase que espontaneamente. Mas, porque o grupo que faz parte daquele lugar enxerga essas coisas em mim. Porque me vê como pessoa. Então, foi uma grande transformação de mim mesma. Porque, quando eu vi, eu já estava no movimento estudantil, quando eu vi, eu já coordenava o DA de História, quando eu vi, as coisas já estavam acontecendo. Se não fosse talvez pelo curso de história, isso não teria acontecido (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Na entrevista e nos contatos durante o período de observação, percebemos a potência reflexiva-discursiva de Rita enquanto um elemento que a destaca na militância na MMM. Todavia, assim como ela reflete, essa habilidade passou a ser

valorada somente quando ela foi convidada a participar de um grupo, ou, como nos referimos no capítulo anterior, na partilha do sensível no engajamento político.

Mesmo no ensino médio, mesmo no ensino fundamental, eu sempre fui essa pessoa que teve uma facilidade com a retórica e isso é importante para os movimentos, porque a gente precisa de uma pessoa que fale, a gente precisa de uma pessoa que escreva. Sabe, cada um tem a sua função no movimento. E eu acho que essas foram as primeiras características que o movimento estudantil organizado percebeu em mim, antes mesmo de eu perceber (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Durante a graduação, Rita conheceu a Marcha Mundial das Mulheres, mas não se vinculou ao movimento social, em um primeiro momento, embora participasse pontualmente das atividades e manifestações propostas pelo grupo.

Eu lembro que, 2017, a gente teve uma greve bem grande, lá no período pós-golpe, e aí, foi naquele período que eu participava mais de movimentações pontuais, tipo dos atos da Marcha (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

No entremeio, entre estar atuando no movimento estudantil e passar a fazer parte de uma organização feminista, Rita pontua sua participação em um coletivo cultural como experiência política transformadora. Assim, Rita nos conta de que forma o seu conhecimento feminista foi se modificando em sua trajetória até chegar à causa da mulher negra enquanto bandeira de luta.

Teve uma disciplina, ainda na UCS, que foi quando eu tive um primeiro contato com o que era gênero, que é diferente de feminismo, mas foi o primeiro contato com os estudos de gênero. Ali, eu já penso o primeiro projeto de pesquisa onde eu quero pensar mulheres. Eu nem lembro exatamente o que era. Mas era um projeto sobre mulheres a partir dessa categoria de gênero. Entretanto, ainda era uma história das mulheres totalmente branca, porque a gente lia o quê? Michelle Perrot, história das mulheres brancas, que não tem nada a ver com a história do Brasil. Que a nossa história é uma história da colonização. Mas, esse meu contato sobre mulheres na história, enfim, é importante para que eu consiga entender a dimensão do feminismo, que vai ser um passo seguinte, que vai ser posterior. Então, quando eu saio da universidade, eu tenho só esse contato mesmo de saber o quê que é gênero e que gênero estrutura as relações. Só que isso é muito vazio, a gente sabe dizer conceitualmente o que que é, mas como é que isso acontece na vida prática? E, até o final da graduação, também eu tenho contato com essa história que é uma história branca, contada pelos homens e pela perspectiva da branquitude, mesmo

quando se falava em mulheres. E daí, depois que eu saio da universidade, que foi no final de 2015, eu acho que essa dimensão do que é gênero e do que é viver a partir da condição de mulher ganha um sentido prático na minha vida. Que aí, a partir do contato cotidiano mesmo com as minhas próprias amigas. É um conviver com mulheres, não daquela forma que a gente foi ensinada pelos homens, da disputa, da inveja, daquela coisa de querer se sobressair em relação às outras, porque a gente é ensinada. E esse grupo de amizade teve uma importância muito importante assim, para mim, entender o que que é conviver com mulheres, de uma perspectiva que não é essa que a gente se coloca na disputa uma com as outras. Então, acho que vem desse cotidiano e da gente ampliar o sentido prático do feminismo (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Os laços afetivos construídos com outras mulheres são fundamentais para o entendimento prático do que se desenvolve em teoria enquanto explicação de mundo. Laços esses que vão para além do movimento social, mas que estão no cotidiano das relações que Rita pôde escolher quando adulta. A aproximação intelectual com outras mulheres na mesma condição de cor que ela, que pensam o seu cotidiano aquém da academia ou organização política, possibilitou que Rita se identificasse com a leitura de mundo desenvolvida pelo feminismo negro.

E depois, eu tenho contato com a [Ester²], que não está mais morando em Caxias, mas que aquele período ela morava aqui em Caxias, e a gente cria juntas, funda juntas o Criadoras Negras, que é onde eu vou ter contato com o feminismo negro. Que daí, é um feminismo que fala de mim. Que aí, é quando as coisas ganharam de fato sentido. Que aí, é o feminismo que fala sobre a minha vida, sobre as minhas pautas, sobre como é que é ser mulher negra nesse mundo. Isso foi em 2016, a partir do contato com a [Ester], ela é atriz formada em teatro, ela trabalha com produção de cinema, ela é produtora, é onde eu vou ter contato com todo um universo de produção intelectual de mulheres negras. Eu vou pensar literatura, eu vou pensar cinema. Que não, necessariamente, bom, só do campo do feminismo, mas eu vou ter um contato com um universo de mulheres negras e dessa intelectualidade de mulheres negras, da produção de saberes por mulheres negras. Que daí, eu acho, que é onde ganha sentido a categoria de gênero que eu aprendi na universidade. Porque a categoria de gênero é a gente entender o mundo pela perspectiva das mulheres, pelos olhos das mulheres. E quando eu entrei em contato com todo esse mundo de produção intelectual, que a gente não tem e que até então eu não tinha tido contato, ali eu estou vendo o mundo pelos olhos das mulheres negras e é onde eu me encontro. Então, foi muito importante esse meu contato com a [Ester] e da gente fundar o Criadoras Negras juntas. Que é um coletivo que, agora, não está mais ativo, não existe mais, porque só eu estou em Caxias, mas foi muito importante na minha vida. E aí, depois do Criadoras, eu

² Utilizamos pseudônimos entre colchetes para referenciar pessoas citadas pelas entrevistadas.

continuo lendo, continuo aprendendo, porque eu já vinha dessa perspectiva de pensar engajada politicamente. Porque a função do Criadoras Negras era criar, construir uma forma de que a gente também pudesse exercer as nossas profissões, trabalhar, produzir, a partir desse ponto de vista das mulheres negras, mas eu, que já vinha desse movimento estudantil também e desse contato político, peguei toda essa bagagem e trouxe para esse campo da política (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

A interpelação de raça, gênero e classe na localização social de Rita fazem com que ela leve para os espaços que ela ocupa uma reflexão sensível à interseccionalidade.

Eu sempre fui uma mulher que quis derrubar o capitalismo, então teve uma importância também essa constituição, esse entendimento das coisas. Porque não, necessariamente, o Criadoras Negras pensava isso, mas a Rita pensava isso, porque já vinha dessa formação, desse campo da esquerda. E aí eu continuo, continuo lendo. Então, eu li “Mulheres, Raça e Classe”, da Angela Davis. Que são abordagens diferentes que se fazem de uma mesma leitura, porque quando a gente fala de “Mulheres, Raça e Classe” e as mulheres dentro do Criadoras, a gente não tinha... Elas, ela e a gente, eu junto, não tinham essa leitura política do “Mulheres, Raça e Classe”, era um livro que falava da vida das mulheres negras. Quando eu, que venho desse campo da esquerda, entro em contato com “Mulheres, Raça e Classe”, eu vou entender que raça é o que estrutura o capitalismo na sociedade atual, não existe capitalismo sem raça. E existe a dimensão do corpo de mulheres negras que é a base da nossa organização social, porque foi a partir do corpo de mulheres negras que o trabalho de produzir escravizados, o trabalho de gerar vidas, na colonização, foi produzido. É nessa base que a sociedade brasileira é estruturada. Então, quando eu leio “Mulheres, Raça e Classe” o meu mundo vem abaixo, porque eu não podia mais ser feminista, porque tudo aquilo que eu tinha aprendido de feminismo não fazia sentido, mas foi o que me deu essa dimensão tão toda, que é de que as coisas se conectam todas assim. Mas foi depois desse percurso todo (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ainda que Rita situe seu engajamento político na participação no movimento estudantil e, posteriormente, na MMM, ela retorna ao período entre estar em uma organização ou na outra como espaço de construção do seu eu militante. Nessa reflexão, Rita apresenta o engajamento enquanto uma instância da vida. Na construção de sua subjetividade, uma de suas características passa a ser sujeito militante, e o exercício de sua docência foi fundamental para esse reconhecimento.

Eu não sei se eu me enxergava como militante, [quando estava na coordenação do DA], aconteceu assim. Eu acho que eu me enxerguei mesmo enquanto militante, quando eu saio da universidade, que daí eu

entendia que eu tinha um percurso dentro do movimento estudantil. Mas, eu acho, que é quando eu vou para sala de aula, porque a sala de aula é o lugar que nos permite ação. Porque, enfim, a forma que a gente ensina, aquilo que a gente escolhe, a forma como a gente organiza a nossa sala de aula, como a gente escuta o nosso aluno ou como a gente não escuta o nosso aluno. Então, eu acho que, se ver militante é se ver sujeito de ação, eu acho que foi a sala de aula que me permitiu também me ver assim (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Estudar, ensinar, militar em diversos momentos são palavras mobilizadas na fala de Rita em conjunto. Rita demonstra que a vida para ela não se divide, ela por inteira é pessoa que interpreta o mundo, sente no corpo sua condição social e ensina como ato de emancipação. Essa impossibilidade de separação das instâncias da vida também aparece na produção de conhecimento feita por Rita em suas pesquisas, conforme ela nos relata:

E eu continuo estudando. Aí eu estudo muito Angela Davis, daí depois eu vou para as brasileiras, para as mulheres negras que deixaram teoria escrita, brasileiras, principalmente, a Lélia Gonzales, aí eu tenho um diálogo muito grande com a literatura, que é a Conceição Evaristo, e sigo o caminho de pesquisa. Que aí, isso também foi durante a graduação, eu comecei a iniciação científica durante a graduação, entro em contato com fontes de processos judiciais, onde a ideia não era procurar mulheres escravizadas, mas o meu olhar já era para aquelas mulheres quando eu leio a fonte. Durante a graduação, eu não conseguia articular teoricamente ainda como trabalhar com aquilo, então, só depois de 2016, que eu tenho contato com o feminismo negro, que eu vou conseguir pensar de que forma produzir na história, a partir da perspectiva de gênero e de raça, com as fontes, os processos criminais do século XIX, que eu já tinha encontrado na graduação. E aí, a partir disso, eu penso o projeto de pesquisa [de mestrado] (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

A constituição do sonho de ser professora de História se coaduna ao prazer que Rita nos relata sentir por estudar. Filha de pais trabalhadores assalariados, Rita enxergava como algo muito distante o acesso ao ensino superior. Apesar de, em sua família, dois tios e sua irmã mais velha precederem a experiência familiar na graduação, Rita acompanhou as dificuldades enfrentadas pelos seus parentes na conciliação entre trabalho e estudo para o custeio de suas formações. Após concluir o ensino fundamental e médio em escolas públicas, Rita encontrou na bolsa do PROUNI a oportunidade de seguir estudando. E como bolsista do CNPq, tornou-se pesquisadora no mestrado e doutorado em História. Vale ressaltar que Rita não recorre ao discurso meritocrata para enaltecer a sua trajetória, ao longo da narrativa,

os marcadores sociais são mobilizados por ela como dimensões explicativas para compreensão do mundo.

A Rita da vida é professora, isso é o que me faz como gente. Eu tenho muito amor pela História, sabe, eu vejo história em todas as coisas. Acho que o movimento social é uma das formas de eu continuar, um dos espaços onde eu posso continuar ensinando e aprendendo, nessa troca. Então, o movimento social, para mim, faz parte de uma das dimensões da vida, que eu escolho estar para conseguir ser aquilo que eu sou (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

O desejo manifesto no acesso e compartilhamento do conhecimento estão no cerne do engajamento de Rita, que compreende o papel pedagógico da militância como fator indispensável para a transformação social. Nesse ínterim, tanto os espaços de educação não-formais quanto a escola, são relacionados por Rita na narrativa de seu engajamento político. Além disso, Rita nos fala que para ela a militância independe da participação em uma organização formal ou não, embora entenda que existe um compromisso diferenciado em atuar junto dos movimentos sociais.

O que eu acho é que a militância é uma coisa da vida. As pessoas que escolheram ou que tiveram que pensar uma forma de viver melhor, de transformar as relações que a gente estabelece. Então, eu sempre falo que eu sou uma militante da vida. Agora, um ponto até polêmico, vou dizer assim, a sala de aula era também um espaço meu de militância, mas nesse sentido, de pensar que é possível a gente transformar as relações sociais para gente conseguir viver melhor, para mim, isso é militância. Se a gente assume essa posição, tipo eu na vida assumi essa posição, então independente do espaço que eu estiver, a Rita vai ser militante, seja na sala de aula, seja no partido político, seja no movimento social. Então, eu já me considerava antes de estar na Marcha, a diferença é que quando a gente está em um movimento social e quando a gente assume ele na posição que eu estou agora, que é essa de articular, a gente tem um compromisso que é de representar nas reuniões, que é de fazer a comunicação, que é de fazer a coisa acontecer, sabe, de chamar as outras mulheres. Então, estar na posição que eu estou hoje, me coloca responsabilidade com esse coletivo, mas, por exemplo, se eu sair da Marcha ou não estiver mais nessa posição, eu vou continuar sendo militante (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Rita começou a participar de maneira orgânica da MMM ao ser reconhecido pelas outras militantes o seu conhecimento sobre debates pertinentes ao grupo, nesse caso, a condição da mulher negra:

Eu entrei pensando também nessa perspectiva do feminismo negro, porque as gurias queriam trazer isso para dentro da Marcha (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Fator corroborado na entrevista com a marchante Alexandra:

A Rita, por exemplo, é fundamental para o meu reconhecimento enquanto mulher negra. E, também, para minha ressignificação de várias passagens da minha vida que eu, tipo: 'não, não sofri racismo'. Sabe? Então, a Rita foi fundamental nisso (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A participação de Rita na coordenação da MMM foi sendo articulada aos poucos, por meio de convites para falas e reflexões a respeito do feminismo negro. Essa necessidade é reconhecida pelo grupo que pretende ampliar o olhar dado aos fatores de opressão nas discussões da MMM, em Caxias do Sul.

Eu entro, nesse momento, entre 2019 e 2020, nessa função mais de articulação, pensando sempre na formação. Porque eu acho que a parte legal também de participar de movimento social e da Marcha, especificamente, é porque ali a gente consegue exercer aquelas que são as nossas potencialidades, sabe. Então, eu entro muito pensando nesse processo de formação, no próprio exercício daquilo que eu sei, daquilo que eu aprendi, como uma demanda que o próprio grupo de mulheres tinha, que era pensar essa articulação entre gênero, raça e classe (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

À época da entrevista, Rita estava atuando como representante da MMM, no Fórum Aborto Legal, participação implicada em sua condição de mulher cisgênero, heterossexual. Ainda que essa representação demonstre um grau de engajamento dela reconhecido pelas outras militantes, a atuação de Rita na MMM não é um ponto pacífico. O feminismo negro a inspira a ocupar esse lugar de forma a questionar sua estrutura, predominantemente, em Caxias do Sul, feminista classista branca. Nesse sentido, entendemos que o engajamento de Rita é precedido pela percepção dos deslocamentos de sua existência.

O pilar principal da Marcha é discutir classe, a partir das perspectivas das mulheres, mas, para discutir classe, a gente também tem que pensar classe e violência de gênero. A gente precisa pensar as relações raciais (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Rita explicita sua intenção em relação à militância como um desejo educativo integral. Nesse sentido, ela nos apresenta a pedagogia dos movimentos sociais como parte de sua escolha autorreflexiva de estar engajada em movimento social e não se vincular a partido político. Em suas palavras:

O meu engajamento se dá enquanto movimento social, que é uma escolha minha, eu me sinto mais livre, sem ter uma atribuição político partidária. Porque aí eu acho que parte muito dos interesses individuais das pessoas, como é que elas vão para os coletivos de militância. Como o meu interesse é esse processo de formação, tanto do exercício das coisas que eu aprendi, que aí eu acho que é um outro processo de educação, que não é só a educação formal escolarizada, mas uma educação dos próprios movimentos sociais. Eu me sinto muito mais livre não tendo esse compromisso com partido político do que se eu tiver, porque o que eu gosto é de construir politicamente, a partir daquilo que eu aprendi por meio das possibilidades de estudo que eu tive (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

No momento da entrevista, Rita estava desempregada e residia com seus pais e dois irmãos. A renda familiar era composta pela aposentadoria de seus pais e o trabalho assalariado de seus irmãos. Como acompanhamos as entrevistadas nas atividades da MMM, ficamos sabendo que, quatro meses após a entrevista, Rita foi nomeada professora de História para os anos finais do ensino fundamental, no município de Caxias do Sul, fazendo jus ao seu direito de acesso às cotas para pessoas afrodescendentes, e iniciara o doutorado em História. Embora, na época da entrevista, Rita tivesse suporte financeiro de seu núcleo familiar, a situação de desemprego e distanciamento físico, em função da pandemia de COVID-19, foram mobilizados em sua narrativa como fonte de desmobilização tanto dela quanto de suas companheiras que vivenciavam situação similar.

Se torna mais frustrante ainda quando a gente vive esse processo enorme de precarização das nossas vidas. Por exemplo, agora dá para entender o porquê é necessário precarizar a vida do trabalhador. Porque quanto mais precarizada a tua vida, menos, acho que... Não é nem disposição, ou talvez até seja disposição. Mas, estou falando de materialidade mesmo, menos são as tuas condições de estar em um movimento organizado. Porque uma pessoa desempregada que não está conseguindo pagar as suas contas, ela não consegue nem ir à mobilização. Porque ela não tem dinheiro para ir, não teria a possibilidade de pagar a internet para participar das reuniões que agora são online. Ao mesmo tempo em que vai desgastando, porque a gente está sempre perdendo, perdendo direito, por mais que tu se movimente. Então, é uma frustração muito grande, pensando esse

processo que a gente vem vivendo no Brasil, desde o golpe. Então, é bem difícil, principalmente estar nesse momento afastado assim de todo mundo, porque antes... Porque, eu acho que aí são as várias dimensões da militância, antes a gente não tinha só a reunião para deliberar coisas, depois a gente conversava, a gente se via, a gente estava junto. Então, o movimento social também tem essa perspectiva do afeto ou tinha. Nesse momento de pandemia, em que a gente faz tudo online, essa dimensão a gente perdeu e a gente não pode mais fazer formação como a gente fazia. Às vezes, a gente fazia grandes formações que a gente ficava um final de semana inteiro junto e ali a gente estava convivendo. Ali a gente estava vivendo junto. Agora não tem. Então, é muito, está sendo muito difícil viver esse período (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

O distanciamento, embora avaliado pelas militantes da MMM como medida necessária para a contenção do alastramento da pandemia, é visto como um prejuízo que interfere inclusive no sentimento de esperança, base afetiva para quem acredita nas mudanças sociais. Rita avalia que esse cenário aliado à precarização das condições de vida são uma forma intencional de desmobilizar e fragilizar os vínculos sociais que unem as pessoas na luta política.

Esse contato da Marcha Mundial das Mulheres, do movimento, é um espaço de respiro. Que é aqui que, eu falei, a condição de distanciamento tirou um pouco, tirou um pouco isso, que é essa possibilidade de respirar. Então, o movimento social, ele não é só para enfrentar, é também, mas também é espaço de fortalecer. Então, diante dessa condição que a gente vive, nesse país, o movimento social pode ser espaço de respiro, de conseguir se fazer junto com o outro. [...] E essa é a estratégia, né. Exatamente, tirar toda a esperança! E a pandemia vem... A pandemia serviu para isso, para que a gente perdesse ainda mais a esperança. Então, eu estou vivendo na pele isso agora, sentindo mesmo, o que é não ter mais esperança, nem mais para conseguir se organizar (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Outro fator elencado por Rita em relação à dificuldade das pessoas de se engajarem politicamente é o que ela chama de crise de representação. Nesse sentido, a distância entre a compreensão do contexto de exploração e a participação perpassa também a falta de identificação com os modelos construídos nas leituras sociais dos grupos militantes.

A gente vive nessa crise de representação, porque os trabalhadores não se identificam mais com a ideia de classe, nem com a ideia de sindicato, nem com ideia nenhuma, porque a nossa forma de... As nossas instituições, elas não conseguem construir um discurso onde as pessoas consigam se enxergar ali (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Desse modo, Rita nos fala sobre o seu entendimento sobre classe, que se distingue e é crítica às visões teóricas deterministas:

Trazendo a questão da classe, eu acho que é isso que tu falou, os teóricos falam da classe como se a classe fosse uma coisa homogênea, como se a classe acontecesse igual pra todo mundo, como se a classe fosse uma coisa estanque. E aí, eu acho que é a importância da história. A história mostra que tudo está em movimento. Sabe, as coisas são vivas. A classe é viva e ela nunca foi homogênea. Por mais que a gente consiga escrever uma teoria, a teoria, até mesmo a teoria que mais se aproxima da vida das pessoas, ainda não é a vida das pessoas e ainda não vai conseguir dizer o que é a vida das pessoas. Então, para mim, assim, o que foi muito importante para eu entender classe e esse próprio movimento de transformação da história foi ler o Thompson, foi ler “A Miséria da Teoria”. Guria, esse livro é maravilhoso! Que foi onde eu entendi a dimensão da experiência, que é a própria dimensão da vida (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ao questionarmos Rita sobre o que tem sido frustrante em sua trajetória militante, em particular na MMM, ela nos fala sobre a dificuldade de lidar com as transformações sociais que, no geral, ocorrem em um tempo mais longo do que o da vida individual.

De frustrante, eu acho que é, por mais que a gente se mobilize, que a gente busque viver de outras formas, de maneira ampla ou de maneira macro, a gente não consegue alcançar isso. Eu não acredito mais que a gente vai conseguir mudar a estrutura, mas que a gente consegue talvez mudar as formas de se relacionar aqui no micro mesmo. Então, eu acho que o mais frustrante é isso (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Todavia, a mudança microestrutural, na esfera do cotidiano, aparece com recorrência em suas reflexões. Além disso, a consciência da história enquanto processo faz com que Rita pense nas relações que se constroem e se transformam como experiências que se modificam e modificam as pessoas, ainda que dentro de um tempo diferente, mais longo do que o da vida humana. Desse modo, a convivência com outras mulheres, em uma experiência modificada em relação ao que habitualmente se vive com outras mulheres, é elencada por ela como a parte mais gratificante de fazer parte do movimento feminista:

Eu acho que a convivência com as outras, de um outro modo, sabe. Eu acho que a perspectiva de se ver na outra. Eu só aprendi a me ver na outra a partir do próprio movimento social. Que é uma outra perspectiva de ser

mulher, que não é da disputa, que não é do querer passar por cima, que é se ver como pessoa, que é o se ver igual. É claro que existem as diferenças... De cor, enfim. Mas é como se eu me visse igual as outras. E que parte daquilo que eu vivo também é parte do que elas vivem e essa eu acho que é a dimensão mais importante que o movimento social me proporcionou (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Conforme sua narrativa, a convivência na esfera cotidiana com outras mulheres inspira Rita a seguir militando. Na construção de sua subjetividade, a leitura política está arraigada nas dimensões em que ela se reconhece enquanto pessoa: a Rita professora, a Rita pesquisadora, a Rita em suas relações familiares, a Rita mulher preta. Todas elas, que são um todo, fazem parte e são constituídas pela subjetividade de mulher engajada.

Como é que eu me entendo agora: eu, Rita, mulher negra. Daí, eu acho que a História é extremamente importante, meu corpo, meu corpo social, ele é continuidade de um corpo social do passado, que teve uma localização espacial no passado, e essa localização social de escravizada, que é marcada na pele, essa pele que eu ainda carrego, e esse sexo que eu ainda carrego, ele é continuidade dessa localização social que foi construída sob a colonização. Então, o meu corpo, Rita, é continuidade do corpo de Maria Rita [personagem de sua pesquisa de mestrado], que foi a mulher que eu tive contato a partir da fonte. Meu corpo ainda carrega a dimensão daquela sociedade, daquela construção. Então, eu sou a continuidade, como se fosse uma continuidade mesmo de vida, nesse tempo. E aí, articulando, Maria Rita, eu, vamos pensar, Angela Davis, a pensadora que me abriu assim... Angela Davis vem e joga como se fosse uma luz para eu conseguir entender o que a Maria Rita já estava dizendo. Porque Angela Davis também é uma mulher negra, dos Estados Unidos, um país que também passou por um processo de colonização, claro que diferente do nosso, mas que a estrutura também estava alicerçada na exploração do trabalho das mulheres que foram racializadas e generificadas para exploração de classe, do trabalho. Então, eu me vejo assim. É como uma continuidade mesmo de existência. E essa existência, ela pode ser interrompida fisicamente, mas ela não é interrompida no tempo, não tem como apagar os corpos, não tem como apagar essas construções sociais dos corpos, elas só se transformam. Numa perspectiva de liberdade ou numa perspectiva de continuidade das opressões. Aí, eu acho que vem a coisa da militância, o significado, o quanto a gente luta para expandir essa liberdade que se dá no movimento, no processo histórico, existe toda uma estrutura que continua tentando aprisionar os nossos corpos para continuar explorando (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Existir e demarcar sua existência fazem parte da manifestação do engajamento de Rita. Resistir, ainda que o contexto não seja favorável, resistir, mesmo que, às

vezes, a vontade seja de desistir. Ao ter contato com a trajetória de Rita e das outras entrevistadas, concordamos com a análise sensível que ela nos apresenta sobre a experiência, sobre o cotidiano e sobre o papel transformador do afeto. A certa altura da entrevista, a narrativa e o diálogo se aproximaram, ao ponto que chegamos ao seguinte entendimento:

E a experiência acontece no corpo, que é a principal dimensão. Tudo acontece no corpo. Então, acho que tu tem razão, a classe não é o grande guarda-chuva, a classe, não sei... Acho que o grande guarda-chuva é a vida, que acontece a partir dos nossos corpos. Então, corpos sociais. Eu acho que a história tem um papel fundamental quando a gente traz o movimento, quando a gente mostra que a experiência, como tu falou, ainda que a gente acabe com o corpo físico, essa experiência continua. A história traz o movimento das coisas, a história mostra que não tem como colocar em caixinhas, que não tem como determinar como ponto final, o que é dado pelo dado. E a classe é assim, é parte de cada um, de uma localização social específica, mas que essa localização, o território, é o corpo (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

3.2 MARIA E A RUPTURA COM OS COSTUMES

Maria tem 32 anos, é uma mulher branca, cisgênero, criada em uma família conjugal católica, composta por seu pai, sua mãe, suas duas irmãs mais novas. Maria apresenta um pouco de confusão para responder à pergunta do roteiro referente à sexualidade, pois, embora tenha tido até o momento relações formais heterossexuais, sente-se também atraída e já teve experiências românticas com outras mulheres.

Nunca me defini, nunca me defini nesse sentido. (Silêncio). É uma boa pergunta. Porque eu já fiquei com algumas meninas, meio que de brincadeira. E já tive atração por algumas meninas. Então, não sei se isso me definiria como bissexual (riso embaraçado). Nunca defini isso (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Os anos de militância de Maria possibilitaram-lhe pensar o seu lugar de falar a partir da branquitude, da heterossexualidade e de alguém que reconhece os privilégios da situação econômica estável que teve ao longo da vida. Os pais de Maria, atualmente aposentados, tiveram empregos formais ao longo da vida, o vínculo de trabalho no serviço público de seu pai e posteriormente o seu próprio, acrescido pela pequena propriedade de bens e terras geracionalmente usufruídas, garantiram uma vivência de equilíbrio financeiro. Ainda assim, as quebras de padrões e a

desidentificação com os costumes conservadores fortemente defendidos por seus pais marcaram sua trajetória e seus processos de subjetivação.

A criação familiar de Maria envolveu uma apreciação à educação formal, mesmo que seu pai e sua mãe tenham apenas o nível básico de escolarização. Por esse motivo, o pai e a mãe de Maria sempre a acompanharam e a cobraram um bom rendimento escolar.

A minha experiência escolar, primeiro, eu gostava, mas ela sempre foi muito pesada no sentido da cobrança familiar. Eu era sempre muito cobrada quanto a resultado, nota e presença. Até, vou ter que falar, esses dias, lá em casa, a minha irmã estava se lembrando que um dia muito, muito, muito frio, sei lá se nevou, ou que aconteceu, acho que não era neve, mas enfim, um dia muito frio. Ela estava no pré e tinha aula no sábado, porque ela entrou na escola em um tempo que tinha tido greve, daí estavam tendo aula tipo todo sábado para recuperar greve. E a minha mãe mandou ela para escola no dia mais frio do ano, de manhã, e ela foi a única a ir pra escola. Aí a professora foi catar meus pais, sei lá onde, porque ela disse: “Não! Levem ela para casa!”. Tipo, eles eram muito caxias³, muito, muito, nossa, insuportavelmente caxias. Então, era uma cobrança gigantesca, nesse sentido. E a minha mãe sempre falava que como ela não tinha podido estudar, o que ela queria e o que ela esperava de nós era só que a gente estudasse, tipo ela não esperava nada em relação a outras coisas. Daí ela cobrava isso demais, demais. Nossa, tinha vezes assim que eu ficava frustrada até, porque, tipo, tirar um sete não era suficiente: “nossa, como tu não tirou um nove?”. Uma coisa assim. [...] meu pai entrava na onda também. E daí, eles eram bem chatos nesse sentido (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Maria apresenta em seu relato muitas críticas em relação ao seu processo de escolarização, mas separa o processo escolar de seu gosto por estudar, seja no ambiente formal ou não-formal de educação. Os primeiros anos do ensino fundamental, Maria frequentou em uma escola perto de sua casa, mas terminou esse nível e cursou o ensino médio em uma escola central, com maior prestígio comunitário, embora também fosse pública. Essa mudança de instituição esteve relacionada à entrada de uma de suas irmãs mais nova na escola.

Iniciei o ensino fundamental, fiquei até a quinta série em uma escola que era menorzinha. Depois, na sexta série, como a minha irmã entrou na escola também, então a gente foi... Daí, me trocaram e eu fui para mesma escola que ela estava. E aí, teve aquela ruptura com colegas que para mim

³ Caxias é uma palavra utilizada no linguajar popular para se referir a alguém extremamente rigoroso com as suas obrigações.

foi triste, porque tinha amigas que depois eu acabei me afastando. Acho que foi depois da mudança de casa, que foi um luto para mim. Esse aí foi meu segundo luto, a mudança de escola e daí perder algumas amizades (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Em relação à segunda escola em que Maria estudou, é destacado em sua fala o foco do ensino no preparo para o ensino superior. A cobrança vinda de casa somado ao padrão de qualidade expresso em rendimento escolar por parte da escola fizeram com que Maria se sentisse por vezes frustrada consigo mesma, visto que na época não lhe ocorriam os questionamentos que ela elabora hoje sobre os objetivos da educação.

Lá também tinha uma cobrança maior, era uma escola estadual, meio que modelo, dentro de uma perspectiva dessa coisa do mundo do trabalho, de não sei o que... Dessa perspectiva liberal da educação, tanto que o lema da escola, que acho que está lá até hoje na placa lá na frente, é “qualidade total”. Foi nessa escola que eu estudei do sexto ano até o meu terceiro ano do ensino médio (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

A mudança de escola coincidiu com a gradual introversão social de Maria. Quando ela estudava na escola menor, perto de sua casa, ela se sentia pertencente ao grupo de amigos que também davam sentido ao seu tempo escolar, fator que não se repetiu na segunda escola. Na primeira escola, sua exacerbada socialização com as e os colegas em momentos que requisitavam sua atenção em aula, inclusive, foram apontados em sua avaliação comportamental.

No início do meu ensino fundamental, eu lembro que, dos comentários que as professoras sempre falavam, que eu conversava demais. Daí, desde ali, veio uma cobrança ainda maior. Que eu chegava a me sentar de lado na classe que era para poder conversar. Eu nunca me sentava de frente. E daí, eu passava as aulas conversando e não copiava. Muitas e muitas vezes, lá nos primórdios, primeira, segunda, terceira série, eu passava a tarde conversando e eu não copiava. Os meus cadernos ficavam em branco, mas depois, eu não sei como, é que eu tinha uma capacidade de recuperar, de nas provas ir super bem. As professoras sempre falavam isso, que eu era uma excelente aluna, mas só que eu não parava de falar. Fui lidando com isso, mas fui ficando menos conversadora, eu acho, ao longo do tempo (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Maria nos diz que, na época, ainda que ela não se sentisse totalmente adaptada à escola nova, ela assumiu o padrão desejado de estudante. As exigências escolares, desde cedo, feitas por sua mãe e por seu pai, com o tempo, tornaram-se

intrínsecas ao comportamento de Maria, passando a uma autocobrança penitente em relação ao seu rendimento escolar e, posteriormente, universitário.

Eu seguia o padrão qualidade total. Eu vim a entender isso muito tempo depois. Então, eu segui bem esse padrãozinho. Daí, fiz, na época, chama o PEIES⁴, que a gente fazia uma prova cada ano do ensino médio e era como um vestibular em partes, seriado, para entrar na UFSM. Aí foi essa modalidade que eu fiz, e daí acabei passando, e daí, então fui pra Santa Maria fazer a graduação. Eu tinha 17 anos. Eu era somente uma criança, que tinha a ideia de que eu ia chegar lá e era tipo a continuidade do ensino médio ainda. Eu não... E eu demorei para entender qual era o ritmo da universidade, inclusive eu ousei dizer que quando eu estava entendendo já estava no final (risos). Porque daí eu segui nesse ritmo de tipo: “ah, eu tenho que ir bem na prova, eu tenho que entregar todos os trabalhos” (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

A introspecção gradual de Maria culminou em um quadro depressivo no início de sua adolescência. Mesmo tendo sido submetida a tratamentos psicológicos, o sentimento de inadequação ainda persistia em sua vida. Com a questão latente de isolamento da filha, a mãe de Maria, que é uma mulher devota envolvida nas atividades da igreja, sejam ritos religiosos ou comunitários, buscou incentivar que ela se envolvesse com os grupos de jovens católicos. E foi nesses grupos que Maria iniciou a sua militância política.

Entrevistadora: *E na tua trajetória, em que ponto o engajamento aparece?*

Entrevistada: *Isso aparece lá quando eu estava com treze anos e eu vou parar na Pastoral da Juventude.*

Entrevistadora: *E como é que tu vai “parar” na Pastoral da Juventude?*

Entrevistada: *Completamente, por vias que não é o engajamento. Eu fui parar na Pastoral da Juventude pela questão da igreja mesmo, porque eu estava em um... Na real, naquela época, eu não estava em uma fase muito boa, eu já ia na psicóloga, depressiva e tal. Daí, um dia, não sei por que, e a minha mãe sempre muito da igreja, o pessoal do grupo de jovens lá da comunidade falou para minha mãe me convidar para ir para o grupo. E daí, na verdade, eu já conhecia algumas das pessoas que iam no grupo, uma era meio que a minha melhor amiga, a gente tem contato até hoje, ela é minha amiga desde que a gente tinha seis anos de idade. E aí, eu conhecia ela e sabia que tinha a irmã dela que era mais velha que fazia parte e outras que eu não conhecia. Daí pensei “tá, vou!”. Não sei como eu tive esse negócio de “tá, vou!”. Mas fui. Eu era completamente fechada. Engraçado,*

⁴ Programa Especial de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES) ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), até 2014, que consistia em um processo seletivo seriado para ingresso de estudantes na universidade, com a aplicação de uma prova nas escolas nas cidades de origem das e dos estudantes, ao final de cada ano do ensino médio.

não é? Porque eu era tagarela na sala de aula, mas, eu não sei em que momento, eu me transformei em uma outra pessoa. Daí, esse negócio de que eu já era meio que diagnosticada como depressiva, aos doze anos de idade, que foi quando eu comecei a fazer terapia. Eu não, nossa, com quem eu não conhecia... Então, eu sempre fui tagarela com quem eu conhecia, mas com quem eu não conhecia era um receio, uma coisa assim de falar, de simplesmente falar com as pessoas, que quando eu cheguei para ir nesse primeiro encontro do grupo de jovens, eu cheguei e eu fiquei na porta, parada, até que veio lá uma alma e aí me convidou para entrar. Daí, disse: "ah, tu é a Maria. Seja bem-vinda!". E daí, foram muito acolhedores e tal (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Conforme o relato de Maria, foi na Pastoral da Juventude que aos poucos ela foi construindo sua subjetividade engajada. Aparece de forma destacada na narrativa de Maria o papel do afeto, das amizades conquistadas no trajeto da militância, na retomada de sua confiança para se sentir novamente pertencente a um grupo público. As atividades dos grupos proporcionaram espaços para o desenvolvimento de habilidades caras à militância, como a capacidade de refletir sobre os contextos sociais, expressar-se em público, organização grupal, liderar atividades e se sentir pertencente a causas comuns. Desse modo, ela nos conta sobre como eram os encontros da Pastoral da Juventude.

O método assim dos encontros, a metodologia dos encontros, era tipo assim: se levava um texto e tal e daí se discutia sobre aquele texto, sempre tinha um tema e uma discussão sobre o tema. Eles faziam uma rodada para as pessoas falarem, e eu, nessas rodadas de falarem, nunca queria falar. E eu não sei como é que eu continuei indo, mas era, isso assim, de alguma forma, eu sentia de voltar. E aí, eles começaram a meio que me obrigar a falar, mas não no sentido ruim, eles me incentivavam a falar, dizendo que... Valorizando que o que eu sabia e o que eu tinha para falar também era importante. Aí, eu me lembro como que era que eu falava e eu ficava um pimentão. Eu sentia o meu rosto vermelho, eu achava, nossa, me sentia o "ó", porque eu ficava assim. Mas daí, eu falava alguma besteira que depois até me arrependia, e segui indo, segui indo. Acho que eu fui me soltando um pouco e fiz uma amizade muito grande com todo mundo lá. A gente tinha um companheirismo bem grande. A gente participava das celebrações na comunidade e aí tinha um dia lá no mês, teve uma época que uma vez por mês a gente que organizava a celebração. Daí, a gente que fazia todas as leituras que tinha para fazer, que organizava os momentos lá da missa, que nem sempre era missa, mas enfim, da celebração, que fazia os cantos, daí tinha um pessoal que tocava violão e tal. Aí nisso eu fui aprendendo até a falar lá em cima no microfone. Eu ficava roxa, mas fui aprendendo. Daí foi indo assim. Eu fiquei desde os meus treze anos até os dezessete ali. Aí aos dezessete eu vou para Santa Maria. E lá,

eu vou procurar a Pastoral da Juventude de novo, porque era a minha referência.

Após todo processo de desidentificação vivenciado no ambiente escolar, a experiência da Pastoral da Juventude permitiu que Maria revalidasse o seu potencial social. Ela nos conta de um evento em particular que ela considera uma experiência transformadora em relação à sua autoestima e que marcou o seu engajamento na Pastoral da Juventude.

Não fazia tanto tempo assim que eu estava participando da Pastoral da Juventude, e ia ter um retiro com o pessoal que era mais antigo na Pastoral. Foi um dia que choveu horrores. Daí o pessoal que ia, porque era regional, era da diocese, vinha gente de Lagoa Vermelha, de Ipê, de não sei onde, de Sananduva, e aí tinha dado uma chuvarada que até as estradas estavam meio bloqueadas. Sei lá eu que que deu, aí eles abriram para os novinhos, tipo eu, irem, porque o padre já estava lá, ia acontecer, e ia ter muita pouca gente. Eles abriram até para quem em princípio não era convidado. Daí eu fui. Era um padre, que inclusive era ali da Unisinos, e que era um pesquisador de juventudes. O tema do retiro era projeto de vida. E nesse negócio do projeto de vida a gente fazia um histórico, retrazia a nossa história. A gente teve um momento para escrever a nossa história e pensar sobre várias questões para construir esse projeto de vida. Nesse revisitar a minha história, eu me dou conta de várias coisas que, em todo tempo indo em uma terapia horrorosa, eu não tinha me dado conta. E aí, nossa, eu chorava, chorava, chorava, escrevendo a minha história. Tanto que depois, quando eu reencontrei esse padre, anos depois, ele disse “ah, mas eu te conheço, tu era aquela menina que chorava”, porque ele só lembrava que eu chorava (risos). E depois quando eu voltei para terapia, depois desse retiro, a minha psicóloga disse “não, tu está bem agora, vou te dar alta”, e daí eu tive alta, depois disso, porque aquilo foi muito libertador. E daí, enfim, isso tudo para ver como teve essa questão muito significativa na minha vida, porque me libertou de várias coisas (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Embora Maria tenha iniciado a sua participação na Pastoral da Juventude pelo convite de sua mãe, o potencial reflexivo desenvolvido no grupo gerou os principais conflitos que ela viria a vivenciar com seus familiares.

Eu acho que, inclusive, de parte da minha família, por exemplo, a minha mãe, até hoje, às vezes, eu acho que ela se arrepende de ter me convidado para ir para o grupo de jovens, porque ela, não é algo assim que ela goste, do meu engajamento político. Ela vive dizendo que eu não devia fazer tanto, enfim. E sei lá, a impressão que dá é que, para a minha família, essas coisas, elas nem deviam ser. Não sei se aí incide talvez uma questão de gênero também, tipo: “mulheres não tem que se preocupar com isso”, sabe,

“política, o que tu quer saber de política?”. Tipo assim, junta um monte de familiar, por exemplo, é os homens que vão falar de futebol e política e as mulheres vão falar, sei lá, das vizinhas. A minha família sempre funcionou assim (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Tanto a questão política quanto de costumes se constituíram como um tabu na família de Maria. Não falar sobre os assuntos foi a forma encontrada para lidar com as divergências. O comportamento de Maria desafia as bases das virtudes familiares conservadoras, bem como o comportamento feminino esperado nesse meio, como o celibato até o casamento e o não envolvimento com assuntos políticos institucionais. Esses dois fatores estão no cerne dos seus principais conflitos familiares narrados. Sentindo-se deslocada em relação aos valores e costumes de sua família, é por meio da organização católica da Pastoral da Juventude que Maria encontrou vazão para suas inquietações reflexivas sobre a realidade.

Eu acho que quando eu estava na Pastoral da Juventude, embora tenha uma questão militante também, porque a gente não ia lá para rezar só, muito pelo contrário, a gente sempre discutia. A Pastoral da Juventude é muito baseada na, quer dizer, alguns tentam desvirtuar, e hoje em dia mais ainda, mas ela é muito baseada na Teologia da Libertação. Então a gente sempre olhou o mundo também e refletiu sobre ele. Mas eu, até pelo que eu falei do meu histórico e do impacto que isso teve na minha vida, talvez a minha trajetória toda na Pastoral, ela foi muito mais por um outro viés que não o militante, dessas coisas que me faziam bem e que me ajudaram pessoalmente assim nessa autodescoberta. E, claro, esse olhar o mundo, refletir o mundo a partir dessa perspectiva crítica era algo que foi criando em mim, inclusive, talvez, a vontade de eu fazer o curso de História, por exemplo. E aí, eu acho que eu tinha várias pessoas assim que eu olhava com bastante admiração dentro da Pastoral (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

A decisão de cursar Licenciatura em História, na Universidade Federal de Santa Maria, foi um grande passo para Maria. Embora a ideia de mudança de cidade tenha sido construída durante os três anos em que fez as provas do PEIES, o fato de morar sozinha, sem a supervisão de seus pais, foi permeado de excitação e insegurança, que a fizeram reproduzir, em alguns momentos, um comportamento autodepreciativo, como quando estava na escola.

Eu demorei para perceber que a minha energia que eu estava gastando em ser caxias e entregar todos os trabalhos e ir bem nas provas, eu podia estar gastando energia em fazer pesquisa. Eu demorei a entender que era esse o propósito da universidade. Aí quando eu entendi, teve um evento

traumático. Quando eu comecei a fazer pesquisa, não foi no final, foi lá na metade do curso, eu comecei a fazer pesquisa, uma pesquisa que eu gostava muito, a partir da História Oral, sobre as vilas de ocupação em Santa Maria. A gente fez alguma coisa de História Oral, mas também fui para o arquivo fazer pesquisa de como eram noticiadas as questões das vilas nos jornais, da época específica, então também trabalhei em arquivo e tal. Aí, eu nem me lembro quanto tempo eu fiz, e aí isso, as pessoas iam começando as suas pesquisas e direcionando elas para fazer o seu TCC, para seguir dentro daquela perspectiva. E aí, a professora que fazia a pesquisa teve um acidente e não voltou mais a dar aula. Nossa, aquilo foi traumático, com certeza, só pelo fato em si, mas para mim foi traumático, porque tipo eu me senti sem chão assim, tipo “tá, e agora? Eu sigo pesquisando como sem essa professora?” Outras colegas que estavam nessa pesquisa até conseguiram seguir fazendo (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

A ligação que Maria sentia pela sua professora orientadora e pela pesquisa em História Oral conferiam-lhe segurança no espaço formal de educação. Não ter de súbito este suporte a desestabilizou em relação às suas escolhas de vida e como ela viria a terminar a sua graduação. Todavia, o fato de ela, logo que se mudou para Santa Maria, ter se vinculado novamente à Pastoral da Juventude, serviu-lhe de suporte afetivo para enfrentar suas dúvidas e medos. Assim, ela nos conta como foi sua experiência na Pastoral da Juventude em Santa Maria:

Quando eu vou para Santa Maria, eu procuro a Pastoral da Juventude lá também. Segui participando até eu vir para Caxias do Sul. Segui participando da Pastoral da Juventude lá. E aí lá, é engraçado, né, porque, geralmente, o pessoal participa do Movimento Estudantil e tal, eu sabia que tinha. Quando tinha, que nem lá tinha volta e meia mobilização contra o aumento de passagem, lá era bem comum, eu ia e tal, mas eu não tinha participado em nenhum momento do Movimento Estudantil, fora nessas ações pontuais. Então só participei mesmo da Pastoral da Juventude (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

O fato de ter cursado sua graduação em universidade pública possibilitou que Maria vivenciasse algumas experiências que não se apresentavam até então em sua perspectiva. Embora Maria não tenha tido dificuldades financeiras durante a sua trajetória, nunca esteve no horizonte de sua família, provavelmente, pelo aspecto de serem de uma cidade pequena do interior, a ideia de ela morar sozinha em outra cidade e viajar para outros países. Maria fez tudo isso e, por vezes, sem o assentimento de seus pais:

Entrevistada: *Eu tive umas questões pessoais mesmo e daí eu resolvi que eu queria fazer um intercâmbio. Que eu queria aproveitar antes de terminar a graduação, fazer intercâmbio, daí fui. Isso já estava no oitavo semestre e eram dez.*

Entrevistadora: *Tu pode dizer que questões pessoais foram essas?*

Entrevistada: *Ah, eu estava de cara com o meu relacionamento, que não estava legal. E outra esta questão de que eu estava me dando conta de que eu tinha muita coisa para aproveitar. Porque, quando eu estava no sétimo semestre, foi quando eu resolvi fazer um curso de línguas, foi que daí eu descobri que eu podia fazer um curso de línguas pela universidade. Eu demorei muito para me dar conta dessas coisas. E daí, no oitavo semestre, como eu tinha feito um semestre de espanhol, daí ela [a professora] começou a falar de intercâmbio e começou a brilhar o meu olho, e eu pensei: eu vou fazer um intercâmbio. E daí, me inscrevi e fui, no oitavo semestre (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).*

Sobre a experiência de intercâmbio Maria relata:

Acabei indo para o Paraguai e a universidade lá era péssima. Tipo, as cadeiras que eu peguei, tinha uma que dava para aproveitar, a outra era de um professor extremamente positivista, além de tudo, dava em cima de mim, foi horrível, um velho escroto e positivista. E daí, eu meio que, academicamente, foi um semestre perdido. E aí, claro, aproveitei muito em outros sentidos, mas de resto foi uma porqueira. Quando eu voltei, daí todo mundo tinha feito lá no oitavo semestre projeto de pesquisa, e eu estava completamente perdida, sem saber que rumo eu iria tomar (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

No retorno do Paraguai, Maria já estava quase terminando a sua graduação, todavia, ainda lhe faltava fazer o Trabalho de Conclusão de Curso. A experiência traumática de ter se distanciado da professora com quem compartilhou a experiência de pesquisa que deu sentido aos seus anos de graduação, somado ao término do namoro nutrido desde os seus quinze anos e a ida, em partes, frustrada para o Paraguai, desencadearam novamente um sentimento de deslocamento social em Maria.

Eu passei aquele nono semestre pesquisando umas coisas, daí em junho, julho, indo para o meu décimo semestre, que era o meu último semestre, eu termino o meu relacionamento, finalmente. E daí eu me dou conta: “cara, o que que eu estou fazendo, eu odeio essa pesquisa bibliográfica, eu odeio essa professora, eu não quero fazer isso”. Eu pensei “cara, eu não posso, eu não posso fazer isso”. Daí com o semestre que eu tinha para escrever o meu TCC, eu resolvi fazer outro tema completamente diferente e sem conseguir de fato um orientador. Porque o que que acontece, aí eu me dei conta de que lugar eu estava situada no mundo acadêmico, eu acho,

porque daí eu vi que aquela professora, dentro daquela linha teórica, eu odiava. Sabe, foi muito, parece irracional, foi como se de uma hora para outra, eu me despertei assim para essas coisas. E daí eu pensei que o professor que eu gostaria que me orientasse era um com orientação marxista. E daí, eu decidi que eu queria fazer uma pesquisa sobre sindicalismo com base nas histórias que o meu avô contava do sindicato dos trabalhadores rurais, que ele tinha ido para Brasília e não sei o quê. Daí, eu disse que eu queria pesquisar isso, claro, né, fui falar com esse professor e é óbvio que ele não podia me orientar naquela altura do campeonato, ele tinha 500 orientandos e chega lá a Maria da vida, perdida e pede: “tu pode me orientar para esse semestre?” Óbvio que não deu. Aí, eu peguei um professor que me orientou por nome. E ele disse que tinha uma professora da economia que ela tinha uma pesquisa nessa questão de sindicatos e ela podia me ajudar. Então, de fato, quem me orientou foi uma professora nada a ver, que eu nunca tinha visto na vida, da economia. E aí, esse outro professor assinou. E aí, chamei aquele professor, que a minha ideia era que fosse o meu orientador, para minha banca. Aí fiz um TCC meio louco, em um semestre. Eu ainda fiquei em contato com a universidade ainda um semestre, fiz uma cadeira especial, como aluna especial, aí segui estudando alguma coisa nesse sentido, da questão agrária, enfim, porque eu tinha entrado um pouco nisso fazendo esse TCC sobre o sindicato dos trabalhadores rurais. Aí, depois disso, nunca mais voltei para a universidade (risos). E cá estou eu (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Em nosso contato na participação nas atividades da MMM, ficamos sabendo que Maria voltou para a universidade; nesse momento, está cursando Especialização em Educação e Cultura, em uma universidade pública. Embora seu TCC tenha sido acerca do movimento sindical a partir da memória de seu avô, Maria diz ser a única pessoa em sua família interessada em se engajar politicamente e não reconhece nenhuma influência familiar em seu engajamento.

Naquela época, eu tinha ouvido essas histórias [sobre a participação do avô no sindicato], mas que não são histórias assim que meu vô, “ah, as histórias que meu vô sempre conta”. Não, meu vô não contava sempre essas histórias. [...] Com a pesquisa, daí eu que fui atrás de perguntar, mas não era algo que era constitutivo do meu vô, a ponto de ele falar sempre, e da minha família, por exemplo. Daí, inclusive, até onde entendia, acho que a minha família acabou meio que se engajando, se engajando não, porque acho que nunca se filiaram, mas tipo eles acompanhavam o MDB, daí tinha uma questão partidária, mas tipo nunca foi tema da reunião de família do domingo, falar sobre essas coisas, sabe. [...] O meu pai, por exemplo, é um cara que nunca se engajou em nada, inclusive, se duvidar, fala mal do sindicato. A minha mãe que reclama da minha militância, ela tem mais consciência do que o meu pai, nesse sentido. Mas aí isso, sabe, tipo se engajar com política é algo que não é para mulher fazer, não é nem para mulher falar. [...] Se eu vou lá para minha família, parece que eu consigo

falar mais sobre política com os homens do que com as mulheres [...]. Eu acho que, por isso, não tem muita influência assim. Porque daí, era isso, eu não chegava a ir lá no meio dos homens conversar sobre política, então não é algo que eu ache que teve uma influência (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

O debate classista acerca da organização do trabalho e do mundo a partir da exploração do trabalho assalariado é apresentado para Maria também na Pastoral da Juventude. Em sua família, por mais que a valoração em relação à educação e ao trabalho sejam destacados, esses debates se inscrevem no sentido de reforçar o ideal meritocrático. Nesse sentido, Maria nos conta como se aproximou da discussão anticapitalista.

Acho que é na Pastoral mesmo, porque, que nem eu disse, o meu pai não faz esse debate e a minha mãe, eu acho que ela consegue entender melhor algumas coisas, mas também não tem esse... Tanto que antes, quando eu falei da escola, eu segui bem o negócio da “qualidade total”. A minha família e a minha educação escolar, ela foi para ser uma pessoa que almeja ser uma trabalhadora de sucesso e que ganhe bem e que se danem os outros. [...] E na Pastoral é que eu vou me dar conta desse outro mundo. E aí quando falava das inspirações, eu me lembro muito de como eu ouvia as pessoas falarem, como hoje eu falaria sobre o mundo, e eu olhava com uma admiração muito grande assim, de “poxa, tudo o que essa pessoa está falando faz sentido”, sabe. E como é que isso não se fala em todos os lugares? Tipo, ficou uma coisa assim, que, nossa, era como se eu tivesse descoberto uma coisa muito preciosa ali. Meus olhos brilhavam, porque aquilo para mim fazia sentido. Mas foi bem dentro da Pastoral da Juventude (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ser aceita e poder conviver com afeto e horizontalidade com outros jovens, depois reconhecer a relevância do debate das questões sociais, questionando o mundo e o seu lugar nele, foram de extrema importância para que Maria, aos poucos, se constituísse enquanto militante. Além disso, ao partilhar nos encontros da PJ de perspectivas coletivas e sonhos de mudança social, Maria foi dando sentido ao seu engajamento na busca da utopia coletiva, que ela descreve como sendo:

Um mundo onde as pessoas não precisem passar fome, que as pessoas possam... Que o dinheiro não seja o que organiza a vida das pessoas e que as pessoas possam ter vida comum, ter minimamente a sua subsistência garantida. Onde não exista violência, discriminação de gênero, de sexualidade, de etnia, tudo isso assim, o comum dentro, pensando na questão econômica, mas também nessa questão que alguns insistem em

chamar de identitária, mas que na verdade ela está dentro do econômico também (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Em 2011, logo após terminar sua graduação em História, Maria foi nomeada em um concurso público municipal para o cargo de educadora social, na Fundação de Assistência Social (FAS). A busca por trabalho a fez mudar de Santa Maria para Caxias do Sul, cidade que possibilita que Maria possa visitar com maior frequência seus pais, mas que não a obriga a ter um convívio diário com eles. Os conflitos acentuados na quebra dos paradigmas comportamentais e dos valores defendidos por sua família, fazem com que Maria, em muitos momentos da entrevista, traga a convivência com o seu pai e sua mãe como os primeiros desafios na militância. Identificamos que o espaço privado do primeiro lar de Maria é onde as contradições de seu ideal militante entraram mais fortemente em confronto.

Nessa coisa dessa educação rígida que eu falo, por exemplo, da minha mãe, até hoje, a minha mãe fala umas coisas assim que, para mim, eu nunca aceitei. A minha mãe dizia que eu só podia namorar a partir de tal idade, que eu não podia transar. A minha mãe era assim, eu não podia transar antes do casamento. Foi, parece uma coisa besta, mas eu tive que quebrar até com isso da minha mãe. Acho que por isso também eu quis tanto sair de casa, porque daí eu fui fazer isso fora. Porque era uma coisa muito difícil de fazer ela entender que não tem problema transar antes de casar. Então, tipo, desde aí, uma coisa tipo. [...] O mundo já caminhava para isso (risos), parece que a minha mãe ficou parada no tempo. [...] [Na Pastoral da Juventude] as pessoas namoravam, as pessoas transavam, então eu acho que ali eu comecei a ver. Com certeza, a minha mãe não teria a mesma reação que ela teve ao saber que eu estava namorando, se eu fosse um menino. É óbvio que ela só tinha essa reação, porque..., mas eu obviamente também não refletia sobre isso assim, mas sempre quis quebrar com isso, de que não precisava, eu não precisava... Eu acho que é isso mesmo, a minha mãe sempre foi dessas de que tu tem que ser bela, recatada e do lar. [...] E eu não, essas minhas andanças na Pastoral da Juventude e na escola, enfim, elas me mostraram que eu não precisava ser isso e eu fui vendo que eu não queria ser isso. Acho que aí que começa esse estranhamento (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Atualmente, Maria mora com seu namorado, que é professor servidor público estadual, e seus três gatos, em seu apartamento financiado. Somando o salário do casal, podemos dizer que, atualmente, a família pertence à faixa de renda de classe média (IPEA). A ida de Maria para Caxias do Sul marcou sua ruptura com a Pastoral da Juventude. Já na cidade, durante um ano, Maria se manteve afastada da militância

política, mas, após esse período, novamente buscou restabelecer contatos com outros sujeitos militantes que a levaram ao Levante Popular da Juventude.

Quando eu venho para Caxias, depois de tanto tempo já de Pastoral. Também participei da coordenação da Pastoral lá e tudo mais. E daí, quando eu venho para Caxias, eu venho para trabalhar. Eu sabia que existia, porque estava assim acho que muito embrionário o Levante Popular da Juventude lá em Santa Maria, e daí eu tinha uma colega, na verdade eu tinha vários colegas, [...] todo pessoal era do Levante, na História, e daí, uma amiga minha que era [do Levante] fez contato com a [Sônia]. Ela me disse “ah, tem um pessoal do Levante aí em Caxias também”. E daí, falou com a [Sônia], e daí, por acaso ela era minha colega e era mãe dos jovens que participavam do Levante. Daí fez contato comigo e, na época, ia ter o acampamento do Levante. Isso fazia um ano que eu estava aqui. Nesse um ano, fiquei aqui, tipo indo de casa para o trabalho, do trabalho para casa (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Pela entrevista de Maria, entendemos que o fato de ela ter se engajamento em um coletivo, desde os treze anos de idade, faz com que ela se sinta negativamente afetada nos períodos em que está distante da militância, pelo sentimento de pertencimento construído no espaço de luta social. Todavia, o deslocamento que se apresentara em relação à Pastoral da Juventude, logo também surgiu para Maria se tratando da sua participação no Levante Popular da Juventude. Conforme sua narrativa, esse estranhamento se deu em função da identidade de juventude construída nesses lugares de movimento social, que acaba por abarcar um perfil de jovem/estudante em contraposição ao jovem/trabalhador.

Eu achei que já tinha dado meu tempo. Aqui, eu pensei: “não, agora chega de Pastoral da Juventude” (risos). Fiquei um ano assim, só indo para o trabalho e ratiando⁵ por aí. Daí ia ter o acampamento do Levante em 2012 e [...] ia ter um ônibus que ia para lá, daí eu fui também. Ali me aproximei do pessoal do Levante, daí fui ficando e fui acompanhando, fui participando. Só que com o Levante, desde o início, eu tinha meio que uma questão que parece que não fechava muito, porque eu estava em uma fase da vida já muito diferente das pessoas que em sua maior parte compunham o Levante (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Em muitos momentos de sua narrativa, a trajetória de Maria se confunde com o contar a história dos movimentos que faz ou fez parte. Ela passa de uma contação intimista individual ao relato das experiências de grupo, mudando, inclusive, a

⁵ Gíria utilizada com o significado de estar à toa, sem um propósito.

conjugação de sua fala da primeira pessoa do singular para primeira pessoa do plural. Assim, ela segue nos contando como se deu a sua breve passagem do Levante Popular da Juventude para o engajamento na Marcha Mundial das Mulheres e em outro movimento social, que chamaremos aqui apenas por MS, para resguardar a identidade da entrevistada.

O Levante estava muito no princípio da sua constituição, era para ter uma frente territorial, que era aquela que tinha os núcleos dos bairros. Uma frente estudantil, para daí atuar seja qualquer nível do Movimento Estudantil. Era para ter uma frente sindical, que daí era pensando nesses jovens trabalhadores. Só que essa frente sindical, ela nunca chegou a andar, porque eram trabalhadores que trabalhavam em trabalhos informais, que uma hora está aqui e outra hora está lá, e isso não gera uma vinculação para tu pensar no mundo do trabalho ou então não tinha mesmo [trabalho]. Eu era uma das poucas jovens trabalhadoras ali que tinha um trabalho formal, fixo, com segurança. Então, isso sempre foi um conflito. Eu seguia acompanhando o Levante, mas eu não era parte daquilo ali. Era como se eu já, desde o início, já não me sentisse jovem, porque eu não estava na mesma fase. E daí, esses, os jovens mais à frente do Levante aqui, tinham surgido a partir do [MS] em Caxias, só que o [MS], na época que eu entrei no Levante, ele estava num refluxo. Teve um período em que tinha saído muita gente, que foi um período que saiu várias pessoas dos movimentos sociais. [...] Daí, nisso, várias pessoas saem dos movimentos e aí saem do MST, saem do [MS], saem de diversos movimentos, do MABE. [...] Mas aí, em 2015, o [MS] repensa a sua estratégia, inclusive, muda de nome e tem a intenção de se nacionalizar. Ele expande e daí vai retomando até chegar, nesse ponto que está hoje. E daí foi, acho que foi mais ou menos nesse período aí que, até agora falando me dou conta disso, que nesse período que eu era jovem, mas não era jovem, é que eu fui me envolvendo em diversas outras coisas, inclusive na Marcha, porque eu via que o Levante tinha um prazo de validade para mim e eu queria sair do Levante, mas eu queria ir para algum outro lugar. Eu não me imaginava sair do Levante e só sair do Levante. Então, eu fui buscando esses outros espaços de militância, e a Marcha foi um dos espaços que eu encontrei. E daí hoje, porque eu não acompanho mais tanto [a MMM], porque daí o [MS], ele acabou preenchendo um pouco essa lacuna também do movimento que é o que eu quero ajudar a construir com mais dedicação digamos. [...] E nesse meio tempo também que até no sindicato acabei me envolvendo, entrei na direção e daí fui me dando conta também daquilo que eu não queria (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Antes de adentrarmos na experiência de participação de Maria na MMM, pedimos que ela nos comente um pouco mais sobre o porquê ela nos diz ter se dado conta de que não queria participar do movimento sindical. Ao construir essa crítica, ela evoca a diferença entre estar militando em movimentos sociais e em instituições

políticas formais, como os partidos políticos. Como veremos na experiência de outras marchantes, esse não é um ponto de convergência entre as militantes, muitas delas conciliam estar vinculadas e atuantes em um partido e fazer parte de um movimento social como a MMM. Desse modo, Maria nos fala sobre o seu ponto de vista a respeito desse conflito e sua participação no sindicato:

Entrevistada: *Eu acho muito difícil de avançar, extremamente corporativo, é difícil tu dialogar com os colegas de pautas maiores. Imagina, a gente fazia discussão da Reforma da Previdência, que era uma coisa que ia atingir todo mundo. Até na FAS não dá de reclamar, porque a gente até teve vários que, nas manifestações que teve, se engajaram e tal. Mas de uma forma geral, tu vê um monte de outros servidores que, meu deus, estão se lixando para as pautas mais gerais. Daí, ia para a reunião, se gastava um tempo discutindo a sede campestre, convênios, que para mim aquilo não fazia sentido nenhum. E quando tu ia falar com os colegas e dizer: “ó, a importância de se sindicalizar”, daí tu tem que dizer quais são os convênios que tem, aí aquilo para mim me irritou. Porque, para mim, eu achava que trabalhador, servidor público, deveria ter o mínimo de consciência e que não tem, aí aquilo meio que me frustrou demais.*

Entrevistadora: *Tu flertou alguma vez com partido político?*

Entrevistada: *Não, nunca. Sempre tive muito próxima às pessoas do PT, mas nunca.*

Entrevistadora: *Quis militar?*

Entrevistada: *Não, pelo entendimento de que a via institucional é uma via importante, mas que não é a via que vai transformar a sociedade (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).*

No momento da entrevista, Maria estava militando em um movimento social misto, ou seja, não segmentado por gênero. Sua ligação com a Marcha Mundial das Mulheres já foi mais forte, no ano de 2012, quando fez parte da coordenação do grupo, em Caxias do Sul. No momento da entrevista, ela participava das atividades propostas pela MMM, mas não fazia parte da coordenação, embora ainda seja reconhecida pelas outras militantes pela sua dedicação e engajamento.

A Marcha, ela nunca teve assim uma coisa de, sai lá, tu entrar na Marcha e tu saber que de tanto em tanto tempo tu vai ter reunião, eram coisas e são, eu acho, até hoje, bem, tipo “ah, tem tal necessidade, vamos marcar”. E aí, quando tinham reuniões, eu sempre estava presente, ajudei a construir alguns eventos. Enfim, as gurias sempre fizeram muita... Uma das coisas que elas gostam muito de fazer são atividades para chamar mais mulheres de fora, fazer roda de conversa. E aí, eu sempre participava desses momentos e das reuniões organizativas. Mas é isso, não tinha uma periodicidade de reuniões, de encontros, eu acompanhava ali no grupo. Que hoje, inclusive, depois de um dia que eu dei uma surtada, eu saí até

do grupo da Marcha. Hoje, eu não estou mais no grupo, eu acompanho elas ainda, mas no que eu ouço falar e das relações dos movimentos, mas eu saí do grupo e não pedi mais para elas me incluírem. E daí, eu acompanhava ali no grupo e acompanhava as reuniões. Porque o grupo da Marcha, o grupo de whats é gigantesco assim, nossa, é uma pluralidade de gente jamais vista, e aí teve uma época que se denominou, e acho que até hoje elas seguem se organizando dessa maneira, coordenação municipal, ou algo assim, acho que era coordenação. E daí, inclusive, eu fiz parte durante um tempo dessa [coordenação], mas foi assim, não é uma coordenação eleita nem nada do tipo, foi algo instituído por nós mesmas, porque eram as mais ativas, que tinham mais compreensão do movimento. Eu acho que em outros locais não é tanto assim. E tem instâncias de organização estaduais, enfim. Ah, me lembrei também que eu fui em atividades estaduais da Marcha, em uma época, mas daí, é isso, hoje não acompanho mais de perto (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ainda que, hoje, a militância de Maria esteja direcionada para outro movimento social, ela nos conta sobre a importância da aproximação com a MMM para o entendimento de si enquanto sujeita militante. Nesse sentido, o contar-se de Maria não se encerra em sua singularidade, mas se expande ao grupo que se sente pertencente e que também se transforma nos processos experienciados. Além disso, ao contar os tempos e contratempos dos movimentos sociais, Maria se inclui na fala, “nós”, “a gente”, mesmo quando está narrando alguns momentos históricos em que não militava na organização, como se a construção de sua subjetividade estivesse implicada em se sentir e fazer parte de um movimento coletivo.

A gente no [MS], a gente tem essa compreensão de que ele também tem que ser feminista, de que a mudança social que a gente almeja também tem que ser feminista ou não vai ser. Então, a Marcha ela me atraiu nesse sentido de especificamente pensar essas questões. Eu acho que nos movimentos mistos se tem alguma dificuldade com alguns temas, que são meio tabus do feminismo, tipo aborto. É difícil tu pautar isso em um movimento social misto. E aí, ou dentro do movimento tu tem mesmo uma auto-organização das mulheres, ou isso nunca vai ser, ou dificilmente vai ser discutido, ou muito superficialmente vai ser discutido. E aí, a Marcha, por já ser um movimento só de mulheres, eu acho que ela acaba trazendo esses debates que em outros movimentos é mais difícil. Em outros locais do país, muitas mulheres do [MS], por exemplo, se auto-organizam enquanto mulheres na Marcha. Isso é muito mais tranquilo do que aqui. Só que, também, aqui tem algumas relações, que agora se quebrou um pouco, mas tinha uma época que era, as mulheres mais a frente eram tudo de uma corrente política específica e daí se identificava com essa corrente, hoje já felizmente se quebrou um pouco isso (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Em relação à atuação no MS, no momento da entrevista, algumas atividades estavam sendo retomadas presencialmente, assim como haviam sido convocados alguns atos em protesto ao governo Bolsonaro. Mesmo no cenário da pandemia, pelo menos duas vezes por semana Maria disse estar envolvida em reuniões internas do MS ou de articulação com outras organizações. O compromisso de Maria com as questões públicas advindas do seu engajamento, progressivamente, tornou-se o eixo principal de organização do seu cotidiano. Em relação ao tempo destinado ao engajamento, ela pondera:

Ele [o engajamento] tem mais bagunçado a minha vida do que tem sido o tempo que sobra. Nunca foi muito o tempo que sobra. Eu organizo inclusive meu horário de trabalho. Organizei, claro, a partir de algumas demandas que vieram do próprio trabalho. Mas organizei também pensando nos turnos que eu teria atividades dentro do que eu considero essa militância. Então me toma um grande tempo e uma grande energia (Maria, entrevista realizada em 2021).

A difícil adaptação ao formato de encontro virtual, aprofundado pela pandemia de COVID-19, foi acrescida pela frenética troca de mensagens instantâneas, principalmente, pela multiplataforma WhatsApp. Identificamos que Maria, embora não tenha dedicação exclusiva à militância, é uma pessoa profundamente comprometida com o seu engajamento, motivo que leva inclusive, por vezes, a um conflito com a dinâmica familiar, visto que seu companheiro não participa de nenhuma organização política. Mesmo quando não está em uma atividade direta do MS, Maria diz que seu tempo é direcionado à causa, seja por estar pensando consigo mesma sobre o movimento ou por estar planejando coletivamente nas conversas por WhatsApp. Maria nos diz que a organização do tempo para as atividades do MS é um dilema que ela tem aprendido a equilibrar com as outras demandas de seu cotidiano.

[A militância] afeta também meu tempo de lazer, porque volta e meia eu penso que eu poderia chegar em casa de boas e tomar um banho, deitar no sofá e ficar sem pensar em nada, mas não, eu estou pensando nessas coisas que a gente organiza. Enfim, acho que afeta bastante. Não falando no sentido de reclamar. [...] Eu diria que meu tempo de lazer, ele também cabe dentro da agenda. Também é uma coisa que eu tenho que marcar. E aí, felizmente, ao longo do tempo, eu fui conseguindo organizar dessa maneira. Então, eu também priorizo hoje coisas que anteriormente eu era bem mais bagunçada. [...] [O lazer] tem que estar dentro da agenda. Tem que estar tudo cronometrado, digamos assim, organizado (Maria, entrevista realizada em 2021).

No seu trabalho recente no MS, Maria esteve junto na fundação de um Ponto Popular de Trabalho (PPT)⁶, em uma região periférica na cidade de Caxias do Sul. A criação do PPT teve como finalidade a geração de renda para mulheres, por meio da produção de sabões e sabonetes artesanais e veganos. Todavia, Maria acabou se desligando da saboaria, quando da inserção da equipe da Cáritas⁷ Diocesana de Caxias do Sul na cooperativa.

É meio nebuloso até para nós, porque [a saboaria] nasce do [MS], mas como não são pessoas só do [MS] que compõem, porque no caminhar da saboaria e no procurar apoio, enfim, foi feito contato com a Cáritas, então hoje participam mulheres da Cáritas ativamente na saboaria. Então, hoje, era para ser um Ponto Popular de Trabalho do [MS], que a gente tem essa forma de tentar organizar as pessoas a partir do trabalho, no que a gente chama de Ponto Popular do Trabalho. Só que aí virou uma outra coisa nessa entrada das gurias da Cáritas que participam ativamente da construção da saboaria. E, também, eu não tenho conseguido acompanhar a saboaria assim mais de perto. Estou aí, dou algum apoio, mas não consigo participar das reuniões deliberativas delas, nem das formações, porque é no meu horário de trabalho e eu não consigo acompanhar. Então, estou no grupo de WhatsApp, vejo o que está acontecendo, às vezes dou alguns pitacos, mas não consigo estar ativamente (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Mesmo tendo atuado por anos na Pastoral da Juventude, muitos dilemas fazem parte desse engajamento conflituoso em relação às organizações da Igreja Católica. A entrada da Cáritas na saboaria representou uma mudança na organização, nos processos e nos propósitos de trabalho, mas apreendemos na fala de Maria que seu desacordo vai além da organização cotidiana da saboaria, também está envolto no próprio entendimento dos sentidos de professar a fé cristã, que entram em questão nesse contato, como o confronto entre emancipação e caridade. Consoante a isso, Maria nos fala a respeito da sua frustração com a militância, as dificuldades de se manter engajada e de manter a coesão nas organizações:

É muito difícil tu pensar em se organizar, estar junto com pessoas para se organizar junto. Porque, eu que estou há tantos anos aí, quando olho para trás o tanto de pessoas que em algum momento estavam junto, estavam perto, e daí é muito frustrante tu ver que elas vão se perdendo no caminho.

⁶ A criação de Pontos Populares de Trabalho atualmente é um dos propósitos da organização do movimento social que Maria participa, que tem por objetivo fomentar a militância política das pessoas por meio do envolvimento em processos de trabalho cooperativos.

⁷ Organização de missão cristã que faz parte de uma rede mundial, que atua em 198 países como um organismo da Pastoral Social da Igreja Católica.

E talvez até não seja porque elas não pensem também como a gente, mas porque também é muito difícil manter uma organização. A gente faz isso, por mais que não seja no meu tempo livre, que eu digo, eu planejo isso, mas eu tenho um trabalho que eu tenho que dar conta e daí, tipo, tu não pode estar dedicando tanto da vida assim, e a maioria das pessoas que são militantes, elas não estão liberadas para ser militantes. E daí, tu teria que ter, tu teria que fazer tantas coisas para as pessoas irem se mantendo que não se consegue fazer. Porque nem todo mundo vai se engajar simplesmente porque se deu conta de que o mundo é injusto, que nem eu, aliás a maioria não vai, e aí tu vai vendo que as pessoas vão se perdendo no caminho. E aí, daqui a pouco, estão, sei lá, super fervorosas na igreja e daí parece que toda aquela crítica que tinham já se perdeu, porque a igreja sim consegue estar muito mais perto. E então, acho que é isso, a frustração é essa, de ver as pessoas que vão se perdendo (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Os anos de militância de Maria lhe permitem compreender sem ressentimento a saída de muitas e muitos de seus pares dos MS. Segundo sua fala, o peso das demandas da vida, principalmente, em um contexto capitalista, arrefece a participação em grupo, por mais que o sentido de engajamento ainda seja partilhado. Nesse contexto atual, com as restrições e os lutos decorrentes da pandemia, aliado à precarização das condições de vida pela política econômica adotada pelo governo federal, Maria nos diz como tem sido a militância para ela:

Eu vejo como se... A gente se vê como uma formiguinha tentando remar em um oceano que está afogando a formiguinha. Sei lá, a gente se vê tão, tão pequeno, que eu não sei nem qual analogia fazer (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ao mesmo tempo em que a militância fortalece Maria enquanto pessoa que sente a sua fala valorizada, ela demonstra em sua analogia o quanto a situação política tem sido desfavorável para manter viva a perspectiva coletiva de mudança. Mas é por meio de seu senso histórico que Maria retoma o seu otimismo em relação à importância de se manter engajada em um movimento social. E assim, como Rita, entrevistada apresentada anteriormente, busca no micro a visualização das transformações sociais.

Quando eu ouço as pessoas falarem assim dessa compreensão do mundo que era a mesma que fazia o meu olho brilhar e daí quando eu vejo que as pessoas que estão ao redor e que tu quer organizar junto, enfim, e que estão entrando e que daí lá pelas tantas falam alguma coisa assim que tu vê, “ah, a pessoa tá compreendendo como eu”, assim, a gente está

compreendendo juntos, no mesmo caminho. Porque acho que um pouco é eu ver o que aconteceu comigo assim. [...] porque eu acredito que, porque eu acredito não, porque eu estudei História e sei que as mudanças elas não acontecem do nada, elas acontecem com organização e com luta. Talvez a organização e a luta que a gente esteja fazendo não vá ter resultados, talvez não seja a forma que depois, olhando para trás, historicamente, tu vá olhar e dizer isso deu certo, pode ser que não, mas ainda assim alguma mudança só se vai ter com organização e com luta. E eu acredito que é necessário! A gente olha para o mundo e a gente vê que está tudo terrível. Então, se a gente achar normal viver em um mundo assim, daí, aí que reside a doença. [...] É o que eu falava antes, a gente vê que ecologicamente o mundo está..., a gente está destruindo o mundo. A gente vê que, depois de, tanto tempo, todas as críticas que a gente deve fazer ao PT, mas, depois, tu vê que, minimamente, pelo menos comida as pessoas estavam conseguindo acessar. Daí hoje, dado toda a conjuntura, as pessoas estão passando fome e isso é muito angustiante. Ver a destruição ambiental e as pessoas morrendo, sei lá, passando dificuldade, passando fome, morrendo pela irresponsabilidade de um presidente, é extremamente angustiante. Tipo, se a gente parar e aceitar é muito pior, até porque, com tudo isso, eu tenho me dado conta do quanto está mais difícil e de quanto o capitalismo, ele está sempre se reinventando, para achar novas formas das pessoas acreditarem que ele dá certo, acreditarem na meritocracia, acreditarem na questão de que as mulheres têm que aceitar o machismo, ou pegar para si pautas como o feminismo, como a questão LGBT agora. Que o capitalismo ele se apropria disso e coloca dentro de uma crítica que é só pela questão moral. E, não, não! É uma perspectiva anticapitalista que é a que no movimento a gente acredita. Então quando tu vê que constantemente o capitalismo ele está se refazendo e que ele tem mecanismos muito poderosos para isso e que as pessoas compram isso. Então é um trabalho que é muito difícil, mas que ainda assim, sei lá, a gente acredita que alguma pequena coisinha, talvez, uma pessoa um dia lá vai estar junto, vai se engajar. E aí, é essas coisas que a gente vai mantendo a esperança. E é isso, acho que a gente não pode..., é aquela questão do Galeano que, está cada vez mais longe da coisa que a gente enxerga, a utopia, mas ela serve para gente seguir se movimentando e caminhando (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

3.3 ALEXANDRA E A REVOLUÇÃO CLÁSSICA

Alexandra assistia à televisão e vibrava em ver em rede nacional a luta que seus familiares também travavam em sua cidade. Seu primeiro envolvimento político marcante fora pelas Diretas Já, ainda que fosse uma criança espectadora, entre quatro e cinco anos de idade. Alexandra nos conta com brilho no olhar e gesticulações:

O fim da ditadura, as Diretas Já, aqueles movimentos, eu era muito pequena e aquilo já me deu vontade... A minha família sempre esteve envolvida nesses processos, principalmente, aqui na cidade. Eu me lembro

das discussões na televisão, também, a gente via bastante. Então, eu acho que ali já começa a demonstrar a importância de estar envolvida. Depois eu vejo como divisor de águas assim as eleições, a partir daquilo vem um processo de redemocratização, a gente vai ter os processos eleitorais. Então o divisor de água, para mim, vem no sentido assim, logo naquele início ali, quando começa a ter os processos eleitorais e Diretas Já (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

O pai de Alexandra, militante filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sempre incentivou que a família se envolvesse com atividades políticas, ainda que seus filhos divergissem de sua corrente ideológica dentro do campo da esquerda. Para Alexandra, criada desde pequena em um ambiente com tais discussões, a definição de seu engajamento veio bastante cedo:

Então, com 14 anos, eu já era trotskista (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Aos 42 anos, Alexandra ainda carrega a visão de uma clássica revolução. Professora de História, a Revolução Russa de 1917 a inspira a dizer que a revolução proletária vai acontecer, a inspira a seguir lendo Trótski⁸, a inspira a discutir sobre a relevância de seu pensamento político para a transformação social e a inspira, inclusive, a escolher o nome Alexandra para ser identificada em nossa pesquisa, como homenagem à revolucionária russa, feminista e teórica marxista Alexandra Kollontai. Alexandra nos diz que no ambiente familiar aprendeu a viver de forma salutar a divergência.

A minha família sempre foi tranquila, porque a minha família sempre conseguiu conviver bem com a diferença. Por exemplo, o meu pai, ele é do PCB, então a formação do meu pai foi stalinista no PCB. Depois, vem os meus irmãos, alguns se mantiveram no PCB com o meu pai, outros já foram para uma outra visão. Então, eu com 14 anos, eu já era trotskista. E o meu pai sempre respeitou isso. Também tem a minha mãe que sempre foi uma mulher forte. Então, não era uma coisa que trazia sofrimento na família, porque nós tínhamos as diferenças. Que sempre teve isso, quem acreditava em religião, por exemplo, alguns irmãos meus e a minha mãe são umbandistas, outra parte da família que é ateu. Inclusive chegava até questões do próprio partido, às vezes, em uma convenção municipal a

⁸ Leon Trótski foi um dos dirigentes da Revolução de Outubro, que também foi importante na constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Seu pensamento comunista autônomo, em partes, divergente de Lênin e opositor a Stálin, levou à construção da corrente política chamada de trotskista que encontra adeptos, em diferentes conjunturas, no campo da esquerda, até os dias atuais.

gente conseguia ter gente da família, tinha três chapas no município, e cada um estava em uma chapa. Então isso sempre foi de uma forma tranquila, sempre se respeitou as ideias, sempre se respeitou o pensar diferente. Acho que por isso a militância não foi sofrida. Apesar de todos nós termos nos mantido na militância na esquerda, porque, também, pela questão do que a gente via, sentia que era o ideal. Nunca teve uma doutrinação, uma imposição, foi mesmo a gente se inserindo nas lutas e vendo as realidades e sempre teve um respeito à individualidade. Então, acho que por isso que não era, tipo a militância não trazia um sofrimento, porque não parecia, não era uma obrigação (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A classificação da militância por correntes de pensamento político, comum à leitura conjuntural partidária de esquerda, é explícita no discurso de Alexandra. Condizente com a sua posição política revolucionária clássica, Alexandra, quando questionada sobre religião, sem hesitar e de modo firme nos falou ser ateia. A solidez da resposta é contrastada pelo seu relato do convívio com a religiosidade de sua mãe e de alguns de seus irmãos que são umbandistas.

Alexandra se identifica enquanto mulher negra e nos diz que sua família primária tem o mesmo tom de pele. Embora todos fossem pessoas militantes, a discussão a respeito da condição de cor e raça não esteve presente em sua criação. Alguns relatos que hoje ela identifica enquanto um cenário de racismo, em sua infância e adolescência, ela diz ter sentido um deslocamento social que não sabia nomear. Assim, ela nos conta sobre sua experiência escolar no ensino fundamental:

No ensino fundamental assim, eu estudei na escola bem perto de casa. Então, não tinha, na verdade, não tinham negros na escola, porque é um bairro [de classe média]. Então, tipo tinha o meu irmão de manhã que era negro e eu, mas o meu irmão logo saiu da escola. Era um irmão meu que nunca frequentou, que não era muito bom em estudar, então logo ele saiu. Então, tipo, eu sentia isso, o fato de ser a única menina negra até, porque o meu irmão era um homem. A menina negra na escola. Então, isso, eu sentia bastante, mas eu tentava me sobressair pela minha questão da inteligência e tal. Eu era esperta, também malandra, e como o meu irmão também era mais velho a gente tinha, como eu vou dizer, as pessoas respeitavam, me respeitavam pelo fato de eu ser irmã do Bugio [apelido do irmão de Alexandra]. Então, eu fui, fiz amigos no ensino fundamental assim, amigos que eu levo para vida toda, que são meus amigos até hoje. Mas eu sentia essa questão do fato de eu ser negra, a questão, as piadas, que até eram algumas, nunca eram muito na minha frente, mas tu notava assim. A questão do padrão de beleza que existe e todas essas questões. Então isso, eu notava, mas não dava muita bola. Não é que não dava bola, mas não, fingia que não me importava. E foi isso, eu sempre tive mais amigos meninos, no ensino fundamental, do que meninas, tive algumas amigas

meninas que eu mantenho também para vida toda (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Diferente de Rita e Maria, percebemos nesse excerto da entrevista que a família de Alexandra tem uma relação mais conturbada com a escolarização, à medida que seu irmão, ainda adolescente, decidiu não concluir os estudos. Ainda assim, Alexandra apresenta muito afeto pela educação. A fácil sociabilidade e a habilidade de criar laços de amizade são fatores que Alexandra reconhece em sua personalidade e que estão presentes em muitos momentos de sua narrativa. Ser uma pessoa amigável, em partes, a ajudou a encontrar um lugar social confortável no enfrentamento do racismo e seus mecanismos de exclusão.

Então, no ensino fundamental, eu não sentia isso, eu não sentia, não é que eu não sentia, eu sentia o desconforto, mas eu não sabia nominar, não sabia dizer o que acontecia, entendeu, porque era um período que na verdade eu preferia ser invisível, que as pessoas reparassem em mim por outras características, que não o fato de eu ser negra (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Outro fator importante sobre sua trajetória escolar é a facilidade que Alexandra teve para entender as regras institucionais e usá-las a seu favor. Ainda que ela sempre tenha gostado de estudar, tentar se destacar pelo bom rendimento escolar aparece com um significado de ser reconhecida pelo grupo pelo seu mérito. No ensino médio, Alexandra é transferida para uma escola maior e mais longe de sua casa. Embora nesse espaço não tenha mais o suporte de seu irmão, o perfil identitário diverso de seus colegas a auxiliaram a achar um lugar social comum entre outros estudantes.

Depois eu fui para o ensino médio, daí eu fui estudar [em outra escola]. Daí, quando eu fui para o ensino médio, o meu envolvimento com política já foi tipo automático. Era uma coisa que tomava bastante o meu tempo, mas eu estudava. Fiz o magistério. Na minha época do magistério, tinha dois meninos em todo o turno da manhã. Era assim, cinco turmas de cada ano, então eram 15 turmas de 30 alunas, nós éramos umas trezentas e cinquenta meninas, com dois meninos ali. No ensino médio eu já fui encontrando, já tinha outras meninas negras. Um dos meninos que estudava no turno era negro também e o outro menino era gay. Então, a gente tinha as turmas, sempre tem aquelas panelinhas, mas eu fiz bastante amigos. Os amigos do ensino médio. A gente já tinha uma amiga que já era do ensino fundamental, que foi comigo para o ensino médio, que a gente permaneceu amigas até hoje. Tem outros amigos que eu fiz, o pai da minha filha eu conheci no ensino médio, o meu marido, eu conheci no ensino médio. Então, tenho amigos que tenho até hoje. Ali eu notava, tinha essa

questão, naquele período eu já era feminista e tal, então tinha mais aquela questão dos costumes, então, eu já era vista como uma menina que era muito liberal, e coisa e tal, apesar de não ser a realidade. Mas foi bem tranquilo (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Além da questão de cor, no relato sobre o ensino médio, Alexandra nos fala sobre as perspectivas sociais acerca do comportamento esperado da condição de mulher, principalmente ao tratar da questão da demonstração da sexualidade. É no ensino médio, na convivência com outras adolescentes militantes, colegas de escola e de partido político, que Alexandra vai conhecer o feminismo.

É que assim, eu, minha família sempre teve envolvimento político partidário, sempre teve. Então ali, com 14 anos, eu já fui para o ensino médio, já no último ano do ensino fundamental, quando eu fui para o ensino médio, eu me aproximo do partido político, daí eu começo a me aproximar das pessoas, a fazer grupo de estudo. Então, eu passei o meu ensino médio nessa questão de militar politicamente, partidariamente, e, também, no movimento feminista que é o primeiro movimento. Só que a gente vê, por exemplo, até essas questões que a gente percebe, que o movimento feminista daquele tempo, da década de 90, é diferente do movimento feminista agora. Porque o movimento feminista evoluiu muito. Mas era onde a gente também entendia que as mulheres eram fundamentais na luta, questão da importância do engajamento e, também, se sentir valorizada, ver essas questões da tua liberdade individual também. Então sempre foi bem importante (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Tendo uma longa trajetória de engajamento, desde a adolescência, Alexandra destaca dois momentos em que a bandeira feminista se mostrou decisiva em sua vida. Primeiramente, quando na passagem de sua infância para adolescência, na construção e afirmação de ser mulher, e, posteriormente, quando se apresentam questões do machismo na criação de sua própria filha. Alexandra se tornou mãe bastante jovem, tendo engravidado no final do ensino médio. A maternidade a afastou da militância por alguns anos, mas seu espírito contestador a levou a cursar Licenciatura em História, espaço privilegiado para o desenvolvimento de sua reflexão crítica.

Depois do ensino médio eu fui para faculdade. Logo, eu tive a minha filha, em 98. Eu engravidei no ensino médio, mas eu tive ela depois, já tinha terminado o ensino médio. No caso, eu engravidei no ensino médio, mas eu tive ela já não estava mais estudando. Daí depois, eu fui pra faculdade, daí eu tinha ela pequena, daí isso também me afastou de algumas coisas assim, do movimento e tal, por uma questão de tempo. Estudava de noite,

trabalhava de dia e tinha uma filha ainda. Então, isso faz com que tu tenha menos tempo. Então, na verdade, nesse período que ela foi menor, ali até uns oito, eu acho, o meu envolvimento mais se dava no partido mesmo e de forma mais institucional, em períodos de campanha assim. Não tinha um envolvimento tão grande, porque também não dispunha de tempo, a não ser quando alguma coisa bem específica que chamavam assim. E daí, eu fiz a minha faculdade, eu casei, eu acho que, eu comecei a faculdade, eu acho que no ano 2000, eu casei em 2002. Dois mil e dois eu casei e me formei em 2007 (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Alexandra começou a trabalhar aos 18 anos. Seu primeiro emprego já foi no serviço público, tendo passado em quatro concursos e atuado em quatro setores da prefeitura municipal, até chegar ao cargo de professora, no qual tem duas nomeações hoje. O entendimento das regras escolares também se mostra eficaz na trajetória de Alexandra para o alcance do trabalho no setor público, atingindo uma estabilidade financeira ainda jovem. Dando continuidade à sua formação acadêmica, após se formar em Licenciatura em História, Alexandra se graduou em Pedagogia e cursou três especializações em Psicopedagogia, em Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação, e em Educação Especial. Atualmente, ela está cursando sua terceira graduação em Licenciatura em Geografia.

Eu sou professora servidora pública. Eu e o meu marido somos servidores. Então a nossa renda é eu e o meu marido. Tem a minha filha, mas ela é estudante. Então a renda é composta por mim e por meu marido. A minha renda é, em questão de divisão, a minha renda é a que compõe a maior parte da renda familiar no caso, porque, como eu sou professora, tenho duas matrículas (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Após alguns anos sem se envolver formalmente com o movimento feminista, Alexandra buscou essa aproximação novamente em 2011. Agora casada, trabalhadora e com uma filha adolescente, ela viu os desafios que se apresentavam na sua formação enquanto mulher, apresentarem-se na condução de seu papel de mãe. A relação de desigualdade de gênero é refletida na fala de Alexandra em diversos aspectos de sua vida, fazendo parte de sua leitura conjuntural. Desse modo, ela nos conta sobre a sua trajetória militante:

É que assim, eu comecei a militar no movimento feminista muito jovem, com 14 anos, na setorial de mulheres do [primeiro partido]. Eu só participava dentro do partido. Eu militei basicamente até o ano de 2000, mais ou menos, até o ano de 2000, e depois eu tive um afastamento, por questões profissionais e outras coisas. Também troquei de partido. Então,

eu fiquei com uma militância mais só partidária, não no movimento feminista. Depois eu volto para Marcha quando a minha filha tem 13 anos. Então, deixa eu ver, ela é de 1998, é, ela está com 23 anos. Dois mil e onze eu retorno para Marcha, quando a minha filha tem 13 anos. Eu retorno. Não, eu procuro as mulheres que eu me organizava no movimento feminista. Eu sabia que elas já militavam na Marcha, sabia da criação da Marcha aqui [em Caxias do Sul]. E eu começo a militar com elas nesse movimento pela questão da minha filha, para aproximar a minha filha dessa ideia. Tipo, o mundo é muito machista. Então, assim, quando ela tinha 13 anos, eu via que existia muito essa dúvida. E só a família em casa, que é pequena, eu, ela e o meu marido, acabava não dando o suporte. Eu achava que ela tinha que conviver com outras. Então, eu volto a militar no movimento feminista em 2011 (Alexandra, entrevista concedida em 2021).

Nesse ínterim, Alexandra também nos fala dos desafios que enfrentou em seu casamento em relação às configurações dos papéis sociais hegemônicos de ser homem e de ser mulher. Alexandra casou jovem com um colega que conheceu no ensino médio e que depois a acompanhou na graduação. Ainda que seu marido também seja um sujeito militante, as relações de gênero desiguais, arraigadas na estrutura social, são manifestas em seu comportamento, fator que gerou conflitos entre o casal. Nesse caso, a reflexão conjunta, baseada na militância feminista de Alexandra, foi fundamental para que o casal pudesse romper com a reprodução machista que os afetava. Assim, percebemos que ao transformar a sua percepção de mundo, da sua condição de mulher, Alexandra também transformou as suas relações familiares.

É que na verdade assim, por exemplo, como eu falei, eu casei em 2002. A gente não é embalado a vácuo, então, por exemplo, o meu marido também é machista, também é homem. Eu também, sou mulher, eu não sou machista, mas reproduzo alguns elementos do machismo. Então, eu acho que isso nos gerou algumas crises. Nos primeiros anos, elas não apareciam dessa forma, elas apareciam como se fosse: “não, é natural”, “é proteção”. Mas se reestruturou, a gente acabou conseguindo essa reestruturação. Mas isso foi a partir de muito sofrimento. Porque, às vezes, tu pensa, também, “qual é?” Em alguns momentos, tu pensa que: “ai de repente se eu deixar de me incomodar com essas coisas a vida em casa fica mais tranquila”. Mas não foi possível, porque tanto eu quanto ele somos inquietos. Então, é uma coisa que não foi possível, então a gente teve que aprender a viver, conviver com as diferenças e, também, mudar. Mudar tanto eu quanto ele (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

As transformações alcançadas em outros meios de militância são retomadas por Alexandra em sua família extensa. A importância da luta antirracista, até então

ignorada por alguns partidos políticos, inclusive nos que seus familiares militam, é posta em discussão por Alexandra em seu entorno.

Para minha família estendida, o meu pai, minha mãe e para minha família, isso também muda. Era uma discussão que a gente não fazia. É que nem eu mexo, tem meus primos, meu primo disse: “Alexandra, eu sei, tu fala assim, mas eu nunca vi racismo”. Daí, eu olho: “sim, tá falando o meu primo que o apelido é sagui”. Então, entende, essas coisas assim. Então, isso mudou. E a minha relação, a minha forma de me relacionar com a minha família também, no sentido de eu, aquela menina muito frágil, muito menina. Esse reconhecimento, essa valoração da família enquanto uma pessoa independente também. Que é difícil para as famílias verem, sentirem que as pessoas crescem, né. Acho que não só para as mulheres, para as mulheres mais, para os homens também, mas para as mulheres mais. Mas mudança mesmo, na minha família pequena, eu, o meu marido e a minha filha. Então, a minha filha é uma menina livre. Eu acho isso bem bom. Ela tem 23 anos e ela é livre assim. Algumas preocupações que eu tinha, apesar de que com 23 eu já estava casada, preocupada com o casamento, família, filho, eu já tinha ela. Algumas preocupações que eu tinha de aceitação que ela não tem e isso é muito bom (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Para Alexandra, o encontro com a Marcha Mundial das Mulheres se deu no reencontro das amigas construídas no princípio de sua militância política no ensino médio. Todavia, a identificação de sua condição de mulher com sua condição de cor preta apenas vai se ligar e fazer sentido na subjetivação de Alexandra, enquanto mulher negra, mais recentemente. Ela nos fala sobre o processo doloroso de reconhecimento do racismo em sua trajetória:

O desconforto, mas não conseguia nominar. Tu entendeu? Eu não conseguia nominar. Porque inclusive a minha família, por exemplo, e a minha militância com a questão negra, mesmo eu tendo toda uma militância política, eu me descubro mulher negra em 2013. Então, eu não sou uma mulher, tipo assim, eu sabia que eu era negra, só que na verdade, em muitos períodos eu preferia ser invisível. Então, eu me descubro uma mulher negra em 2013. E a minha filha, e a minha família vai descobrir o racismo, a partir da minha pessoa, apesar de toda a família ser negra. Então, se trabalha: “não, não é racismo, é brincadeira”, sabe, essas coisas. [...] Que é a questão da identificação com a questão negra, até de repente por isso a militância, o porquê que eu não tenho um engajamento tão forte no movimento negro, porque eu também não me considerava uma mulher negra. Então, isso da negritude é uma coisa muito recente, minha trajetória toda eu não percebi. Em 2013, que eu começo a me perceber como uma mulher negra, mas essa minha identificação, essa minha aproximação mais do movimento negro, ela vai acontecer depois do meu envolvimento com o

sindicato, de 2017 para cá. Então, é uma coisa muito recente, é uma coisa que eu ainda descubro (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A narrativa de Alexandra vai ao encontro da reflexão exposta por Rita em entrevista, que nos diz que, pelo fato do racismo estruturar as relações sociais no Brasil, a pessoa negra primeiramente se reconhece enquanto tal pela perspectiva do racismo para depois construir sua identidade, quem consegue, pela concepção da negritude. A participação na Marcha foi essencial para o processo de Alexandra se reconhecer enquanto mulher negra. Em um primeiro momento, por aproximá-la de outras mulheres negras, mas, posteriormente, pela desidentificação com as pautas feministas que privilegiam discussões predominantemente provenientes do contexto de mulheres brancas.

A Marcha, ela é um movimento feminista antirracista, mas ela é um movimento feminista branco. Isso, também, eu só fui perceber a partir de me reconhecer enquanto mulher negra, que existem muitas pautas assim que são pautas das mulheres não negras. Isso não é um problema, mas tipo assim, enquanto as mulheres não negras lutavam para ter o seu direito ao voto ou trabalho, nós, mulheres negras sempre trabalhamos. Então, direito de constituir família... são coisas diferentes que tu vai discutir. Tu vai aprofundar isso, mas sempre vai ficar aquela sequela que é aquele ponto que tu não resgata, onde que está o ponto que nos une. Então, é isso assim, eu sei que a gente faz essas discussões, faz esses debates, e isso também é muito recente, esses debates na Marcha, a gente começou mais, ali depois de 2013 mesmo, 2015. Acho que, inclusive, bem mais forte, depois do golpe, sabe. Porque não é que não se discutisse nada, mas parecia tudo tão natural. Porque, às vezes, tu não quer marcar pelas diferenças. Então, parecia tudo tão natural. Mas daí a gente percebeu: por que que a maioria de nós, [na MMM], éramos mulheres brancas, não negras? Por que que a maioria, que é a mesma coisa, por que que a maioria são jovens? As trabalhadoras onde estão? Então também existe esse distanciamento do movimento da vida real (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Ainda sobre sua aproximação com o feminismo negro, Alexandra nos fala da importância de mulheres que vieram após ela na militância, e que geraram uma renovação do movimento social, sob o olhar das mulheres mais jovens. Por estar há anos envolvida em organizações de esquerda, Alexandra nos apresenta, em sua perspectiva, de que maneira as pautas das demais condições sociais, para além da classe, vão adentrando nos movimentos sociais.

O movimento feminista me parecia muito mais natural. Eu tinha as minhas irmãs mais velhas que já eram do movimento, então, para mim, me pareceu muito mais natural. Eu me espelhava em mulheres mais velhas, sabe. Já para questão do movimento, da questão de me reconhecer enquanto mulher negra, eu me espelhei em mulheres mais jovens. A Rita, por exemplo, é fundamental para o meu reconhecimento, enquanto mulher negra e, também, para minha resignificação de várias passagens da minha vida que eu, tipo: “não, não sofri racismo”, sabe. Então, a Rita foi bem fundamental nisso. Mas a questão do pertencimento ao movimento negro é uma coisa ainda que eu discuto. Como existe uma questão mais academicista também da discussão, então, eu sinto que me falta muito elemento de leitura ainda, sabe. Às vezes, a Rita me manda as coisas, e vou ler, porque também existe um outro... Esses dias, nós estávamos discutindo que uma aluna minha também me colocou, porque existe toda uma outra discussão da questão do movimento negro, do rumo, assim, da segregação, existe um grupo do movimento negro que defende o segregacionismo, né, então, e que discute também como se África fosse tudo perfeito e eu acho que isso precisa ser discutido, mas a gente tem que perceber os elementos que distorcem. Então, eu acho que ainda, para mim, falta leitura sobre isso. Muitas vezes, eu não me posiciono, porque eu: “ah, não”, porque eu escuto os argumentos, entendeu, mas eu vejo “bah, eu ainda não tenho elementos para me posicionar sobre esse tema”. Então, é uma coisa que ainda é muito nova para mim, essa questão do movimento negro (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

As contradições presentes no cotidiano dos movimentos sociais são sentidas por Alexandra nos diversos aspectos de sua localização social. Por ser mulher, identifica-se com o movimento feminista, pela sua cor preta, identifica-se com o movimento negro, pelo fato de pertencer à classe trabalhadora, identifica-se com o movimento classista, mas na convergência das lutas são estabelecidos muitos conflitos entre distintos interesses. Nesse sentido, seu pertencimento parece não se completar em nenhum desses lugares. Desse modo, ela nos fala de suas divergências com a MMM.

Isso também tem me afastado, às vezes, um pouco da Marcha, por causa dessas leituras, porque eu estou na questão da interseccionalidade. Então, é onde eu estou me focando mais. E a Marcha não é interseccional, entendeu. [...] A interseccionalidade é eu perceber, por exemplo, que as opressões... tem a questão capitalista, porque as opressões são desse sistema e existem corpos que são mais marcados de opressão e outros que são menos marcados de opressão, mas a ideia é a opressão sobre esses corpos. Então, o fato de eu ser mulher e negra marca o meu corpo de opressões que não é o estudo ou o grupo que vai mudar isso, porque essas opressões marcam o meu corpo. Que é a mesma coisa, vamos pegar outros exemplos, vou pegar o Jean Willis, o fato de ele ser negro, homossexual, não é um mandato parlamentar que vai desmarcar essas

opressões do corpo dele. Entendeu? Então, é essas discussões que a gente tem que fazer. Por exemplo, assim, eu sou uma mulher negra que está em um espaço de privilégio, eu fiz faculdade, eu sempre tive família estruturada, questão que se discute muito, pai e mãe que são casados, meu pai e minha mãe são casados há 60 anos. Então, tipo, muitas vezes, os filhos negros, eles não conhecem seus pais, né. A marca do abandono é muito frequente. O que não acontece comigo, então eu sou, eu tenho que saber dessa minha posição de privilégio que, às vezes, ela está até sobre outras pessoas, mas eu vou ter as marcas no meu corpo que não mudam nesse sentido, mesmo estando nessa posição de privilégio. Essas discussões que a gente tem que fazer de uma forma interseccional, de perceber de que isso tudo transpassa e que isso tudo faz com que a gente chegue em um, nesse ponto aqui. Não é um somatório de opressões, não é “ai, eu sou mais oprimido do que tu”, “tu é mais oprimido”, mas perceber que as pessoas têm uma trajetória e que essas opressões transpassam o corpo delas de formas diferentes, em ambientes diferentes. Então, essas discussões, que não dá para pensar um feminismo igual para todo mundo, em todos os espaços. Tipo assim, a forma de se organizar da Marcha, que é mundial, ela tem que ter as suas especificidades nos locais. Inclusive aqui em Caxias a gente tem feito isso, de tentar colocar mais essas discussões assim, a questão de raça. No Rio Grande do Sul, também, tem avançado bastante nesse sentido, porque é uma marca muito forte na nossa região. A Marcha Mundial das Mulheres lá em Salvador, de repente, ela tem um grupo maior de mulheres negras, em Caxias do Sul vai ter um grupo menor de mulheres negras, mas mesmo assim (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A leitura de mundo pela interseccionalidade defendida por Alexandra, leva-a a estar atuando em diferentes frentes de luta. Atualmente, Alexandra milita na Marcha Mundial das Mulheres, em um partido político de esquerda, e é diretora na Diretoria de Diversidade do sindicato de sua categoria profissional. Em relação ao engajamento feminista, Alexandra nos diz ter essa discussão presente na corrente do partido político, mas a distância entre o núcleo localizado na cidade de Porto Alegre e sua cidade de residência, Caxias do Sul, a faz participar mais ativamente das atividades da MMM.

Em Caxias eu atuo mais na Marcha. Enquanto partido, a gente se organiza mais em grupo de estudo mesmo. Porque quando a gente atua, a gente atua junto com a Marcha. E bem, a mesma coisa, pela questão da pandemia, a gente não tem uma atuação mais... Mesmo só encontro para grupo de estudo, para discutir textos, fazer posicionamentos, mas mais grupo de estudos (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Embora, no momento, Alexandra tenha liberação laboral para atuar no sindicato, essa aproximação com a luta sindical é um foco de engajamento recente.

Ela nos diz que a conjuntura de precarização do trabalho, assistida desde o segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, acentuado no pós-golpe e governo Bolsonaro, a fez procurar estar presente nessa forma de organização, ainda que ela mantenha algumas críticas em relação ao caráter paliativo e corporativo da luta sindical.

Na verdade, assim, porque antes eu tinha uma militância no movimento feminista e no partido político, mas não no sindicato. Eu era até sócia do sindicato, mas não era um envolvimento. Até participava de assembleias, essas coisas, sempre participei, só não era um envolvimento de tipo: “ah, ser linha de frente”, entendeu. Era mais de base, né, a base. Então, isso começou, essa de ser mais linha de frente, em 2014-2015 (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Por ter uma longa trajetória na militância, Alexandra reconhece que houve períodos que precisou se afastar das organizações, pela latência de outras instâncias da vida. Todavia, após a eleição de Bolsonaro, Alexandra decidiu se dedicar à luta sindical com maior afinco, antevendo e temendo as bruscas mudanças sociais de extrema-direita.

Tem momentos que eu milito mais, momentos que eu milito menos. Nesse período, desde a eleição do Bolsonaro, eu sinto que a minha militância está mais engajada, mas eu sinto que também está mais complicado militar. Por isso que inclusive eu tenho me exigido mais, porque eu acho que é fundamental. Tipo, se a gente que já está ali desistir agora, fica muito mais fácil para reação, para os conservadores. Então, eu acho que nesse período eu tenho militado mais, tenho me envolvido mais. Tanto que foi até algumas opções que eu tinha. Tipo, quando eu vim aqui para o sindicato, eu queria continuar na escola, não queria estar no sindicato, não queria. Depois das eleições, do Bolsonaro, daí eu pensei: não. Quando me convidaram de novo para vir para cá, eu disse: “agora está em um momento em que eu tenho que me envolver mais”. E as minhas colegas de escola: “ah, Alexandra, acho que tu vai ajudar mais lá do que aqui”. Então, eu comecei a me envolver mais, assumir mais o protagonismo, que era uma coisa que eu não gostava. Assim, eu gostava de fazer as coisas, mas ajudar as pessoas a fazer as coisas, não fazer. Então, a partir de 2018, assim, eu comecei a ver que a gente tem que assumir o protagonismo em certas coisas, se a gente deseja que as coisas aconteçam. E isso não é ser personalista, não é focar em si próprio, mas ver que às vezes para o coletivo andar tu precisa que alguém assuma a responsabilidade, então é isso que eu tenho feito. [...] A eleição do Bolsonaro faz a gente pensar que não pode parar de lutar nunca. Porque se num momento eu só acho: “ai, olha lutamos até aqui e daí elegemos pra continuar tudo meio parecido”, a gente vê que o fato de não lutar pode deixar a gente em uma situação muito

pior, que nada é garantido, nem os “melhorismos” (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Alexandra teve sua formação militante dentro do partido político, que é o seu primeiro espaço de engajamento. Desde os 14 anos, até os dias de hoje, mesmo tendo se afastado de outras organizações, Alexandra apenas deixou de estar filiada no período de 2002, quando houve uma ruptura generalizada da militância do partido político que fazia parte e a construção de um novo partido. Nesse sentido, ela nos conta sobre sua mudança partidária:

Eu penso que a gente pode fazer um “melhorismo” a partir do sistema burguês. Ah, ganha uma prefeitura, ganha o governo do estado, daqui a pouco vem uma presidência e muda o mundo, né, muda o Brasil. Então, esse divisor de águas vem assim, com a eleição de 2002, daí eu vi que, tipo, não era exatamente, não ocorreria dessa forma. Ali, eu tenho uma mudança de posicionamento político. E é bem interessante pensar isso, porque o grupo político que eu estava, também, alguns fizeram que nem eu, tiveram uma mudança política e outros foram para o reformismo. Então, ali é um divisor de águas para mim (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A trajetória de engajamento de Alexandra é carregada de significado histórico atribuída a uma função revolucionária do partido político. Em sua visão, os movimentos sociais atuam mais em pautas de modificação da realidade imediata; enquanto o partido político, quando assume o seu papel revolucionário, tem o poder de transformar a estrutura social. Por esse motivo, Alexandra se desfilou de um partido político, em 2002, por entender que o partido não cumpria mais o seu dever histórico, ainda que reconheça a promoção de melhores condições de vida proporcionadas à população em geral por esses governos.

Eu percebo assim, pegando a minha trajetória, vários momentos, eu acho fundamental, eu acho que só o movimento não se basta por si só, eu acho fundamental o partido político. Também vejo que o partido político não pode estar fechado em si mesmo, sabe. Mas eu acho que o partido organiza as lutas. Então, eu acho que o espaço que mais me organiza enquanto uma mulher engajada é o partido político. Quando eu fiquei só militando, tipo no movimento, eu me sentia muito perdida, me sinto, às vezes, muito perdida, tipo seja ele movimento feminista, seja ele o movimento sindical. Eu percebo isso, a importância. Daí a gente vai lá nos escritos do Marx, o partido, que ele não pensava no partido político, mas a importância de ter uma organização que pense o macro também, que tu pense essas nuances. O movimento em si ele é mais imediatista, né. Por exemplo,

assim, vamos pegar o sindicato, a gente tem questões da categoria que são importantes, não significa que não sejam importantes, mas que, muitas vezes, por exemplo, esses dias, nós entregando, falando da Reforma Administrativa, nós pedindo a trimestralidade, e nós fizemos aquele gibi que era contra a Reforma Administrativa do governo federal, daí uma pessoa que estava no movimento ali pela trimestralidade: “ah, por isso que a gente não consegue a trimestralidade, porque vocês ficam se preocupando com coisas do governo”, sabe. Então, nesse sentido que eu estou te dizendo, tu pensar assim, tu não conseguir enxergar o todo, e às vezes o movimento é isso assim. Que nem eu vejo, a gente é setorizado, os professores às vezes só pensam sobre a sua área específica, que nem eu, pensando assim vamos paralisar porque... “mas aí só os professores que param, porque nós estamos lá em maioria”. Vocês são 70% do funcionalismo, vocês têm que ser a maioria. Então, essas coisas. E a mesma coisa o movimento feminista. Por exemplo, existem pautas fundamentais, mas que, às vezes, se a gente não perceber o ataque que é um todo, aquilo fica como uma questão muito individual ou muito de um grupo, tu não consegue atingir. Então, por isso que eu vejo a importância do partido político para conseguir organizar essas diversas lutas em uma questão mais macro assim. [...]. Quando eu falo no partido político não é também o partido como a gente vê, que tem que ter estrutura, da organização, de tipo de ter parlamentares e coisa e tal. Pode ser um partido político que não se organize, pegando bem na questão das teorias do Marx, mas um grupo que pense de forma internacionalista. [...] Pode ser até enquanto corrente, por isso, tem partidos, que nem o meu partido, vou pegar o meu partido, que ele é um partido político burguês, institucionalizado de forma burguesa, e dentro desse partido político tem vários outros partidos. Então, é esse sentido, um grupo que pense de forma internacionalista, que pense a revolução. De certa forma assim, também, consiga pensar os “melhorismos”, porque muitas vezes, é bem isso, se a revolução vai levar duzentos anos, a pessoa que passa fome hoje não vai poder esperar esses duzentos anos. Então, às vezes, a gente também tem que lutar pelos “melhorismos”. E normalmente os movimentos estão mais inseridos nesses “melhorismos”, que são mais imediatos. Então, o partido é um pensamento mais a longo prazo que de forma imediata (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Assim como a maior identificação de luta de Alexandra se dá com o partido político, suas maiores frustrações se remetem a ele. Os enquadramentos da militância, a perda de uma fundamentação de organização para além da atuação eleitoral, a falta de renovação da militância, as relações de poder patriarcais, entre outras questões são apontadas por ela na entrevista.

Frustrante é a dificuldade que algumas pessoas têm de lidar com as diferenças, de acharem que, tipo, tem verdades absolutas, os dogmas. Isso existe também nos partidos políticos, nos movimentos sociais, esses dogmas. De achar que tu tem a verdade absoluta. Tu não ouvir mais os

argumentos dos outros. Isso gera um desgaste. Quando a gente pensa no governo Bolsonaro, na luta contra todo esse retrocesso, daí tu pega e olha na própria fileira ali, na tua fileira uma quinta coluna⁹ (risos), aí, né, não. Que, tipo, que puxa para trás, também, que não ajuda. Então isso é o que mais me frustra. E eu sinto que tem bastante. Só que isso a gente vê muito menos no movimento feminista, tipo assim, no movimento feminista isso quase não acontece. A relação de mulheres é diferente, a disputa, as mulheres não fazem as mesmas disputas, entendeu, a disputa institucional que os homens fazem. Então, tipo no movimento feminista, eu sinto mais acolhimento. Sei lá, tu pode errar. Que eu sinto menos no partido, às vezes, menos no sindicato até (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Tendo circulado em diferentes espaços de militância, Alexandra distingue as diferentes relações de poder que se estabelecem de modo interno nas organizações. Alexandra concorda com Rita na colocação de que o movimento feminista é um lugar de superação das disputas historicamente construídas nas relações entre mulheres. A partir de sua experiência, ela alude ao fortalecimento dos laços sociais proporcionados pelo movimento feminista:

No movimento feminista estas disputas não existem. Que são coisas que os homens ainda precisam aprender, porque homem parece que disputa tampinha. Então, isso é o que mais me chateia [no partido político]. Isso, que nem eu coloquei assim, ocorrem, não no movimento feminista, ocorrem em outros espaços, mas podem vir também de mulheres que não percebem que não precisam disputar, que acabam entrando no jogo do machismo, que ficam olhando assim: “ah, somos rivais” (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Justamente, pelo apoio mútuo encontrado no movimento feminista que Alexandra percebe o prejuízo causado pelo distanciamento, em função da pandemia de COVID-19, para a organização da MMM. Além disso, soma-se o cenário de precarização das relações de trabalho, que, na interpretação de Alexandra, afetam mais as mulheres. Nesse sentido, ela analisa que:

A pandemia afetou no sentido de que tu não tem mais a questão da proximidade. E isso, principalmente, para o movimento feminista é muito ruim, porque a gente precisa daquele momento de acolhimento, daquela mística, sabe. Isso no partido político, nos grupos de estudo, se resolve com a questão das reuniões online, do grupo de estudo online, da leitura, da troca, mas no movimento feminista, esse encontro, esse olho no olho,

⁹ A expressão quinta coluna se refere à constituição de grupos infiltrados dentro de determinada organização que atuam de maneira a sabotar os propósitos militantes e de luta.

faz muita falta. E a gente percebeu isso, sentiu isso, na própria Marcha tem se demonstrado. A gente conseguiu até ir levando, um ano e meio de pandemia, mas nesse último ano, nesses últimos períodos assim tem sido bem difícil para nós. [...] As mulheres, aumentou as responsabilidades. Tipo, o homeoffice, é filho em casa. Muitas mulheres ficaram desempregadas também e não estão conseguindo uma recolocação. Perderam também todos os seus espaços de convivência, algumas que não trabalham, não estudam, sabe. Então, esses espaços de convivência fazem muita falta. E para as mulheres, para as mulheres, para nós mais velhas, para as mais jovens também, sabe, isso afasta, isso acaba te deixando... E isso afeta bastante o movimento feminista, eu sinto que sofreu muito com esse distanciamento social (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

A dimensão do afeto, da inspiração em outras pessoas engajadas, as amizades construídas no percurso e cultivadas ao longo da vida, ganham destaque na narrativa de Alexandra. O reconhecimento de que se aprende com quem veio antes, mas quem vem depois também tem a ensinar, está fortemente presente em seu discurso. Em vários momentos, Alexandra evoca a sua filha e Rita, outra militante da MMM, que é 14 anos mais nova que Alexandra, para nos contar sobre como tem aprendido a valorizar e a entender a mulher que ela é. Nesse ínterim, a luta política aparece como ciclos de transformações constantes por meio de aprendizagem sobre a própria vida e as formas mais livres e sem preconceito de se relacionar. Os erros, sempre presentes e apontados, formam esse percurso de emancipação, que não se completa, pois é um processo contínuo. Quando questionada sobre quem a inspirou a se engajar, Alexandra nos responde:

Acho que o meu pai é a primeira pessoa. Depois do meu pai, tem a minha filha. Ela foi determinante para o meu engajamento. Depois, tem algumas pessoas que são de amizade. Eu tenho a [...] que sempre foi fundamental para minha militância feminista. E a Rita, que a gente se aproximou, em 2016. Ela é fundamental para minha caminhada. Ela me traz várias ponderações que me fazem refletir. Então, eu acho que essas pessoas são fundamentais para o meu engajamento (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Os laços de amizade evocados por Alexandre permeiam o seu caminho como uma forma de superação das dificuldades relacionadas à sua localização social. Além disso, esses laços construídos na militância constituem a base afetiva que, para ela, dão sentido a se manter em luta, mesmo que isso exija uma grande contrapartida em

tempo e dedicação. Desse modo, as amigades são identificadas por Alexandra como o fator de maior gratificação de seu engajamento político:

Eu acho que os amigos que eu fiz nessa trajetória. Os amigos sinceros que eu aprendi a conviver mesmo com diferença, a fazer troca, a respeitar as diferenças. Então, acho que isso é o mais gratificante (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

Pela moção desses afetos, Alexandra se sente compelida a militar, na busca pela transformação social, sem nem saber ao certo quando e porque nela nascera esse sentimento de se responsabilizar pela mudança. Nesse sentido, em sua narrativa, Alexandra nos apresenta a interpelação ainda quando criança pelo senso de coletivo na sua construção subjetiva que hoje a constitui enquanto pessoa. Assim, ela se coloca em um papel de impossibilidade de ver o mundo em suas contradições e não se mover na esperança de mudá-lo.

Eu sinto a necessidade. Como eu falei, em alguns momentos eu já pensei: “vou ficar aqui quietinha, cuidando da minha vida”, “não vou, tem outras pessoas pra fazerem também”. Que a gente pensa: “já estou com 42”. Mas é a necessidade, eu não consigo deixar. Eu sou muito voluntariosa, tanto que, até mexo assim, parece que sempre quando falam: “ah, precisamos de uma pessoa”, parece que estão dizendo: “Alexandra, precisamos de uma pessoa”. Então, por esse motivo eu não consigo parar (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

3.4 PRAZER, JUREMA!

Jurema tem uma presença que se sente antes mesmo de ela se apresentar. É como se olhássemos para ela e, no silêncio, estivesse dito com força e alto e bom som: Prazer, Jurema! Pelo que nos conta de sua história de vida, ser forte e resistir não foram uma escolha. Com uma infância em situação de extrema pobreza, sem precisar com quantos anos, Jurema nos diz que, desde muito nova, trabalhou na construção civil com seu pai. Em função do relacionamento conflituoso, a mãe e o pai de Jurema se separaram quando ela tinha oito anos. O preconceito social que sua mãe enfrentou é mobilizado em muitos momentos de sua narrativa, principalmente, ao tratar das pautas feministas que hoje ela defende.

Eu acompanhei o sofrimento dela. Eu vi que aquilo ali não era certo, que era errado. Então foi, meio que eu já sabia, já tinha botado na minha cabeça

como é que tem que reconhecer as outras pessoas como indivíduos. Que a outra pessoa também está naquela situação de sofrimento. Então, tem que reconhecer. E se ela tivesse, por exemplo, a Maria da Penha, se tivesse existido a lei no tempo dela, ela poderia ter ficado conosco, em vez de ele ter ficado conosco. Mas daí, ela pensou que ela não tinha condições. E ela não tinha, né, porque a mulher ganha menos, bem mais difícil para ela. E ela teve que sair de casa. Ela que saiu meio que fugida. Então, foi uma situação bem complicada (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Apartada da mãe, Jurema cresceu sendo a referência feminina em seu lar, morando com o seu pai e seus dois irmãos homens. Para o pai de Jurema, o trabalho, para além de suprir as necessidades da vida, sempre foi uma prioridade, por esse motivo, trabalhar, ainda criança, era anteposto em relação à educação formal. Levando o cansaço do trabalho infantil para a escola, o gosto por estudar e experimentar uma outra realidade fora do âmbito familiar motivaram-na a seguir estudando, ainda que venha às lágrimas ao contar que, por vezes, a exaustão a vencia.

Eu sempre estudei! Antes de entrar na universidade, eu sou fruto da escola estadual. Eu estudei em escola do estado. Não foi muito fácil. O começo, assim, não foi muito fácil. Porque era assim: eu faltava muita aula, mas por questões familiares, pais divorciados, e eu ia trabalhar com o meu pai, aí eu chegava podre de cansada. Meu pai era pedreiro, eu ia carregar tijolo, eu ia fazer coisas assim, meio complicado. Aí, chegava podre e faltava. Não fazia os temas, eu não tinha os livros. Eu me lembro que eu não tinha os livros, porque na época eles não davam os livros, agora, ainda bem que tem livros, porque antigamente tinha que comprar. E aí, eu não tinha os livros, daí eu tinha muita vergonha de ir para escola. Aí eu faltava, faltava um monte (Jurema, entrevista realizada em agosto de 2021).

Embora Jurema tenha aberto muitas questões privadas ao longo da entrevista, as primeiras perguntas de nosso roteiro foram respondidas com uma certa dificuldade e desconfiança. Adentrando mais no cotidiano da MMM de Caxias do Sul, na observação interativa, acabamos compreendendo que algumas cisões têm sido registradas recentemente no movimento, principalmente, relacionadas à análise acadêmica de algumas marchantes e o conhecimento prático de outras. Por esse motivo, entendo que Jurema talvez não tenha se sentido inteiramente à vontade comigo, enquanto pesquisadora, em um primeiro momento.

Nesse ínterim, as questões de localização social de algumas integrantes estavam em confronto com o histórico de luta da MMM, que, por vezes, é identificado

como um feminismo de mulheres brancas que, em algumas pautas, não fazem sentido na trajetória de mulheres negras. Verificamos que para as mulheres que militam há mais tempo na MMM, assim como Jurema, a entrada marcante de Rita autoafirmando-se enquanto mulher negra, feminista negra e intelectual negra, gerou tensões que questionam a identidade de mulher expressa no movimento. Desse modo, quando questionada em relação à raça, cor ou etnia, Jurema nos respondeu:

Entrevistada: *Eu tenho descendência indígena. Eu me reconheço como urbana, não o indígena aquele que está na aldeia e tal, mas como indígena urbano.*

Entrevistadora: *Essa tua descendência, tu chegou a partilhar isso em família ou é um reconhecimento posterior?*

Entrevistada: *Não, já partilhava, já tinha conhecimento, mas existe um apagão histórico que é feito culturalmente, dos livros, para que exista. É feito para ser assim. Então, a gente coloca, meio que se reconhecendo, a gente vai se reconhecendo aos poucos.*

Entrevistadora: *E tu saberia dizer qual etnia indígena que tu descende?*

Entrevistada: *É guarani. Mas não tem bem certo também, porque é o que os padres diziam. Porque também tem a origem dos escravizados que vinham da África, os africanos e tal. Eu tenho os dois, mais ainda os italianos, no meio, misturado. Então, dá para dizer que eu sou brasileira, sou daquele povo daqui (Jurema, entrevista realizada em agosto de 2021).*

Diferentemente de Rita, Maria e Alexandra, o primeiro contato que tivemos com Jurema foi no momento da entrevista. Acreditamos que isso refletiu na forma como Jurema nos viu, em um primeiro momento, fazendo-a recorrer a reflexões que fugiam do foco individual e pessoal das perguntas. Ao longo da entrevista, este fator foi ficando de lado, dando espaço para uma conversa empática. Retomando a questão racial, nem preta, nem branca, nem compartilhada uma cultura étnica indígena, Jurema demonstra ocupar um não espaço que se choca com outras identidades em construção.

Já me reconheceram como branca - “Ah, mulher branca” - eu olhei: “ué, opa! Não sou eu, mas tudo certo”. Porque o que eu acho de dificuldade, os negros eles se identificam muito fortemente, isso eu acho maravilhoso, acho lindo, e acho que tem que ser mesmo, tem que se identificar. Mas aí a parte de identificar o resto todo como branco. Também é uma questão de luta, porque eles já lutaram pela identificação e todos nós contribuimos para isso, e agora a gente tem que contribuir para o outro lado também, para que os indígenas urbanos também sejam reconhecidos (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Embora Jurema reflita em entrevista que o reconhecimento dos indígenas urbanos deva ser uma pauta de luta dos movimentos sociais, em nenhuma de nossas participações nos encontros da MMM essa questão foi posta em debate por ela. Jurema reflete que a grande dificuldade de se identificar está na tentativa histórica de apagamento dos povos não brancos e que a sobrevivência de alguns dados, ainda assim, pode ser falseada pela massificação das identidades produzidas pelo poder hegemônico, como o fato de não ter certeza se sua avó é mesmo do conjunto étnico Guarani ou se é uma denominação vinda de fora. Processo similar ao ocorrido com as pessoas pretas escravizadas, onde a referência que permanece é o continente africano, pois toda a empreitada de objetificação dessas pessoas perpassou pela fratura e ocultamento de sua identidade comunitária. Mobilizada pela nossa pergunta sobre vinculação religiosa, Jurema nos falou sobre a participação em terreiros de umbanda, religião que respeita, mas não frequenta, hodiernamente, bem como o contato com outras religiões.

A minha avó era da umbanda, ia para centro de umbanda, participei de terreiro, sei como funciona, sabe. Eu já fui batizada também, participei, já fui na missa. Então eu costumo dizer que eu reconheço a parte que a pessoa se prende nas religiões. Eu acho até importante, eu acho legal, sabe. Que nem, tem muita gente que precisa se apegar a algo. Alguma crença, alguma religião. É da natureza de algumas pessoas e para alguns isso é bom (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Em relação à sexualidade, Jurema diz ter dificuldade em se definir pelo fato de ter se casado bastante nova, pois começou a namorar o seu atual companheiro ainda quando frequentavam o ensino médio. Assim como em outras questões, Jurema inicia falando de si, mas ao longo de sua resposta conduz o discurso para outra direção, parecendo se esquivar da reflexão inicial. Quando questionada sobre sua definição de gênero e sexo, ela nos respondeu:

Eu sou mulher, ainda. É não, eu acho que as pessoas são livres, por enquanto, eu sou, eu ainda me..., ainda sou hétero. Vai saber daqui para frente, né? A gente nunca sabe de algumas coisas (risos). [...] A nível de experimentação, assim, nunca, nunca me..., mas a gente sabe, né, que... Eu acredito que eu sou bissexual em um relacionamento hétero. Mas, como eu casei muito jovem, e tal, então eu continuo hétero. [...] Na verdade, tem que se reconhecer, né. [...] É importante se saber, se conhecer, porque faz parte. E aí, tu se identifica, tu reconhece. E até bom, a questão de respeito e tal, e tu saber o que tu é, para ti, dentro do que tu te identifica, para poder

olhar o outro e respeitar o outro também. Que, às vezes, é difícil, às vezes, se colocam... Eu vejo muito pelas minhas amigas, que eu tenho amigas héteros, tenho amigas bi, amigas lésbicas. Então, eu transito em todos os meios. E a gente vê um pouco de dificuldade, mas a gente vê que as pessoas se reconhecem, muitos se respeitam, isso que é o bom da diversidade (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

O reconhecimento da importância das pautas feministas veio muito cedo para Jurema. Em sua trajetória, a vivência com sua mãe de violação do direito materno, violência doméstica, alienação parental, entre outros fatores de risco, são apresentados na fala de Jurema como motivadores para ela ainda hoje se manter na luta pelos direitos das mulheres. Desse modo, ela nos conta como foi para ela, ainda criança, a separação de seus pais:

Bem, no início eu degradinguei toda. Mas foi..., é a história assim de sofrimento. E a gente vê, né. Hoje, ainda bem que tem as mulheres que lutam. E o que que a gente quer é que elas tenham acesso a esses recursos que as mães da gente, as nossas avós, não tiveram. E que esses recursos continuem, porque cargas d'água algum louco decide e não tem mais, né. Que nem, tudo o que a gente conquistou pode ser retirado, e a gente tem que continuar na luta, para que isso não seja, né, para que as mães não precisem deixar seus filhos. Se existisse a Maria da Penha na época, o meu pai não tinha feito metade daquilo que ele fez para ela, sabe. Ele não tinha consciência que era errado, que na cabeça dele era certo, porque toda sociedade dizia que era certo. Ela foi muito discriminada. Ainda bem que ela sempre foi forte, entre aspas, e conseguiu sobreviver. Hoje em dia está tudo bem, os dois têm uma boa relação. Tanto um como o outro se perdoou, porque o relacionamento é assim, né. Não vou dizer que ele só batia nela, ela também batia nele. Então era..., essa situação de violência não é muito simples. Ainda que ela conseguiu sair, se desvencilhar, porque amor não machuca, que nem se diz. Enfim, daí fui sobrevivendo (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Jurema fala de sua infância, ponderando acerca das mudanças sociais que ela exemplifica ao narrar o comportamento de seu pai. Em sua fala, ela explicita que, no seu entendimento, o machismo é um fator estrutural, que embora tenha vivenciado uma de suas consequências mais violentas, a solução não está na mudança de um único sujeito, mas na militância feminista para a transformação social.

O meu pai, ele se viu com três filhos para criar. E minha mãe também vivia uma situação de violência doméstica com ele, sabe. Toda a questão do machismo, né. E aí, ela não pode nos levar junto, justamente por essas questões de violência. Ela sofreu muito! Tanto é que eu digo para ela que foi a melhor coisa que ela fez na vida, sair daquela situação que ela vivia.

Ele, ainda bem, hoje em dia, ele é outra pessoa, brigou, modificou, reconheceu os erros (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Retomando sua trajetória escolar, embora as restrições de sua condição de classe não a tenham permitido vivenciar de maneira mais plena o seu processo de escolarização, esse é um aspecto de sua vida que ela rememora com carinho. Jurema diz que recebeu suporte da escola para seguir estudando e nos conta emocionada um desses episódios de apoio de uma das docentes:

Eu vou contar a história da minha professora que comprou o livro para mim (lágrimas e soluço). Eu não tinha o livro de geografia e ela comprou e me deu o livro. Eu estava na terceira. Eu chego a chorar. E eu encontro ela nas manifestações hoje, querida, sempre encontro ela. Até dá vontade de chorar, querida da professora. (Tira os óculos para secar as lágrimas) (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Passado algum tempo após a separação de seus pais, a mãe de Jurema pôde se reaproximar dos filhos novamente. Com emprego formal, a mãe de Jurema pôde dar o suporte afetivo e material que ela necessitava para seguir estudando, embora continuasse a trabalhar com seu pai na construção civil.

Até que, a minha mãe, que trabalhava na Antártica, começou a ganhar uns livros da Antártica, ganhava todo o material. Aí eu ganhei tênis, ganhei uniforme, aí nunca mais faltei à escola, porque tinha as coisas. Por isso, que é importante ter tanto a merenda quanto o material escolar, quanto o uniforme. [...] Depois que ela conseguiu os materiais e todas as coisas, que daí ela dava, eu continuei estudando. Aí consegui me formar no ensino fundamental (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Com a entrada de seu irmão mais velho no mercado de trabalho, a situação econômica da família se tornou um pouco mais estável, fator que facilitou a frequência de Jurema no ensino médio. Todavia, nesse momento, outro conflito entrou em cena na relação dela com seu pai. A pauta de divergência entre os dois se deu em relação ao entendimento de qual deveria ser a formação profissional de Jurema. Segundo ela, a visão machista de seu pai sobre os afazeres e locais que devem ser ocupados pelas mulheres entrou em choque com o seu desejo de formação, nesse período.

O meu irmão já estava fazendo quartel na época, e eu botei na minha cabeça que queria fazer contabilidade, só que o curso era de noite, ele (seu pai) disse: “não tu não vai fazer”, não sei o quê, “tu vai fazer o magistério lá

no Cristóvão”. Eu olhei para ele e disse: “tá, e como é que eu vou chegar até lá”. Que eu moro aqui no [bairro]. Como é que eu vou até lá nos cafundós do brejo? Quem é que vai pagar o ônibus? Porque eu não tinha. Aí foi que eu negocieei com ele de ele me levar, daí voltar eu conseguia as passagens. Daí eu já comecei a trabalhar com teatro, aí eu já ganhava um dinheiro. Aí ele já veio com o preconceito do teatro, porque fazer teatro era prostituta e tal, não sei o quê. Mas daí, quando assinaram o meu contrato. Eu mostrei o contrato para ele, quanto que eu ia receber, daí ele não me incomodou mais (risos) (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Jurema acabou fazendo o Curso Normal, como era de desejo de seu pai. No decorrer do curso, ela participou da fundação de um grupo de teatro na escola. Sua proximidade com a arte em diferentes linguagens foi se intensificando com o passar do tempo. Vendo a arte como uma forma de expressão política, Jurema nos conta sobre seu engajamento em coletivos de arte-cultura, que é o lugar em que ela milita a mais tempo.

Entrevistada: *A gente se juntou porque tinha as gurias que faziam o Gente em Cena, e eu conheci elas no ensino médio. E aí, a gente meio que se reunia e resolveu montar um grupo de teatro na escola. E a gente mesmo dava aula, a gente mesmo montou o grupo. E junto, com o povo ali, a gente ia fazendo, com os nossos próprios alunos, fazendo as coisas e meio que iniciativa própria. A gente foi na direção, pediu sala. E a gente vai fazer.*

Entrevistadora: *E teve esse apoio por parte da escola?*

Entrevistada: *Teve, teve, a direção colaborou. A gente queria fazer teatro, a gente só queria uma sala para fazer teatro. E a gente já tinha dito os dias da semana e quem quisesse participar. A gente colou os cartazes na escola, meio que iniciativa própria e iniciamos um grupo de teatro ali. Bem é, não sei, a gente tinha essas coisas de vontade (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).*

Embora a escola tivesse grêmio estudantil, Jurema diz que não houve um envolvimento do grupo na iniciativa de montar o coletivo de teatro. Além disso, ela separa sua participação política em organizações formais da participação em grupos de artes-cultura como espaços distintos, embora reconheça nos dois potenciais transformadores. Segundo Jurema, seu interesse em pautas políticas veio depois, somente quando já estava na faculdade. Todavia, Jurema ressalta que a arte, para ela, tem um papel fundamental na construção de uma outra sociedade.

Tinha grêmio estudantil, mas eu não ia lá muito. Só passava na frente, conhecia o povo, conversava com eles, mas não era engajada politicamente. Porque era mais o povo da arte, que nem diz assim, o povo

da grama, o povo que queria modificar, mas através da poesia. Eu ainda sou assim, ainda sou assim, ainda tendo a vertente mais artística para as coisas, não gosto muito de reunião, apesar de eu estar indo em todas ultimamente. Eu gosto mais é da música, da poesia, de intervenções mais poéticas, que não seja tão duro, aquele discurso duro, terrível, maçante, detesto aquilo, prefiro muito mais que as pessoas tenham consciência crítica através da arte, eu acho que é mais leve. Porque, aquele lado muito duro daqueles discursos, a gente meio que está cansado, né. É cansativo, muitas vezes, a gente se vê falando para gente mesmo (risos). Aí vai os fulanos, é os mesmos fulanos de sempre, que tu já ouviu, as mesmas coisas de sempre (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Jurema seguiu trabalhando na construção civil com o seu pai até conhecer a Associação Caxiense de Teatro, no ensino médio, e passar do teatro estudantil a fazer peças profissionais. As divergências de seu pai em relação ao envolvimento de Jurema com as Artes foram sendo dissipadas à medida que ela começou a ser remunerada pelo seu trabalho.

O meu pai era questão de dinheiro. Para ele, o valor do trabalho tinha que ser pago. Só tinha valor o trabalho se tu recebesse. E eu trabalhava com ele antes e, para mim, sair do trabalho com ele, eu tinha que ter um outro trabalho. E como era um contrato, eu tinha um salário, estava tudo certo. Que daí deu, eu fui fazer teatro e tal (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

O teatro abriu as portas para Jurema experimentar uma outra relação de gênero e de trabalho. Alguns preconceitos vivenciados dentro da própria família foram sendo enfrentados e superados, na medida que ela se sentiu pertencente a um grupo que a dava suporte afetivo e na partilha de interesses comuns. Também, foi durante o ensino médio, que Jurema conheceu e começou a namorar com o homem que hoje é seu marido.

Eu conheci o meu marido eu estava no ensino médio, estava no segundo ano do ensino médio, mas eu casei depois. A gente namorou durante uns quase dez anos. [...] Foi a longo prazo, é, eu acho que eu tenho essas coisas aí (risos). Que nem diz o meu pai: “tu foi indo, foi indo, quando eu vi, tu não estava mais aqui”. É, as coisas longas (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Tendo conhecido seu marido ainda adolescente, as modificações que Jurema foi construindo em seu percurso também refletiram na forma de se relacionar com seu companheiro. Jurema nos diz sobre a importância do feminismo para a modificação

do convívio familiar. Na mudança de si, a militância também proporcionou para Jurema a mudança de seu entorno.

Eu e o meu companheiro aprendemos bastante juntos. Tanto ele aprendeu muito com o feminismo como eu aprendi muito com o feminismo. Até a questão da convivência, da valorização, da divisão do trabalho, essas coisas a gente meio que aprendeu muito, aprendeu muito junto, a gente foi crescendo no nosso relacionamento (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Ao terminar o Curso Normal, Jurema foi trabalhar em escolas de educação infantil. Em função de sua condição de classe e a inexistência à época de benefícios sociais para subsidiar o ensino superior, Jurema não entrou de imediato na universidade. Desse modo, ela nos conta:

Quando eu saí [do ensino médio], eu dava aula na escolinha. Eu me formei no ensino médio e não tinha o que fazer, eu não tinha dinheiro para estudar ou tu comia. Tu não tinha como estudar, não tinha outra alternativa para o pobre. Tu ia fazer o quê? Tu tinha que pagar, e aí, tu pagava ou tu comia. E eu não tinha auxílio dos pais, nem nada, família pobre, mal consegui prestar o vestibular vários anos depois que eu me formei, fazer uma, duas disciplinas por vez, porque não tinha condições de pagar. Eu acho que isso é muito importante, dar acesso, né. Acesso às pessoas que têm capacidade, mas que não têm auxílio financeiro, mesmo porque lhe foi retirado, toda a questão do colonialismo, a questão histórica, né. Bom, não vou entrar nessa história, porque tu deve saber muito bem como é que é, né, qual é os porquês que a gente tá assim (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Jurema levou dez anos para conseguir se graduar em Artes Visuais. Em partes, pela questão financeira, mas também pela configuração de sua família, pois ela teve duas gestações durante a graduação. Segundo seu relato, foi na universidade que ela se envolveu pela primeira vez com grupos políticos, tendo iniciado sua militância participando do Diretório Acadêmico de seu curso. Sua entrada no DA de Artes Visuais foi impulsionada pelos seus colegas que reconheciam nela o potencial de liderança. Assim, ela nos conta sobre sua motivação de fazer parte de um grupo e reivindicar pautas coletivas:

É sempre essa vontade de ver que alguma coisa está errada e que tu quer mudar, que tu quer fazer alguma coisa para mudar. Eu vi o Diretório Acadêmico de Artes sem ninguém, vazio, não tinha. Na época, fazia o que, era uma gestão que passava para outra que conhecia e era assim que

funcionava. Daí a gente fez eleições, resolvemos fazer eleições. Tanto é que me elegeram presidente e eu não estava lá, porque a gente falava, discutia, conversava e tudo né: “ah, vamos fazer” e tal. E aí, me elegeram presidente no dia em que eu não estava. Daí eu: “tá, escreveram na chapa assim?”, “sim, a gente escreveu e tu ficou de presidente”. Eu olhei: “tá, então tá”. E foi indo, fui indo meio que assim, como é que eu vou te dizer, meio que as pessoas vão empurrando a gente, levando a gente, e a gente vai meio que se colocando também. A gente vai se colocando nesses espaços. Meio porque acha injusto algumas coisas e acaba se colocando. E as outras pessoas vão te vendo como liderança e tal, vão te apoiando, e tu vai seguindo em frente. E quer mudar, quer mudar, quer ajudar e eu conheci as gurias [da MMM]. Daí a gente já ia nas passeatas, ia nas pautas juntas, aí começava a colaborar, aí começava a ajudar e tal. E aí eu tinha, nessa época, eu já tinha montado o Entre, o coletivo de arte-cultura, e aí era um espaço que também a gente guardava muitas coisas da Marcha. A gente começou a guardar as latas lá, a gente começou a fazer reunião lá e como as reuniões eram lá, eu ia em todas as reuniões (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Conforme lemos nesse excerto, foi na universidade que Jurema conheceu a MMM. Sua aproximação com o movimento, primeiramente, deu-se pela amizade construída com as outras estudantes que já militavam na Marcha. Assim como Rita, verificamos que o reconhecimento da potencialidade de liderança de Jurema foi identificado pelo grupo militante, antes mesmo de ela se enxergar nesse papel. Durante a graduação, Jurema também participou de uma das gestões do Diretório Central de Estudantes (DCE) da universidade.

Eu fiz parte do DCE, secretária de arte e cultura. Aí, teve um momento que eu já estava assumindo a tesouraria, já estava ali toda envolvida no processo e foi assim que eu fui conhecendo, conhecendo as gurias, conhecendo as lutas, as pautas políticas que nos tocavam, ou mensalidade, outras questões também, o sistema de cotas, que existia muita discriminação. Eu não cheguei a entrar pelo sistema de cotas, eu fiquei muito tempo na universidade, quando eu entrei não existia ainda e quando eu saí, eu já tinha uma renda maior, aí eu não entrei. Mas eu sempre defendi muito, porque é necessário, tem que existir (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

A configuração participativa da Marcha em Caxias do Sul possibilitou que Jurema se mantivesse engajada no movimento, ainda que em alguns momentos estivesse menos envolvida na liderança do grupo. O fato de, assim como Jurema, outras participantes terem filhos e uma carga horária de trabalho bastante exigente, faz com que o coletivo de mulheres seja empático às demandas que afetam a

participação política feminina. Desse modo, Jurema nos conta sobre o seu engajamento na MMM e como funciona a organização do grupo na cidade:

Eu acompanho a Marcha desde o tempo em que eu estava na universidade. Mas, assim, fazendo parte da coordenação da Marcha direto mesmo, faz uns quatro anos. Antes eu mais ia, ajudava e tal. Agora, eu estou mais na coordenação, que daí ajuda a organizar mesmo, já é um trabalho bem mais complexo. [...] [Sobre a coordenação da Marcha], vai trocando, umas cansam, vai vindo outras, outras cansam, vai vindo outras. Que a gente vê que vai..., porque é o movimento, por isso que é movimento. O movimento social, ele meio que vai mudando as cabeças, depois girando, vem outras, daí dão um descanso, outras voltam. Elas vão e vêm e a gente, e assim vai (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Tendo sido convidada a fazer parte de grupos políticos por alianças criadas fora do espaço familiar, Jurema nos diz ser “*fruta fora pé*” em relação à militância. Seu pai, seus irmãos e seu marido não se interessam por questões políticas e nem compartilham de seu senso artístico crítico. Jurema reconhece em sua mãe uma inspiração de luta, pelas dificuldades enfrentadas na condição de mulher que conseguiu se separar do marido, desvencilhando-se de uma relação violenta, mesmo sofrendo intensa reprovação social. Além disso, Jurema diz que sua mãe fez parte da luta sindical em seu local de trabalho, mas não sabe detalhes, pois, à época, seus pais já eram separados, e seu contato com a mãe era restrito.

Eu acho que eu caí, sou a fruta fora do pé (risos). Diz que a minha mãe muito incomodava lá na Antártica (risos). Diz que ela incomodava lá. Ela é, acho que é, de falar alto, de meio que se botar assim, meio que se jogar, acho que é muito a minha mãe, sabe, meio que se cresceu na força. [...] Ela se vê defendendo as pautas feministas meio que sem saber. Bom, tanto é que ela conseguiu se divorciar, né. Conseguiu, que na época dela não era assim tão fácil (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

A leitura feita por Jurema do seu cotidiano demonstra a complexidade da construção do engajamento. A subjetivação política não foi determinada em sua vida pela história de resistência de sua mãe, ainda que ela se inspire nisso. Na verdade, Jurema poderia reproduzir o ciclo de submissão e culpabilização feminina, como acontece com muitas mulheres. Mas, ao contrário disso, com senso histórico reflexivo, ela escolhe contrapor sua trajetória de vivência de situações de opressão com a luta feminista.

A gente não tem muito o que fazer, o nosso engajamento é esse, esclarecer as pessoas. Esclarecer as pessoas dos seus direitos. Fazer com que elas lutem pelos direitos delas e saber que existe esperança e tentar respeitar os outros mesmo que estejam errados. Assim, eu não brigo, tento, às vezes, eu brigo, eu estou mentindo (risos). Eu brigo, que nem diz o meu marido, quando tu fala parece que tu já está brigando com a pessoa, porque, às vezes, a gente perde a paciência. A pessoa vai ficar falando a mesma coisa cinquenta mil vezes, não está vendo que aquilo está errado, mas tudo bem, né. Uma hora vai, uma hora vai, nem que demore (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Embora o teatro tenha sido a via com que Jurema conseguiu sair do exaustivo trabalho na construção civil, a instabilidade das relações trabalhistas na área fez com que hoje ela desempenhe outra função laboral. Desse modo, ela nos conta sobre os vínculos empregatícios que ela já teve que perpassam condições precarizadas de trabalho, principalmente quando vinculados à sua área de formação, Artes Visuais.

Eu sou auxiliar administrativo, no momento. Já fui professora, já dei aula no estado, durante cinco anos. Nossa, dei aula do berçário até o ensino médio. Já trabalhei com teatro. Deixa eu ver, então, dentro da área artística tem algumas coisas que eu já fiz também, performance, a gente tinha um coletivo de artistas, aqui em Caxias. Fiz parte do coletivo também. Tinha galeria de arte. Deixa eu ver mais o que, agora, porque viver da arte é bem complicado, sabe, então, eu sempre tive dois empregos. Um como auxiliar administrativo e outro na área da arte, porque não valorizam muito. Aí, geralmente, a gente meio que trabalha de graça na maioria das vezes ou pelo material, às vezes, a tinta ou a vestimenta, um incentivo assim. Ou projeto, mas, às vezes, tu escreve o projeto, tu se mata trabalhando e não ganha o suficiente. E tu se prende muito ao projeto, também, porque, às vezes, tu faz o projeto e eles querem que tu faça aquilo que eles querem. Na verdade, não aquilo que tu quer fazer. Então, eu já me considero mais livre, quero fazer o que eu quero fazer. Aí, por isso eu já não escrevo projeto (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Sobre suas experiências de trabalho na área da arte-cultura, após a graduação, Jurema, com um grupo de ex-colegas, montou um ateliê para exposição e criação artística. Tendo vivenciado a dificuldade de conseguir se manter com um emprego em sua área, o ateliê tinha por projeto promover e contribuir na formação e inserção produtiva de artistas da cidade. Nesse sentido, identificamos diferentes frentes que o engajamento social transformador de Jurema foi direcionado ao longo de sua trajetória.

Assim, era a gente partilhar o espaço comum, tipo ateliê e exposição. Era um coletivo de artistas, que a gente se conheceu na universidade, meio que colegas. Daí, sempre me perguntavam: “ah, o que que tu vai fazer quando se formar, Jurema?”, “ah, vou montar um ateliê”, eu dizia. Mas não ia. Aí, um dia me chamaram lá: “vamos montar um ateliê, Jurema?”. Eu: “tá, vamos!”, “então vamos”. E foi que a gente montou. Aí, lá era aberto, as pessoas chegavam com as propostas. A gente alugou uma casa e a nossa proposta de exposição. Eu fazia a coordenação de projetos. A gente saiu no jornal várias vezes. Fazia, por exemplo, ação com os senegaleses, fazia ação, fazia festas para arrecadar fundos também para Marcha. Porque dinheiro tem que ter pelo menos para fazer algumas coisas, né, a gente precisa para cartaz, para lambe, para adesivo, para faixa, a gente precisa de dinheiro. Então, a gente fazia algumas festas ali, para arrecadar dinheiro. Fazia exposições daí, que já aí era com os outros artistas, fazia recital poético e aí veio todo o povo do teatro, o povo da música também. E também tinha alunos que faziam estágio. Então, teve alguns estagiários de música, de letras, de arte também. Foi bem bom, porque a gente teve vários estagiários ali, daí a gente dava oficinas gratuitas para comunidade. Foi bem bom, pena que veio a pandemia e aí acabou, que daí a gente não conseguiu mais pagar aluguel [...]. Durou três anos e meio. Três anos e meio ali e fizemos bastante coisa (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Hoje, aos 42 anos, Jurema tem duas filhas, uma de 7 anos e a outra de 11 anos. No momento da entrevista, Jurema estava cursando uma especialização em Escritas Performáticas e Procedimentos Artísticos. Além disso, ela trabalhava em dois empregos para dar conta dos gastos familiares. Ao longo da narrativa de sua trajetória, percebemos que as responsabilidades com a casa, os cuidados familiares, o estudo e o trabalho foram uma constante em sua vida e muito de sua participação política se dá na dificuldade de viver esses papéis. Esse laborioso cotidiano é compartilhado com outras mulheres da Marcha, desse modo, Jurema encontra acolhimento na militância. Ela nos relata que leva suas filhas em algumas das reuniões e que elas têm uma boa interação com o grupo de mulheres. Esse lugar de apoio mútuo é vivenciado também na perspectiva de se sentir inspirada por suas companheiras de movimento.

Entrevistada: *A gente meio que, meio que se espelha, né, uma na outra. Acho que é, é bem isso, né, uma na outra. A gente meio que se agarra uma na outra, vê a força das tuas companheiras ali do teu lado.*

Entrevistadora: *E tem alguém que te serve de inspiração?*

Entrevistada: *Eu acho que todas elas, todas elas um pouco, sabe. Não tem uma, mas todas elas, cada uma tem alguma coisa, sabe, que dá inspiração. Cada uma a seu modo, cada uma a seu jeito tem. Acho que se completam (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).*

Assim como Jurema encontra motivação para seu engajamento nas outras marchantes, as suas filhas, ao compartilharem o cotidiano de luta da mãe e frequentarem espaços propícios para a reflexão política, apresentam comportamento comprometido com algumas pautas coletivas. Além disso, alguns debates feitos no ambiente da Marcha são repercutidos no cotidiano das meninas, fator que Jurema tenta balancear e orientar suas filhas para que não resulte em uma vivência conflituosa e sofrida em outros meios.

Que a gente vê, elas escutam, escutam a gente falando, a gente discutindo em casa, a gente conversando. A gente conversa em casa e a gente vê que reflete muito nelas. [...] A minha filha já gosta de jogar futebol, já puxou para abrir uma turma no colégio para meninas no futebol, que antes não tinha. Essas coisas que vão indo, que vão avançando, que vão, mas precisa alguém iniciar. Se ninguém se dar conta de que aqui está errado, as coisas não vão, então alguém tem que se dar conta. Essa é a nossa parte, fazer os outros se darem conta. [...] Que nem assim, a questão política Lula Bolsonaro, essa polarização que não foi a gente que causou, foi muito da mídia que colocou e meio que demonizou o PT. Então, essa questão meio que gerou muito conflito, elas sofreram bastante. Teve um momento que eu cheguei a dizer: “olha, não discute política, porque senão vocês vão sofrer”, “coloca na tua cabeça aquilo que tu pensa”. [...] Eu já disse: “ó, criança não vota”, primeira coisa que eu digo para elas. Então, eles (os colegas de suas filhas) estão falando um monte de bobagem, porque nem votar eles votam, né, quem vota é os pais, então os pais vão votar. Para tentar tirar um pouco, não tem o porquê elas sofrerem. [...] E, porque elas queriam defender o Lula, tinha muito disso, de defender o Lula. Isso que eu nem dizia para defender, elas saíam defendendo sozinhas. Eu disse assim: “calma, calma”, eu tinha muito que acalmar elas, “calma, daqui um pouco a verdade vai se esclarecer, vamos devagar, não adianta ficar discutindo e criança brigando”. Daí eu tentei apaziguar a situação (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

À medida que Jurema nos conta sua história familiar e seu engajamento feminista, os discursos vão se entrelaçando, de modo que um justifica a existência do outro. Uma mudança significativa que Jurema trouxe em diversos momentos, ao longo da entrevista, foi na relação de seu pai com as crenças e costumes que o fizeram ser um homem violento. A mudança de seu entorno é apresentada por Jurema à luz das modificações sociais ocorridas nas últimas décadas, tanto em relação à diminuição da desigualdade social, durante os governos petistas, quanto as mudanças de comportamento alcançadas por meio das lutas do movimento feminista.

Eu acho que é, o meu pai aprendeu bastante, muitas coisas. Eu acho de vendo, de convivência, de a gente ir conversando também. A vida também ensina. A vida ensinou. Eu acho que houve uma mudança cultural significativa da humanidade, tanto através dos movimentos sociais, através das mulheres, através da mídia também. As ondas do feminismo, as mudanças dos direitos. Cada passo foi um passo que vai modificando, que vai mudando culturalmente a sociedade. Eu acho que a sociedade avançou, temos que avançar mais, mas avançou (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Em cada fala de Jurema sobre os avanços que ela vislumbra na sociedade se sucedem afirmações sobre a importância de se manter em luta para conquista de outras mudanças, mas, principalmente, para que o que foi alcançado não seja retrocedido. Esse alerta constante é fundamentado no cenário de retiradas de direitos, instaurada desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Outro fator que põe Jurema em alerta é a vivência cada vez mais aprofundada que ela tem sentido em relação à violência sexista contra as militantes feministas. Essa violência estrutural, vivenciada no cotidiano dos movimentos sociais, segundo Jurema, tem se intensificado nos últimos tempos, inclusive nas atividades públicas da MMM.

É bem complicado, né, bem complicado. Que existe, sabe como é que é, existe sempre o preconceito, “essas feministas”. Até quando a gente vai fazer as nossas ações práticas, tipo colar lambe na rua, xingam. A gente corre risco físico, muitas vezes, de parar, de nos perseguir, ir atrás da gente com o carro, nos xingar, tentar nos bater. A gente um pouco enfrenta, um pouco a gente corre. As gurias gostam de enfrentar, eu digo: “não, não, não, vamos rápido”. Existe muito disso, tentar nos marginalizar. Tentam muito nos marginalizar, nos tratar como criminoso e não deixar a gente nos expressar politicamente (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

A frustração em relação à dificuldade de ter uma militância livre de violência soma-se para Jurema à dificuldade de alcançar modificações estruturais por meio do engajamento político. Ao refletir sobre o cenário adverso para a luta feminista, ela também nos fala sobre como ela entende ser uma sociedade ideal. Nesse ínterim, diferentes utopias são construídas nas narrativas, conforme já vimos nos relatos de Rita, Maria e Alexandra, mas é no relato de Jurema que as características dessa outra sociedade são mais particularizadas. Nesse sentido, Jurema chega a expressar ter por desejo uma sociedade em que o domínio masculino seja modificado pelo domínio

feminino, fator que não se repete nas outras entrevistas, que trazem ideais de igualdade e horizontalidade.

É todo dia uma coisa ruim para ferrar com as mulheres. E acabam querendo ferrar a gente de todos os jeitos, seja nas questões relativas aos direitos reprodutivos, que aí colocam umas coisas absurdas. [...] De coisas religiosas, dos dogmas, da subserviência da mulher. Voltar essas ideias da Idade das Trevas. Não, daqui a pouco, estamos crucificando de novo. [...] É terrível. E a gente vê que essas ideias aí, que se a gente deixar, se a gente não lutar e se a gente não ser as bruxas de novo, eles vão nos queimar. E eles tentam atacar a gente no pessoal e isso é muito triste, sabe. Tentam nos pegar no pessoal. Então, a gente meio que tenta atuar mais no coletivo para que não nos peguem no pessoal, [...] criminalizar uma mulher especificamente, aquela mulher como exemplo. [...] É, eu falo dessa ideologia, como é que eu posso dizer, dessa ideia de que as mulheres têm que servir. Essa é a ideia que tem que ser combatida. Nós não temos, nós somos iguais, nós temos que ter direitos iguais. Direitos, salário e o poder. E o poder. [...] Porque nós somos maioria, temos direito a ser maioria no congresso, porque nós somos maioria. Eu sou muito dessa, ah claro, vão nos crucificar, esse pensamento já é um pensamento que se for ver, né. Porque a gente não tem direito à igualdade, a gente tem direito a mais do que a igualdade, porque nós somos maioria. Mas eu vou falar uma coisa dessas, eu sou a primeira a ser presa. Mas se for ver, se fosse analisar, seria, nós, as mulheres, deviam ser maioria, mas as mulheres com pensamento feminista. Não adianta ser mulher, não basta ser mulher, porque existem muitas mulheres que ainda reproduzem o machismo, que ainda reproduzem ideias do patriarcado. Então é justamente, para gente chegar lá, em uma sociedade matriarcal, tem muita água. Muita água vai rolar, não sei nem se vamos chegar um dia. Quem sabe. A gente luta, luta, luta, luta por um ideal, o ideal está longe ainda, mas o importante é colocar as escadinhas para ir subindo (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Em sua narrativa, a indignação se mostra como um grande motor de engajamento. Desse modo, foram muitas as frentes que Jurema militou ao longo de sua vida. Por um período, ela participou da associação de moradores do bairro onde mora desde criança, mas, por estar grávida e ter que evitar situações de estresse, Jurema acabou deixando o trabalho na associação. Além disso, Jurema também se filiou a um partido político, em 2012. Segundo ela, embora ainda seja filiada, não se identifica com a militância partidária, estando vinculada ao partido como ato de solidariedade a suas companheiras da Marcha que foram vilipendiadas em algumas ocasiões. Jurema diz que o engajamento que faz sentido para ela é atrelado ao desenvolvimento criativo da manifestação política, potencial que ela enxerga na MMM.

Eu sou filiada, mas ultimamente eu não tenho militado muito dentro do partido, mais no movimento. [...] Eu me filiei em 2012, mais por raiva mesmo. Estava puta da cara, porque eu via todos os meus companheiros ali sofrendo, “ah, petista e papapa”, e eu: “então tá, agora eu vou ser petista também”, só de raiva. [...] Eu já participei das reuniões, mas não secretaria, nem nada, participo das reuniões das mulheres de vez em quando (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Com uma atuação performática, Jurema critica as organizações de esquerda que mantêm uma prática rígida, principalmente, na expressividade nos momentos de manifestação pública. A organização nada ortodoxa da MMM, em Caxias do Sul, permite que Jurema alie sua linguagem artística ao protesto político:

Eu acho que a arte, ela é muito capaz de desenvolver o pensamento crítico e tocar as pessoas de formas diferentes. E por isso da Marcha, porque a Marcha é assim, ela é muito criativa, ela desenvolve as coisas mais na música, mais no negócio criativo, mais na poesia. Tem sim, tem o seu discurso político, tem os textos, tem tudo, mas a parte da arte, eu digo, é muito mais divertida (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Além disso, é na Marcha que Jurema encontra o acolhimento com afeto de suas questões pessoais, na empatia com os sofrimentos vivenciados por sua condição de mulher. Por esse motivo, desde sua graduação, embora Jurema tenha entrado e saído de outros grupos, a sua militância na MMM persiste. Essa militância baseada em laços de amizade fortes foi impactada em especial pelo distanciamento causado pela pandemia de COVID-19. Ponderando sobre esse contexto, Jurema nos fala:

Afetou muito, porque a gente não consegue muito se reunir. A gente é muito do afeto, muito das reuniões, muito do olho no olho, muito parceiras mesmo. Para além da militância a gente tem uma amizade. E a gente acompanha muito a vida da outra, o que uma faz. Então com esse desemprego afetou muito, porque a gente tem muitas mulheres desempregadas e, às vezes, é difícil conciliar a militância com ganhar o pão. Porque tu te preocupa muito com o teu sustento, com a tua forma de trabalho. E com a militância, tu doa tempo. E como é que tu vai doar o tempo para tu conseguir engajar as outras mulheres para ti falar sobre feminismo, para ti lutar contra a violência, se tu não consegue o pão dentro de casa. É muito complicado isso. E a gente tem visto que as mulheres estão muito assim, sem trabalho, sem renda. E dentro do movimento, a gente tenta achar uma que outra que pode colaborar, arrumar emprego para fulana, emprego para cicrana, abrir a porta do mercado de trabalho, mas está bem complicada a situação (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

Os laços com outras mulheres construídos, inicialmente, nas organizações artísticas que participou e, posteriormente, no movimento estudantil, no DA de Artes e DCE, e na MMM lhe inspiraram a militar, ainda que em condições desfavoráveis. Longe de romantizar a persistência na dificuldade, a narrativa de Jurema demonstra o quão difícil é para uma mulher, com diferentes papéis sociais, fazer parte da esfera política. Quando questionada sobre o que ela considera gratificante no seu engajamento, Jurema referencia a transformação da vida de outras mulheres que essa prática pode proporcionar. Desse modo, ela nos conta a história de uma das marchantes que a inspira:

Antes da Marcha e tal, antes de saber das coisas, ela não sabia que nem aquilo era errado, que a discriminação que faziam com ela pelo fato de ela ser negra, mulher, lésbica, que ela não se dava conta que a discriminação que fazia para ela era errado, que ela tinha o direito de falar, que ela tinha o direito de se posicionar, sabe. De ela não saber, de ela não ter consciência que ela tinha esses direitos e que ela tinha essa força, sabe. E hoje é uma baita de uma mulher, uma baita de uma militante, sabe. Então, ver essas coisas, ver o crescimento das tuas companheiras é o que mais é gratificante, ver que alguma coisa modificou. Nem é em questão de leis, mas de pessoal. Isso é muito bom. Que se a gente conseguir modificar um pouquinho, já é uma grande coisa. [...] Saber que, às vezes, tu está, por exemplo, em um relacionamento que meio que tu tá fechada ali, naquele relacionamento abusivo, vamos assim dizer. E aí, a pessoa diz assim para ti: “tu não é capaz”, “tu não consegue”, “tu não consegue”, entendeu, e aí tu enxergar que tu consegue, que tu é capaz, que tu pode, que tem outras pessoas que dizem que tu pode, isso que eu acho importante. É tu sair daquilo ali, tu enxergar que tu pode, que tu pode, que tu tem direito, que tu deve e que tu vai (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

As mudanças no âmbito pessoal, tanto de si quanto das pessoas de seu entorno, são mobilizadas por Jurema, em seu relato, enquanto um importante viés do engajamento. Além da consciência da importância das mudanças micro espaciais, Jurema também apresenta senso histórico em relação aos processos de mudanças estruturais, que são construídos a longo prazo, para além do período de engajamento de uma única vida militante. Se sentir parte da mudança, ainda que talvez ela não possa vivenciar os frutos sociais de sua luta, a inspiram a seguir envolvida na MMM, mesmo em um cenário adverso.

Eu acho que vale a pena. Porque vale a pena a gente construir esses degrauzinhos, botar as pedrinhas ali. E muito pelas que vieram antes de nós, se eu estou aqui hoje, se eu tenho essa condição que eu tenho hoje,

se eu tenho os direitos que eu tenho hoje, é porque outras morreram, outras se sacrificaram e fizeram muito mais do que eu. Eu fiz pouco em comparação a elas. Então a gente deve muito (Jurema se emociona e chora). É mais nesse sentido, no sentido de gratidão (Jurema, entrevista realizada em setembro de 2021).

3.5 HELENA NÃO CONSEGUE PARAR DE MILITAR

Com uma longa trajetória de engajamento, iniciada no movimento estudantil secundarista, Helena, aos 37 anos, faz um balanço reflexivo, ao longo da entrevista, entre, às vezes, estar mais ou estar menos envolvida em algum movimento social. Ela explicita em sua fala uma autopercepção integral de sujeito militante, na qual ser engajada faz parte de sua subjetividade.

Eu não consigo, eu não consigo ser uma pessoa..., talvez, porque eu sempre militei em alguma coisa, mas eu não consigo estar só no meu cantinho. Eu já fiz isso, já fiz aqueles meus afastamentos do espaço de engajamento político, porque era importante, mas eu acho que é muito individualista isso. Eu acho que é por isso, seria muita contradição, eu falar de sonhos coletivos, de outras sociedades, de mudar o mundo, só cuidando da minha vida (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Para Helena, o desejo de mudança se confunde com o sentimento de responsabilidade de fazer o mundo um lugar diferente. Embora Helena seja uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, ela tem total consciência de seu lugar de fala e da importância da construção de um movimento que reconheça a branquitude e a heteronormatividade como estruturas de opressão que produzem desigualdades sociais. De forma empática, ela se refere às lutas que envolvem estar em outras localizações sociais.

Eu via muito as gurias que militavam no movimento estudantil, e é o que acontece hoje também, é uma dupla ou tripla militância, porque as coisas elas estão..., que é diferente dos guris, por exemplo. Dos guris brancos, no caso, porque hoje se eu sou uma jovem negra que vou fazer movimento estudantil, eu tenho os espaços reais do movimento estudantil, eu tenho espaço das mulheres para pensar e eu tenho um espaço de combate ao racismo para pensar. Então as pessoas acabam tendo essas frentes de militância. Não é fácil, sabe? Ou outros, se tu é uma mulher negra lésbica, bom aí tu tem outras frentes. Aí tu acaba, às vezes, tendo que, bom tu acaba, eu vou botar o pé aqui e aqui, aqui nem tanto (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A criação de Helena se deu em uma família de costumes católicos tradicionais, com herança cultural de colonização italiana. A configuração familiar de Helena, quando criança e adolescente, foi composta por sua mãe, seu pai e seu irmão, e com fortes laços de cuidados vindos de seus avós. A cidade de Caxias do Sul, desde sua fundação, tem por discurso de sustentação do poder hegemônico, a valorização da identidade de descendência italiana, por meio do trabalho e costumes representados na família de colonos. Nesse sentido, a família de Helena compartilha desse espaço identitário privilegiado. Todavia, embora sua educação tenha por base o pensamento social conservador, Helena diz não ter sido imposto para ela determinado comportamento, tendo podido viver suas próprias escolhas. Assim, ela nos fala sobre a sua relação com a religião:

Eu não sou praticante de uma [religião] específico. Eu fui criada em uma família católica, meus pais tinham essa prática de ir para igreja. Minha nona e nono, essas coisas assim das famílias com a descendência [italiana]. Enfim, bastante forte essa questão do catolicismo. Eu acho muito interessante as outras religiões também, gosto muito de estudar outras religiões e pensar sobre elas. Acho que as coisas estão relacionadas nas próprias religiões, assim alguns preceitos. Eu tenho a minha fé, mas ela é nutrida por coisas que eu pego em várias religiões. Eu pratiquei, por um tempo, eu ia na igreja, mas eu não me sinto tão praticante de uma em específica, mas sou uma pessoa que gosta sim de ter uma espiritualidade (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A mãe de Helena é professora de Artes e tem formação de nível superior, já seu pai estudou até a quinta série, tendo parado de estudar pela inserção precoce no mercado de trabalho. Nenhum dos dois tem histórico de engajamento político, embora Helena nos diga que ambos tenham opinião política conservadora de direita, fator que gerou alguns embates familiares, conforme Helena foi se identificando com o pensamento de esquerda progressista. Outro conflito vivenciado no âmbito familiar foi a difícil aceitação por parte de seus parentes ao fato de seu irmão ser homossexual. Nesse sentido, ela nos conta como o seu engajamento foi ganhando espaço e sendo aceito gradativamente pela sua família:

Para o meu pai e para minha mãe, hoje, eles têm essa percepção de mais aceitação. No início foi mais difícil. Mas eles não eram pessoas engajadas, inclusive, nem de esquerda. Tanto uma família quanto outra tem um pezinho mais na direita mesmo, um pezinho mais conservador, mais assim, desses governos de direita. [...] O meu irmão é gay, então, o meu irmão

também chegou desafiando os valores deles, meu irmão também chegou dando um baque neles. Eu fui talvez por esse lado da esquerda feminista e veio ele e já deu-lhe uma outra. Então, estremeceu muitos valores dos meus pais. Eu acho que a gente, teve essas transformações que eu vejo assim, desses pensamentos que vêm deles, dos valores deles, das criações deles, um contexto bastante conservador (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Helena nos diz que teve uma boa experiência escolar. A cultura escolar foi-lhe inculcada de forma espontânea, ainda criança, fazendo com que ela se sentisse pertencente a esse ambiente e construísse uma socialização positiva em todos os aspectos da escolarização. Helena frequentou o ensino fundamental em uma escola particular católica de porte pequeno.

O meu período de escola sempre foi muito legal. Minhas experiências, como eu estava te dizendo, eu tenho noção da importância da minha formação do ensino fundamental, na escola em que eu estudei, pelo ambiente que era a escola na época. Eram as irmãs medeias¹⁰, sabe? Então, eram umas irmãs super bacanas, super humanas, a escola não era muito grande. Nós éramos um grupo de colegas que vivenciou essa passagem dos anos juntos, então nós começamos a maioria na segunda série e acabamos na oitava. Então, teve formação de laços muito fortes, tanto com as irmãs da escola que nos acompanhavam quanto dos professores e entre nós. E ali, também, eu começo essa coisa do engajamento político, foi bem importante (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Foi nessa escola que Helena teve suas primeiras experiências de engajamento político, no grêmio estudantil. Algumas de suas amigas construídas na militância, ainda na adolescência, a acompanham até hoje, tanto na MMM quanto em outros grupos políticos. Um desses laços de amizade, ela nos conta ser uma de suas amigas de infância que lhe serve de inspiração até os dias atuais:

A gente se conhecia desde o ensino fundamental, nós éramos colegas desde a primeira série, nós éramos muito amigas. Quando a gente começa a puxar para o grêmio, a gente começa a puxar para o grêmio juntas. E ali só vai, só vai. A gente vai fazer tudo, todas as outras coisas juntas, porque o irmão dela era também do movimento secundarista de Caxias, então ele convidava ela e ela me convidava. E aí, ali é que a gente começa a

¹⁰ São chamadas de irmãs medeias as religiosas que fazem parte da congregação das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena, fundada por Medéia Camilla Ghigliano Patellani.

participar e a conhecer e a se engajar. Então, com certeza, ela é uma das pessoas (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Essa amiga, esteve com Helena no início das atividades no grêmio estudantil no ensino fundamental. Essa experiência afetiva e democrática é rememorada por Helena com entusiasmo:

A gente (Helena e sua amiga) foi do grêmio estudantil da escola. Era bem diferente, mas era bem legal. Foi uma experiência muito boa, e eu sou muito grata dessa experiência, dessa formação, dessa possibilidade de ter acessado essa educação privada, ali, naquela escola, naquela trajetória. Foi muito importante! (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Do ensino fundamental para o ensino médio, Helena trocou de escola. Ela não considera que tenha havido dificuldades significativas em relação à sua adaptação, referindo ter sido uma boa experiência escolar também. Embora Helena tenha saído de uma escola privada para uma escola pública, sua inserção se deu em uma instituição de ensino médio direcionada para famílias com um padrão econômico mais elevado, com um foco na formação preparatória para o ensino superior.

Teve todo esse processo de sair, mas também a gente quer sair, nessa época, a gente também quer ir. Então, teve uma transição que foi..., porque algumas colegas que eram mais amigas foram para outra escola, então eu me lembro que isso assim: “as minhas melhores amigas não vão”, parece que tu vai morrer por causa disso. Eu lembro disso, mas nada..., porque como eu te disse, eu cheguei lá, eu fui para uma sala de aula que eu já tinha um ou dois conhecidos que eram do [ensino fundamental] que foram para [lá] também. E as turmas, não sei, todo mundo se dava muito, a gente construiu amizades e redes muito bacanas, naquela época, que foi 1999, 2000 e 2001. Tenho amigas dessa época até hoje, do ensino médio, pessoas bastante queridas, grupos legais, a nossa juventude. Essa minha época de juventude era muito interessante. Muito bom, nesse sentido, os processos na escola (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A facilidade de socializar no meio estudantil é um dos principais fatores mobilizados por Helena em sua narrativa positiva sobre o ambiente escolar. Sua rápida adaptação à nova escola foi facilitada pela circulação pública possibilitada pelo seu engajamento no grêmio estudantil. A habilidade de se comunicar com novos sujeitos, muitas vezes, de maior idade, liderar ações grupais, representar um discurso coletivo, foram trabalhados nos ambientes democráticos que ela nos conta terem sido ofertados na escola em que fez o ensino fundamental. Ainda assim, seu processo

escolar no ensino médio abriu outras oportunidades de socialização, considerando a diferença de porte entre uma instituição e outra. Desse modo, Helena nos conta sobre a sua experiência:

No ensino médio também foi muito interessante, porque já era uma outra escola, uma escola estadual, maior, de três turnos, com muito mais galera. Então, ali também eu criei muitos laços de afeto, muitas pessoas que estudavam [na outra escola] foram para [essa], então eu não estava sozinha, tinha minhas colegas ali, algumas amigas. [Durante esse período] Eu cheguei a trabalhar, mas era um trabalho mais informal, um trabalho sem aquela coisa de um dia, necessariamente, ou trabalho mais pesado. Eu ia para escola, eu tinha o meu dinheiro, eu tinha as minhas amigas e amigos militantes. Então foi um período muito bacana, na rede estadual (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Helena cursou o ensino médio na mesma escola que Rita, com a diferença de sua experiência ter se dado quase dez anos antes. Em seu relato, Rita nos conta não ter sido aceita pelos seus colegas e fala sobre uma vivência escolar muito sofrida e de exclusão. Já Helena, logo se adaptou e foi aceita na escola. Embora as experiências tenham se dado em tempos diferentes, o fato de Helena pertencer a um grupo familiar conservador, branco e de classe média, condição oposta à de Rita, fez com que ela estivesse em um grupo de iguais nessa escola, o que pôde ter influenciado em sua rápida inserção coletiva.

Helena iniciou sua atuação política no movimento estudantil secundarista em uma época de grandes mudanças no cenário político e educacional. Passado o processo de redemocratização do estado brasileiro, faziam poucos anos que havia sido aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e muito de sua estrutura ainda estava sendo regulamentada e organizada nos estados e municípios. Além disso, Helena vivenciou, ainda nos primeiros anos de sua militância, o processo de globalização e neoliberalização influenciado pelas pressões econômicas globais. Esse cenário é mobilizado em sua fala sobre a sua trajetória de engajamento:

Eu entrei no grêmio, em 1998, eu estava na oitava série. Foi a primeira experiência, no grêmio. Tinha a UCES em Caxias, a União Caxiense de Estudantes Secundaristas. [Minha amiga], nós éramos colegas, e aí ela vai para UCES, ela vai ser presidente da UCES e a gente fez toda essa militância da UCES, da época do enfrentamento do neoliberalismo muito forte no Brasil. Então, teve toda a campanha da ALCA, por exemplo, que a gente se engajou enquanto movimento secundarista, em Caxias. A gente fazia arte de rua, ia para escola fazer debate com a CMS, Coordenação

dos Movimentos Sociais. Tinha alguns movimentos sociais na cidade. Tinha um vídeo, a gente tinha ponte com algumas escolas, então nós levávamos e passávamos o vídeo da ALCA, fazia os debates. Então ali é o meu nascimento, nesse sentido mais de entender o que são as organizações políticas pelo movimento secundário. Do movimento secundarista tu vai ampliando, porque o contexto era de muito fomento ao debate, de muito fomento a tudo. Então tem as esquerdas fortes nas prefeituras de Caxias e de Porto Alegre. Tu tem o governo Olívio no estado. [...] Muitas pessoas também já militavam e era uma coisa muito interessante, porque, na época, eu fiquei um tempo entendendo o que era, daí eu vou me filiar só mais adiante (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A militância no movimento estudantil e partido político possibilitaram que Helena experienciasse os encontros no primeiro, segundo e terceiro Fóruns Sociais Mundiais, que ocorreram, respectivamente, em 2001, 2002 e 2003. Iniciando no grêmio estudantil no ensino fundamental, no ensino médio Helena direcionou o seu engajamento para a União Caxiense de Estudantes Secundaristas (UCES), participando da campanha contra a ALCA e levando esse debate para as escolas do município.

A minha atuação de uma forma mais organizada politicamente, e organizada entre aspas, porque a gente vai aprender muito no início, foi no movimento secundarista. Aqui em Caxias, eu tinha amigas e amigos em comum, pessoas que eram amigas e que participavam do movimento estudantil e que convidavam para ir em algumas coisas. Nessa época, tinha um contexto político no Rio Grande do Sul muito diferente do que a gente tem hoje. Eu me lembro que na minha agenda do ensino médio tinha o adesivo da construção da UE do governo Olívio. Então, nós estávamos naquele processo de construir uma Universidade Estadual, de pensar o orçamento participativo, tinha um contexto caxiense também, né, de fomento da participação popular, na Frente Popular. Era uma perspectiva dos Fóruns Sociais Mundiais. O Primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, eu me lembro que eu fui. A gente foi em 2001, 2002, 2003 (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Aos 18 anos de idade, Helena se filiou a um partido político. Antes disso, seu envolvimento com o partido já acontecia, por meio da participação enquanto representante estudantil nas reuniões do Orçamento Participativo, implantado na gestão municipal, em Caxias do Sul, de 1997 a 2004. A atuação de Helena no partido político foi se reconfigurando com o passar dos anos. Durante sua graduação, Helena esteve mais envolvida, tendo uma ligação muito forte com a sua atuação no

movimento estudantil universitário. Atualmente, ela segue filiada, mas não é engajada nas atividades partidárias.

Olha, eu fui, eu sou filiada, já faz muitos anos. Eu acho, eu devia ter 18 anos. E já tive períodos de mais atividade, de mais engajamento, assim, nesse sentido. Mas, hoje, não, não tenho essa participação de uma militância, de uma organização no partido político. O que me organiza hoje, nessa questão do movimento social, é a Marcha, que é também o que eu consigo dar conta. Porque a gente trabalha e estuda e até consigo dar conta um pouquinho, porque se tu tem, talvez, uma outra dinâmica, consegue contribuir mais. Mas o movimento que me organiza, já faz um bom tempo e que eu organizo a minha atuação política é a Marcha Mundial das Mulheres, né. Que ali nunca parou, na verdade, de ser uma presença, de se envolver, de se sentir parte (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

O encontro de Helena com a MMM ocorreu em 2003, por intermédio de suas companheiras de partido. Nesse mesmo ano, Helena ingressou no ensino superior, levando sua atuação do movimento estudantil secundarista para o Diretório Acadêmico do curso de Letras. Conforme a narrativa de Helena, ela já entrou na graduação tendo fortes laços de amizades constituídos com estudantes de diversas áreas formativas, em decorrência de sua circulação nos espaços de militância política, o que facilitou seu engajamento no movimento estudantil universitário. Mesmo com uma boa socialização com outros estudantes, Helena reconhece algumas dificuldades encontradas no movimento estudantil em função de sua condição de gênero, até mesmo se tratando de seus pares políticos.

Quando eu entro na universidade, eu já entro conhecendo muita gente pelo movimento estudantil. Eu já entro conhecendo muitas pessoas e as pessoas já estão nos cursos, e as pessoas já estão nos DAs. Elas já estão começando a pipocar. E a UCS era uma universidade muito diferente. Eu vou para Letras, aí depois, no segundo ano, a gente já faz uma chapa já ganha a Letras. E tinha uma galera muito conservadora no DCE, e a gente queria o DCE não conservador. Eles eram de direita, era cara dura, usavam nas eleições a bandeirinha do PSDB, faziam todo o movimento de não confronto assim dentro da UCS. Então, quando eu entro, eu já entro pensando no movimento estudantil e já começo a participar do DA, do DCE. Teve essa experiência que eu vivi de ser a candidata da nossa Chapa, da Movimentação, na época, que a gente consegue então ganhar o DCE, depois de perder umas quatro vezes. É, a gente perdeu em 2002, 2003, 2004 e 2005 a gente ganha. E aí, foi essa experiência de ser do DCE, da gente tentar o DCE. Naquela época tinha essa figura do presidente e da presidenta. Particularmente, foi uma época bem difícil no sentido do que é

a mulhernos espaços de visibilidade política, do que é viver isso com todas as dores e os processos positivos. Hoje tu olha, eu consigo olhar e ver, mas foi uma experiência muito rica de formação (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

O vínculo significativo que Helena teve com o movimento estudantil, ao longo de sua trajetória escolar e universitária, é pensado de maneira reflexiva e analítica por ela. A valoração dos espaços de formação não-formais, potencializados pelos movimentos sociais, é tematizado por Helena na pesquisa acadêmica, que ela produziu mais tarde. Desse modo, para além de nos contar sua experiência, Helena partilha conosco sua visão teórica da realidade.

Eu digo, eu também estudo isso e também compartilho dessa reflexão de que a luta social, de que o espaço do movimento social, ele te proporciona alguns debates sobre ângulos da vida, da sociedade, que tu não vai ter nos espaços formais de educação. No curso de Letras, eu não tive formação sobre universidade que eu tive no movimento estudantil. Eu fui estudar educação superior no movimento estudantil. Porque, eu me lembro que, na época, nós falávamos sobre a questão da avaliação institucional, porque na época não era os Sinaes [Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior] que é hoje, era o provão. Então nós tínhamos que entender como é que funcionava para poder fazer um movimento, para poder falar para as pessoas. Então era uma formação muito forte assim (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Reconhecidas e resguardadas as potencialidades do movimento social misto, como é o caso do movimento estudantil, Helena nos conta que sua entrada na MMM, deu-se no reconhecimento dos limites de gênero que se impunham a militância. Desse modo, ao mesmo tempo em que a MMM vai se configurando enquanto um movimento social autônomo na cidade, outras frentes feministas também são postas em prática, de modo a dar suporte para as mulheres dentro dos movimentos mistos.

E aí, em 2003, eu também conheço a Marcha. E quando eu entro não é só eu, as gurias também. Eu tinha umas amigas que também já conheciam a Marcha e que já estavam nos outros cursos. Então a gente já entra com essa coisa, “não, vamos fazer junto”. Nós temos um coletivo de mulheres estudantes, então, a gente fazia atividades do coletivo, sem estar no DCE, mas depois que a gente vai para o DCE fica mais forte ainda, porque a gente começa a ter esse debate nos campos, nos núcleos, a botar isso no nosso jornal, a fazer atividade artística e cultural do oito de março. A gente fez muita coisa legal na UCS de debates por aí. Então, a minha trajetória ela, ela vai, ela vai pegando assim movimentos estudantis, e aí depois, ela vai para essa coisa do partido político, e aí ela volta para o movimento

estudantil, e aí ela encontra o movimento feminista, e ali mistura tudo. Mistura luta, porque aí não separava mais a minha organização. Tu deve saber que no movimento tem várias organizações políticas, né? Tem vários grupos e que pensam forma de organização e reflexão sobre as coisas mesmo, opinião política diferentes. E na minha organização, a questão do feminismo era muito central, que era a Kizomba. Era muito central para nós, era muito importante, tanto que, quando a gente disputava o movimento estudantil, a gente dizia que queria as diretorias de mulheres nos espaços, muito nessa ideia de que o feminismo não é algo isolado, que tem que vir e começar a ser transversal nas coisas, tem que ter um reflexo. Então foi por esses caminhos assim (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ainda durante sua graduação, de 2007 a 2009, Helena militou na UNE, enquanto representante do seu grupo de movimento estudantil. Durante esse período, ela se mudou para São Paulo. A militância na UNE possibilitou que Helena conhecesse diversas regiões do Brasil e circulasse por inúmeras universidades. Ao refletir sobre essa experiência, Helena nos conta sobre as pautas em discussão na época e o quanto essa experiência modificou sua percepção de mundo. Embora ela recebesse uma bolsa auxílio, paga pela UNE, Helena reflete que sua condição econômica familiar foi fundamental para que ela pudesse vivenciar essa mudança de cidade, pois, ainda que seus pais fossem trabalhadores, ela não necessitou se inserir no mercado de trabalho formal, durante seus estudos, diferentemente de alguns de seus colegas de movimento estudantil.

Teve a experiência do meu grupo me indicar para ir para UNE. Eu tive essa experiência de 2007 a 2009, de militar na UNE, nesse espaço mais nacional mesmo do movimento estudantil. Ter essa dimensão brasileira e das outras universidades, fazer esses movimentos por aí, mas sempre no movimento estudantil e feminismo. Porque nós também sempre estávamos nas diretorias de mulheres, fazia as coisas. Essa é a minha trajetória. [...] A experiência da UNE, eu fiquei um ano e meio longe daqui, vivendo. Porque tu está na UNE, tem que circular, lá em São Paulo. [...] Eu era bem novinha, [...] eu devia ter uns 23 anos. [...] Eu já conhecia [pessoas da UNE], porque a gente já tinha um grupo do movimento estudantil e quando a gente tem, a gente vai nos encontros nacionais, então, tu já conhece algumas pessoas, mas eu não conhecia assim a fundo ninguém. Daqui não foi ninguém, até porque é difícil se manter lá. A UNE, na época, ela dava ajuda de custo direitinho, mas não era aquela coisa. Eu conheci várias regiões, várias realidades, a partir dessa experiência, então, isso foi bem forte na minha trajetória (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ao trazer para fala sua memória da participação no movimento estudantil, Helena contextualiza de maneira complexa os fatores sociais do campo político e econômico da época mobilizada. Desse modo, além de traçar sua trajetória, compartilhando em uma fala fluida suas motivações, dificuldades, afetos, Helena nos ajuda a compreender as disputas envolvidas nos projetos de sociedade que envolveram a diversas manifestações políticas, as quais ela esteve presente. Desse modo, ela segue nos contando sobre sua experiência na UNE:

Porque, essa época também, 2007, nós estávamos, o quê? Nós estávamos no segundo governo Lula. Eu me lembro que nosso embate, quando eu iniciei na UNE, ali antes da UNE, era o PROUNI. Eu me lembro que existiam correntes dentro do movimento estudantil que eram contra. Eu me lembro que nós éramos super a favor, que nós tínhamos a realidade da UCS, e nós falávamos assim, “ah, vocês das universidades federais são contra o PROUNI, né?” Claro que eu sei que dentro da universidade federal é difícil também esses debates, nem todos os movimentos pensam da mesma forma, quando nós fazíamos esse debate do PROUNI, e quando eu estava dentro, o grande debate foi sobre o REUNI. Não sei se tu lembra desse embate que teve do REUNI, mas, nossa, foi muito duro, porque também tinham muitas pessoas que eram contra, como se a universidade pública fosse perder qualidade, esse era um argumento bem elitista. Mas, era um período de expansão da universidade pública. Era um período de expansão da pesquisa, de dinheiro. Que nem tem aí hoje, por exemplo, eu participo de um grupo de pesquisa que a gente estuda as universidades emergentes, que é a UNILA, a UFFS, a Federal da Fronteira Sul aqui, a UNIPAMPA, e a da Bahia, uma da Bahia. Então, mas isso são quatro experiências, mas tu tem a construção de várias, dos Institutos Federais. Então claro, era, digo assim, o contexto sempre influenciou muito, sempre influenciou muito. Imagina, hoje tu vê o nosso contexto, é triste. É triste, em quem pensa no Fórum Social Mundial, ver onde a gente chegou, é complicado (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ao contar sobre sua trajetória de engajamento, Helena traça um caminho entre o movimento estudantil e o movimento feminista. Segundo ela, não houve uma ruptura ideológica que a afastou de um movimento em sentido de outro, mas sim, a configuração de seu cotidiano e a percepção de que era necessário fazer escolhas para poder atuar de maneira mais organizada e dar conta das outras demandas da vida.

Depois que eu saio do movimento estudantil, depois da minha graduação, da UNE que acaba, que eu volto, que eu me formo, o que permanece é a Marcha. Que permanece é a Marcha do meu engajamento político (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A saída de Helena do movimento estudantil se deu ao término da graduação. Todavia, o trânsito entre estar militando de forma organizada no partido político e se dedicar mais à militância no movimento feminista foi processual. A identificação com a forma de organização da Marcha em Caxias foi um fator fundamental para que Helena permanecesse conectada ao movimento, mesmo em momentos em que ela não podia estar tão disponível. A leitura de suas experiências pessoais e a vivência cotidiana com outras mulheres, na construção de laços afetivos de apoio mútuo, foram fundamentais para Helena seguir na Marcha.

Às vezes, eu consegui estar com o pé mais na Marcha, às vezes, ou eu tinha que tirar o pé da Marcha e botar no movimento estudantil, nessas coisas mais gerais. Então nunca foi uma ruptura com a Marcha, até porque o feminismo, e isso é uma coisa que eu também estudei no mestrado e cheguei essa conclusão, assim, que o feminismo ele te ajuda a te manter nos espaços políticos. Ele ajuda a te manter no espaço misto, porque ele faz com que tu consiga compreender melhor aquela contradição que tu tá vivendo. Então, ele te ajuda a compreender melhor aquela opressão, aquela contradição que, às vezes, é dentro da tua própria organização. E ela também te dá sustentação no sentido dos espaços de auto-organização. A gente sempre teve os espaços de auto-organização como o espaço onde as mulheres se encontram para falar sobre as questões, só vai ter mulheres, onde elas vão ali falar o que elas estão vivendo, o que elas avaliam politicamente, as ações delas, então esses espaços eles são espaços de acolhimento também. Então, uma coisa nunca foi desgrudada da outra, porque ela sempre é necessária. Na minha percepção e a partir da minha vivência, foi muito importante as duas coisas andarem juntas, mesmo que eu não conseguisse talvez estar tão presente em alguma outra. Aí depois que eu acabo, quando eu não sou mais estudante, eu vou para essa questão mesmo aí profissional. Que também eu considero, na verdade, tudo é político, tudo é esse engajamento político. Eu acho que o que eu estudo hoje no doutorado é um engajamento político (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Vale destacar que Helena não teve ninguém em sua família que tenha experiência militante e, conforme já mencionamos, seu posicionamento engajado de esquerda contradiz o senso político de sua família. Desse modo, os laços de amizade construídos, a princípio no ambiente escolar e posteriormente na universidade, foram fundamentais para o desenvolvimento de seu engajamento. Ainda que a participação política, em um primeiro momento, fosse-lhe estranha, a capacidade de Helena de socializar e estabelecer amizades fez com que ela construísse um espaço de pertencimento na militância. Nesse sentido, ela nos conta como ela foi se engajando nas pautas que ela defende hoje:

Eu acho que, um pouco, é que tu começa a questionar. Todo o período mesmo da juventude, que começa a questionar as coisas, as pessoas começam a te falar coisas, tu começa a ler coisas, tu começa a ver coisas ao teu redor que já te incomodam. A própria presença do machismo é uma coisa que incomoda as mulheres desde muito cedo. A gente sabe, aquilo incomoda, mas, às vezes, a gente não sabe explicar ou não sabe compreender. Então várias coisas incomodam, várias coisas me incomodavam, de ver, de ouvir. Naquela época, que nem eu estava te dizendo, 1998, tudo bem, eu era bem novinha, depois também, mas tu começa na sala vivendo um Brasil de grandes desigualdades, de muita privatização, de nenhuma perspectiva. Por exemplo, eu sou filha da universidade pública agora, porque eu compreendo que algumas políticas públicas foram feitas para eu estar lá, porque, naquela época, de 1998, eu não tinha, era um FIES que endividava, não tinha PROUNI, não tinha REUNI, não tinha nada, não tinha, bom, bolsas de pesquisa era nada. A pesquisa, as universidades, defasagem de salário, caindo aos pedaços. Eu me lembro dessas notícias das universidades públicas. Então, eu acho que eram essas coisas que acabam fazendo tu se envolver e, quando tu vê, tu começa a fazer parte de algo coletivo também que é muito bom. Principalmente, quando tu é jovem, tu quer ter uma turma, e aí tu tem uma turma que pensa sobre o mundo, que traz um monte de informação, que também te coloca em espaços de leitura, de reflexão, de debate. Então, acho que isso, assim, foram coisas que impulsionaram (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Embora o pai e a mãe de Helena tenham um posicionamento político conservador, ela nos diz que isso não foi um fator marcante em sua criação, e que seus pais sempre lhe deram liberdade para participar de organizações políticas, de sair para eventos estudantis, de viajar sem supervisão. Essa relação de confiança e respeito são mobilizadas por Helena como um fator que a influenciou positivamente a se engajar em causas políticas. Após Helena e seu irmão se tornarem adultos, seus pais se separaram. Ela nos diz que sua mãe modificou seu pensamento político com o passar dos anos, muito influenciada pela admiração de figuras femininas que romperam com padrões, assim como ela própria fez ao cursar o ensino superior.

Eu vou vendo, percebendo nela uma mudança de fato na fala, hoje, quando ela fala: “os caras fizeram tudo para detonar o governo do PT”, é uma fala dela isso. A minha mãe foi sempre muito admiradora das mulheres, por esse lado assim. Ela sempre foi uma mulher que questionou as coisas, tanto que ela foi fazer Artes, imagina, nem meu nono queria que ela fizesse Artes, meu nono era super patriarcalzão e ela batia de frente. Então ela sempre foi uma mulher que admirou a Dilma. Essas coisas, que, na criação dela não veio, não veio da criação dela, não veio dessa trajetória dela. Ela vai percebendo isso, olhando para o contexto, olhando para essas mudanças políticas. [...] Tanto ela, meu pai mais, sempre me deram muita

liberdade, eu podia ir nas coisas, eu podia fazer parte do movimento, eu podia ir na manifestação, eu podia ir em uma formação em Porto Alegre, eu podia ir para o Fórum Social Mundial (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

O conflito de valores, embora existente em sua família nuclear, mostrou-se mais difícil para Helena no convívio com sua família extensa. Todavia, nesse ambiente, ela também consegue ver algumas transformações no pensamento político de alguns de seus parentes, embora com outros membros ela sinta não ser produtivo entrar em debate sobre política.

Esse olhar mais preconceituoso mesmo contra o PT, meu tios adoravam fazer piadas do PT, do MST, de coisas nesse sentido, muito antes do Bolsonaro. Mas aí, depois, se revelam como bolsonaristas, também apoiadores. Então, nos dois lados da família, grande parte, grande número, sempre foi de posições mais conservadoras, liberais mesmo. [...] A minha mãe já mudou, já tem outro pensamento, meu irmão tem outro pensamento, a gente tem muito essa visão crítica da realidade, eu tenho alguns primos e primas que já têm esse outro pensamento, que já vêm falar comigo sobre isso e compartilham as mesmas informações. Poucos, mas tem. A minha tia, que é irmã do meu pai, está mais junta nessa visão crítica da realidade. Então, acho que sempre tem as resistências, em tudo que é lugar. Pode ter lá uma maioria, mas tem um ou dois. [...] Claro que eu não comprava e nem compro hoje toda briga, ainda mais com alguns familiares, tu não compra, tu releva, porque tu sabe que dali não vai vir nada muito mais reflexivo. As pessoas também não estão abertas e elas têm uma posição de classe social, elas não vão admitir, mas elas têm, não é pela corrupção, tu entendeu, não é, necessariamente, “vamos tirar a Dilma, porque ela era corrupta”. Não, é porque ela defende alguns valores de sociedade, que são diferentes dos valores das outras pessoas. Então, isso daí, sempre aconteceu e continua acontecendo (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

O trânsito de Helena em diferentes espaços de militância conferiram-lhe uma formação política que se mostra nas análises que ela faz de seu próprio contexto. Verificamos que a crítica feminista dela é aliada ao pensamento classista de esquerda, não de modo a submeter uma questão à outra, mas no entendimento de que as duas formas de opressão estruturam o mundo capitalista. Nesse sentido, ela reflete sobre os diferentes lugares em que ela circula, em que o seu pensamento entra em conflito com o de outras pessoas e a forma que ela lida com o dissenso.

Acho que isso a gente tem em todas as nossas relações, é dentro da sala dos professores, com os nossos amigos e famílias. É dentro da nossa

família, alguém que fala alguma coisa, alguém que reproduz uma fala conservadora ou algo que não é real, tem que dizer: “olha, quem sabe isso”, “tu já ouviu esse lado?”, “tu já pensou sobre isso?”, “não é legal, porque tu está reproduzindo uma visão racista”, a gente faz isso. Acho que dentro da educação acaba tendo mais espaço. Mas a gente tem que cuidar para não ficar toda hora dando aula também. Não sei, eu acho que a gente tem que buscar não querer ser “palestrinha” também, que a gente não vai ganhar as pessoas, entende. É como tu diz, elas já sabem a nossa posição, elas já esperam uma fala mecânica, acho que a gente tem que cuidar e tentar achar outros caminhos, às vezes, para tentar fazer elas pensarem. Acho que isso é um desafio. Algumas não estão abertas para ouvir mesmo, algumas vão fazer por provocação (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Atualmente, Helena é professora de português. Sua escolha profissional foi inspirada na potencialidade transformadora que ela vê na comunicação. Além disso, a vivência democrática de escola, que gerou seu primeiro envolvimento político associativo, em conjunto com outras experiências positivas de escolarização, como a construção de amizades, as possibilidades de reflexão, o acesso à cultura letrada, foram fundamentais para que ela trilhasse esse caminho.

A minha primeira opção não era Letras. Eu me lembro que eu queria fazer [graduação] na área da educação, mas eu também pensava que tinha outra atuação profissional que era muito poderosa que era o jornalismo. Eu também achava a área da comunicação muito forte, só que daí, eu me lembro que eu fui fazer a matrícula na UCS para o vestibular e era exposto o quadro de disciplinas e os valores, e o valor do jornalismo era o dobro do de Letras. Eu lembro que eu pensei assim, bom, se eu quiser ser uma boa jornalista, eu vou ter que saber ler e escrever muito bem, então eu vou fazer Letras (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A escolha pela área da educação reflete a trajetória de engajamento de Helena, embora outros fatores também tenham sido determinantes em sua escolha, como a dificuldade de acesso, à época, ao ensino superior, mesmo para filhos da classe média, com a menor oferta do ensino público superior e nenhuma política que viabilizasse o valor pago nas universidades privadas. Atualmente, ser professora faz parte da identidade militante de Helena, não de maneira proselitista, mas por ela entender a escola como um espaço importante de formação política.

O que vai influenciar mais é, eu acho, a minha opção, nesse sentido, de tornar a minha atuação profissional algo com sentido político. Eu não queria ser uma profissional para trabalhar para decoração interna de lugares, por exemplo. Eu não via um sentido nisso, aquilo me parecia não ter algo que

se entrelaçava com as minhas ideias, não. Então, eu não ia fazer arquitetura, “ah, eu vou trabalhar nessa área das exatas”, “ah, eu vou administrar”, “contabilidade, eu vou”. Eu ficava me imaginando no futuro, nessa profissão. Eu ficava pensando qual profissão que trabalha com gente, isso era uma coisa que eu queria, que trabalhasse com gente e qual profissão que tem a capacidade de construir reflexões. Qual é uma profissão potente, uma profissão... E aí, é a educação. Assim, eu pensei na hora nessa questão. E eu me lembro que Letras vem por conta da literatura mais forte. Nem é a área tanto assim, e eu tinha muito problema com português, eu tinha muita dificuldade nas aulas de português, essa coisa aqui, e eu vou aprender essa coisa. Quando eu entendi que para ser professora de Literatura eu tinha que fazer Letras, aí eu fui fazer Letras. Aí tudo bem, eu fui fazer Letras. E é isso assim, porque Letras é uma atuação na educação que não bitola também, que eu poderia, sei lá, ter feito, trabalhar na educação e querer, não sendo preconceituosa com os professores de matemática, por exemplo, né, que eu posso fazer um estudo da matemática muito diferente também, mas digamos que não é o que se ensina, é difícil, não sei como é que está hoje, mas se, é muito teórico ainda, no sentido de conteúdo. E as Letras já não, nas Letras eu conheci um universo ali, porque eu nem tinha noção do que era linguística, daí eu encontro a linguística que é uma ciência maravilhosa, é uma coisa louca. Se tu começa a estudar a questão da linguagem, aí tu vai ver a linguagem e a aprendizagem, aí tu começa a ver linguagem, aprendizagem e sociedade, aí as coisas de língua e sociedade, a sociolinguística e, aí pronto, só reforçou a minha reflexão, esses encontros. Então foi por isso que eu fui para área da educação (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Em muitos momentos da entrevista, a atuação profissional de Helena é refletida a partir das suas experiências escolares enquanto estudante. Com uma boa socialização em ambas as escolas que estudou, quando questionada sobre as dificuldades no processo escolar, Helena refere apenas questões de aprendizagem relacionadas a alguns conteúdos de matérias específicas. A relação conflituosa que ela teve com uma de suas professoras de língua portuguesa a marcou em relação à construção de sua prática docente. Embora ela tivesse dificuldades relacionadas à matéria de língua portuguesa, isso não afetou o seu apreço pela leitura e escrita que a direcionaram para a graduação em Letras.

Eu gostava de estudar, eu achava legal estudar, eu gostava de ler. Eu era uma pessoa que tinha que escrever para entender. Então eu tinha as minhas próprias..., os meus cadernos, eu tinha que escrever, na aula eu escrevia, eu era uma estudante que era engajada no aprendizado. Mas eu tive dificuldades, imagina, nem sei como é que eu passei em física e química, era muito difícil. Várias áreas, era difícil, física, química. A própria, eu me lembro, isso foi uma coisa que eu peguei como aprendizagem

também depois, eu me lembro como eu tinha medo na aula de língua portuguesa. Tinha medo, eu me lembro dessa sensação. Isso, eu reflito muito na minha atuação, quando eu estou em sala de aula, o contato com os meus alunos, não fazer eles sentirem medo, se expressarem e tal. Essas coisas, elas foram tão, mas eu também, nessas épocas de estudo, principalmente, quando eu estava mais engajada no movimento estudantil, eu me lembro, porque eu sempre achei que nós que queríamos convencer alguém de alguma coisa nós tínhamos que ir bem na aula, entende? Tu não pode ser um estudante que chega lá para pedir voto e tu é um cara ou uma cara que nunca está em sala, que falta aula, que não vai bem, né. Então, tudo está junto. Uma dificuldade específica maior, mais forte, eu não tenho isso, mas tive algumas, em algumas áreas do conhecimento. Tipo Letras, eu detestava gramática, então vamos lá, vamos entender (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Terminada a graduação, Helena ainda passou alguns anos estudando antes de trabalhar como docente. Ela fez especialização, mestrado e, atualmente, é aluna de doutorado. Sua experiência escolar e de militância no movimento estudantil a influenciaram também na escolha de seus temas de pesquisa. Helena apresenta pontos positivos de sua formação em instituições privadas, tanto na escola quanto na universidade. Todavia, a possibilidade de fazer pós-graduação em uma instituição pública foi a realização de um sonho – o de vivenciar o espaço formativo da universidade pública.

Eu sou formada em Letras. Eu fiz o mestrado e agora eu estou como doutoranda na Educação, na UFRGS, no PPG-Edu. [...] Eu me formei em Letras aqui na UCS, e depois fiz uma especialização, muito legal também, que a universidade, aqui, a UCS ofereceu em EJA, do PPG-Edu da UCS mesmo. Na época, era uma parceria com o governo federal bem interessante, então eu fiz essa especialização. Aí veio, em 2015, essa vontade de fazer o mestrado e fazer o mestrado em uma universidade pública, não mais com essa ideia de pagar para estudar. Então, eu tinha pagado já a minha graduação e decidi tentar lá na UFRGS. Daí, eu consegui, fiquei muito feliz! Eu fiz o mestrado lá, encontrei uma orientadora muito legal, muito acolhedora. Depois do mestrado, fiquei um ano ali organizando um pouco a vida e aí fiz o doutorado depois. Tentei a prova, a entrada no doutorado e consegui também. [...] No mestrado eu estudei os estudantes, mas eu estudei as estudantes, porque aí eu quis pegar essa experiência. Porque na minha graduação, na verdade, no movimento, ainda quando eu estava na escola, secundarista, eu sempre me envolvi com o movimento estudantil, sempre foi uma coisa muito presente, era uma coisa que eu gostava bastante, que eu me engajava bastante. E aí, na graduação, eu participei do movimento estudantil e tinha muito essa militância das jovens mulheres feministas e estudantes, no movimento estudantil. Eram, inclusive, mulheres com quem eu tinha proximidade muito grande, da mesma organização, que já eram do movimento feminista e

construíam relações para dentro do movimento estudantil. Então, tu tem um período, desde 2003, do primeiro encontro de mulheres estudantes da UNE. Então, teve os processos do primeiro encontro e segundo. Eu estudei isso, eu estudei a auto-organização das estudantes feministas no movimento estudantil, nas universidades também, os encontros de mulheres. Hoje, vai fechar o décimo já. Então, tem uma história e é uma história muito interessante. Eu quis estudar e visibilizar um pouco esses processos de formação nesses espaços. Esses olhares dessas estudantes para universidade, para formação, nesses espaços [...]. No doutorado, foi um pouco essa sequência. Daí, eu queria pensar essa experiência da professora e da educação, do feminismo. Continuei nessa linha, sabe, de pensar (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Os espaços de formação nos movimentos sociais, intencionais ou não, foram vivenciados por Helena de modo a configurar importantes transformações em sua vida. O cotidiano de quem está politicamente engajado pode ser propício a debates, a trocas, a acesso a leituras que não seriam tão potentes fora desses espaços. Desse modo, Helena nos conta sobre algumas experiências de aprendizagem política que ela considera significativas na sua trajetória.

Olha, tem muita coisa legal, que eu acho que foram espaços de formação bastante marcantes na minha trajetória. A nossa luta de combate à ALCA foi um momento importante, que foi um momento de organização dos movimentos, de auto-organização dos movimentos, ir para as escolas, levar um vídeo, encher um auditório de estudantes, falar sobre isso, foi muito desafiante, mas foi um processo importante. Os espaços de auto-organização da Marcha Mundial das Mulheres, desde as plenárias até as reuniões nacionais, a gente também tem as ações internacionais. Esses espaços só das mulheres, o espaço do feminismo, de ler mulheres, de ler sobre o feminismo, de estar com outras mulheres, foi também, sem dúvida, processos marcantes. As experiências dos Fóruns Sociais Mundiais, isso nem se fala, porque aquilo foi algo, era uma efervescência sem conseguir adjetivar, tudo que tu via, tudo que tu vivenciava, mais ainda em um processo coletivo, que era um Fórum Social Mundial. Então, eram pessoas do mundo todo ali que diziam que aquilo não estava bom e que nós precisávamos construir outra coisa. Então, com certeza, foi um processo marcante, importante. Depois, tem os espaços do partido político também, das formações partidárias, das experiências dos governos de esquerda. Eu lembro de ir em algumas reuniões do orçamento participativo em Caxias, eu era muito nova, mas eu me lembro de ter ido, de ver aquilo, de participar do engajamento, de fazer os jovens de tal espaço se organizar para ir na reunião do orçamento participativo pedir a cancha, pedir a pista de skate. Eu me lembro que teve todo esse processo de construção disso em Caxias. Então, esses são alguns momentos assim que certamente são bem marcantes na trajetória (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ao longo da entrevista, Helena também reflete sobre a condição de mulher pesquisadora. Sua experiência de engajamento político feminista faz com que ela esteja atenta aos sistemas de opressão nas diferentes instâncias da vida, e a academia é uma delas. Nesse sentido, ela vê a sua pesquisa como uma forma de atuar politicamente em um espaço em disputa de poder.

Nada é neutro, né? Eu acho que as mulheres, às vezes, epistemologias feministas, essas mulheres dentro da academia, elas têm contribuído muito com esse debate, essa ciência moderna que separa esse lugar do acadêmico e do político, da razão e da emoção, do pessoal do privado. Sabe esse binarismo? E isso não é real. Isso não é real, quando tu define um tema de pesquisa, quando tu define algumas coisas, tu já está apontando para alguma coisa que tu quer, os teus objetivos. Eu tenho pensado cada vez mais sobre isso. Que a nossa atuação como pesquisadora, hoje como bolsistas, é um engajamento político. É um engajamento político, é um engajamento ético, nesse sentido. Não é como no movimento social, é diferente. Não é como um movimento partidário, mas ele também é, porque ele também causa tensionamento por dentro. Ele também está disputando, eu penso assim, a gente conversa bastante ali na nossa linha, disputando também esse espaço da universidade (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Há um ano, Helena trabalha como professora de Português no ensino básico, sendo servidora pública municipal. Atualmente, ela mora sozinha e vive de sua própria renda. Além disso, ela é bolsista de Doutorado em Educação. Antes de sua nomeação, Helena morou por um ano em Porto Alegre, dedicando-se exclusivamente à pesquisa, mas seguiu vinculada à MMM de Caxias do Sul. Sobre a experiência de morar em Porto Alegre, ela nos conta:

Quando eu estava lá em Porto Alegre, tem uma dificuldade que tu não está o tempo inteiro aqui. Então, eu acompanhava as gurias [da MMM] meio de longe. Se tinha alguma coisa elas sempre postam nas redes, sempre postam no grupo ou se tem alguma coisa que vai acontecer convidam. Claro, elas estavam mais ativas, eu digo elas, a coordenação municipal. A gente fez o nosso encontro. A gente tem essa questão de fazer encontros e tentar tirar algumas pessoas que durante algum período vão coordenar os trabalhos. Então as gurias, elas fizeram coisas. E aí, eu acompanhava de longe. Claro que eu conheço as meninas de Porto Alegre. A gente tem uma militância. Também, já fui dos espaços da Marcha estadual. Então, quando tinha coisas lá, participava lá também. Mas durante um período que eu fiquei lá, ali 2020, que começou a pandemia no início de 2020, a Marcha também não fez nada lá. Fez as coisas virtuais. A nossa 5ª Ação Internacional da Marcha, ela estava programada para acontecer no Rio Grande do Norte, no início da pandemia, e esse encontro todo virou

encontro virtual. Então, tu está sempre ligada assim nas coisas que estão acontecendo, mas essas coisas também acabaram. Tanto estadualmente, nacionalmente no movimento, sendo impactadas, para virar um espaço virtual. Então eu participava. Mas é isso, esse período foi todo muito virtual, não tinha mais. Que nem agora, dia 20, eu acho que tem, as gurias estão chamando para esse espaço estadual, uma plenária estadual. É uma retomada, depois de dois anos assim de distâncias ou de só virtualidade. Então, eu acompanhava, nessa época, a gente conseguia acompanhar por aí. E por aqui também, pelas gurias, por informe tudo, por algumas coisas. Elas faziam muita ação direta aqui, no sentido dos lambes pela cidade e algumas faixas em alguns espaços da cidade, para transformar isso em material de rede, porque é a virtualidade, demarcar nas redes (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

O retorno de Helena a Caxias do Sul aconteceu em meio ao cenário de fortalecimento das forças políticas conservadoras e crise sanitária da pandemia de COVID-19. Assim como outras entrevistadas, Helena considera que o distanciamento, embora tenha afetado a todos, prejudicou em especial aos grupos feministas, como a MMM, pela importante dimensão de afeto que envolve essa militância. Nesse sentido, ela faz um balanço de como a organização política em movimentos sociais tem acontecido nesse contexto:

Na verdade, [a militância] se dá na resistência. No que é possível, porque, além do período político, é o período pandêmico. Então, foi muito contraditório também para os movimentos sociais, foi muito difícil para nós mesmos assim da Marcha. Porque, as pessoas, elas se voltaram, elas se isolaram, elas foram obrigadas a se isolar. A perspectiva do medo também de sair, do encontro, do estar junto. Então, tudo isso teve um impacto forte na organização dos movimentos. Pelo menos assim, por um lado bom, a gente ampliou e teve momentos virtuais, mas esses momentos não se comparam ao encontro, àquela presença e a essa segurança também de saúde pública, porque a gente também começou a sair agora. Mês passado, a gente teve um encontro, que a gente também estava se sentindo mais seguras. Mas a militância da Marcha, por exemplo, ela é bastante plural. Então são várias idades, são várias mulheres, são várias realidades, comorbidades. Enfim, então, isso foi um impacto forte assim no movimento. E por um lado tu tem um dos governos de ultradireita, um governo inédito, digamos assim, na conjuntura do Brasil, nessa questão de, como diz a Fernanda Montenegro, é uma ultradireita eleita. Então, que eu acho que foi um desafio muito grande. Está sendo um desafio que a gente tentou, se dar conta de não deixar a coisa baixar, de fazer algumas ações de rua em alguns momentos. Nem que fosse a colagem dos lambes, essas coisas que não significam reunir pessoas, mas conseguirmos intervir nessa conjuntura. Eu acho que esse ano a gente viveu um processo muito difícil, não só para o coletivo, para a organização política no coletivo, mas individualmente também para as pessoas que são parte dele. Lidar com

tudo isso. As pessoas lidaram com mortes dos seus familiares e isso está enviesado com a questão política, do negacionismo de uma doença, do negacionismo do uso de máscara. Então, lidar com tudo isso, acho que foi bem e é bem complexo. Não só para quem é dos movimentos sociais, mas eu acho que essa coisa assim de não poder ir para a rua, não poder fazer ato, de não poder... Então, tudo está acontecendo ali, muitas votações foram, por exemplo, colocadas coisas importantes e as pessoas não tinha como puxar alguma ação. Então, eu acho que isso foi uma um desafio bem grande. Eu vejo por Caxias, posso falar pela Marcha, que a nossa organização em Caxias, é de uma retomada, de uma retomada de um corpo mais atento, um corpo coletivo mais atento, porque antes as indivíduos podiam estar atentas e podiam estar se movimentando numa rede, se movimentando aqui, ali, mas dessa ideia do coletivo que se vê que se encosta é mais agora. Então, acho que foi bem difícil, bem desafiante, bem resistência e resistência de luta, mas também psíquica (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Os espaços de socialização entre mulheres, para além da manifestação pública de suas pautas, é fundamental na construção da MMM em Caxias do Sul. Os encontros de planejamento e de formação são importantes em si, mas, também, têm por intuito desenvolver as habilidades das marchantes para melhor vivência política em outros espaços públicos. As ações da Marcha buscam desenvolver e valorizar diversas formas de manifestação e comunicação coletiva, inserindo muitos elementos visuais em sua atuação.

Temos até dificuldade, às vezes, no caso, de catar as mulheres para subir no carro de som. Sempre uma coisa que a gente tem que se organizar antes, para preparar alguma coisa, porque também, esse sempre é o rito. Esse rito do carro de som, esse rito do microfone, não é um rito fácil para as mulheres no geral. Mas a gente busca e tem um olhar crítico para que não seja dessa forma, porque também tem críticas a esse formato. A própria batucada da Marcha é um pouco uma resposta disso. Algumas coisas visuais, conseguir ter as próprias faixas, passar os lambes, as coisas, as gurias com os cartazes e o sutiã (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A circulação de Helena em outros espaços de militância faz com que ela traga para dentro dos encontros da MMM elementos organizativos de modo a dar foco e sistematizar os trabalhos propostos. Como em um dos encontros em que observei, que, a princípio, a fala estava ocorrendo de forma espontânea, mas demorada, e Helena propôs que se estipulasse três minutos de fala por participante, para não extrapolarmos o tempo estipulado para o debate. Ainda assim, suas intervenções são postas de maneira propositiva, mantendo o princípio de auto-organização do

movimento. Nesse ínterim, Helena relata como tem sido a sua inserção, hodiernamente, na MMM e como o seu papel no movimento foi se modificando ao longo dos anos.

Eu já tive, talvez, momentos de mais engajamento, no sentido de assumir mais algumas tarefas de organização do movimento. Já estive presente na executiva estadual da Marcha, então, era um olhar que tu tinha de uma organização pelo estado, pensar as coisas estaduais, pensar as formações estaduais. Aqui, em Caxias, também, eu voltei esse ano, então em outros momentos que eu estava aqui, eu me sentia mais parte, me sentia mais engajada, no sentido de estar acompanhando. Hoje, eu consigo acompanhar, mas no sentido assim, eu tenho algumas prioridades, também, que são importantes além disso. Então, eu tento balançar um pouco isso. Eu sempre deixei claro para as gurias que tem alguns momentos que é muito puxado no trabalho, e que é muito puxado nos estudos, e que aí é isso, eu não vou conseguir estar sempre presente, não vou conseguir ajudar sempre. Mas eu me sinto meio que nesse movimento de tu nunca deixa. Mas, às vezes, consegue estar mais, às vezes, consegue estar menos, e tu vai construindo esses balanços. Então, hoje, eu acho que eu retomo um pouco aqui por Caxias, depois de um tempo de acompanhar mais de longe, então eu me sinto acompanhando mais de perto, trocando mais com as gurias, eu encontro, a gente conversa sobre, eu vou nas atividades, a gente pensa as coisas junto. Então, eu acho, que é o engajamento mais próximo, mais do cotidiano e que demanda tempo, mas é um tempo que eu tento equilibrar, porque tem toda a demanda da escola, tem toda a demanda do doutorado também. E as outras demandas na vida da gente, então, é isso assim, é um movimento. A militância é movimento também (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Com uma leitura de conjuntura aguçada, Helena compreende que o momento que vivemos tem sido bastante difícil para o desenvolvimento político autônomo, todavia, ela também mantém um olhar crítico sobre o passado. Helena avalia que o processo de militância nunca foi fácil. Em sua trajetória, ela consegue identificar as problemáticas vivenciadas em outros momentos, fator que justifica perseverar na luta pela mudança social.

Quando tu está em um contexto de luta social mais ampla, mais fortalecida, isso te dá mais força. Mas claro, não dá para perder..., sempre foi difícil. Eu me lembro lá, a luta contra a ALCA, essa história nossa, do Brasil, também é bem difícil, ganhar, chegar a esquerda ao poder nesse país foi muito difícil. E quando chega, também foi muito difícil. Processos difíceis internos e processos de ataques externos. Cada época é uma época também. Eu tento não ser saudosista, sabe, não cair nessa ideia de que aquela época foi muito especial. Aquela época é daquela época, hoje, não sei, o mundo mudou, quanta coisa. Quando eu estava na oitava série, eu não tinha nem

celular, eu acho que na oitava série eu não tinha nem, isso, eu tenho certeza, não tinha nem computador em casa, eu vou conhecer a internet no ensino médio. Então, não tem como comparar também os mundos (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

A possibilidade de vivenciar uma militância autogerida e que valoriza a construção criativa na MMM põe em questionamento outras instâncias de engajamento às quais Helena faz ou fez parte. Quando questionada sobre o que ela considera frustrante em sua trajetória de engajamento, Helena reflete sobre a rigidez organizativa presente nos espaços políticos e a intencionalidade de alguns militantes que divergem do senso de coletividade esperado.

Eu acho que são os nossos instrumentos, eu acho que é frustrante. Enquanto os movimentos sociais, alguns menos outros mais, mas os próprios métodos ou formas dos partidos de esquerda, as próprias manifestações, essas coisas assim. Eu acho que a nossa comunicação é frustrante, os nossos instrumentos de chegar nas pessoas é, me parece um pouco frustrante, a burocracia é frustrante. As pessoas que fazem o que fazem ou que lutam por interesses pessoais, por interesse de conseguir um trabalho, e elas se engajam por isso, porque elas têm um trabalho, não porque elas priorizam aquela luta. Então, acaba que, às vezes, mais segura as mudanças do que constroem as mudanças, então isso é frustrante (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Ainda que não seja um processo fácil estar engajada em uma luta coletiva, a esperança na mudança move Helena para seguir construindo espaços de participação política, mesmo quando as outras demandas da vida estão latentes. Revisitando sua história, percebemos que a construção ainda na adolescência de uma identidade militante influenciou cada aspecto de inserção pública de Helena, seja na sua profissão, nos seus estudos ou pesquisa. A construção de laços afetivos fortes faz com que ela esteja inserida em grupos políticos compostos por pessoas que, além de serem suas companheiras de luta, fazem parte de suas relações íntimas de amizade. Desse modo, ela nos responde que, ainda hoje, ela segue militando:

Para dar sentido para as coisas. Eu acho que é isso. Eu acho que é como a minha profissão, eu escolhi ela para dar sentido. Porque é ideológico, no sentido assim, se eu compreendo que a transformação tem que ser feita, que essa sociedade que tá aí não nos cabe, que a gente tem potencial pra fazer mais, para mudar a vida das pessoas, que as pessoas não precisam ser tão exploradas e sofrer tanto, o que que eu faço para isso? Eu vivo a minha vida individualmente? Eu vou cuidar só da minha vida? Eu não estou em nenhum projeto coletivo para mudar? Isso me coloca em contradição.

[...] Claro que a gente também está o tempo inteiro agindo, eu estou na sala de aula, eu estou construindo reflexões, no meu cotidiano, eu estou construindo reflexões, mas alguns movimentos são coletivos, as pessoas têm que estar engajadas, a gente tem esse desafio. É por isso, eu faço isso, para ser coerente, eu acho que é coerente querer mudar o mundo e se engajar em coisas coletivas. Às vezes, não dá, por conta das demandas da vida, as pessoas se afastam, tudo bem, mas tu não precisa se afastar totalmente, tem formas de participação distintas, mas todas são importantes para aquele momento da vida. Então, acho que eu continuo por isso, por coerência, pela minha visão de mundo, para os meus sonhos, minha luta diante desse mundo, desse machismo patriarcal forte, desse racismo todo, eu vejo sentido, isso dá sentido à minha existência (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

São nas pessoas que a acompanham, na transformação vista em si e nos outros que Helena encontra motivos para militar. A satisfação de estar em grupo que sonha e constrói junto é externada em sua fala como algo que dá sentido ao seu engajamento. Essas relações são mobilizadas por ela ao nos responder sobre o que ela acha gratificante em sua participação política:

Acho que muitas coisas são gratificantes, desde conhecer pessoas muito maravilhosas, até conhecer culturas e lugares muito legais, porque a gente acaba saindo do nosso estado, acaba indo pra espaços nacionais. Tu conhece pessoas de outras regiões, de outras realidades, então, isso é muito gratificante, essa oportunidade. As formações, por mais dolorido que, às vezes, as formações..., o conhecimento ele nos transforma, então ele vai refletir na nossa vida privada, nas nossas relações. Então, isso é algo que, às vezes, constroem processos doloridos, de rupturas, de reflexão da vida, enfim. Mas isso também é gratificante, isso também é gratificante. Eu não gostaria de não saber. Eu prefiro saber, sofrer e tentar mudar. Isso também, de alguma forma, é gratificante. E todas as amigas, as amigas maravilhosas, pessoas maravilhosas, pessoas de sonhos, de compartilhar sonhos, de compartilhar momentos. Isso tudo é muito gratificante (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

4 A VOZ ENGAJADA: MUDANÇA DE SI E DO ENTORNO

A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela (hooks, 2017, p. 22).

O engajamento em causas políticas nasce da leitura de que o mundo da forma que se configura precisa de mudanças. Essa reflexão não surge sozinha, vem do arranjo com algum conjunto social que credenciam o estranhamento sentido antes de ser compreendido em palavras. Em alguns casos, não necessariamente se dá no contato direto com outras pessoas, pode ser por meio da leitura teórica, na construção geracional do conhecimento. Em outros casos, as pessoas podem fazer ressoar essas reflexões sem tratar diretamente do assunto latente, mas pela instrumentalização da possibilidade de mudança. Desse modo, analisamos nas narrativas das cinco mulheres, por diferentes caminhos, a transformação de pautas políticas em princípio de vida.

As entrevistas realizadas, conjugadas a observação interativa nas atividades militantes da MMM de Caxias do Sul, expressam um material latente de sentimentos que comunicam experiências, trajetórias de vida, sistemas sociais, processos históricos e teorizações. Produzidas em diferentes espaços e mediadas por peculiares relações, as entrevistas sistematizam uma dança intersubjetiva, com revelações e recuos. Nas entrevistas, as participantes deixaram-se levar pela narrativa, ao mesmo tempo que repensaram as suas experiências à luz da construção discursiva sobre elas. Na teorização de Kaufmann sobre a entrevista compreensiva, reconhecemos a relação dialógica reflexiva produzida com as entrevistadas:

O informante desenvolve duas posturas características. Ele pode trabalhar para sua unidade, o que é mais comum. Ele se concentra, então, em suas opiniões e comportamentos para extrair sua coerência, desenhar um autorretrato com linhas nítidas; conforta-se arduamente com o investigador quando este aponta contradições. Por outro lado, ele pode utilizar a situação de entrevista para se interrogar sobre suas escolhas, se autoanalisar, com a ajuda do investigador. Essa segunda postura se inscreve em parênteses nos quais certos informantes são capazes de ir muito longe. Mas trata-se sempre de parênteses que se fecham bruscamente para o informante defender, novamente, a integridade identitária. É bom que o investigador sinta estas variações e, conseqüentemente, mude de atitude. Quando o informante se fecha unicamente na defesa de sua unidade, não se deve hesitar em ser incisivo, em sublinhar suas contradições; se, por outro lado, tal ofensiva reforça ainda mais sua intimidade defensiva, é preciso usar ainda mais a diplomacia; quando ele próprio traz um olhar analítico sobre sua vida, é preciso se posicionar ao seu lado e ajudá-lo discretamente a perseguir (KAUFMANN, 2013, p. 99-100).

No tensionamento de algumas posturas, enfrentamos algumas resistências no dizer-se. Jurema foi quem mais nos intrigou, nesse sentido, ao mudar de foco muitas vezes as perguntas em suas respostas, mas, por fim, abrir por inteiro, ou em grande parte, experiências que mobilizam afetos tristes e sofridos. Por outro lado, não podemos deixar de destacar que Alexandra, em muitos sentidos, manteve-se fechada em uma linha coesa de narrativa militante, deixando escapar alguns sentimentos, mas sem se deixar revivê-los na emoção. O lugar por ela escolhido para a entrevista corroborou, provavelmente, para conservar a sua postura, a sede sindical, a fortaleza militante onde ela trabalha. O fato de que tínhamos uma relação próxima com Maria antes da entrevista, permitiu que ela aprofundasse o diálogo a partir de questões que já tínhamos conhecimento de sua trajetória, o que a levou a aprofundar a análise de questões que ela não tinha pensado até então. Na entrevista com Rita descobrimos uma proximidade de concepções intelectuais muito grande, que nos auxiliou a pensar as categorias de análise presentes na tese, direcionando o nosso olhar para a importância da questão racial na conjugação com gênero e classe. Helena nos recebeu com um acolhimento inesperado, visto que nunca tínhamos estado juntas antes da entrevista. A riqueza dos detalhes conjecturais na elaboração de suas respostas e o reconhecimento de alguns privilégios vividos em sua trajetória, mostrou-nos seu envolvimento nessas reflexões fora do ambiente da entrevista.

As particularidades e as semelhanças articuladas nas narrativas, no exercício de contar-se, permite-nos aferir, a partir dos modos de pensar, agir e sentir das entrevistadas a constituição de existências insurgentes, que ressignificam o local de vítima de sistemas de opressão, dando foco à potência de resistência e ação transformadora de si e de seu entorno. Desse modo, visualizamos que, no capítulo anterior, atingimos nosso objetivo de identificar as experiências cotidianas que articulam engajamento e subjetivação política. Nesse ínterim, no presente capítulo, elaboramos a reflexão sobre os processos de identificação e desidentificação concernentes às experiências de subjetivação política e analisamos a relação entre engajamento e subjetividade, formadas nas experiências de subjetivação política e suas repercussões no cotidiano.

4.1 (DES)IDENTIFICAÇÃO

As primeiras questões abordadas em nosso roteiro de entrevista dizem respeito à identificação da localização social das participantes, tais como identidade de gênero, sexual, cor, raça, etnia, idade, composição familiar e renda. Embora fossem perguntas diretas, que poderiam fazer parte de um questionário, suscitaram reflexões que dizem respeito a pautas de engajamento, algumas discutidas no cotidiano dos movimentos sociais que as entrevistadas militam, outras que remetem a outros espaços de aprendizagem política concernentes às suas trajetórias. Nas palavras de Angela Cristina Salgueiro Marques e Ricardo Fabrino Mendonça (2009, p. 46), os “processos de subjetivação nascem de rupturas que deslocam os sujeitos das posições em que estariam previamente encaixados, instaurando cenas dissensuais”. Nesse sentido, ao nos contarem sobre sua identificação, as entrevistadas mobilizam as experiências de desidentificação que as permitem tomar parte do comum e transitar em um recorte político.

A aproximação inicial com as mulheres da pesquisa foi de receptividade afetuosa com o nosso estudo. A postura de entendimento dos objetivos da pesquisa demonstra paridade no encontro intersubjetivo entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa. As trajetórias narradas dizem respeito a vidas que se encontram, mas que não são lineares nos seus processos políticos. Ainda assim, essas mulheres compartilham lugares comuns de coragem e autoafirmação para romper com predestinações pautadas por sistemas de valores predominantemente conservadores e patriarcais e para reconhecer possíveis privilégios socialmente usufruídos. Desse modo, refletimos no presente subcapítulo sobre as subjetividades políticas construídas nos processos de (des)identificação experienciados pelas mulheres entrevistadas. Com base em Rancière, analisamos o contar-se das participantes à luz da transitoriedade das experiências políticas:

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte. Se a política é um desvio singular do curso “normal” da dominação, isso quer dizer que está sempre ameaçada de se dissipar. Ora, a forma mais radical dessa dissipação não é o simples desaparecimento, é a confusão com seu contrário, a polícia. O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse

próprio corpo. Foi o que aconteceu exemplarmente no sistema soviético quando o sujeito político proletário foi identificado ao corpo glorioso do homem novo. É o que acontece, de maneira completamente diferente, nos sistemas consensuais contemporâneos (1996a, p. 378).

Considerando o sujeito político de Rancière (1996a), entendemos que algumas reações de embaraço, incerteza e conflito de algumas entrevistadas mediante às perguntas que remetem à identificação, em algumas situações, advêm da disjuntura com determinados papéis sociais em processo. Por outro lado, também sinalizam que alguns assuntos não são abordados de forma autorreflexiva nos espaços em que elas circulam, principalmente, quando as respostas são interpostas por expressões como: “nunca pensei sobre isso” ou “não sei bem”. Nesse caso, a consensualidade criada nos ambientes de engajamento pode estar por trás da reação, à medida que alguns assuntos são considerados enquanto pauta de determinado movimento em detrimento de outros e acabam tendo limitado o seu potencial reflexivo. Nesse sentido, Alves (2019) analisa a dificuldade do debate interseccional de algumas temáticas, por parte dos movimentos sociais e dos coletivos de luta, principalmente quando se refere a questões de identidade. Alves ilustra isso na análise da narrativa de uma de suas sujeitas entrevistadas:

Neste momento, notamos que, quando questionada sobre a ausência de pautas relacionadas à lesbianidade dentro de sua organização, Thereza faz uma reflexão sobre esta invisibilização, chegando a, inclusive, sentir-se culpada por não levar essas pautas. Aqui percebo uma questão geracional. Thereza aponta que sexualidade seria uma pauta do coletivo Pretinhas, jovens pretas lésbicas e bissexuais. Pela maioria de mulheres que compõem a Frente, a pauta de tratar sexualidade seria de um coletivo de mulheres negras exclusivamente criado para isso. Nem por isso, Thereza deixa de pautar o tema, mesmo que ainda sem muita consciência de ação (ALVES, 2019, p. 85-86).

Nesse ínterim, vale salientar que a discussão de raça no cotidiano de militância da MMM, ao menos no núcleo de Caxias do Sul, é recente. O movimento, a nível internacional, nasceu como uma luta feminista anticapitalista, ou seja, privilegia enquanto pauta política a situação de exploração econômica e de dominação de classe desde o ponto vista da questão de gênero. Nesse sentido, Rita afirma que a sua participação na MMM objetiva trazer para a discussão feminista local as questões concernentes às mulheres negras. Nas narrativas, esse tópico apresenta conflitualidade de entendimento entre as entrevistadas, mas não é um tabu, pois está em constante debate nas atividades do grupo.

Ainda sobre as questões de identificação, durante o período de observação, somente visualizamos a pauta da sexualidade ganhar centralidade nas atividades da MMM na semana que ocorre o dia nacional da visibilidade lésbica. Embora o assunto não seja alheio às marchantes, é abordado de forma transversal nos encontros, na percepção consensual a respeito das desigualdades e violências vivenciadas socialmente por esse grupo, mas não em um espaço autorreflexivo. Pensado na limitação da abordagem de determinados debates pelo movimento feminista, Gomes (2017) reflete como o movimento negro tem sido importante para trazer para esses espaços outros elementos de localização social que dizem respeito à vida das mulheres, questionando a mulher universal, por vezes, tematizada pelo feminismo:

As questões de raça e gênero só se tornaram mais destacadas no movimento feminista devido à denúncia das mulheres negras de que, apesar do caráter progressista dessas lutas, a invisibilidade dada à questão racial, ao racismo e à violência contra a mulher negra atuam como uma regulação conservadora dentro dos próprios espaços de emancipação social. Essa ação tem desencadeado não somente reflexões e ações políticas, mas também a presença da raça como categoria de análise para se compreender o machismo, o sexismo, as desigualdades sociais e as reedições do capitalismo nacional e internacional no campo da produção científica (GOMES, 2017, p. 73).

No conjunto das questões, a pergunta a respeito da sexualidade foi um confronto para Maria e Jurema, com algo que não haviam pensado ou expressado sobre si até então. A pergunta direta exigia uma resposta imediata e com pouco espaço para reflexão no momento, o que levou a respostas que, ao mesmo tempo que nomeavam uma identificação, corriam para evasivas do assunto. Entendemos que ao serem “pegas de surpresa” com a pergunta, em outras situações a resposta pode não ser a mesma ou, se for, pode ser dita com uma maior certeza na resposta, provocando um outro pensar-se. Ao retomar suas experiências pessoais a respeito da sexualidade, o conceito não parecia também ser evidente para ambas, não fazendo parte de uma discussão rotineira, pois as duas ficaram na dúvida se a atração física que já sentiram por outras mulheres as caracterizariam enquanto bissexuais.

A questão de raça foi um tema recorrente nas entrevistas com Rita e Alexandra, que se identificam enquanto mulheres negras. Entretanto, a identificação racial não foi um ponto pacífico para Jurema, que expressou desconforto com a definição de mulher branca remetida a ela por uma militante negra. Sua autodeclaração enquanto indígena urbana baseia-se na construção de pertencimento no elo geracional com sua

avó e não na partilha de uma história étnica ou na caracterização corpórea. A identificação com uma minoria social indígena incide no nome em que ela escolheu ser identificada na pesquisa, Jurema, palavra advinda da família linguística Tupi Guarani. Nessa discussão, concordamos com Viviane Inês Weschenfelder e Mozart Linhares da Silva (2018), que refletem sobre o projeto de branqueamento no Brasil por meio do controle biossocial na mestiçagem planejada, pois, na fala de Jurema, visualizamos a dificuldade de sua identificação ser socialmente corroborada, por ela estar em uma linha de características físicas perpassadas pelo processo de “pardificação” da população.

Assim é que o pardo faz funcionar o fenômeno da miscigenação para moldar e regular os processos de subjetivação que negam as polaridades, sobretudo a negra. Como dizia Batista de Lacerda, em 1911, ao defender a miscigenação como via do branqueamento, “provavelmente antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos de raça branca” (Lacerda, 1912, pp. 94-95). Entende-se, nesse sentido, como a biopolítica do branqueamento implica na constituição da população negra como população-*sacer*, para usar a expressão de Agamben (2002), pois esta encontra-se fadada à “vida nua”, à vulnerabilidade e ao desaparecimento. A pardificação foi este elemento que, agindo na realidade da população, pode constituí-la, normalizá-la, impedindo a proliferação de heterogeneidades efetivas. O pardo acabou por se constituir numa estratégia de segurança que fez funcionar o dispositivo da miscigenação. A democracia racial teceu os fios destes dispositivos para fundar uma narrativa identitária calcada no que ficou consagrado na obra de Gilberto Freyre como “equilíbrio de antagonismos”. Gilberto Freyre não inventou a democracia racial, mas sua obra é, certamente, o “paradigma” mais efetivo que pode ser desdobrado do dispositivo da mestiçagem e de seus efeitos mais evidentes: a negação do racismo, o branqueamento da população e a pardificação como subjetivação (WESCHENFELDER; SILVA, 2018, p. 320).

Em relação à vivência social da raça, Rita nos ajuda a refletir sobre como os mecanismos de controle social são sentidos pelas pessoas ao aludir, em diversos momentos, que nós sentimos o mundo antes de entendê-lo. O lugar de fala engajada, de quem sofre com as estruturas de opressão baseadas na raça, gênero, classe, afirma-se na desidentificação com o lugar de oprimido e, ao mesmo tempo, na criação de uma localização partilhada de resistência. Por isso, Rita reflete que, a princípio, a pessoa negra se identifica enquanto tal pela perspectiva do racismo para, posteriormente, partilhar a identificação da negritude¹.

¹ Utilizamos o conceito de negritude baseado na leitura de Gomes (2017, p. 82): “Embora tenha sua origem na cor da pele negra, a negritude não é necessariamente de ordem biológica. Ela se refere à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental ‘branco’ reuniu sob o nome de negros. Não se refere somente à cultura dos povos que portam a pele negra, pois eles são todos culturalmente diferentes. O que esses grupos humanos apresentam

Nesse sentido, negar a pardização e o posicionamento dos seus corpos nesse lugar deslizante é uma tentativa de ficar fora da zona de fronteira que o pardo reafirma. Isso porque o pardo (assim como o moreno e o mulato) não só racializa os sujeitos, mas também os inferioriza, retirando a possibilidade da produção de outras subjetividades negras. O que gostaríamos de problematizar, no entanto, é o quanto essa negação da mestiçagem tem sido assumida por esses sujeitos como uma verdade inquestionável, o que pode contribuir para a simplificação e a essencialização de um tema tão complexo num país continental como o Brasil (WESCHENFELDER; SILVA, 2018, p. 328).

Nesse aspecto, a negritude se constitui enquanto potência de resistência e transformação. Todavia, concordamos com o alerta de Rita de que a racialização não é uma questão a ser pensada somente sob o ponto de vista da negritude, mas também no repensar da identidade branca. Caminhar em direção à igualdade racial requer renunciar em escala social as vantagens usufruídas individualmente, o que necessita reparação histórica. Por isso, Rita critica a definição pura e simplesmente dos movimentos sociais enquanto identitários, por despolitizar temas que têm por base estruturas sociais de dominação que se formam em conjunto com outros sistemas de opressão.

Eu não concordo com essa nomenclatura de movimentos identitários, porque parece que a gente relega identidade só a quem é negro, ou a quem não é heteronormativo, ou a quem não é homem, sendo que todo mundo tem identidade e essa identidade foi construída no mesmo processo de interação, junto. Então, ao mesmo tempo que se construiu o que é ser negro e que se transforma o que é ser negro, também se construiu o que é ser branco. Faz parte de uma história. De uma história total, de uma história que aconteceu junto. Então, quando se fala assim, parece que só eu tenho identidade, o homem branco não tem identidade. Por isso, eu não concordo com essa coisa de movimento identitário. Talvez, a gente possa chamar essa pessoa que está me chamando, dizendo que o movimento que eu faço é parte de movimento identitário, talvez seja aí um último grito dessa pessoa de continuar mantendo a sua identidade. É como se ela estivesse perdendo alguma coisa, exatamente porque nós estamos forçando que essa pessoa se questione, já que essa pessoa se mantém, quer se manter no mesmo lugar ou continuar tendo uma mesma interpretação sobre as coisas (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

como ponto comum é o fato de terem sido vítimas das piores tentativas de desumanização que a história já viu e de terem sido as suas culturas não somente objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas mais do que isso, tiveram negada a existência dessas culturas. Não se pode esquecer de que, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o elo entre o homem e o macaco”.

Concordamos com Rita em sua crítica a respeito da nomenclatura dada à discussão política de raça enquanto movimento identitário, pois a luta desses grupos não se trata apenas da constituição de subjetividades, mesmo esse sendo um ponto importante de pauta. Além disso, a maneira que vivenciamos certos privilégios sociais, sem nos questionarmos sobre a condição política estruturante da raça, alicerça o êxito de um projeto de Estado baseado na animalização de determinados corpos. Para o olhar atento e engajado de Rita, os séculos de vilipêndio de subjetividades negras na construção social brasileira ecoam de modo inexorável no cotidiano político. Os conflitos que têm por base a questão racial aliadas à condição de ser mulher estão no foco da militância de Rita, que faz com que o assunto seja discutido aquém dos males que o confronto, trazido pela questão racial, possa gerar. Nesse sentido, hooks fala a partir de sua experiência das dificuldades identificadas para a integração da mulher negra nas discussões feministas:

As discussões contemporâneas (acadêmicas ou pessoais) das relações entre mulheres negras e brancas raramente ocorrem em contextos de integração racial. As brancas que declaram suas impressões em escritos acadêmicos e confessionais em geral ignoram a profundidade da inimizade entre dois grupos, ou a veem como um problema exclusivo das negras. Muitas vezes, em círculos feministas, ouvi brancas falarem sobre a hostilidade de uma determinada negra perante as mulheres brancas como se esse sentimento não tivesse suas raízes nas relações históricas e nas interações contemporâneas. Em vez de explorar as razões pelas quais essa hostilidade existe ou de lhe atribuir alguma legitimidade como reação adequada à dominação e à exploração, elas veem a mulher negra como teimosa, problemática, irracional e “louca” (hooks, 2020, p. 138).

Entendemos que a superação de uma estrutura de opressão vai além do seu reconhecimento, requer a disposição de confrontar e, por vezes, abrir mão, desde o cotidiano, dos confortos que determinada localização social pode gerar. Consoante a isso, concordamos com a reflexão de hooks (2017, p. 41): “Ciente de que vivemos uma cultura da dominação, me pergunto agora, como me perguntava há mais de vinte anos, quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade”. O debate político emancipatório requer o confronto com o discurso de uma suposta democracia racial, ainda que isso signifique o autoconfronto com privilégios usufruídos a partir da experiência pessoal.

Nesse sentido, percebemos que a inserção da discussão sobre raça na MMM também auxilia na perspectiva do reconhecimento da branquitude enquanto localização social privilegiada. Nas entrevistas de Maria e Helena é evidente a

consciência de si enquanto mulheres brancas que usufruem de condições distintas das de suas companheiras negras. Helena refere o papel dos movimentos sociais e, em especial, da MMM no alicerçamento dessa discussão, tanto na leitura conjectural quanto na possibilidade de repensar-se por meio da partilha do conhecimento vivido.

Ainda sobre a questão da negritude, a relação entre Rita e Alexandra expressa a forma que a aliança afetiva suporta no coletivo a afirmação de identidades insurgentes. Em entrevista, Alexandra reflete sobre a longa trajetória que ela vivenciou até poder nomear as suas experiências como expressões de racismo. Os laços empáticos construídos com mulheres mais jovens a ajudaram na ressignificação e autodefinição enquanto mulher negra. A invisibilização dada à questão da raça em algumas concepções de luta anticapitalista baseia-se no discurso de que as relações racializadas serão superadas automaticamente na suplantação do sistema capitalista, argumento que desconsidera os processos históricos anteriores a esse sistema. Essa forma de ver a militância política esteve no cerne do meio em que Alexandra foi criada, o que fez com que ela, por muito tempo, refletisse seu sentimento de inadequação social como um fator a ser ignorado e não combatido enquanto um problema coletivo e relacional.

O corpo negro não se separa do sujeito. A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivenciais e saberes produzidos coletivamente. Isso não significa que estamos descartando o negro enquanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que assim como “somos um corpo no mundo”, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual (GOMES, 2017, p. 94).

O processo de pardificação faz com que homens e mulheres negras vivenciem a violência do racismo com nuances diferentes, atribuídas ao seu tom de pele. Identificamos com frequência casos de violência contra pessoas de pele clara, mas com traços corporais de ancestralidade africana, e, muitas vezes, essa forma de racismo aparece disfarçada pela frase “mas você nem é negra”. Todavia, homens e mulheres de tons mais escuros sofrem de maneira acentuada o racismo, que se expressa de forma escrachada no que tange às oportunidades sociais. Quando consideramos a interseccionalidade dos marcadores sociais, podemos observar que a mulher retinta, sob o ponto de vista da opressão de gênero, tenderá a ser submetida à experiência de opressão não vivenciada pelo homem de mesmo tom de pele.

Tendo em vista as relações de classe, observamos que todas as entrevistadas vêm de famílias da classe trabalhadora, aqui entendida na perspectiva da construção histórica das relações econômicas de produção, mas a estratificação social pela renda gerou experiências diferentes nas trajetórias de vida delas. Aliado à questão racial, Rita nos diz que, embora não tenha sofrido restrições nas condições básicas de vida, o fato de morar em local periférico da cidade e de seus pais serem trabalhadores assalariados, a fez perceber desde muito nova as desigualdades sociais sob o ponto de vista das estruturas sociais. Nesse sentido, hooks escreve sobre a experiência social de gênero, raça e classe:

Nos Estados Unidos, não conversamos o suficiente sobre o modo com que a classe social molda nossa perspectiva da realidade. Visto que tantos dos primeiros livros feministas refletiam um certo tipo de sensibilidade burguesa branca, essas obras não tocaram profundamente muitas mulheres negras; não porque não reconhecêssemos as experiências que todas as mulheres partilham, mas porque esses pontos em comum eram mediados por diferenças profundas em nossas realidades, criadas pelas políticas de raça e classe social (hooks, 2017, p. 73).

O desejo de revolução social expresso na fala das cinco entrevistadas têm em seu cerne a luta anticapitalista. Todas elas retomam as marcas de opressão sob o viés da exploração de classe ao tratarem da realidade sob o ponto de vista sistêmico. A compreensão das expressões da exploração de classe fundamenta a experiência política de Alexandra e justifica sua auto intitulação enquanto seguidora do pensamento de Leon Trótski. Na narrativa de Helena, as pautas mobilizadas em relação à sua formação política no meio estudantil referem-se ao neoliberalismo e à mercantilização da educação. Maria, que teve uma vida confortável em seu meio familiar, segundo padrões de consumo, foi entender na Pastoral da Juventude o que é desigualdade social, e que faz parte da mesma classe das pessoas que não têm o mínimo garantido para sobreviver. Assim, entendemos que a classe se faz por meio da partilha de determinada posição na esfera social atribuída pelas relações de produção:

A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em

grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideais e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 2020, p. 10, grifo do autor).

A experiência de extrema vulnerabilidade de renda vivenciada por Jurema em sua infância chama a atenção ao voltarmos o nosso olhar para as questões de classe. As restrições por ela vivenciadas: não poder ser criada pela mãe, ter que trabalhar ainda criança, prejuízo em sua frequência e rendimento escolar pelo cansaço e falta de materiais, marcam a importância das condições socioeconômicas em sua trajetória. Todavia, a superação da situação de pobreza, por Jurema, significou também encarar com coragem as imposições de gênero existentes dentro da classe, tanto nas situações de exploração por ser mulher quanto por exercer uma profissão com relações de trabalho frágeis, sob o ponto de vista dos direitos sociais, e permeada de preconceito sexista. Aqui se faz necessário ressaltar que, de acordo com as experiências analisadas, a estratificação de renda compõe um importante fator conjectural, que forma experiências significativamente diferentes para pessoas pertencentes à mesma classe social.

Tornar-se uma mulher politicamente engajada, sob o ponto de vista das trajetórias das participantes da pesquisa, perpassou o reconhecimento das opressões sociais e as restrições impostas pelos condicionantes de suas existências, ser mulher, periférica, pobre, negra, cada uma em seu caso, e transformar em potência de resistência esses marcadores. Com distintas experiências, todas se encontram na condição de gênero, de classe e – recolocando o caráter relacional da racialização – de raça. Embora essas marcas se sobressaíam em nosso trabalho e ganhem foco em nossa análise, compreendemos que na realidade complexa outros elementos são fundamentais para entendermos as relações de opressão, de dominação, de resistência e de transformação da esfera social. Consoante ao estudo de Margareth Rago (2013), ao tematizarmos essas cinco mulheres entrevistadas, encontramos representatividade das mudanças vivenciadas no contexto de vida brasileira:

A luta pela autonomia pessoal e o esforço para introduzir valores éticos e feministas na vida cotidiana de uma sociedade ainda muito marcada pela

cultura do patriarcado revelam coragem, ousadia e um imenso desejo de mudança, que, sem dúvida, tiveram e têm sua contrapartida, um preço a ser pago (RAGO, 2013, p. 315).

Ao desidentificar-se com as expectativas criadas em torno de sua existência, “em ruptura com o instituído, com as convenções sociais e com os códigos morais normativos” (RAGO, 2013, p. 318), essas mulheres vivenciam experiências de subjetivação política que “ensejam novos modos de sentir e induzem novas subjetividades políticas” (RANCIÈRE, 2005, p. 11). As afetividades, pertencas e indignações fazem parte dessas experiências que alicerçam o engajamento e o tornam parte do cotidiano. A partilha do sensível, “ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum” (RANCIÈRE, 2005, p. 16), fortalece as relações e entrelaçamentos frente a contextos hostis, fator que possibilita o tensionamento da ordem policial (RANCIÈRE, 1996b) e a transformação do entorno.

As desidentificações produzem transformações individuais e coletivas: produzem formas de emancipação que não se reduzem à autonomia individual, mas valorizam a produção de relações, cenas e enunciação e articulações entre forças e indivíduos desidentificados de suas designações outorgadas (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 51).

O apoio mútuo, as amizades, a admiração, o carinho, entre outros afetos positivos aparecem de maneira importante nas narrativas, de modo a serem indicados como incentivo e justificativa para os engajamentos. O sonhar compartilhado legitima a perspectiva de si ocupada enquanto parte do coletivo. Na narrativa de Maria, Rita, Alexandra, Jurema e Helena, percebemos que a voz produzida no movimento é a potencialização do ruído vivido na contestação particular do cotidiano, fatores que não se descolam e um não apaga o outro na totalidade da vida da mulher politicamente engajada. Esse princípio aparece inscrito em um dos hinos da batucada da MMM, muitas vezes escutado por nós durante nossa observação interativa: “*Companheira me ajude que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor!*”.

4.2 TEMPOS E ESPAÇOS DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Na particularidade do que nos é contado, encontramos espaços e tempos de subjetivação política diversos e similares, a casa, o meio estudantil, o grupo de jovens, o movimento social, o partido político, mas que não necessariamente coincidem em

sua significação para as entrevistadas. Além disso, pelas falas das participantes, reconhecemos que os movimentos de engajamento são substancialmente relacionais, uma vez que todas possuem pessoas – uma mãe, um pai, uma amiga, uma professora, uma liderança – que reconhecem tê-las influenciado, inspirado ou contraposto na construção de seu entendimento de mundo.

Se a política começa com o cômputo litigioso dos não-contados, isso implica que os sujeitos políticos em geral só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social, a qualquer parte da sociedade ou função do corpo social. O que os constitui é o próprio litígio. Os sujeitos políticos são potências de anunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social (RANCIÈRE, 1996a, p. 377).

As expectativas sociais referentes à condição de gênero feminino perpassam os relatos das cinco entrevistadas, tendo suas primeiras rupturas registradas no âmbito familiar. A associação entre gênero e opressão vai sendo compreendida ao longo da vida dessas mulheres, à medida que são impostas restrições individuais que afetam suas relações sociais e que contradizem o seu modo de pensar e agir sobre o mundo. Essas experiências são ressignificadas no pensamento feminista, quando identificados os sistemas de opressão na vivência comum com outras mulheres. A experiência entra na esfera de combate político quando vista enquanto dano social, baseado na condição de gênero.

Nesta abordagem, gênero é a aprendizagem que acontece nas relações socialmente produzidas entre homens e mulheres e destes entre si. Portanto, homens e mulheres aprendem a ser o que são na cultura em que estão inseridos. Seguindo este referencial, as pessoas adultas nos ensinam, desde a infância, como devemos ser homens ou mulheres para sermos socialmente aceitos (SAFFIOTI, 2004). Ou seja, a velha e boa conceituação de Simone de Beauvoir (2009) configura-se como eixo: aprendemos a ser mulheres e homens. E como estamos inseridos no contexto histórico-patriarcal, aprendemos a ser heterossexuais (LAGARDE, 2011); e o homem aprende que deve dominar a mulher, mesmo que ela possa ser a “rainha do lar”, leia-se *madresposa*, que produz a manutenção da lógica patriarcal, segundo Lagarde (2011), Margarita Pisano (2000, 2004), Edla Eggert e Márcia Paixão (2012) (Amanda Motta Castro; Rita de Cassia Fraga Machado, 2016, p. 26).

A relação entre as participantes da pesquisa e as suas mães é destacada quando nos referimos às primeiras experiências feministas delas, seja na inspiração nas histórias de resistência vivenciadas por suas mães ou pela indignação com suas condutas congruentes com relação à dominação de gênero. Compreendemos que, ainda que em suas histórias de vida as mães das entrevistadas apresentem

comportamentos que desafiam a ordem social imposta a elas enquanto mulheres, não podemos chamá-las de feministas, pois elas não se identificam enquanto tal, não partilham do senso de lugar subjetivado. Todavia, elas apresentam experiências fundamentadas na lógica feminista. Com isso, consideramos que o feminismo é produzido para além do movimento organizado, mas ser feminista requer um reconhecimento de si. Desse modo, o engajamento político das mulheres entrevistadas, mesmo quando expresso fora da MMM, é produzido como engajamento feminista, pois baseia-se em suas experiências éticas desse lugar de fala.

Entre as cinco narrativas, é emblemática a relação de militância produzida na família de Alexandra. O fato de desde criança ela ter circulado em espaços que privilegiam a participação política, oportunizou que ela construísse referenciais de luta e de mudança social de forma salutar, ainda que divergindo das correntes ideológicas seguidas por seus familiares. Refletindo sobre a entrevista de Alexandra, é notável que essa experiência de inserção em meios políticos que se deu na infância teve um caráter pedagógico, no sentido de ser estipulada em uma relação de aprendizagem de modo de vida e na convivência cotidiana com pautas reflexivas de caráter político. Luciana Oliveira Correia, Maria Amélia Gomes Castro Giovanetti e Maria Cristina Soares Gouvêa (2007), ao estudarem sobre a vivência da infância no MST, apresentam alguns elementos que endossam a nossa análise:

Os discursos e práticas dessas crianças mostram não apenas a importância do pertencimento a um movimento social organizado na estruturação de sua identidade, mas também indicam o processo dessa construção. A luta vai se apresentando como uma vivência existencial total (ARROYO, 2000, p. 7), no sentido mais profundo que essa expressão possa apresentar: os sujeitos se encontram, o tempo inteiro, presentes (inclusive porque moram ali); trazem suas marcas identitárias, como geração, gênero ou etnia; participam de uma luta por condições elementaríssimas de vida (ARROYO, 2000, p. 7). O fazer-se/sentir-se/saber-se (FERREIRA, 2002) pertencente a um movimento social de luta pela terra aparece como um aprendizado que vai se consolidando, baseando-se na vivência pessoal em ações de luta social (CALDART, 2000, p. 106) (CORREIA; GIOVANETTI; GOUVÊA, 2007, p. 153).

A liberdade política que Alexandra experienciou em sua família não a livrou de ser estigmatizada socialmente por seu comportamento fora do padrão conservador de castidade feminina. Ela nos conta ter sido taxada na escola como “mulher fácil”, por suas ideias, mais do que práticas, de que a mulher deva ter a mesma liberdade de usufruir de sua sexualidade quanto o homem. Todavia, ela reconhece mudanças positivas em seu meio social, projetadas historicamente também pelo feminismo, que

faz com que sua filha tenha outra experiência de si, “desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade” (RAGO, 2013, p. 27), que Alexandra expressa como: “*a minha filha é uma menina livre*”.

Ainda que, na trajetória de Alexandra, tenha tido um papel importante a relação familiar para o seu engajamento; na leitura das outras experiências, verificamos que esse não é um fator determinante. As demais entrevistadas não apresentaram nenhuma vivência geracional politicamente significativa para o seu processo de subjetivação política. Ainda que, em alguns momentos, as experiências familiares sejam mobilizadas como exemplo de resistência, – por exemplo, a filiação sindical do avô de Maria e da mãe de Jurema, o senso de classe e raça do pai e mãe de Rita, e a ruptura com os costumes da mãe de Helena – essas são leituras fundamentadas nas vivências políticas que elas tiveram posteriormente, que as participantes forjam sentidos de luta a partir de suas próprias experiências. Nesse sentido, também se dá a construção feminista e antirracista de Alexandra, que, embora tenha circulado por partidos políticos de esquerda, mediado por sua família, esses tinham um caráter classista restrito, não englobando esses debates em seu cotidiano. Assim como as outras entrevistadas, a inserção feminista de Alexandra se deu mais tarde, na aproximação com sujeitas de fora da família, em uma rede baseada em laços de amizade, o mesmo se reflete na construção de seu pertencimento racial negro.

A experiência de inserção partidária até hoje norteia a militância de Alexandra, ainda que ela reconheça as contradições presentes no interior do partido político. Alexandra nos conta que seu pai há muito tempo é filiado a um partido com dogma revolucionário, partido esse que pouco participa de eleições, pois acredita que a função partidária é a de conduzir o proletariado para revolução que não passa por via institucional. Todavia, ela diz ter iniciado sua militância não no mesmo partido de seu pai, mas em um partido identificado com a classe trabalhadora, mas com caráter reformista. Após alguns anos, Alexandra mudou de filiação partidária, para um partido que participa ativamente de eleições, mas que mantém a ideia de revolução por via não institucional.

Helena e Jurema também são filiadas a um partido político, mas, atualmente, não participam ativamente de suas atividades, somente se manifestam em apoio durante o período de campanha eleitoral. Assim como outras temáticas abordadas na entrevista, esse ponto apresenta conflitualidade entre os discursos, pois, se para

Alexandra, o partido tem uma importância central em sua militância; para Helena e Jurema, ele assume um caráter complementar. Nesse sentido, identificamos que as entrevistadas fazem leituras opostas sobre o assunto. Enquanto Maria diz não se filiar a um partido político por acreditar ser uma organização engessada em suas concepções de luta, e que, pelo caráter mais criativo e de inserção nas bases sociais, os movimentos sociais podem provocar transformações estruturais efetivas. Alexandra entende que os movimentos sociais promovem apenas mudanças paliativas e que o partido político é o agrupamento que tem potencial revolucionário. Refletimos que as opiniões das entrevistadas menos favoráveis em relação à atuação partidária, baseiam-se no caráter dogmático de algumas organizações, que negam pautas concernentes a opressões vivenciadas em decorrência de outros marcadores sociais que não sejam a classe, e outros partidos de esquerda, por terem caráter estritamente reformista veiculado ao poder estatal.

Na experiência histórica brasileira, não são poucos os testemunhos que convocam a perceber as práticas excludentes e hierárquicas desenvolvidas no interior dos partidos políticos de esquerda, a partir de um ângulo muito diferente do que pretendiam suas lideranças. O partido revolucionário instituiu-se como instância capaz de formular e abrigar a verdade científica de interpretação da chamada “realidade objetiva”, já que dotado da única ciência “verdadeiramente revolucionária”, pois situada na perspectiva da classe revolucionária por excelência, o proletariado urbano. Os militantes deveriam, portanto, praticar uma série de investigação a respeito de si – a famosa “autocrítica” –, para abandonar velho hábitos, concepções e crenças arraigadas, e incorporar o novo regime de verdades, superando o que se considerava “desvio pequeno-burgueses”. Assim, a militância se tornou uma forma de vida pronta e organizada para amplo consumo (Figueiredo, 1995) (RAGO, 2013, p. 46).

Na narrativa de Maria, identificamos que suas relações familiares foram balizadas pelos pressupostos religiosos católicos conservadores. Helena também nos conta sobre o vínculo de sua família com essa doutrina, mas apresenta uma experiência diferente. Para Helena, a vivência dos ensinamentos religiosos conservadores não se traduziram em restrições impostas em sua criação. Ao contrário disso, para Maria, os princípios da religião estiveram no cerne das expectativas criadas a respeito de seu comportamento enquanto mulher. Nesse sentido, o movimento de ruptura com as premissas familiares também significou encontrar um outro caminho para professar sua fé, por dentro da igreja católica.

As diversas expressões da condição de ser mulher em nossa sociedade são refletidas pelas entrevistadas em suas próprias vivências, mas também na

mobilização de outras personagens mulheres que fizeram parte de suas trajetórias. No caso de Jurema, seu feminismo, embora tenha sido construído a partir de laços fortes de amizade, tem por principal reflexão as experiências de violência vividas por sua mãe. Nesse sentido, concordamos com Guzzo e Wolff, em sua leitura de Ahamed, de que “os discursos sobre a violência e as experiências vividas durante a construção social e subjetiva do sujeito ‘mulher’ transformam nosso corpo, mudam a forma como vivemos no mundo e, também, a forma como interpretamos o que vivemos” (2020, p. 6). Para Jurema, a separação de seus pais introduziu uma vivência familiar em que ela passou a não ser vista como uma criança na casa, mas como a figura feminina e, conseqüentemente, isso lhe atribuiu, desde os oito anos de idade, responsabilidades com a vida doméstica.

O âmbito das relações familiares e íntimas pode ser também o da distribuição desigual das responsabilidades sobre a vida doméstica e sobre as crianças, dos estímulos diferenciados que favorecem um maior exercício da autonomia, no caso dos homens, e a obediência ou o engajamento em relações que cultivam uma posição de dependência e subordinação para as mulheres (BIROLI, 2014, p. 34).

Jurema experienciou de forma profunda as expressões da organização social machista em sua vida familiar. A violência física e moral direcionada à sua mãe e, posteriormente, sua própria discriminação no ambiente doméstico no papel de mulher da casa, fez com que Jurema tivesse um foco muito ativo na luta feminista. Ao avaliar a sua trajetória sob o prisma de vista dos processos sociais, Jurema identifica muitos aspectos de superação da cultura de separação da vida pública das questões domésticas, referenciando a luta feminista na abertura de espaços para a produção de modos de existir não referenciados à misoginia, mas sem ilusão de que a desigualdade de gênero tenha ficado no passado. Rago (2013) corrobora com o pensamento de Jurema ao reconhecer que:

Em nossos dias, poucos duvidam da profunda transformação cultural provocada pela maior inserção das mulheres na vida pública. É impossível não perceber o processo de feminização cultural que temos vivenciado, isto é, a maneira pela qual as ideias, os temas, os valores, as questões, as atitudes, as práticas e os comportamentos femininos foram incorporados na cultura masculina, considerada objetiva, racional e realista, como um resultado muito positivo das pressões históricas do feminismo, num mundo que reconheceu a falência dos modos falocêntricos de pensar e agir (RAGO, 2013, p. 25).

As cinco narrativas se aproximam na paixão por estudar, fator que nem em todos os casos se traduz em uma boa relação escolar. As cinco mulheres entrevistadas iniciaram a escolarização em escolas pequenas, situadas em seu bairro de moradia e, posteriormente, foram transferidas para escolas maiores, momento que se coaduna com a ruptura com algumas amigas, encontro de outros sentidos para suas trajetórias escolares e amplificação dos grupos sociais a se relacionar. A importância dada pelas entrevistadas ao seu desenvolvimento intelectual aparece na superação de dificuldades relativas à condição econômica ou aos costumes conservadores, ao chegarem no ensino superior. Já graduadas, todas seguiram estudando em outros níveis ou cursos de educação formal, mesmo que isso não se traduza em uma mudança prática em suas vidas, como uma remuneração melhor ou abertura de outra área profissional.

A ânsia por aprender fez com que elas se dedicassem sobremaneira à educação formal, traçando um caminho de longo processo de formação, e o retorno de algumas para a escola, agora enquanto docentes. Mesmo Maria e Jurema, que não atuam como professoras, têm formação em licenciatura e carregam um ideal de educação libertadora, seja em sua profissão, como Maria na educação social, ou na atuação militante, por parte de Jurema, nos grupos de arte-cultura. Nessa relação, de estudantes e mestras, entendemos, com hooks (2020), que as experiências pedagógicas para essas mulheres reavivam uma paixão pelo o que o conhecimento tem de libertador, “ressaltam que o prazer de ensinar é um ato de resistência que se contrapõe ao tédio, ao desinteresse e à apatia onipresentes que tanto caracterizam o modo como professores e alunos se sentem diante do aprender e do ensinar” (hooks, 2020, p. 21). O prazer que movimentou essas cinco mulheres em direção à aprendizagem, com o tempo, tornou-se em ânsia por ensinar.

Todas relatam, em algum momento, ter se encaixado ou tentado se encaixar no exemplo de *boa aluna*, que em seus meios escolares significava ter rendimento nas provas positivamente destacado, comportamento de interesse no conteúdo e discipulação em sala de aula. Por caminhos diferentes, Alexandra e Rita encontraram nessa personagem uma maneira de enfrentamento do racismo vivenciado no ambiente escolar. Enquanto Alexandra nos diz que ser uma boa estudante, para ela, significava se diferenciar por uma qualidade não vinculada à raça, que se convertia em ser a menina inteligente da turma e não a menina negra em uma escola de

brancos. Rita relata se sentir abrigada no conhecimento em detrimento da exclusão vivenciada em relação aos grupos de estudantes.

Alexandra, ao se dar conta, anos depois, de que seus esforços intelectuais tinham por base tornar invisível a sua cor de pele, expressa a dolorosa vivência do racismo, nos mecanismos de objetificação da pessoa negra historicamente processados e ainda reproduzidos. Essa relação vivenciada no ambiente escolar aponta a tendência das instituições de estado em corroborar com as estruturas de opressão, mesmo que travestido em uma lógica pedagógica. Segundo Gomes:

Os saberes estéticos-corpóreos, sendo os mais visíveis do ponto de vista da relação do sujeito negro com o mundo, contraditoriamente podem ser mais facilmente transformados em não existência no contexto do racismo brasileiro e do mito da democracia racial, os quais são capazes de transformar as diferenças inscritas na cultura negra em exotismo, hibridismo, negação; ou seja, em formas peculiares de não existência do corpo negro no contexto brasileiro. Estas formas atingem o imaginário da sociedade brasileira como um todo (inclusive dos próprios negros), e dessa forma afetam o discurso e a prática pedagógica, desde os manuais didáticos até a relação pedagógica na sala de aula e com o conhecimento (GOMES, 2017, p. 77-78).

Conforme destacamos no capítulo anterior, Rita e Helena frequentaram a mesma escola de ensino médio, só que em períodos diferentes. Helena de imediato se integrou ao grupo de estudantes do grêmio estudantil e nesse papel teve uma circulação intensa tanto em sua escola quanto em outras. A discussão de temáticas políticas latentes no seu momento de formação possibilitou inclusive que ela, inserida no grêmio estudantil, intervisse no tempo escolar, fator basilar na escola enquanto instituição. Além do momento privilegiado para o debate político, Helena também contou com a sua posição social a seu favor, mulher branca pertencente à classe média. Perfil abissal ao de Rita, mulher negra, vinda de uma zona pobre da cidade. Embora não tenhamos elementos suficientes para uma afirmação categórica a respeito disso, levantamos enquanto hipótese, embasada na avaliação feita por Rita, que a questão racial foi decisória na diferença entre as experiências escolares.

O Brasil construiu, historicamente, um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade. Essa invisibilidade aparente é ainda mais ardilosa, pois se dá via mito da democracia racial, uma construção social produzida nas plagas brasileiras. Através da narrativa do mito, que é extremamente conservadora – porém transfigurada em discurso democrático –, a igualdade das raças é destacada. Trata-se, no entanto, de uma falsa igualdade, pois ela se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças. A democracia racial fala de uma diferença homogeneizadora e inferiorizante, vista como “cadinho

racial”, como forma “híbrida” de cultura, como “fusão racial” que acaba por cristalizar, naturalizar e subalternizar as diferenças, os grupos étnico-raciais e a sua história. Um dos méritos do Movimento Negro ao longo dos tempos tem sido o fato de desvelar esse discurso e, ao fazê-lo, colocar a sociedade brasileira cara a cara com o seu racismo (GOMES, 2017, p. 51).

A inserção de Helena no movimento estudantil é pregressa ao curso do ensino médio, iniciando-se na vivência de espaços democráticos na escola, ainda no ensino fundamental. Helena foi a única das entrevistadas que estudou o ensino básico em escola privada, além disso, apenas ela tem membros de sua família nuclear, no caso sua mãe, com experiência de ensino superior. No jogo escolar, entendemos que Helena teve um mapa privilegiado das regras, mas não concluimos que isso tenha sido determinante para sua positiva inserção no meio estudantil, ao contrário, foi ao confrontar muitos dos costumes e seus próprios privilégios que a aproximaram de uma construção política diferente da vivenciada em seu meio familiar. Como ela nos diz, ela era e continua sendo engajada no aprendizado, o que significa que as relações de aprendizagem para Helena são uma forma de expressão política.

Rita não encontrou na escola o ambiente democrático descrito por Helena. Todavia, Rita reconhece que, com toda contradição, o caminho de qualidade expresso na valorização de conteúdo primado em sua trajetória de ensino médio tornaram possível a sua entrada no ensino superior. A experiência escolar de Rita se assemelha no sofrimento referente ao seu lugar social de cor com a narrativa de hooks (2020) sobre as expectativas colocadas em relação aos estudantes negros em um contexto de predominância de estudantes brancos, guardada a diferença da conjuntura norte-americana de segregacionismo licenciado pelo Estado.

Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola. A sala de aula já não era um lugar de prazer ou de êxtase. A escola ainda era um ambiente político, pois éramos obrigados a enfrentar a todo momento os pressupostos racistas dos brancos, de que éramos geneticamente inferiores, menos capacitados que os colegas, até incapazes de aprender. Apesar disso, essa política já não era contra-hegemônica. O tempo todo, estávamos somente respondendo e reagindo aos brancos (hooks, 2020, p. 12).

Para Maria, a experiência de estudar em uma instituição com foco na formação medida pelo conteúdo, também, teve um caráter ambíguo. Por um lado, ela tinha desenvoltura intelectual para acompanhar e se destacar em relação ao seu rendimento escolar. Mas, por outro lado, a mudança de escola foi uma ruptura drástica com os laços afetivos construídos nos primeiros anos do ensino fundamental e a

induziram a se retrair na comunicação com seus pares para atender ao padrão de comportamento esperado.

O dualismo existente na escola pública, abordados tanto na narrativa de Rita quanto de Maria, é discutido por José Carlos Libâneo (2012) ao identificar a tendência da existência de escolas com foco no conhecimento para quem tem um acesso mais elevado à renda e escolas direcionada ao acolhimento social para as crianças e adolescentes advindas de lócus sociais pauperizados. Segundo Libâneo (2012), a luta pelo acesso e permanência na escola, nas bandeiras da universalização e qualidade do ensino, não conseguiram superar as distinções formadas na quantificação sem uma equalização da qualidade pedagógica, dos objetivos e das funções da escola pública.

Em face desses problemas, circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola tradicional, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais. Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p. 16).

Assim, o discurso de mérito pessoal nas trajetórias de “sucesso” de estudantes de escolas públicas deve ser confrontado com as diferentes ofertas de ensino existentes em contexto de desigualdade social. Para Libâneo (2012), a influência dos organismos e acordos internacionais e o foco neoliberal no mercado de trabalho fizeram com que a oferta da educação para os mais pobres fosse balizada pelas aprendizagens mínimas para o desenvolvimento de habilidades que garantam apenas a sobrevivência social. No relato de Rita, esse processo aparece ao confrontar a distância entre a educação que recebeu em uma escola de prestígio social, em detrimento de seus colegas de ensino fundamental que permaneceram em escolas de menor rendimento conteudista e não tiveram oportunidade de cursar o ensino superior.

Nos relatos de Rita, Helena e Maria a valorização da escola em seu meio familiar é destacada, embora seus pais e mães atuem em condições de esclarecimentos distintos. A opção das escolas em que elas continuariam seus estudos no ensino médio se deu de forma intencional, em instituições que, mesmo

sendo públicas, são lugares disputados, pois têm um status social que lhes confere um acesso reservado. Em seu estudo sobre a hierarquização por prestígio das escolas públicas, Marcio da Costa (2008) analisa que em um mesmo sistema de ensino existem escolas consideradas bem-sucedidas, ainda que seus estudantes advenham de condições socioeconômica desfavoráveis, sob o ponto de vista de macroclassificações, que se tornam atrativas aos responsáveis familiares não somente pela sua pontuação em avaliações de larga escala, mas por sua reputação construída ao longo do tempo.

Nesse sentido, a contenda pelo acesso a recursos escolares superiores, ainda que entre segmentos sociais que não podem ser bem enquadrados na caracterização clássica de elite, pode configurar a busca de um recurso escasso (escola de boa qualidade) altamente relevante para as aspirações futuras de seus postulantes (COSTA, 2008, p. 456).

Nessa disputa pela escola pública de “boa qualidade”, a capacidade de escolha e de atender aos dispositivos de seleção, na maioria das vezes com regras veladas, são indispensáveis. Entre os elementos que constroem a reputação escolar, segundo Costa (2008), a própria disputa entra nos círculos que diferenciam essas escolas.

A imagem externa de uma escola seria um elemento que proporciona competição pelo acesso a ela, o que permite algum tipo de seleção por parte de sua burocracia, no caso de imagens valorizadas. Na contramão, uma imagem externa negativa relega o acesso a tais escolas àqueles providos de menos recursos competitivos ou de menores aspirações (capital cultura?) no campo educacional. Além disso, no plano interno, essa imagem favorece que atitudes positivas ou negativas sejam adotadas pelos diferentes atores, constituindo um elemento cultural relevante que comporia os “círculos” mencionados (COSTA, 2008, p. 461).

Tanto Maria quanto Rita sinalizam a importância dada por suas mães para a educação como uma forma de acesso a melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, uma melhor condição de vida, comparado às suas próprias trajetórias de mulheres que não tiveram oportunidade de permanência na escola. A mãe de Rita vai além e relaciona o estudo enquanto uma forma de alcançar a independência financeira para a emancipação das perspectivas sociais do casamento enquanto forma de dominação econômica masculina. Para a mãe de Maria, isso não era uma preocupação, visto que, em sua crença, o casamento é uma conduta esperada à vida adulta, independentemente da relação que se estabeleça entre os cônjuges. Nesse sentido, o controle da sexualidade teve um papel importante na

criação de Maria, para que ela pudesse, no entendimento de sua mãe, lograr o status social de mulher recatada. Nesse ínterim, vemos a complementaridade das esferas pública e privada na construção de dominação social de gênero.

A ficção de que o público e o privado existem como dimensões distintas da vida oculta sua complementariedade na produção das oportunidades para os indivíduos. As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens. As atividades para as quais eles são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, levando não apenas a “diferenças”, mas à assimetria nos recursos. As mulheres são “expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) de que serão as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças”, o que orienta seu comportamento para a conquista do casamento, já que atrair e manter o suporte econômico de um homem torna-se necessário para o cumprimento do papel que se espera que desempenhem (BIROLI, 2014, p. 35).

As famílias de Alexandra e Jurema não interviram de forma a incentivar positivamente suas trajetórias escolares. Ambas têm a mesma idade, 42 anos, e fizeram o curso normal na mesma escola. Uma escola de grande porte, com capacidade de comportar três mil estudantes, localizada em uma área de fácil acesso para diversos bairros e, além disso, é a única escola pública no município que oferece o ensino médio na modalidade de formação para o magistério. Ali, elas encontraram um ambiente diverso de grupos sociais em relação à classe, cor e identidade cultural. Nesse ambiente, tanto Alexandra quanto Jurema encontraram espaços de partilha subjetiva para além da sala de aula, na organização estudantil política e cultural. Foi no ensino médio também que ambas conheceram seus atuais companheiros que eram seus colegas de escola.

Referenciando a sua família primária, de suas infâncias e adolescências, e a família que construíram na vida adulta, Alexandra e Jurema refletem sobre as mudanças de si e das pessoas ao seu redor causadas pelos seus engajamentos. Alexandra pôde levar aos poucos para dentro de sua família a discussão da questão racial na estruturação social. Jurema firmou o seu desejo profissional em detrimento do que seu pai achava que uma mulher deveria fazer na vida. Ambas indicam que seu engajamento feminista as possibilitou que as questões de gênero fossem repensadas na relação com os seus companheiros e formassem princípios na criação de suas próprias filhas. Na narrativa de suas experiências, refletimos que ao entender que o que se vive individualmente faz parte da experiência social de dominação pela

condição de mulher, fez com que elas rompessem a passividade em relação aos seus destinos e fossem agentes na mudança de seu entorno.

Tornar coletiva a reação às sensações individuais é um trabalho feito pela política feminista, afinal, o pessoal é político. Como sugere Ahmed (2015), a pedagogia feminista pode ser pensada em termos de abertura afetiva para o mundo por meio do ato de assombrar-se não como algo privado, mas uma abertura para o que é possível por intermédio do trabalho conjunto, pois a capacidade de assombrar-se é algo para a qual se desperta (ou não) nos encontros, referente a como os corpos se veem afetados por outros corpos, transformando o que cada um pode fazer (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 7).

Em suas trajetórias Maria e Helena experienciaram, ainda bastante jovens, morar em outra cidade longe de suas famílias. Por motivos diferentes, Maria para fazer faculdade e Helena enquanto representante de movimento estudantil, mas em uma cena parecida, ambas tiveram o apoio familiar nessa escolha que foi construída em partes na ruptura com a expectativa do papel de mulher que recaía sobre elas, advinda da visão conservadora católica de suas mães e pais. Para Maria, sair de casa sem ser pela porta do casamento, falar e se envolver em assuntos políticos, expressar a sua sexualidade, conhecer o mundo e manifestar o seu desejo nele, desenham um modo de existir impensado pela perspectiva religiosa adotada por sua mãe, o que gera o reconhecimento de um desapontamento, sem sentimento de culpa, mas no reconhecimento de sua forma de estar no mundo como uma expressão de engajamento insurgente.

A subjetivação produzida na desidentificação com os papéis sociais de mulher no âmbito da família, da formação escolar, das escolhas profissionais, dos espaços de política, acompanham as entrevistadas na construção de seu engajamento, na subjetividade expressa em seu modo de existir resistente. Adensa-se a isso o caráter educativo da militância, na relação pedagógica radical de enxergar as expressões dos sistemas sociais em suas vivências individuais, para com isso conseguir desejar um reencontro com um projeto coletivo. Nesse sentido, as paixões expressas em relação à força criativa e transgressora de aprender e ensinar, desde a infância, elevam seu engajamento político enquanto princípio cotidiano.

Os processos de desidentificação colocam em ação a inconformidade com determinada posição, “marcam uma recusa a identidades que aprisionam, e uma busca pelos territórios existenciais não sujeitos a um princípio hegemônico” (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 52). Nas narrativas estudadas, a emancipação

possibilitada pela disjunção nem sempre está presente de forma consciente no ato da experiência vivida, muitas vezes, é reconhecida após anos de atuação, na reflexividade sobre as modificações de si e de seu entorno. Nesse sentido, a subjetivação política não tem como resultado a criação de novas identidades, mas sim a desvinculação com as identidades advindas da ordem policial (RANCIÈRE, 1996a).

Ao sistematizarmos os tempos e os espaços de subjetivação política das entrevistadas, refletimos que múltiplos ambientes de aprendizagem política se apresentam em suas falas, bem como o seu engajamento não fica restrito ao meio da militância. A relação entre pessoa e mundo é alicerçada no tensionamento provocado por suas existências não congruentes. Nesse sentido, embora essas mulheres vivam “normas, regras, expectativas etc necessárias e aprendidas (e 'aprendidas' no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata” (THOMPSON, 1981, p. 194), elas não são aprisionadas por uma ideologia que determina a reprodução do sistema por meio de suas vidas, já que estão constantemente experienciando o contraditório, pensam e sentem as experiências sociais e as modificam à medida que buscam transformar a si e ao seu entorno.

4.3 ENGAJAMENTO POLÍTICO DE MULHERES

Embora contextualizemos as entrevistadas por sua militância na MMM, que remete, principalmente, à experiência feminista, ao analisarmos as entrevistas, nosso olhar procurou a manifestação do engajamento político de mulheres na esfera do cotidiano, que envolve pautas diversificadas enquanto princípios de luta e vai para além do movimento organizado. “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade” (HELLER, 2014, p. 32). Segundo Heller (2014), já nascemos inseridos em nossa própria cotidianidade, mas também agimos de forma a causar efeitos no cotidiano por meio da experiência, fator que expressa o movimento histórico.

Para nós, o engajamento não é sinônimo de militância. O engajamento se refere à ação e pensamento coesos, a um agir que não se desprende do conjunto de valores que alicerça a vida da pessoa. A militância significa a vinculação a uma causa coletiva e programática. Nesse ínterim, o engajamento militante é uma das

expressões de engajamento que se refere à vinculação duradoura em grupos políticos com pautas latentes a uma causa social (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Já o engajamento político se refere ao efeito da subjetivação política no cotidiano, o agir no mundo que tem por princípio a desclassificação do sujeito, sua disjunção em relação à determinada função na estrutura hegemônica. No caso das mulheres entrevistadas, o engajamento político abrange muitos outros aspectos de suas vidas para além da militância na MMM e em outros grupos políticos que fazem parte.

Nesse sentido, vale dizer, considero os feminismos como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória (RAGO, 2013, p. 28).

Rita narra que seu engajamento político foi construído a partir do sentir corpóreo de sua localização social, estruturada na exclusão, racismo e machismo. Transformar o sofrimento em encorajamento para a luta, deu-se na leitura teórica de mulheres que vivenciaram as mesmas marcas que ela, que nomeiam essa realidade a partir do que ela tem de desigual e perverso. Como essas estruturas são reproduzidas no cotidiano, é nele também que Rita vê a potência de enfrentamento e mudança. Com a sua caminhada intelectual, Rita reflete teoricamente sobre a sua trajetória e nos ajuda a pensar sobre o entrecruzamento dos processos históricos e da vivência de si que envolvem a voz engajada.

E eu acho que o Thompson, quando ele traz o conceito de experiência, ele coloca isso muito bem, ele diz que as pessoas sentem as estruturas. É aquilo que eu falei antes, né, ainda que não soubesse elaborar tudo o que sei elaborar, eu sei como é que eu sinto, e essa é a forma como eu vivo a realidade, que é como eu vivo classe, que é como eu vivo gênero. Então, a classe, ela é vivida a partir da dimensão de gênero, de raça e também de sexualidade, se a gente for pensar, por exemplo, que pessoas trans não conseguem trabalho e que trabalho é uma das principais dimensões da vida, então a classe tem vida a partir dessas categorias. Acho que a classe é um grande guarda-chuva, porque o trabalho é estruturante, agora o exercício do trabalho ele vai..., a exploração desse trabalho, ele vai acontecer a partir de qual pessoa que tu é e isso está marcado no corpo, então não tem como eu pensar classe esvaziado de identidade, a classe é formada pela identidade das pessoas. E aí, todo mundo tem identidade e isso é que vai determinar as condições de existência, se eu sou uma pessoa privilegiada, ainda que eu seja trabalhadora ou se eu não sou uma pessoa privilegiada. Então, eu acho que é essa dimensão que falta a esses

estudos, entender a classe como algo que eu não consigo colocar dentro de um quadradinho, dentro de um potinho e deixar ela parada ali e dizer o que é a classe, porque a classe ela está acontecendo, a partir de como as pessoas são, de como as pessoas foram constituídas de identidade socialmente. E, até hoje eu estava escrevendo, eu vou fazer uma mesa na semana que vem, que é sobre a história feita por mulheres, que eu fiquei pensando o processo de formação do Brasil, o que será que vem primeiro, constituição de raça ou de gênero ou constituição de classe, se o trabalho no Brasil foi imposto a partir do processo de escravização que se deu a partir do processo de racialização (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

O feminismo, enquanto bandeira de luta, foi construído na trajetória das mulheres entrevistadas no confronto com as situações de opressão e dominação de gênero e vivenciadas na relação de apoio mútuo com outras mulheres. A experiência feminista se processa na vivência de mulheres, mas não é espontânea ou natural, constrói-se na leitura, reflexão e ação impulsionada pelo inconformismo com a modulação do real. Desse modo, compreendemos, associadas à leitura de Rancière (1996a;1996b) sobre política, que a chegada ao feminismo é um processo de subjetivação política, pois requer que determinado grupo se identifique pelo dano de sua condição que o diferencia socialmente e nesse litígio partilhe entre sujeitos uma experiência de mundo que envolve sentir, ver e agir. Com isso, não balizamos a experiência de forma universal, mas entendemos que ela está enraizada no comum, no dano de determinado grupo que se apresenta na perspectiva do todo.

Rita destaca que sua trajetória militante teve início ao ser reconhecida enquanto sujeita política por um grupo que partilhava de posições e críticas sociais semelhantes às suas. A exposição de suas habilidades, como sua fala eloquente e desenvolta no meio público, importante para o conjunto político, são características que ela adensou à militância, mas que ela reconhece em si antes de circular nesses grupos. Já Maria apresenta um caminho diferente. Em sua narrativa, Maria atribui sua desenvoltura para falar em público e o desenvolvimento de seu pensamento crítico-reflexivo ao trabalho de formação política vivenciado por anos na Pastoral da Juventude. Segundo Hugo Araújo Sales e César Martins de Souza (2021), a educação não-formal presente na Pastoral da Juventude se conjuga como:

[...] um processo de formação voltado para a ação de transformação de realidades sociais marcadas por exclusões e perdas de direitos, de forma que a conscientização vem a partir de um mergulho em diversos estudos, debates e atividades para levar os diferentes sujeitos a enxergarem o contexto em que

estão inseridos e a partir disso pensar metodologias que levem a uma ampliação deste quadro, a fim de que a comunidade se veja neste contexto, construindo, assim, coletivamente o processo de mudança (SALES; SOUZA, 2021, p. 346).

As características pedagógicas reconhecidas na PJ têm por base a leitura de transformação da realidade social por meio do movimento coletivo. Para Maria, participar dos grupos oportunizou que ela pudesse ver o mundo sob a ótica das desigualdades sociais, leitura pouco favorecida em seu meio familiar ou escolar. Além disso, o sentimento de pertencimento produzido na pastoral foi essencial para a manutenção de sua militância. Ao compreender a sociedade sob o ponto de vista das estruturas de poder e dominação e autoconstruir-se enquanto sujeito de ação política, a militância de Maria perpassou um forte sentimento de responsabilidade pelas mudanças sociais. Essa experiência subjetiva do coletivo é relatada por Maria como uma característica desenvolvida na PJ que norteou o seu engajamento e que ela levou consigo para outros meios militantes.

Embora a PJ tenha sido um meio privilegiado para o debate de questões sociais, na experiência de Maria, não abrangeu a desigualdade de gênero de forma relevante. Para ela, o feminismo como um modo de singularização do engajamento político de mulheres somente foi desenvolvido em sua aproximação com a MMM. Embora Maria tenha rompido com vários sistemas de opressão relacionados à sua condição de gênero, principalmente associados aos costumes conservadores de sua família, somente após anos de militância, ela se identificou enquanto sujeita feminista, no encontro e partilha com outras mulheres na reflexão/ação acerca dos mecanismos de dominação social a partir do gênero associado ao capitalismo. Encontrar-se com o feminismo foi um caminho sem volta para Maria, que afirmou o seu engajamento, mesmo em movimentos sociais mistos, sob a perspectiva da experiência subjetiva feminista.

A mudança social que a gente almeja também tem que ser feminista ou não vai ser. Então, a Marcha, ela me atraiu nesse sentido de especificamente pensar essas questões. Parece que nos movimentos mistos se tem alguma dificuldade com alguns temas, que são meio tabus, do feminismo. Tipo aborto, é difícil tu pautar isso em um movimento social misto. Ou dentro do movimento tu tem mesmo uma auto-organização das mulheres ou isso nunca vai ser, ou dificilmente vai ser, discutido, ou muito superficialmente vai ser discutido. A Marcha, por já ser um movimento só de mulheres, eu acho que ela acaba trazendo esses debates que em outros movimentos é mais difícil. Em outros locais do país, muitas mulheres do [MS que faço

parte], por exemplo, se auto-organizam enquanto mulheres na Marcha (Maria, entrevista realizada em agosto de 2021).

A perspectiva feminista de mulheres engajadas em grupos políticos mistos suporta a militância persistente quando do desencanto com a contradição vivenciada nas relações misóginas estabelecidas em suas organizações. Nesse sentido, Alexandra apresenta em sua experiência uma atitude de tensionamento com a visão de mundo cristalizada posta pelo partido político em relação à classe, ao confrontar seus pares com uma reflexão interseccional da realidade social. Além disso, sua experiência feminista faz com que ela questione as condutas masculinas perpetradas internamente, baseando-se na perspectiva de acolhimento da MMM enquanto contraponto. Desse modo, ela nos diz:

Frustrante é a dificuldade que algumas pessoas têm de lidar com as diferenças, de acharem que, tipo, tem verdades absolutas, os dogmas. Isso existe também nos partidos políticos, nos movimentos sociais, esses dogmas. De achar que tu tem a verdade absoluta. Tu não ouvir mais os argumentos dos outros. Isso gera um desgaste. Quando a gente pensa no governo Bolsonaro, na luta contra todo esse retrocesso, daí tu pega e olha na própria fileira ali, na tua fileira uma quinta coluna (risos), aí, né, não. Que, tipo, que puxa para trás, também, que não ajuda. Então isso é o que mais me frustra. E eu sinto que tem bastante. Só que isso a gente vê muito menos no movimento feminista, tipo assim, no movimento feminista isso quase não acontece, a relação de mulheres é diferente, a disputa, as mulheres não fazem as mesmas disputas, entendeu. A disputa institucional que os homens fazem. Então, tipo, no movimento feminista, eu sinto mais acolhimento. Sei lá, tu pode errar. Que eu sinto menos no partido, às vezes, menos no sindicato até (Alexandra, entrevista realizada em agosto de 2021).

O feminismo enquanto experiência, “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15), serve de suporte para a ação cotidiana das mulheres em relação a outros aspectos de sua vida, para além da reivindicação organizada. Desse modo, entendemos que a subjetivação política da experiência ressoa na cotidianidade, na vivência engajada que se torna parte do conjunto de valores da pessoa e/ou de determinado meio. As entrevistadas destacam que o feminismo fundamenta suas atuações em outros meios políticos organizados de participação mista, principalmente frente à reprodução de comportamentos e estruturas misóginas. Segundo Helena:

O feminismo, ele te ajuda a te manter nos espaços políticos. Ele ajuda a te manter no espaço misto, porque ele faz com que tu consiga compreender melhor aquela contradição que tu tá vivendo. Então, ele te ajuda a compreender melhor aquela opressão, aquela contradição que, às vezes, é dentro da tua própria organização (Helena, entrevista realizada em novembro de 2021).

Cada uma das entrevistadas, a seu tempo e sob o seu contexto de vida, chegou ao feminismo na necessidade de entenderem os processos por elas vivenciados, mas não chegaram sozinhas, mas sim, na associação com outras mulheres. Nessa rede feminina, Jurema e Alexandra adensam a necessidade da mudança pela perspectiva feminista enquanto futuro que desejam construir para as suas filhas. De modo muito sincero, Alexandra nos diz ter passado alguns anos longe da militância feminista e que seu retorno se deu pelo fato das pautas não falarem apenas do mundo público, mas por dizerem respeito ao cotidiano, à mudança que se efetiva nos espaços da vida familiar, e o quanto isso poderia marcar a construção subjetiva de sua filha. Em relação a essa questão, Rago explica que:

Mas não só do mundo público e da esfera política institucional ocuparam-se os feminismos, que também passaram a problematizar as concepções de subjetividade e as estratégias que têm mobilizado para criá-las. Várias feministas perguntaram e continuam perguntando pelas técnicas e práticas de produção de si propostas por um movimento que luta justamente para libertar as mulheres da colonização de seus corpos e psiques. Enfim, criticando a identidade Mulher como forma opressiva instaurada pela lógica masculina, os feminismos resistiram a determinadas formas de condução das condutas e promoveram novos modelos de subjetividade e novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres. Basta lembrar que, algumas décadas atrás, estas eram divididas em “castas” e “públicas” (RAGO, 2013, p. 26).

Rita chegou ao feminismo primeiramente pela leitura acadêmica do tema gênero e depois pela prática militante. Essa trajetória foi traçada no tensionamento entre teoria e experiência, identificação e desidentificação com as figuras de mulher construídas tanto pelo discurso hegemônico masculino quanto pela intelectualidade feministas. Por isso, quando Rita se depara com o entendimento de mundo a partir da localização social da raça, sua reflexão sobre o feminino entra em suspensão, no desentendimento com a figura de mulher feminista esvaziada de experiência. Reencontrar-se com o feminismo significou para Rita reconhecer a sua experiência na perspectiva do feminismo negro, e, com isso, tornar o seu engajamento um compromisso de demarcar esse modo de existir enquanto resistência cotidiana.

Embora a narrativa mediada pelas perguntas da entrevista semiestruturada tenha um caráter, predominantemente, autobiográfico, ao contar-se as cinco mulheres também nos contaram sobre os processos dos movimentos, partidos, grupos, coletivos que fizeram e fazem parte, bem como o contexto histórico político e social que formam o cenário de suas trajetórias. As cinco mulheres têm experiências políticas para além da MMM, todavia, dentre elas, Alexandra, Helena e Maria são as que estiveram integradas por mais tempo em movimentos políticos organizados. Desse modo, é notório em seus discursos a interpelação do coletivo nas narrativas de si. Identificamos, em muitas partes, a modificação discursiva da primeira pessoa do singular para a terceira pessoa do plural, que vai para além do recurso linguístico, mas expressa o quanto elas consideram as vivências de forma coletiva e assumem a identidade de grupo: “a gente do MS” (Maria), “na Marcha, a gente começou” (Alexandra), “foi muito difícil para nós” (Helena).

A lógica masculina das organizações políticas ainda é predominante em relação aos aspectos modificados com a circulação massiva das mulheres no espaço público, fator que muitas vezes inibe a participação de mulheres na política institucional, por exemplo (BIROLI, 2014; RAGO, 2013). Outra forma de comunicar a sua militância perpassa a narrativa crítica das entrevistadas em relação à diferença entre os movimentos exclusivamente de mulheres e os movimentos mistos. A forma de protesto centrada na fala de líderes, por exemplo, é vista como uma estratégia, hodiernamente, pouco produtora, no sentido de amplificar o espectro de pessoas engajadas na luta. Convergingo nesse entendimento, as entrevistadas dizem se sentir mais à vontade e efetivas em manifestações performáticas, que caracterizam a atuação da MMM, como com a batucada feminista:

Com a batucada, buscamos democratizar a fala nas ruas. O ritmo ajuda a gerar concentração, unidade e força nos momentos de ação coletiva. Tocar é uma forma direta de ação política, de levar o feminismo para os olhares e ouvidos da rua, expressando nossas lutas e ocupando plenamente o espaço público (MARCHA..., [2022?]).

Além de buscarem outra forma de comunicar suas pautas nas atividades políticas, todas as entrevistadas destacam a importância da coerência do discurso político na instância cotidiana da vida. Desse modo, o engajamento dessas mulheres se forma, na vivência integral, ainda que com contradições, dos princípios políticos partilhados a partir do olhar crítico sobre a realidade social. Ao viver na prática o que

se constrói enquanto discurso, essas mulheres anunciam subjetividades insurgentes construídas por meio de novas formas de subjetivação política. Nesse sentido, “a subjetividade insurgente é um trabalho que se faz com outras e outros, em um lugar e um tempo em que o mapa do experimentado como intolerável vem a ser o mapa do possível”² (REGUILLO, 2017, p. 83, tradução nossa).

Nos encontros da MMM que participamos, a questão da violência contra a mulher foi o centro do debate que, por vezes, acabava em uma discussão de violência contra uma mulher genérica, sem estratificação dos tipos de violência, contextos ou identidade que estão mais expostas a riscos sociais. Consoante a isso, algumas marchantes demonstraram desacordo com a recorrência da pauta violência, sem relativizar a sua importância, mas buscando salientar outros aspectos que perpassam a condição de ser mulher e a possibilidade do movimento dar mais visibilidade às resistências e ações exitosas construídas ao longo da história do feminismo, ressaltando, em detrimento do papel de oprimidas, o fato de serem agentes de mudança.

O espaço para o contraditório foi uma das características que notamos na organização da MMM, tanto na observação interativa quanto no relato das entrevistadas. Consideramos esse aspecto salutar para os processos de subjetivação política, visto que a MMM não pretende aprisionar suas militantes a uma identidade alternativa ao senso de mulher hegemônico, mas conjuga diversos modos de ser e agir no mundo. Para Rancière: “um sujeito político, uma classe em luta como sujeito político, é sempre um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que põe os corpos em seu lugar” (1996a, p. 377). Nesse ínterim, o sentimento de pertencimento ao grupo se forja pela acolhida e pelo apoio entre mulheres que se sentem deslocadas em relação a um papel social, por suas vivências de condição de gênero vinculadas a injustiças, violências e opressões. Desse modo, se aproxima da leitura que Groppo e Silva fazem da subjetivação política fundamentados em Rancière:

Mas a subjetivação política como desidentificação pode construir sujeitos coletivos, ainda que provisórios, não apenas pelo deslocamento de uma identidade social. Ou melhor, justamente pelo deslocamento de seu sentido, uma identidade social marginalizada pode vir a se tornar um potencial

² La subjetividad insurrecta es un trabajo que se hace con otras y otros, en un lugar y un tiempo en el que el mapa de lo experimentado como intolerable deviene mapa de lo posible.

denominador comum de todas as pessoas, revelando que, do ponto de vista político, todas são fundamentalmente iguais (GROPPO; SILVA, 2020, p. 412).

Na aproximação das trajetórias narradas, verificamos que a auto responsabilização pela mudança é um elemento presente no discurso de todas as entrevistadas. De forma singular, elas foram criando ou aceitando em suas experiências uma resignação à militância que, em alguns momentos, ditou a organização de suas vidas. Como Jurema nos diz “as pessoas vão empurrando”, e no reconhecimento de suas habilidades para prática política, elas foram assumindo deveres em um cenário difícil de ser uma militante não remunerada no Brasil. Nesse sentido, o engajamento, em seus aspectos dialógico, pedagógico e cotidiano, cria outras maneiras de expressar e atuar para a mudança, na perspectiva de que “a gente está o tempo inteiro agindo”, como nos afirmou Helena. Sobre a diferença entre engajamento no cotidiano e a participação em organizações políticas, Rita reflete:

Eu acho que são dimensões diferentes da militância, sabe. O lado legal disso, é que a gente tem a possibilidade de conseguir estar nessas várias esferas da militância. Só que aí também, é como tu falou, existe frustração, existe desgaste, existe, ou às vezes, desistir de estar nessa posição de articulação, porque você precisa dar conta da sua vida também. Então, são coisas que requerem escolhas da tua vida, porque é muito desgastante, especialmente, no momento em que a gente vive no Brasil, as coisas nos atropelam. Dentro da própria Marcha, estava até hoje conversando com a Jurema, que a gente, eu me sinto perdida, porque a gente está sempre apagando fogo, como se a gente não tivesse, o nosso eixo. Tipo, a nossa centralidade é discutir a vida das mulheres dentro da perspectiva de classe, só que a gente vive uma derrota atrás da outra, em termos de precarização da vida, e isso vai fazendo com que a gente não consiga, muitas vezes, se organizar enquanto movimento, enxergando, bom, o que que a gente está fazendo aqui. Porque a gente tem que estar sempre correndo e participando dessa base organizada, tem que estar na rua de forma organizada, então a gente não consegue fazer muitas vezes essa discussão dentro do próprio movimento. Então, isso é muito frustrante e desgastante, porque nem sempre tu consegue mobilizar as outras mulheres para fazer isso também, porque nem todas têm disponibilidade, ou têm o desejo, ou têm o objetivo de estar junto com essa responsabilidade (Rita, entrevista realizada em agosto de 2021).

Conforme o relato das cinco mulheres e a nossa observação em campo, as restrições de circulação em função da pandemia de COVID-19 atingiu de forma particular a organização da MMM. Em nossa observação interativa, notamos que, para a MMM, a perda da presencialidade foi mais danosa do que para outras organizações

políticas, pensamento corroborado pelas entrevistadas que atualmente militam em outros grupos mistos, pois a criação de um espaço seguro e empático para a troca de experiências é um dos pilares da atuação militante feminista. Além disso, o maior tempo passado no espaço domiciliar, tendo em vista que mulheres e crianças estão mais expostas à violência no âmbito familiar, aliado à maior instabilidade do trabalho feminino, foram colocadas enquanto preocupações em relação às suas companheiras de luta. A apreensão em relação à vida das mulheres em decorrência das políticas de extrema-direita do governo federal e na ineficácia do tratamento sanitário da pandemia de COVID-19 é compartilhada em outras instâncias da MMM, como lemos no manifesto lançado em 8 de março:

A violência contra as mulheres e meninas se amplia a cada dia, pois o discurso de ódio de Bolsonaro se espalha e nos faz alvo preferencial dos machistas, racistas e LGBTQIA+fóbicos. Uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país, sendo 66% destas mulheres negras. Também somos o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo e 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. A violência contra as mulheres com deficiência cresceu 67,9% durante a pandemia. A violência obstétrica ou seja, todos os tipos de violências que ocorrem no pré-natal, parto, pós-parto e aborto – atinge uma em cada quatro mulheres no nosso país; dessas, 65,9% são negras. Frente a tantas violências, bradamos: não somos números, somos vidas! (Articulação..., 2022, p. 4).

A dimensão do afeto é indissociável da organização política de mulheres, pois a relação de inferioridade feminina e a dominação masculina denunciada referem-se também ao mundo sensível, das sociabilidades historicamente construídas em relação ao gênero. Nesse sentido, o movimento feminista se compõe enquanto transformação do sensível, na projeção de construção de outros afetos que se baseiam no apoio mútuo. “Embora o medo e a dor pareçam emoções compartilhadas entre mulheres, devido aos inúmeros tipos de violência aos quais estão sujeitas, a possibilidade de estar em grupos feministas permite transformar a impotência em potência” (GUZZO; WOLFF, 2020, p. 4). As pautas tratadas no coletivo aliviam as mulheres da dor e do sofrimento e ressignificam socialmente as experiências ao colocar na esfera estrutural o machismo, o que possibilita a criação de outros modos de pensar e agir no mundo. Em relação à experiência, Thompson reflete:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a [sic] *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se

desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16, grifo do autor).

Em que pese as demandas socialmente relacionadas a ser mulher, a militância soma-se como mais um afazer na dinâmica cotidiana. Após anos de envolvimento em movimentos organizados e no trânsito entre um e outro grupo, verificamos que elas vão desenvolvendo modos de estar atuantes, quando conseguem ou sentem necessidade, ou mais afastadas, “pausas” nas palavras de Helena, quando outras demandas da vida se mostram urgentes. Essa habilidade de gerar diferentes estados de presença faz com que elas não rompam propriamente com a militância, mas consigam atender aos seus momentos individuais ainda partilhando do desejo de mudança construído no coletivo. Além disso, o engajamento como uma dimensão da subjetividade faz com que elas levem para a esfera do cotidiano, na conduta de suas vidas, as pautas políticas partilhadas.

Criar estados de presença potencializa a capacidade de mulheres de participar de movimentos organizados, mesmo em um contexto pessoal desafiante, fator bem aceito pela MMM, principalmente, pelo próprio grupo ter uma organização solta, conforme discorremos no capítulo 1. Na criação de estados de presença, por vezes, estar integralmente envolvida na militância, em outros momentos, apenas acompanhar à distância os debates da organização, a utilização da pertença, estatuto de pessoa que faz parte do grupo pelo dano de sua posição em relação à comunidade é fundamental. Nesse caso, o sentimento de pertencimento é mobilizado na manutenção dos vínculos e faz parte dos princípios do engajamento político reverberado na cotidianidade dessas mulheres.

O fato da MMM ter uma organização mais solta faz com que as participantes tenham uma compreensão calorosa do grupo, quando as pausas na militância se fazem necessárias. Fazer parte de um espaço político somente de mulheres, segundo as entrevistadas, tem um caráter empático em relação ao peso que as dimensões da família, da vida doméstica e da produção de renda têm na vida feminina. Por isso, também, elas tratam com leveza a circulação do protagonismo na MMM, destacando a transformação da disputa em colaboração nas relações estabelecidas no coletivo.

A voz engajada não é única e estanque, mas procura por coerência entre discurso e ação, pois expressa no fazer cotidiano o que é manifesto na fala. Entendemos que o engajamento das mulheres entrevistadas está imbricado no fazer-se, na identificação e desidentificação com os papéis sociais que referenciam ser

mulher com outras marcas sociais de suas localizações no mundo. Se, por alguns momentos, ser estudante é o centro da militância; em outros, esse papel não cabe mais na vida. Se a identidade trabalhadora é o que mobiliza, talvez, daqui um pouco mais, as pautas já sejam outras. Isso nos faz refletir que o cotidiano militante é um espaço pedagógico, recoloca as sujeitas na inteireza da realidade que proporciona a vivência de experiências radicalmente críticas, não somente no âmbito da racionalidade, mas também do afeto.

Nesse sentido, olhar sobre o ponto de vista das subjetividades insurgentes pode nos ajudar a entender que o engajamento é uma postura inconformista que produz modos de vida. As experiências políticas vivenciadas na MMM e em outros grupos não são livres de contradição, disputas e tensões, elas as vivem, apontam isso e vão além, responsabilizam-se por fazer diferente. As histórias narradas não são homogêneas, as construções subjetivas das entrevistadas foram desenvolvidas em diferentes formas particulares e meios coletivos, como: a família, coletivos de arte, grupos de estudo, igreja, movimentos sociais, entre outros. Todavia, elas se aproximam ao partilharem do sensível, tomando parte do comum entre elas (RANCIÈRE, 2005), compartilham utopias, que talvez não se assemelhem em seus detalhes, mas que estão imbricadas no mesmo ato de sonhar, de se fazer potente pelo desejo de mudança e liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa apresentada, defendemos a tese de que **as experiências de dissenso em relação à localização social de ser mulher, na potência formativa da subjetivação política, geram mudança de si e do entorno que reverberam em engajamento político cotidiano**. Para compreender a relação e a disjunção entre cotidiano e experiência das mulheres engajadas, convidamos cinco marchantes para serem entrevistadas e narrarem as suas trajetórias de participação política. No entendimento da importância da coetaneidade, criar presença e partilha do tempo vivido (FABIAN, 2006) para amplificar a compreensão do nosso objeto de pesquisa, inserimo-nos nas atividades da MMM, organização comum a todas as participantes, desenvolvendo uma observação interativa, durante o período de um ano. A produção de presença pela observação interativa tornou vívido nosso campo de pesquisa, possibilitando o acesso a afetos partilhados pelo grupo, na partilha do sensível, que, em seu caráter estético, torna-se, por vezes, intraduzível em palavras (RANCIÈRE, 2009).

Ao tratarmos da política enquanto engajamento de mulheres e potência formativa, encontramos, na revisão de literatura, um vasto caminho a percorrer para a compreensão da temática. Em nossa avaliação da amostra estudada, verificamos que a predominância de trabalhos que têm princípio binarismos analíticos, como a contraposição entre coletivo e indivíduo, público e privado, macro e micro, aos poucos, vão dando espaço para pesquisas que complexificam as experiências e recusam a criação de leituras totalizantes. Deparamo-nos com muitas lacunas existentes no campo temático; porém, na análise da literatura, foi possível identificar a atenção que deveríamos tomar sobre alguns aspectos em relação aos procedimentos de pesquisa. O principal deles foi o cuidado em não adotar conceitos determinantes que precedessem o nosso campo.

Entendemos que a leitura do mundo não é única, visões insurgentes, contra-hegemônicas se formam a partir do pensar a experiência vivida em grupo e individualmente, pois, como afirma Thompson: “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (1981, p. 16). E refletir corresponde não somente à resposta mental, mas também emocional, aos acontecimentos. Por esse motivo, na

produção da tese, primamos pelas explicações da realidade e autoanálise compartilhadas pelas participantes, nos regimes de verdade por elas comunicados a partir de suas aprendizagens, e nos colocando enquanto aprendizes, em torno das experiências de dissenso. Nesse ínterim, as questões relacionadas ao feminismo e à racialização foram incorporadas de forma central ao trabalho a partir da reflexão trazida para nós pelas entrevistadas.

O engajamento político nasce das cenas de dissenso. Defendemos em nosso estudo que o engajamento político é uma forma de intervenção cotidiana resultante da experiência de subjetivação política. Nesse sentido, olhamos para o tema sob o ponto de vista das existências insurgentes, na provisoriedade das identidades que se criam no choque com uma posição atribuída pela ordem social. Desse modo, a não-linearidade e a conflitualidade entre as trajetórias e modos de engajamento, analisadas por nós, também são indicadas e refletidas pelas entrevistadas. Interpretamos que as contradições, disputas e tensões que observamos na MMM, dizem respeito à vivência integral do engajamento político. Essas mulheres se responsabilizam pela mudança e pela construção do mundo sustentado em seus sonhos comuns e, para isso, faz parte refletir sobre os contrassensos existentes.

Na aproximação das narrativas, identificamos que o dissenso em relação ao lugar social atribuído às mulheres é um dos princípios formativos da subjetividade engajada feminista desenvolvida pelas entrevistadas pelo apoio mútuo, mas por caminhos particulares. O estranhamento com as atribuições de um papel construído, mesmo antes de seu nascimento, em relação ao gênero, faz com que, em suas trajetórias, as mulheres engajadas construam suas existências a partir da resistência que se transforma em insurgência na criação de outros modos de existir desde o cotidiano. Romper com as perspectivas de sujeição requer reflexão e ação sob o mundo objetivo, mas também nas relações de afeto nele produzidos.

Embora utilizemos, ao longo do trabalho, os conceitos de militância e engajamento, destacamos que não se trata de sinônimos, cada um corresponde a uma forma de agir no cotidiano. Desse modo, participaram da pesquisa mulheres militantes na MMM, ou seja, que têm vinculação e atuação prolongada nesse movimento social e em outros, mas também são mulheres engajadas, que transformam em princípio de vida e norteiam seu modo de agir cotidiano a partir de posicionamentos políticos de “desclassificação das coordenadas que reproduzem a ordem social” (MARQUES; MENDONÇA, 2018, p. 46).

O ambiente doméstico, a escola, o movimento estudantil, a pastoral da juventude, o coletivo de arte-cultura, os grupos de estudo, os partidos políticos, os movimentos sociais são alguns dos espaços mobilizados pelas entrevistadas que revelam experiências de subjetivação política. Embora todas se encontrem na Marcha Mundial das Mulheres, suas trajetórias não são lineares e os espaços que ganham sentido político para algumas não têm a mesma representação para outras. O que entendemos pelas narrativas é que o cotidiano engajado, antes de ser cotidiano, é uma experiência de insurgência em relação ao pragmatismo que molda o conjunto de valores do seu entorno.

A partir das reflexões de Heller (2014), compreendemos que falar de cotidiano é falar de vida, e vida não é apenas indivíduo, mas também o conjunto social. Desse modo, participar da cotidianidade significa estar por inteiro, agir com particularidade e generalidade, ainda que se acione determinados aspectos conforme a necessidade do momento e lugar, o cotidiano não é o espaço da práxis, mas dos rituais, das rotinas, dos valores. Os sistemas de valores são vividos de forma espontânea no cotidiano, mas não se vive apenas os valores atribuídos por uma ordem social e política dominantes, as modificações dos sistemas de valores aos quais nascemos inseridos são possíveis por meio da experiência, e, no caso das mulheres entrevistadas, dos mecanismos de resistência processados na consciência e na cultura.

Estar inserida em um movimento social significa viver causas políticas coletivas tanto no cotidiano quanto na experiência. Nesse ínterim, o caráter pedagógico dos movimentos sociais forma um lugar de encontro para essas mulheres em seus processos particulares de tomar parte do comum na desidentificação com a sua localização social. Todavia, mesmo a militância política é permeada por reprodução e, nesse sentido, requer indagação perene acerca dos mecanismos de opressão e como eles operam sob o comum social. Nesse sentido, mesmo na acolhida entre pessoas que partilham do mesmo modo de sentir o real, esse não é um lugar de conforto que se fecha no encontro entre subjetividades que se conformam. Ao contrário, é no apoio mútuo que as marcas sociais são transformadas em potência inconformista.

Rita, Maria, Alexandra, Jurema e Helena possibilitam aferirmos em suas narrativas que o reconhecimento das lógicas de dominação requer que sejam desveladas as relações socialmente produzidas e, com isso, os privilégios de estar em determinada posição, ainda que outras marcas de opressão atravessem, precisam

ser confrontados. A voz engajada alcança outras pessoas no cotidiano, ao ser colocada de forma integral, enquanto modo de vida, na comunicação do fazer, mais do que discursar. O engajamento produz mudança do entorno, mas requer primeiro uma mudança de si, reivindicando sempre seu aspecto relacional.

Ao reconhecerem o machismo, o racismo, as desigualdades econômicas em suas trajetórias, as entrevistadas analisam suas vivências de modo a ressignificar suas experiências à luz de um pensamento emancipado alcançado depois, após anos de atuação e reflexividade. Desse modo, entendemos que o sentimento de pertencimento a um grupo político, para essas mulheres, não significa o aprisionamento a uma identidade comum, mas sim a acolhida afetiva em um meio que partilha do sensível, pois, mesmo após anos de militância, elas se repensam, enxergam as contradições em si e no grupo. O engajamento para as entrevistadas é inquietação; por isso, elas reforçam que não conseguem parar de se envolver e se sentirem responsáveis pelas mudanças sociais que desejam.

Ainda que, por vezes, as entrevistadas nos digam que não conseguem estar tão atuantes na MMM quanto gostariam, o engajamento político que se dá no cotidiano é uma forma de manter um estado de presença no movimento ao reverberar na prática a partilha de afetos, pertencças e indignações. A diversidade nas trajetórias políticas estudadas demonstra que o engajamento em determinada causa não produz e não é produzido por pessoas homogêneas, não se traduz em fórmulas de emancipação. Ao reverberarem em suas relações familiares, laborais, de lazer, entre outros, a mudança de si, essas mulheres tensionam os sistemas de valores predominantes em seus meios, possibilitando a ocorrência de mudanças microsociais, sem necessariamente evidenciarem rupturas marcantes. Desse modo, elas atuam na transformação do cotidiano pela potência formativa da subjetivação política, na possibilidade de sonhar um sonho comum, uma utopia que as mobilizam a andarem juntas em uma direção, mas na vivência da singularidade de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ABUELA MALINALLI. Mujer de la tierra. In: LETRAS. Belo Horizonte, c2015. Disponível em: <https://www.lettras.com/abuela-malinalli/mujer-de-la-tierra/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ALVES, Raíla de Melo. **Negras e Sapatões**: uma análise sobre elaborações de identidades nos movimentos lésbico e racial no Distrito Federal. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educação em Revista**, Curitiba, n.55, p.47-68, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000100047&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

ARTICULAÇÃO Nacional de Mulheres Bolsonaro Nunca Mais. Pela Vida das Mulheres, Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, sem racismo e sem Fome. In: MMM. [s.l.], 14 fev. 22. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/02/MANIFESTO-8-DE-MAR%C3%87O-2022.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BARBOSA, Fernanda Ströher. **Ocupo, logo existo**: ocupações secundaristas e o tecer de outra educação possível. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

BARRAGAN-CORDERO, Disney; TORRES-CARRILLO, Alfonso. Estudios sobre procesos educativos en organizaciones y movimientos sociales. **Folios**, Bogotá/Colômbia, n. 48, p. 15-25, jul./dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-48702018000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Scarlett Giovana. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

CARIGNATO, Lucirene Aparecida. **Vivências femininas no movimento de saúde da cidade de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social).

Programa de Estudos Pós-Graduados História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. **A dimensão educativa da luta de mulheres por moradia no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Sociologia da Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia Fraga. Movimento feminista no Brasil e América Latina: reflexões sobre educação e mulheres. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 22-39, jan./abr. 2016. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 12 ago. 2022.

CAVALEIRO, Maria Cristina. **“Mulheres em movimento”**: identidade coletiva e subjetividade nas práticas culturais de lazer na cidade de Diadema. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: arte de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CORREIA, Luciana Oliveira; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes Castro; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 143-166, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WS3mbrct7ShKFmpsCXd5dmS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

COSTA, Marcio da. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, pp. 455-469, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300004>. Acesso em: 26 nov. 2022.

DAMBORIARENA, Luiza Araujo. **Movimento de ocupação**: relação entre o vivido e o viver. 2019. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DUARTE, André. Singularização e subjetivação: Arendt, Foucault e os novos agentes políticos do presente. **Princípios Revista de Filosofia**, Natal (RN), v. 19, n. 32 2012, jul./dez. 2012, p. 9-34.

FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana** [online], v. 12, n. 2, p. 503-520, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000200010>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.3, p.979-992, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300979&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 02 maio 2021.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, abr. 1999. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781999000100005. Acesso em: 29 dez. 2021.

FREIRE, Paulo; FAUDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia individuo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>. Acesso em: 29 dez. 2019.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Rodrigo Manoel Dias. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 409-424, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-409.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert. **Universidade pública e sujeito político**: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Afetos no engajamento político das marchas das vadias no Brasil (2011-2017). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n.2, p. 1-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Smw4NhJzRLdZnvxLNJpVnDs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p 7-31, 1993. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1993000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 ago. 2022.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 10. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. Carta de Conjuntura, n. 53, 4º trimestre de 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/coluna-5/central-de-conteudo/busca-publicacoes>. Acesso em: 20 out. 2021.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Tradução: Thiago de Abreu e Lima. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.13, n.27, p. 261-280, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2022.

MAGACHO, Larissa Nobre; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Movimentos sociais e educação ambiental: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras. **Ciência & educação**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 93-109, jan./mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000100093&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out 2020.

MARCHA Mundial das Mulheres. In: MMM. [s.l., 2022?]. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARCHA Mundial das Mulheres – Caxias do Sul. **[Fora Bolsonaro]**. Caxias do Sul, 07 ago. 2020. Facebook: Marcha Mundial das Mulheres – Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.facebook.com/MMMCaxiasdoSul/photos/3137414153024185>. Acesso em: 12 jul. 2022

MARCHA Mundial das Mulheres – Caxias do Sul. Caxias do Sul, 04 mar. **[Programação de atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher 2022]**. Facebook: Marcha Mundial das Mulheres – Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.facebook.com/MMMCaxiasdoSul/photos/a.1192635950835358/4844784215620495/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. *Galaxia*, São Paulo [online], n. 37, p. 41-51, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554133855>. Acesso em: 18 nov. 2022.

- MARTINS, Francisco Andre Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 26 nov. 2022.
- NASCIMENTO, Milton. Maria, Maria. In: LETRAS. Belo Horizonte, c1978. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/47431/>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PULGA, Vanderléia Laodete. Contribuições do movimento de mulheres camponesas para a formação em saúde. **Trabalho, Educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 573-590, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2020.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996a.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes, 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 1996b.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REGUILLO, Rossana. **Paisajes insurrectos**: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. España: Nuevos Empreendimientos Editoriales, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- SALES, Hugo Araújo; SOUZA, César Martins de. A pastoral da juventude na diocese do Xingu-Altamira: memórias sobre formações de jovens. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 343-379, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/105620>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985
- SANTOS, Beatriz Ricarte. **Obinrín Odara**: o ativismo político afro-religioso das mulheres de Umbanda e Candomblé do Ceará. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SANTOS SOUZA, Cássia Fabiane dos. **O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras**. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em movimento: a construção de relações de gênero na militância política das mulheres**. 2004. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Rosália de Fátima e. Compreender a “entrevista compreensiva”. **Revista Educação Em Questão**, Natal, v. 26, n. 12, p. 31-50, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4504>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SOUZA, Maria Antônia de. A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 443-461, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

SOUZA, Maria Erica Santana de. **Formas de militância feminista em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo: tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-258, fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, antropologia e revoluções na Inglaterra. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

TORRES-CARRILLO, Alfonso. Prácticas educativas en movimientos sociales de América Latina. **Folios**, Bogotá/Colômbia, n.46, p. 3-14, jul./dez. 2017. Disponível

em: <http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n46/0123-4870-folios-46-00003.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

WESCHENFELDER, Viviane Inês, SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. **Análise Social**, 227, LIII (2.º), p. 308-330, 2018. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n227a03.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

APÊNDICE A – CARTAS PEDAGÓGICAS

Prezadas e Prezados Membros da Banca;

Hoje, 13 de maio de 2021, inicio a apresentação do presente projeto. Ainda ecoa, em minha memória recente, os 28 mortos na chacina do Jacarezinho, Rio de Janeiro. Esse eco diz que, em minha mente, há muito ao que lamentar, ao mesmo tempo, tento compreender: como o mundo para muitos se constrói dessa forma?

O inegável e cruel impacto da chacina na comunidade, no território em que se projetam os sonhos de milhares de pessoas, está lado a lado ao impacto na atuação da proteção dos direitos humanos, criminalizada conjuntamente com os 27 não-gentes, bandidos. Mais uma vez, parece que a vitória é da perspectiva discursiva que segrega a sociedade entre aqueles que podem viver e os que merecem morrer.

Pergunto-me: a partir de que mundo eu falo? Posso enumerar diversas tragédias por nós (humanos, modernos, civilizados) conduzidas, sem precisar rememorar muito no tempo, e, ainda assim, não seria catastrofismo de minha parte. Movimentar-se em meio ao cotidiano requer esquecer, desligar, mimetizar. Estamos vivos, e para quem isso importa? A pandemia de COVID-19 evidencia algo que, narcisicamente, tentamos esconder, o ser humano é só mais um aspecto da natureza, embora seja seu organismo mais destrutivo.

E, se nós não estamos com nada, deveríamos ter contato com a experiência de estar vivos para além dos aparatos tecnológicos que podemos inventar. A ideia da economia, por exemplo, essa coisa invisível, a não ser por aquele emblema de cifrão. Pode ser uma ficção afirmar que se a economia não estiver funcionando plenamente nós morreremos. Nós poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central em um cofre gigante e deixá-los vivendo lá, com a economia deles. Ninguém come dinheiro. (Ailton Krenak, 2020, p. 12)

A ideia de um mundo único, culturalmente integrado pela civilização do progresso, e os dissidentes como irrealistas atrasados que perderam o bonde da história, fundamentam a modernidade, e, nesse ínterim, sou filha revoltada com sua criação. O capitalismo, como sistema que consome o planeta, assinalou essa visão por reivindicar que o mundo, sendo um, é seu. Admitir que diversos mundos coexistem, por meio de diferentes cosmovisões e formas de agir no globo, é dar um passo em direção à descolonização do pensamento. Mas a quem isso importa? Não para os que ainda vestem a carapuça da neutralidade. Em um momento tão sensível,

que nos falta o ar, compartilhamos com Krenak (2020) a urgência de compreendermos que a vida não é útil.

Milton Santos, que era uma estrela distinta no debate da globalização, dizia que ela tinha implicações na vida cotidiana, na cultura, na organização do mundo do trabalho e, inclusive, na ideia de riqueza e pobreza, e colocava em questão o próprio paradigma do capitalismo: sabia que um outro mundo não poderia ser a repetição deste. Mas, para muita gente, na epistemologia ocidental, a ideia de outro mundo é apenas um outro mundo capitalista consertado: você pega este mundo, leva para a oficina, troca o chassi, o para-brisa, arruma o eixo e bota para rodar mais uma vez. Um mundo velho e canalha fantasiado de novo. Definitivamente, eu não estou a fim de contribuir para pagar essa conta: para mim, não vale o conserto. (KRENAK, 2020, p. 68).

Sonho com outros mundos possíveis. Mas como dar o passo da mentalização para prática? De que modo refletimos no cotidiano, na esfera espontânea da vida, a possibilidade de outros modos de viver? hooks nos alerta com sua experiência frente a esse desafio:

Olhando para trás, vejo que nos últimos vinte anos conheci muita gente que se diz comprometida com a liberdade e a justiça para todos; mas seu modo de vida, os valores e os hábitos de ser que essa gente institucionaliza no dia a dia, em rituais públicos e privados, ajudam a manter a cultura da dominação, ajudam a criar um mundo sem liberdade (hooks, 2017, 42).

Mas existem mulheres que em seu cotidiano insistem em resistir e promovem rupturas em seu entorno, reafirmando a indivisibilidade de ser e mundo. Ponho fé nelas e, mais do que isso, penso: essas mulheres nos possibilitam visualizar, por meio de suas experiências, modos de vida e valores que promovem a transcendência do discurso para o agir engajado cotidiano!

Levar o pensamento elaborado ao nível do cotidiano é tornar a própria existência um exercício de resistência. Por esse motivo, “a voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela” (hooks, 2017, p. 22). E, por engajamento, entendo eu, “viver o que se defende cotidianamente, individualmente” (Paulo Freire; Antonio Faudez, 2011, p. 52). Na ação e reflexão sobre o mundo, as pessoas criam as condições para modificá-lo, mas essa mudança, por meio do engajamento, começa no micro, na condução da vida, na modificação das experiências, tensionando os sistemas de valores que sustentam as coletividades.

Ainda ecoam em mim nossas tragédias, não as passadas, mas as anunciadas, as evitáveis, as que nos deslocam de nossa expectativa. Não tem jeito, sigamos resistindo!

Espero encontrá-las e encontrá-los bem e em breve!

Scarlett

A quem me lê,

Hoje, perdemos Elza. Vinte de janeiro de dois mil e vinte dois. Ainda que ao final de uma longa vida, noventa e um anos, muitas e muitas histórias, sentimos profundamente.

Voltando à primeira pessoa, aprendi a reconhecer a minha força e a reforçar a existência de mulheres resistentes com Elza. Não sou, nem de longe, alguém que conheça toda a sua discografia ou a sua história, mas tudo que conheço repeti inúmeras vezes.

Não só o contexto explícito, escrachado nas letras que Elza cantou, mas também as entrelinhas construídas por sua voz, modificaram o meu ser racional e tocaram o espaço intuitivo do meu saber.

No rádio do meu carro, o CD *Mulher do Fim do Mundo* me acompanhou de Caxias do Sul a São Leopoldo, de São Leopoldo a Caxias do Sul, nos anos de mestrado e doutorado. Foram tantas idas e vindas, algumas com gozo, outras com choro, e Elza estava lá. “*Coração do mar / É terra que ninguém conhece / Permanece ao largo / E contém o próprio mundo / Como hospedeiro / Tem por nome se eu tivesse um amor*”.

Sinto que se não fosse pela sensibilidade da *Mulher do Fim do Mundo*, não estaria escrevendo sobre essas mulheres hoje.

De tanto senti-la, Elza me habita, assim como em outras milhares mulheres. Elza está presente. Agradeço por sua vida.

Com carinho;
Scarlett

Às leitoras e aos leitores

No Dia Internacional da Mulher (08/03/2022), não poderia me soar com maior consternação a experiência de ser colocada em dúvida. Minha intenção não é que esta carta seja um diário ou um divã, mas tenho pensado muito, e isso reflete na minha tese, sobre as banais, por serem muito comuns, violências sofridas por nós mulheres em nosso cotidiano, como o descrédito dado à nossa palavra. Mais do que nossa fala, precisamos de provas, situação que reverbera a histórica consideração de que exista uma menoridade de inteligência feminina. Não nos esqueçamos que, até o século XIX, a mulher era representada legalmente pelo pai ou marido; apenas em 1932 passou a poder votar, mas ainda assim não se igualava ao homem em relação ao direito político.

A construção das mobilizações feitas em alusão ao 8 de maio começou a ser feita pelos grupos, coletivos e movimentos de mulheres de Caxias do Sul, dois meses antes. Embora tenham sido planejados atos em diferentes dias, a grande mobilização se deu hoje, no dia 8, na praça Dante Alighieri, habitual ponto de encontro para protestos na cidade. Por ser um lugar aberto, foi uma retomada pelas mulheres das manifestações presenciais do 8 de maio, após dois anos de restrições.

Logo no início do dia, recebi mais um novo membro em minha família, um cãozinho resgatado de maus-tratos, Mufasa. Como eu fui a única que vi a situação de cárcere que ele estava, fui, algumas vezes, durante o dia, questionada por colegas de trabalho e familiares “bem-intencionados” sobre a minha decisão. Não preciso aqui descrever as condições físicas do animal, basta imaginar o que a situação de um pequeno ambiente que é local de comida, dormida e defecação geram em um ser.

Perguntas seguidas de comentários como: “tem certeza de que ele estava sendo maltratado? Porque ele até que está bem gordinho” e “tem certeza de era tão maltratado assim? O pelo dele parece bem bonito para quem estava em péssimas condições”, não me fizeram duvidar da minha capacidade de avaliação, mas retomaram em minha a reflexão de por que a minha palavra não foi o suficiente para convencê-los da situação.

Ligado a isso, revivi a memória dolorida de tantas vezes que fui questionada sobre a razão da minha fala. Ter coerência e reflexão no que digo é algo que prezo em mim. Por isso, ocorreu-me que se em meu lugar tivesse sido o meu marido a resgatar o cachorro, talvez a sua atitude não teria sido questionada, quiçá teria sido cumprimentado pela sua corajosa decisão.

No final da tarde, encontrando os grupos feministas na praça, uma situação parecida se apresentou novamente. Mas, nesse momento, apenas expectei. O carro de som que foi emprestado por um sindicato para o ato corria o risco de ser multado, como em toda manifestação feita no centro da cidade, mas, dessa vez, o dirigente que comandava o carro achou que o ato não valia o valor da multa. De forma brusca e desrespeitosa, ele ordenou que as mulheres fizessem falas breves, porque logo ele queria sair dali. Além disso, na última fala, quando coletivamente cantávamos u ma marcha feminista, ele cortou o som. Os argumentos das mulheres não foram o suficiente para convencê-lo de que o ato ainda não tinha acabado. Ele entrou no carro e foi embora.

Seguimos com a nossa voz e com os tambores da batucada da MMM. E com a consciência de que a luta se faz necessária!

Com carinho;
Scarlett

Às marchantes,

Vinte e um de abril de 2022. Só hoje consigo escrever sobre isso, ainda que todas as palavras saiam com muita dor.

Em 30 de março de 2022, uma das marchantes caiu. A jovem Estela, desde o início do seu mandato de vereadora, em janeiro de 2020, foi alvo privilegiado das ações criminosas dos declarados bolsonaristas. Perseguição, tentativas de humilhação pública, ameaças. Estela, esse subproduto do ódio humano nunca alcançará o teu caráter.

Aos 15 anos, Estela fazia parte do grêmio estudantil e participou da ocupação de sua escola, em 2016. Com 21 anos, foi a mais jovem pessoa eleita vereadora na cidade de Caxias do Sul. Mulher, jovem, preta, periférica de fala firme e racionalidade excepcional, tudo o que a cólera misógina, reacionária, racista, homofóbica não pode deixar de existir.

Estela Balardin não aguentou mais, quis sair desse mundo que, em termos de uma civilização colonizada, não a merece. Há vinte e dois dias de internação em coma induzido e ventilação mecânica, sofremos por sua vida. Sua vida, que, no dia 29 de maio, apresentou o projeto de lei para instituir o Julho das Pretas, em uma cidade que ainda tem por base de seu poder hegemônico a epopeia italiana e o apagamento das e dos sujeitos que não trazem em seu sobrenome traços europeus de sua linhagem. Essas foram as palavras de Estela ao propor uma PL que poderia tornar a cidade um pouco mais igual:

“Para além da opinião, a gente consegue ver na prática que o racismo existe. Existe, mata e destrói sonhos, esperanças, autoestimas. Por isso, me sinto tão orgulhosa de saber que o meu primeiro projeto a vir para discussão é o Julho das Pretas”.

As palavras de ordem e de luta nunca fizeram tão sentido para as marchantes de Caxias do Sul: Nenhuma a menos! Ninguém solta a mão de ninguém! Nesse processo tantas lágrimas, muitos sonhos colocados em dúvida. Mas espero que, algum dia, Estela possa ler essa carta. Espero que todas juntas possamos reerguer a tua força!

Com amor;
Scarlett

Às membras e membro da banca examinadora.

Hoje (06/07/2022), eu terminei a sistematização em capítulo das entrevistas. Assim, deu-me vontade de escrever esta carta para dizer, como vocês já sabem, que é profundamente difícil, porém gratificante, trabalhar com o relato cheio de vida a nós confiado em entrevista.

Passada a banca de qualificação, eu estipulei para mim algumas metas e lembretes a serem seguidos durante o meu trabalho. Entre estes, eu retomo: “escrever com sensibilidade e leveza a minha tese”.

As horas que eu passei com essas mulheres, os dias que eu levei para transcrever suas palavras, os meses que foram necessários para sistematizar e escrever sobre os seus pensamentos, foram dispostos entre intervalos necessários para eu parar, respirar e elaborar. Cada parte dessas histórias hoje significam em mim, fazem parte da minha subjetividade, tocam as minhas próprias vivências e me ajudam a teorizar sobre o mundo.

Falar sobre o senso ético na pesquisa, hoje, se enche de significado do quão valioso é tocar uma vida pela entrevista. Mais do que nunca, caminho na contramão, sou resistência, carrego vida comigo, com responsabilidade e alegria.

Caloroso abraço;

Scarlett

10 de dezembro de 2022

Prezados e prezadas,

Quantos outros aspectos da vida acontecem enquanto escrevemos uma tese?

Pensando nisso, resolvi escrever cartas pedagógicas – recurso dialógico reflexivo utilizado enquanto metodologia na educação popular, baseado na escrita de Paulo Freire – para compartilhar alguns fatos e pensamentos pujantes durante o processo de doutoramento. Não porque ache pouco o que tem de mim ao longo da tese, pois sei que minha escrita é muito mais visceral do que técnica, hábito de quem aprendeu a escrever lendo, muito mais do que entendendo as regras da língua escrita, mas pelo fato de que os fragmentos da totalidade conjuntural possíveis de serem transcritos complexificam o que entendemos por realidade.

Olho para o mundo e olho para mim e vejo que não somos mais os mesmos. Vivemos uma pandemia entre esses quatro anos!

Aos trinta anos de idade, não sei dizer quando foi que passei de uma criança periférica que não sabia o que era universidade, para alguém que entende, mesmo com toda precariedade de, desde os dezesseis anos, ser estudante trabalhadora, ser meu por direito ocupar esse espaço. Mas chego a esse momento da escrita com o alívio no coração, compartilhado com milhões de brasileiros e brasileiras, de que a nossa capacidade de sonhar, por tantos anos sequestrada, foi devolvida. Não apenas pelas mudanças testemunhadas em minha própria vida, mas pela temática que escrevo, pelos movimentos sociais, pelas mulheres engajadas, pelos espaços democráticos, sei que é de fundamental importância encerrarmos um governo federal de extrema-direita em direção à centro-esquerda. Sem ilusão, todas as contradições do sistema econômico e social continuam postas, mas é grande coisa saber que haverá refreamento da legalização da violência, da depredação ambiental, da autorização do discurso de ódio.

Em vias de finalizar a escrita da tese, perdemos Gal, e a vida que continua em sua voz faz com que reafirmemos em música: “*respeito muito minhas lágrimas / mas ainda mais minha risada / Inscrevo, assim, minhas palavras / Na voz de uma mulher sagrada*”. Ao longo da tese, refleti que para existências insurgentes, resistir não é uma

escolha, é uma forma de estar e se relacionar com o mundo desigual. Nesse sentido, se é preciso lutar, que não nos falte afeto!

Com carinho,
Scarlett

ANEXO A – MANIFESTO DA MMM DE CAXIAS DO SUL: DIA DE LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES

BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES!

O Dia 25 de novembro é o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Contra a Violência às Mulheres. Essa data é em homenagem às irmãs Mirabal, que foram violentamente torturadas, estupradas e assassinadas, em 1960, na ditadura da República Dominicana.

A violência contra a mulher é todo o ato de violência baseado no gênero que tem como resultado a agressão física, sexual, psicológica, patrimonial e moral. Ou seja, qualquer ameaça, coerção, privação de liberdade e de direitos humanos, seja na vida pública ou na privada.

Nós, mulheres, lutamos todos os dias contra a violência contra a mulher, seja dentro de casa, no trabalho, nos espaços políticos, na rua, na internet. Muitas mulheres já sofreram algum tipo de violência, seja ela física ou psicológica, mulheres que já não tenham sido cravejadas de espinhos sociais, comportamentais, seja pelo seu corpo ou por sua mente.

Muitas mulheres sofrem violências e perdem a vida pelo fato de serem mulheres. Além disso, as mulheres negras sofrem mais violência, porque, somado ao seu gênero, está a violência do racismo. Os dados brasileiros mostram isso, em 2020, 61,8% das mulheres agredidas eram mulheres negras.

Em Caxias do Sul contamos com o Centro de Referência à Mulher, a Casa de Apoio Viva Rachel para acolher mulheres vítimas de violência, a Delegacia da Mulher. Porém, existem muitos problemas nessa realidade. Sabemos que grande parte das agressões às mulheres ocorre das 18 horas às 24h. Imaginem a situação da mulher chegando em um plantão, após sofrer a violência, e ser atendida por um homem. Na Delegacia da Mulher há a Sala das Margaridas, criada para atender às mulheres vítimas de violência com mais acolhimento e humanidade. Porém, o atendimento é feito por homens, na maioria das vezes, o que coage as mulheres. Precisamos lembrar que as mulheres chegam na delegacia vitimadas por um parceiro e são atendidas por um desconhecido que se oferece a levá-la para uma sala individual, onde permanecerão apenas os dois: a vítima e um desconhecido. Uma situação, no mínimo, desconfortável e inoportuna. É necessário uma equipe formada por mulheres que acolha a vítima para que seja ouvida como merece: com respeito, tempo e

atenção. Além disso, durante a pandemia, muitas vezes, foi preciso agendar horário para realizar o boletim de ocorrência de violência doméstica. Vemos um Estado que tem recursos, mas que não atende e protege as mulheres.

Enquanto movimento feminista em Caxias do Sul, acompanhamos o número crescente de feminicídios e também de denúncias sobre as falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência. Desde a falta de profissionais especializados na Delegacia da Mulher, até a ausência de assistência jurídica na Casa de Apoio Viva Rachel, passando pela falta de campanhas de conscientização para a prevenção da violência. Precisamos melhorar a rede de prevenção e proteção às mulheres e incentivar que elas denunciem, já que atualmente 70% das mulheres mortas por feminicídio não denunciaram seus agressores!

Por isso, para combater os feminicídios que acontecem toda semana em Caxias e na Serra Gaúcha estamos aqui, neste dia 25 de novembro, em uma Vigília de Combate à Violência Contra a Mulher, na Praça Dante, para lembrar essa importante data e reivindicar a melhoria da rede de assistência às mulheres e lembrar que o respeito e uma vida sem violência é direito de todas as mulheres vitimadas pelo machismo que tem tirado a vida de muitas mulheres. Denuncie! Ligue 180!

Acesse nossos materiais da Marcha Mundial das Mulheres de Caxias do Sul!

Venha fazer parte da Marcha Mundial das Mulheres e lutar por mais igualdade, respeito e liberdade não apenas para as mulheres, mas para toda a sociedade!

VIVER SEM VIOLÊNCIA É DIREITO DE TODAS AS MULHERES!